JULHO
DEZEMBRO
2015
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Línguas e instrumentos linguísticos 36 / Campinas: CNPq - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2015: Unicamp, 1997-2015

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade Estadual de Campinas

CDD - 410.05
- 412.05
- 900

Copyright © 2015 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Ideias Linguísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.
O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, fotocópia ou gravação de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Ideias Linguísticas.

Coordenação Editorial: Editora RG
Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Fábio Bastos, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro
Editoração Eletrônica: Fábio Bastos
Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini
Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Ideias Linguísticas

Editora RG
Fone: 19 3289.1864
rg-e@uol.com.br

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2015

Impresso no Brasil

v. 36

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

2015

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Ana Maria Di Renzo (Unemat), Bethania Sampaio Mariani (UFF),Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Débora Massmann (Univás), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp) Elvira Narvaja de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Unicamp), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Marlon Leal Rodrigues (UEMS), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França) e Taisir Mahmudo Karim (Unemat)

Comitê de Redação: Claudia Reis, Cristiane Dias e Sheila Elias de Oliveira

Secretaria de Redação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano do fascículo: julho a dezembro 2015

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número sequencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número sete até o final.

SUMÁRIO

Apresentação 7

As (re)(re)descobertas do Brasil – variação linguística, sujeito e discurso
Emilio Gozze Pagotto 9

A discursividade entre o civilizado e o selvagem: a ocupação do sertão indômito de Mato Grosso
Taisir Mahmudo Karim e Ana Maria Di Renzo 21

O texto no ciberspeaço: a questão dos links e a enunciação
Claudia Freitas Reis 41

Uma análise enunciativa da palavra "povo" e de seus associados morfológicos e sintáticos no *Dicionário Informal*
Elza Contiero 65

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS
Uma história das ideias linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico em torno do conceito de *transmissão linguística irregular*
Rogério Luid Modesto dos Santos 89

DOSSIÊ: LÍNGUAS E ESPAÇOS DE ENUNCIAÇÃO
Mónica Zoppi Fontana 119

Discursos sobre a relação brasil/África "lusófona" em Políticas linguísticas e de cooperação educacional
Leandro R. A. Diniz e Ana Cecília C. Bizon 125

O espaço como forma-histórica – o discurso das organizações internacionais sobre as línguas
Luiza K. Castello Branco 167

Espaço de enunciação brasileiro no imaginário do museu da língua portuguesa
José Simão da Silva Sobrinho 195

Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero
Mónica G. Zoppi Fontana 221

As migrações e as línguas, as relações entre o português e o francês na suíça: um estudo do espaço de enunciação
André Stefferson M. Stahlhauer e Soeli Schreiber da Silva 245

Sobre el funcionamiento de ciertos preconstruidos en los títulos de diccionarios de lengua española. Las marcas de una historia
Maria Teresa Celada, Michele Costa e Daniela Brianezi..... 267

Diccionarios *on line*: hacia una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española
Daniela Lauria e Juan Eduardo Bonin 293

RESENHA

PAVEAU, Marie-Anne. ***Linguagem e moral****: uma ética das virtudes discursivas.* Campinas: Ed. da Unicamp, 2015.
Da moral na linguagem: pela construção de uma linguística simétrica ou uma filosofia do discurso
Cristiane Dias..... 323

APRESENTAÇÃO

O número 36 da Revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* traz análises da constituição de teorias linguísticas e seus conceitos, de palavras em dicionários, de textos no ciberespaço e do funcionamento das línguas em diferentes espaços de enunciação.

Em *As (re)(re)descobertas do Brasil – variação linguística, sujeito e discurso*, Emilio Gozze Pagotto questiona a ausência, no âmbito da sociolinguística variacionista, de uma elaboração da noção de sujeito e de uma teoria do sentido que permitiria vincular o funcionamento das formas variantes ao funcionamento social. O artigo de Pagotto mostra como essa ausência acaba levando a sociolinguística brasileira a reafirmar projetos conservadores de nação dos quais pretenderia se distanciar.

Taisir Mahmudo Karim e Ana Maria di Renzo em *Discursividade entre o selvagem e o colonizado: ocupação do sertão indômito de Mato Grosso* analisam o confronto entre o discurso do colonizador e do colonizado em documentos da era colonial e sobre a era colonial que descrevem a exploração das Minas do Cuyabá/Mato Grosso. O artigo permite refletir sobre a constituição da identidade discursiva do povo e do território de Mato Grosso.

O artigo de Claudia Freitas Reis, *O texto no ciberespaço: a questão dos links e a enunciação*, discute uma série de trabalhos sobre o texto na Internet a fim de compreender as noções de link, hiperlink e hipertexto. Essa discussão lhe permite desenvolver um tratamento enunciativo para a noção de link tomando como base o modo como a enumeração é descrita pela semântica da enunciação.

O artigo de Elza Contiero, *Uma análise enunciativa da palavra "povo" e de seus associados morfológicos e sintáticos no dicionário informal*, analisa a palavra "povo" assim como nominalizações e formações sintáticas construídas através dessa palavra ("povinho", "povão", "povo brasileiro", etc.) no Dicionário InFormal. Considerando esse dicionário como um instrumento linguístico, a autora levanta uma série de questões sobre a produção do saber linguístico na contemporaneidade.

As *Crônicas e Controvérsias* desta edição traz o artigo de Rogério Modesto intitulado *Uma História das Ideias Linguísticas no Brasil: o debate sociolinguístico entorno do conceito de transmissão linguística irregular*. Modesto analisa teorias sociolinguísticas sobre a formação

do português popular do Brasil. Essas teorias discutem a validade da noção de transmissão linguística irregular e o autor mostra como, nessa discussão, excluem e legitimam saberes sobre a língua que vão constituindo a memória da (sócio)linguística brasileira.

A seção *Dossiê* é organizada pela Profa. Dra. Mónica Zoppi Fontana e trata da relação entre *Línguas e Espaços de Enunciação*. Os oito artigos dessa seção mobilizam o conceito de espaço de enunciação formulado por Eduardo Guimarães para analisar diferentes questões como políticas linguísticas, processos de gramatização e instrumentação das línguas, a constituição histórica das línguas em suas diferentes dimensões: oficial, nacional, materna, estrangeira, etc. O dossiê contribui dessa forma para a compreensão do conceito de espaço de enunciação e mostra o seu valor para o pensamento simbólico e histórico do funcionamento das línguas.

A *Resenha* desta edição apresenta o livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas* de Marie-Anne Paveau. Cristiane Dias mostra como a autora responde a questão sobre a relação entre linguagem e moral. A resposta é um empreendimento de revisão epistemológica da linguística que propõe uma linguística simétrica onde seria possível articular a relação entre linguagem e moral.

Com seu número 36, a *Língua e Instrumentos Linguísticos* oferece aos seus leitores análises de fatos de linguagem e análises sobre o modo como o conhecimento linguístico se historiciza a fim de continuar contribuindo para a compreensão do funcionamento da linguagem em sua dimensão histórica e simbólica.

Os Editores

AS (RE)(RE)DESCOBERTAS DO BRASIL – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, SUJEITO E DISCURSO

Emilio Gozze Pagotto
UNICAMP

Resumo: *Este artigo propõe uma crítica à produção sociolinguística brasileira na sua eterna busca de descortinar a realidade linguistica do país, como forma de mudar a relação com a língua no Brasil. Essa crítica está fundamentada na noção teórica de sujeito da sociolinguística, que, por ser esvaziada politicamente na sua proposição, pode trabalhar a serviço dos próprios projetos políticos a que a produção sociolingística almejaria se contrapor.*

Abstract: *This article presents a criticism of Brazilian sociolinguistic literature that intents to show Brazilian linguistic reality as a way to change the language relationship in Brazil. This criticism is based on the theoretical sociolinguistics concept of subject, which can be at the service of political projects that sociolinguistic literature would like to oppose against, because this notion is proposed as a politically empty one.*

Há uma obsessão. Há uma exasperação, como se houvesse uma missão quase divina, uma obrigação inevitável de descobrir o Brasil, de inventá-lo, de mostrá-lo, de esfregá-lo na cara de si próprio, produzindo espelhos que deveriam ser do cristal mais puro, que não deixasse a menor sombra de dúvida: este é o Brasil.

1. As escolhas que se fazem são, de alguma maneira, políticas. No caso das escolhas empíricas, implicam o engajamento em um certo projeto político, ainda que entendido não como necessariamente um gesto de vontade do pesquisador, porém muito mais por determinações ideológicas – e por que não dizer, discursivas – que especificam as janelas para o mundo que hão de se abrir. Nesse sentido, aspectos latentes da teoria em questão são sintomaticamente silenciados e esquecidos, e esses movimentos de silenciamento

denunciam justamente as opções que se fizeram e os projetos políticos a que se encontram vinculados os projetos científicos.

2. Os trabalhos em variação linguística (estou tomando aqui o campo normalmente rotulado como dialetologia, geografia linguística e, em especial, a sociolinguística de base laboviana) são movidos por um afã, uma sofreguidão em descobrir o Brasil, às vezes beirando o patético, especialmente considerando o fato de que tais descobertas implicam, quase sempre, um aparente confronto com setores mais conservadores e tradicionais da sociedade. Este confronto só me interessa aqui na medida em que a sociolinguística no Brasil é tributária – e dá prosseguimento – do mesmo projeto político da geração que a precedeu e com a qual, em princípio, desejou ter rompido. São no mínimo interessantes, então, esses confrontos com os setores mais tradicionais da sociedade, porque, como pretendo demonstrar, é possível detectar, no interior do próprio trabalho da sociolinguística, a reafirmação dos mesmos projetos conservadores de nação, daqueles setores com os quais parece entrar em confronto. Ver, por exemplo, a polêmica mais recente que teve como pivô o livro que ensina errado. Mais uma.

E este gesto de continuidade – que é explícito na dialetologia e implícito na sociolinguística – tem a ver com as escolhas que se fazem – no campo de trabalho dos respectivos quadros teóricos – na direção de silenciar aspectos que demandariam elaboração, o que, no final das contas, faria a própria reflexão teórica avançar como um todo.

3. Tanto a dialetologia quanto a sociolinguística laboviana são herdeiras da linguística histórica do século XIX, especialmente das questões que emergiram no rastro do trabalho dos assim chamados neogramáticos. No caso da dialetologia, surge mesmo no interior de um intenso debate sobre o papel do funcionamento social no processo de mudança linguística e o alcance da super-generalizações das leis de mudança linguística. Esse debate é, de certa maneira, adiado pelo projeto estruturalista, que se impõe como modelo hegemônico de explicação dos fenômenos linguísticos, e ressurgirá com mais força nos debates dos anos 60, especialmente aqueles que emergiram dos trabalhos da Teoria da Variação e Mudança.

A Teoria da Variação e da Mudança é, desta forma, também tributária desta tradição e basta compulsar alguns textos labovianos, desde os primeiros até os mais recentes, para constatar que são fortemente vinculados às questões de mudança linguística, procurando fazer avançar os problemas deixados em aberto pela agenda do século XIX, abortada pela ruptura imposta pelo estruturalismo.

4. No que concerne ao estudo da variação no âmbito da Teoria da Variação e da Mudança, duas questões de fundo permanecem, no entanto, sem a devida elaboração:

1) Qual é o lugar do sujeito na variação?

2) Que teoria do sentido permitiria vincular o funcionamento das formas variantes ao funcionamento social?

A primeira questão é abordada já em WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968) e LABOV (1972), com o conhecido axioma segundo o qual o lugar do sistema variável é a comunidade linguística e que ele se constitui na intersubjetividade (a expressão é do próprio Labov, 1972, p.248).

Esta assunção nos leva a pensar no processo de enunciação, com uma pergunta que poderia ser candidamente formulada assim: o que se dá quando se enuncia uma ou outra forma variante, a cada vez que é enunciada? Na mesma linha da candura, outra pergunta, cutucando a contradição é: como conceber o processo de implementação e propagação das formas linguísticas, se o sujeito falante, como indivíduo, não tem lugar na teoria?

A segunda questão (que teoria do sentido permitiria vincular o funcionamento das formas variantes ao funcionamento social) aparece resvalada em diversos trabalhos, nos quais as formas linguísticas são analisadas segundo sua vinculação a rótulos sociais como sexo, classe social, escolaridade, etc. A leitura que se faz dessas correlações é – via de regra – aquela inspirada pela dialetologia: no espaço social, grupos de indivíduos se isolam em alguma medida, e o que se vê como resultado seria fruto de tais dialetos sociais.

Tal perspectiva não dá conta:

1) Do fato de que, na própria metodologia da pesquisa, um mesmo falante é tomado como fonte de mais de uma categoria social;

2) Do fato de que há falantes mal comportados. Eles não se enquadram no comportamento dos grupos cobertos por cada rótulo.

Tudo isto aponta a necessidade de investir teoricamente no debate de tais questões, o que seguramente constitui um campo de pesquisa bastante interessante e desafiador, que já tem sido objeto de alguns trabalhos.

5. Os estudos linguísticos no Brasil sempre tiveram uma relação de tensão, de estranheza ou de proximidade com a nação.

Correndo o risco inerente das generalizações, proporia dois vetores que guiam essa relação que eventualmente podem corresponder a fases no tempo na maior ou menor predominância de uma ou de outra – mas que não gostaria de colocar como fases sucessivas, mas como gestos que podem ser concomitantes em um mesmo tempo:

1) A negação do Brasil

2) A incorporação do Brasil

Tendo o primeiro vetor como predominante, poderíamos localizar os trabalhos desenvolvidos a partir de 1870/80, sob a égide da Linguística Histórica, correspondendo à emergência da própria produção gramatical brasileira. Há nesta fase a preocupação central de operar com a unidade do português – que teria como correlato a negação dos falares brasileiros. Ao mesmo tempo, já se percebe nestes trabalhos a tentativa de incorporar o Brasil, de fazê-lo falar. No caso, a saída encontrada é a incorporação do léxico brasileiro, como expressão da cultura nacional.

Sob a predominância do segundo vetor, há uma descoberta do Brasil como língua. Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Mário de

Andrade, Serafim da Silva Neto, dentre outros, são representantes desta manifestação, cujo maior esforço esteve destinado a erigir as bases de uma dialetologia nacional. Há um decalque: o gesto europeu de descoberta de si, com um modelo que, quando não explicita, toma por base a unidade normativa estabelecida anteriormente em duras batalhas. As nossas variedades linguísticas são assim buscadas para compor o desenho do caleidoscópio nacional – um grande vitral cuja centralidade é o português uno – língua normatizada, patrimônio a preservar, tendo as diversas variedades como a sua contraparte real e exótica.

É quase impossível desvincular esse gesto de pesquisa do projeto de nacionalidade que busca raízes em tipos que tentam transcender a abstração do povo e da língua, mas que não deixam de ser arque-tipos que conteriam a essência do nacional. Esse afã empirista redundaria no grande Projeto NURC – o primeiro grande esforço de registro em áudio da fala brasileira, não por acaso, da fala escolarizada.

Precisamos nos conhecer.

É interessante observar que o corpus do projeto original teve seu objetivo inicial alterado quando a realização do Projeto Gramática do Português Falado, cujos resultados deixam de rotular ou enfatizar o **padrão brasileiro**, para empregar a expressão **português do Brasil** ou **português brasileiro**.

6. Uma outra frente de trabalho se abriu com a implantação das pesquisas variacionistas de inspiração laboviana – concomitantemente a outras linhas de pesquisa da Linguística, nos anos 70.

Essa nova redescoberta do Brasil se coloca como uma ruptura com o eixo anterior pela não explicitação de uma vinculação a uma visão de unidade da língua ou o estatuto de centralidade do português normativo padronizado. Trata-se de mostrar a língua "como ela é e acontece", descobrir de fato o que ficara encoberto. Olhar para a cidade – e não para a essência da língua do interior; olhar de perto, gravando e registrando.

Mas esta ruptura com o projeto anterior é aparente. As lacunas no próprio modelo de análise – a Teoria da Variação e da Mudança – colorariam esta nova fase de redescoberta no mesmo eixo anterior –

reafirmando e vinculando-se a um projeto de nação que também se revigora no final do período da ditadura.

Do que estamos falando afinal? Não trazem essas pesquisas um enorme conjunto de dados linguísticos sistematizados do português das cidades brasileiras? Não fala por meio delas a nossa língua brasileira? Penso que seja uma meia língua, ou uma língua que fala pela metade, porque certas questões centrais do modelo não foram encaradas, o que leva a uma visão de língua que, no final das contas, reafirma o projeto político de nação que sustentava o movimento anterior.

Vejamos. O projeto de nacionalidade da República tinha como objetivo central a formação do povo, a transformação das pessoas em povo, nos moldes da civilização europeia. Isso implicava um enorme esforço para levar a civilização à massa de negros e mestiços, como forma de possibilitar a formação de uma nação que se alinhasse à civilização ocidental. O projeto não se implementa de fato, mas cria uma clivagem que se efetua tanto discursivamente quanto por meio de mecanismos materiais: os que estão dentro e os que estão fora da nacionalidade plena.

Os movimentos da intelectualidade a partir dos anos 20 vão buscar superar tal clivagem pelo mergulho na compreensão da realidade brasileira, procurando trazer para o centro da cena as formações diversas da cultura brasileira: a música, as danças, história, culinária, etc. etc. Associadas à ditadura do Estado Novo, tais descobertas vão exacerbar as manifestações nacionais, sem contudo superar a clivagem instaurada. Isto porque o povo é este outro que está lá fora, sem deter ainda as formas de cultura necessárias para a sua entrada no mundo ocidental.

Tem-se assim um movimento de avanços prenhe de uma contradição inexorável: quanto mais a especificidade desta cultura se descobre e se revela, mais distante esta massa é posta, mais o fosso se amplia.

No caso da língua, a contradição se apresenta cristalina, já que a posse da língua erudita é o grande índice do saber norteador da grande civilização. Assim, quanto mais se aproxima das formas da língua fluida, que oscila, segue, volta, vira música e embala as tristezas e as

alegrias do dia a dia, mais se reafirma a distância daqueles que é preciso incluir, para se conseguir a nacionalidade plena.

(Corta para a reportagem de rua. A repórter aproxima o microfone do menino na feira e pede:

- Canta.

Os primeiros versos vêm como as músicas em inglês no baile popular, as palavras apenas como sons de uma língua estranha que se quer fazer ter sentido:

- Ouviram do Ipiranga as margens plácidas...

A partir do terceiro verso, já são só algumas palavras:

-..o sol fúlgidos
instante

Até que só se ouvem murmúrios. Até que cessa a música, que dá lugar a um sorriso constrangido. O riso amarelo da vergonha dos que não chegaram lá.)

A ausência de uma teoria do sujeito e de uma teoria do sentido das formas variantes são, como já disse, duas questões correlacionadas.

Como não está elaborada claramente uma teoria do sujeito da variação, esta posição se mostra vazia, e este vazio é preenchido na leitura que se faz do discurso variacionista que tenta fazer falar o Brasil. É esta indistinção do sujeito, a falta de uma visão clara sobre quem ele é, que abre o flanco para a sua constituição no âmbito de um discurso de nação que projeta um sujeito a partir de um determinado projeto político.

Vou dar um exemplo disso: no Brasil, o grau de escolaridade é, em geral, a categoria utilizada para retratar o funcionamento da sociedade – ao invés de classe social, por exemplo. Ora, o que fala aqui? Pode ser que eu esteja enganado, mas é o mesmo sujeito **povo** dos primórdios da república: aquele que se quer civilizar para que possa alcançar os patamares do mundo desenvolvido europeu – a civilização ocidental; aquele que se quer incluir desde que possua o passaporte

necessário para entrar na barca da nação; o mesmo que precisa, para isso, aprender sintaxe, aprimorar o léxico, para conseguir cantar o hino nacional dignamente. O discurso da redenção pela educação formal, que volta com força na "Nova República" e durante os governos seguintes, não é muito diferente daquele encontrado nos projetos esclarecidos e bem intencionados (ou nem tanto) da república recém-implantada no final do século XIX. (Num plano mais objetivo, a possível utilidade para a melhoria do sistema educacional costuma fazer, inclusive, parte da retórica dos projetos, para seduzir as agências de fomento. Raramente a retórica dos projetos se centra numa questão teórica de fundo para a qual se deseja buscar a resposta – e não estou dizendo que elas não existam ou não estejam na mira dos projetos. É preciso conhecer o Brasil. É preciso mostrar o Brasil. O Brasil não conhece o Brasil. É preciso mostrar o Brasil aos brasileiros. Indo um pouco mais longe, é possível ver os ecos do discurso de uma certa historiografia regional, que constrói identidades de cima para baixo, sob o mote de que "é preciso conhecer para amar", frase que tomo de Franklin Cascaes, grande folclorista e artista plástico da Ilha de Santa Catarina).

Um exercício meio bobo de se fazer é imaginar que, na medida em que a escolarização crescer, os processos de variação no Brasil tenderão a decrescer, pela convergência dos falantes dado seu ingresso na educação formal. Se não decrescerem – claro – é o sistema educacional que precisa melhorar.

A ausência de uma teoria do sentido das formas variantes, que incorpore a contradição como inerente ao seu funcionamento, abre a porta para um gesto puramente correlacional, em que os falantes, no final das contas, acabam sendo concebidos como grupos de indivíduos cuja **vontade** é o motor responsável pela variação. Ora, o apelo à vontade tem sido o vetor determinante dos discursos civilizatórios em voga nos últimos anos, desde o equilíbrio das contas domésticas até o abandono do cigarro e a adoção de práticas sadias, passando pelo equilíbrio emocional que deve ter o trabalhador, a necessidade de investir em sua formação, etc. etc. etc. Ser civilizado é ser saudável e competente de competências múltiplas.

O que dizer do sujeito urbano, então?

O estudo da variação tem comportado tradicionalmente dois lugares de empiria: cidade e campo (ou, cidade e "interior"). O empreendimento dialetológico consistiu basicamente da descoberta do campo, do Brasil na sua essência, da essência do ser brasileiro. O empreendimento sociolinguístico variacionista tem como campo o palco da cidade.

No primeiro caso, o projeto é construído sob a égide da unidade na diversidade, enunciado fundador de Serafim da Silva Neto. No segundo caso, o projeto se apresenta, como mencionei, como uma aparente ruptura com o projeto anterior. Busca-se o dinamismo da cidade. Porém, é sintomático como termina repetindo o primeiro quando envereda suas constatações em processos gramaticais que se repetem pelos vários dialetos brasileiros, como é o caso da concordância nominal e verbal.

Veja-se, a propósito que proliferaram pelo Brasil grandes projetos de constituição de bancos de dados que se repetem na sua forma geral de organização, deixando de apreender a especificidade de cada cidade, suas contradições internas, seus jogos de identidade, seja no seu interior, seja na sua relação com o outro: outras cidades, o campo, o interior e o nacional. O mais interessante é que, quando há tais gestos na direção da especificidade, eles não reverberam, não produzem efeito sobre a produção nacional. Como já apontei, isto se dá porque as questões de fundo do interior da sociolinguística não estão problematizadas e, por conseguinte, os resultados terminam por se inscrever na direção mais geral das pesquisas brasileiras, em que o sujeito falante é tomado em um único eixo de interpretação: o brasileiro incluído e o brasileiro a ser incluído.

A sociolinguística variacionista tem se ocupado da cidade, mas sem tomar, de maneira sistemática, o sujeito do urbano como objeto de estudo na sua relação com a língua: o que é, a que forças está submetido? Acresce a isto o fato de que o urbano, como teia de funcionamento imaginário e conjunto de práticas sociais, não é mais exclusivo das cidades territorialmente definidas como tal; avança sobre todos os territórios.

O sujeito da variação é, nesse sentido, o sujeito do urbano. Mas é também o sujeito do "regional", constituído na relação com o nacional e com o regional, seu vizinho ou não. Ocorre que o sujeito do urbano é

também o sujeito da civilização. É aqui que podemos encontrar a maneira como se volta aos projetos de nação. Desde a República, a nação é um projeto futuro, dentro do qual os viventes precisam de passaporte para entrar: ser urbano e ser civilizado.

Como o sujeito da variação é o sujeito do urbano, ele está submetido às injunções dos mesmos discursos da nacionalidade, que o interpelarão: ser brasileiro MAS ser civilizado. Uma vez que a sociolinguística variacionista não trabalha claramente como o sujeito se constitui, os resultados que encontra, no caso do Brasil, terminam por se inscrever na mesma teia de discursos que constituem o brasileiro: o ser Brasil e o ser civilizado.

7. Perspectivas: os comentários anteriores permitem entrever direções de pesquisa para o estudo da variação no Brasil, de maneira a, a um só tempo, desdobrar o próprio objeto bem como, por meio deste desdobramento, voltar-se para as questões teóricas e, assim, trabalhar não apenas no plano descritivo:

> 1) Incorporar as tensões e as contradições do funcionamento da sociedade brasileira, colocando no palco da variação linguística a relação do sujeito com a língua na forma em que esta constitui o "ser brasileiro";
>
> 2) Apontar para a relação entre o regional e o nacional; entre o que é tomado como centro – o urbano – e o que é tomado como fora;
>
> 3) Pensar os percursos históricos da língua brasileira, a partir desses pressupostos. Isso implica superar a visão de linguística histórica apenas como diacronia, e a visão de história social da língua apenas como a história demográfica, e o jogo sociolinguístico apenas como contato e interação social.

Há uma obsessão. Há uma exasperação, como se houvesse uma missão quase divina, uma obrigação inevitável de descobrir a nação. Mas é preciso superar o eco – tantas rimas em **a** da canção do sabiá;

tantas rimas em **ão**, da invenção da nação. O eco do mesmo mesmo a dar mil voltas a esmo.

Referências bibliográficas

WEINREICH, U.; LABOV, W. e HERZOG, M. (1968) "Empirical Foundations of a Linguistic Theory of Change". In: W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press.

LABOV, W. (1972a) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Recebido em: outubro/2015

Aceito em: novembro/2015

DISCURSIVIDADE ENTRE O CIVILIZADO E O SELVAGEM: OCUPAÇÃO DO SERTÃO INDÔMITO DE MATO GROSSO

Taisir Mahmudo Karim[1]
Ana Maria Di Renzo[2]
DL/PPGL/UNEMAT

Resumo: *Este artigo analisa os "discursos sobre" a ocupação das Minas do Cuyabá/Mato Grosso durante os séculos XVII e XVIII. As análises mostram como o movimento discursivo fundante das Minas do Cuyabá/Mato Grosso apresenta a dualidade semântica que constrói o imaginário do que virá a ser as Minas do Cuyabá/Mato Grosso: de um lado, os discursos do sujeito-colonizador, o civilizado, que considera a região o lugar a ser explorado e ocupado como parte do território da colônia lusitana; de outro, os discursos do sujeito-colonizado, o selvagem/índio, que tem a região como a Terra de seu convívio cotidiano. Esse conflito discursivo se dá do lugar do desconhecido para ambos, é o não sentido preste a significar para colonizador/colonizado.*

Abstract: *This paper analyzes the "discourses about" the occupation of Minas do Cuyabá/Mato Grosso during the XVII and XVIII centuries. The analyses show how the founder discursive movement of Minas do Cuyabá/Mato Grosso presents the semantic duality that builds up the imaginary of what will become Minas do Cuyabá/Mato Grosso: on the one hand, the discourses of the subject-colonizer, the civilized, who considers the region the place to be explored and occupied as part of the territory of the lusitane colony; on the other hand, the discourses of the subject-colonized, the savage/Indian, who has the region as the Land of their everyday living. That discursive conflict happens in the place of the unknown for both; it is the non sense about to mean for the colonizer/colonized.*

1. As Bandeiras: um percurso sócio-histórico

Pela Análise do Discurso, podemos historicizar a forma pela qual as ideias linguísticas se constituíram legitimando sentidos e sujeitos em determinadas condições de produção. Segundo Orlandi, essa disciplina interroga na Linguística a historicidade que ela deixa de lado; na teoria marxista, pergunta pelo simbólico, e "se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele" (2004, p.20). Nesse sentido é que revisitaremos sentidos sobre colonizador e colonizado que, ao longo da história, constituíram novos sentidos e espaços que hoje reatualizam uma memória que diz sobre os mato-grossenses.

No final do século XV, a geografia mundial ganha um novo contorno com o encontro do Novo Mundo, o mapa-múndi, até, então, conhecido, é redesenhado. Narram–nos as histórias, que a expedição capitaneada por Cristovão Colombo – uma nau e duas caravelas – levou os europeus ao achamento do "Novo Mundo" em outubro de 1492. O acontecimento dessa conquista realizada pelo navegador genovês, a serviço da Coroa Espanhola, determina o lugar de um novo confronto discursivo, regulado pela tensão política/econômica entre as potências do Velho Continente e o desconhecido de até então. A necessidade de se impor pela força sobre o desconhecido e seus inimigos do Velho Mundo é inevitável. Ação que possibilitou o controle/domínio dos novos caminhos para o Novo Mundo e, como consequência, a ocupação e a exploração desmedida dessas terras pelas potenciais do Velho Mundo.

A Europa ainda sentia os reflexos da transição que sofrera a partir do século X, quando da passagem do feudalismo para o capitalismo comercial. Esse momento político promove um novo comportamento das práticas sociais, ocasionando, assim, nova transformação social com a qual novos valores e atores se constituíam e ocupavam diferentes espaços socioeconômicos no continente europeu. O crescimento do comércio monetário e o surgimento da burguesia possibilitaram o surgimento dos Estados Nacionais como uma das principais transformações estruturais que consolidaram a nova ordem social no Velho Continente. Para Lagazzi,

> Essa transição do feudalismo para o capitalismo trouxe mudanças fundamentais nas relações entre as pessoas, sendo que o fim dos laços de dependência pessoal que existiam entre o vassalo e o senhor feudal permitiu a definição político-jurídica do sujeito com a exigência da igualdade de direitos. Esse novo sujeito, "sujeito-de-direito", não mais subordinado ao dogma cristão, mas sim regido por direitos e deveres iguais, o sujeito das sociedades de Estado-capitalista, sujeito que emerge com a burguesia, é o cidadão. Esse sujeito-de-direito é um sujeito que nega o "sujeito-religioso", nega seus laços de dependência pessoal. (1996, p.31)

É interessante observar que essa mudança de relações sociais funda o Estado de Direito, o qual constitui e legitima o sujeito-de-direito. Conforme, C. Haroche:

> A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. (HAROCHE *apud* ORLANDI, 1999, p.51)

Com efeito, resta uma questão a ser pontuada: em que medida essa ruptura, essa transição do sujeito-religioso para o sujeito-de-direito, se dá, enquanto práticas sociais, considerando o lugar do discurso religioso como determinante na formação discursiva do estado-de direito? Diríamos que essa nova ordem social, fortemente marcada pela ideia de um sujeito livre, conforme Haroche (1992, p.178), exprime bem a "ficção de liberdade e de vontade do sujeito", que tem a ilusão de ser livre, até porque continua afetado pelo discurso religioso. Dessa forma, ainda que o Estado reconheça e determine o sujeito-de-direito, com seus direitos e deveres, esse indivíduo ainda se encontra assujeitado pelo discurso religioso, tendo em vista a formação ideológica com a qual eles se identificam e pela qual são afetados. Não estamos aqui pondo em questão a legitimidade do sujeito-de-direito, nem temos essa pretensão; o que queremos é mostrar que esse sujeito moderno, determinado pelo Estado, continua

afetado pelo discurso religioso, mesmo que aparentemente apareça de modo diferente, pelas determinações sócio-históricas de uma fé que ressignifica as condições de relações postas na condição do sujeito-de direito.

O acontecimento da conquista de Colombo se dá então, a partir de um cenário europeu de intensos conflitos e deslocamentos dos modos sociais, econômicos, políticos e, principalmente, de poder com o aparecimento do sujeito-de-direito, como se pôde observar pelas condições sócio-históricas dadas, mas, ainda assim, são sujeitos afetados pela religiosidade cristã.

Interessa-nos, neste estudo, analisar os discursos sobre a ocupação das Minas do Cuyabá/Mato Grosso. As análises se darão a partir do construto teórico da Análise de Discurso de linha francesa[3], bem como da teoria da Semântica do Acontecimento[4], a fim de observar os movimentos discursivos na colônia lusitana, em especial entre o final do século XVII e início do século XVIII, compreendendo como os discursos das histórias de ocupação dos sertões da Capitania das Minas do Cuyabá/Mato Grosso produziram efeitos nos modos de designação dos novos lugares e dos seus sujeitos.

O *corpus* consta de *Chronicas do Cuyabá*, documento, escrito pelo "chronista", Joaquim da Costa Siqueira, vereador da Camara do Cuyabá. É importante ressaltar que o texto escrito por este cronista é, em parte, uma releitura de outro, conforme ele próprio nos alerta: *que, para os factos occorridos* [de 1723] *até o anno de 1765, não fez mais do que copiar, com algumas correcções, as Chronicas do Cuyaba de José Barbosa de Sá, e que daquela data em deante descreveu os factos por conta propria, conforme o conhecimento pessoal que delles tinha*. Para Orlandi, a produção dos sentidos considera as condições de produção nas quais são produzidos e interpretados, razão pela qual afirma: o real da língua não é da mesma ordem do real da história. E a noção fundamental em AD (a de discurso) emerge a partir do momento em que a língua e a história se trespassam, produzindo "a forma material (não abstrata como a da linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos". (ORLANDI, 1999, p. 19)

Também utilizamos os seguintes textos: o texto do historiador João Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial (1500-1800),*

(1907); os registros e representações contados de uma forma "histórica e fiel" de Mato Grosso – *Quadro Históricos de Mato Grosso - Período Colonial*, de autoria do pesquisador em história regional de Mato Grosso, Paulo Pitaluga Costa e Silva (2000); e *Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos* – publicado na revista *Trimestral* do Instituto Histórico Geográphico e Ethnographico do Brasil (1862).

Passemos, então, para a questão da colônia lusitana na América, o Brasil. Um breve relato sobre o acontecimento da chegada dos portugueses ao Brasil poderia ser contado assim: Em abril de 1500, a expedição ultramarítima portuguesa capitaneada por Pedro Álvares Cabral descobre/chega à costa brasileira, o Novo Mundo. Após chegarem as primeiras informações do lugar ao Rei Português, descritas na carta pelo escrivão da armada Pero Vaz de Caminha, o rei, D. Manuel, anuncia aos reis católicos espanhóis a chegada/descoberta da expedição lusitana comandada por Cabral à Terra de Santa Cruz, no Novo Mundo. A partir de então, iniciam-se os movimentos europeus na colônia lusitana: primeiro o contato com os nativos, índios/selvagens; em seguida a exploração dos recursos naturais encontrados na costa brasileira, dentre eles, o pau-brasil, que, no imenso litoral, era encontrado com facilidade e em grande quantidade, produto considerado de grande valor comercial na época. Não por acaso, por conta dessa atividade extrativista que movimentava a econômica local, o nome "Brasil" passa a identificar metonimicamente a colônia portuguesa. Nesse percurso, o nome "Terra do Brasil", referência à árvore nativa que primeiro caracterizou a economia local, é tomado pela memória do dizível e, logo em seguida, passa a significar a região. Dessa forma, os traços discursivos do interdiscurso funcionam na formulação do dizível, isto é, a atividade extrativista produz efeitos que determinam o processo de formulação do nome da terra. Segundo Guimarães,

> [...] dá-se como origem do nome Brasil exatamente esse fato: os mercadores de madeira chamavam esse domínio da coroa portuguesa de "Terra do Brasil" em virtude de haver aqui grande quantidade dessa madeira [...] A nomeação da terra se dá

> atribuindo-se a um lugar uma característica que se vê contida nele. (1992, p.18)

A relação do sujeito-europeu com esse novo espaço discursivo produz efeitos de sentido que passam a significar o Novo Mundo com grande entusiasmo, principalmente pela facilidade de explorar a exuberante e abundante riqueza natural existente na costa da colônia, cuja relação também produz efeitos de sentido quanto aos aspectos políticos e sociais para os colonizadores. Já não só a exploração da terra satisfazia, mas a sua ocupação passa a ser fundamental. Assim, pouco mais de cinquenta anos da descoberta, a colônia já convivia com a constante presença de aventureiros e colonizadores de outras nações europeias. Parafraseando Mariani (2004), essa presença faz suscitar a necessidade imediata de ocupação das terras da colônia, o Brasil, pelos seus descobridores/proprietários, os portugueses. Inicia-se a ocupação do imenso litoral, a costa brasileira, e, consequentemente, do interior da colônia, o sertão do território Sul americano. Esse movimento discursivo na colônia produz efeito que desloca sentidos já estabilizados para aquilo que significava a colônia, a terra que, até então, significava o lugar de exploração, o movimento discursivo constitui novos sentidos, a Terra passa a significar também território do Estado lusitano, da geopolítica da Monarquia de Portugal. Assim, ocupar não era só estar para explorar; era também necessário constituir o lugar como parte do Território Estado Português, como garantia da ampliação do império português. Nesse sentido, continua a autora:

> de entreposto para coleta de pau-brasil e outras especiarias, a terra passa a ser efetivamente colonizada, o caminho encontrado para garantir a posse frente às inúmeras invasões que vinham sendo realizadas, uma concorrência feitas pelos navegantes, piratas e comerciantes espanhóis e franceses. (MARIANI, 2004, p.49)

Como se observa, não bastava à Coroa Portuguesa delimitar e proteger o contorno geográfico da recente colônia, também não era suficiente apenas retirar da colônia suas riquezas naturais, era preciso

muito mais: era imprescindível ocupar/povoar o imenso território brasileiro, registrar a Terra de Santa Cruz do Brasil, criar a sua identidade, sua certidão de nascimento[5].

Assim, esses acontecimentos foram cruciais para que o Estado lusitano garantisse, de fato e de direito, posse do território da Terra colonizada no Novo Mundo, o Brasil.

Para tanto, alguns movimentos sociopolíticos foram cruciais para essa passagem: a) a necessidade da definição demarcatória de uma fronteira entre a colônia portuguesa e espanhola[6]; b) a entrada das Bandeiras nos mais longínquos sertões da colônia; e c) a necessidade de a coroa portuguesa povoar sua colônia, mecanismo necessário para lhe garantir a expansão, a ocupação e o seu domínio institucionalizado.

As condições históricas, políticas e sociais são fatores fundantes que permitem a compreensão do processo de povoamento da colônia. Ocupar os sertões e, de suas terras, retirar e produzir riquezas para a coroa, de fato, são condições constitutivas da memória histórica de interiorização e ocupação dos sertões brasileiros. Estes gestos de ocupação dão visibilidade ao modo como se materializam os sentidos de pertencimento, em especial, também no modo como vão se dar os processos de ocupação no interior do próprio Brasil, que, inicialmente, se marca pelas Entradas dos colonizadores europeus e, em seguida, nas Bandeiras pelos já aqui nascidos, filhos de europeus com os habitantes nativos/índios e negros/escravos vindo do Continente Africano. Desse modo, há vários modos de se olhar para essa história. O nosso exige uma posição histórica diante do processo de produção desse conhecimento, como também dos efeitos que produz. Um saber que não só constitui o homem, mas constitui a sua própria história. Ao historicizar a constituição da nossa própria história, a(s) memória(s) se apresenta(m) como a premissa principal para compreendermos as filiações em que nossos processos de significação ganharam essa forma e não outra: efeitos de uma materialidade histórica distinta entre Brasil e Portugal, na própria denominação que dá Orlandi (1993), “uma disjunção obrigada” que, ao longo da história, produzirá efeitos diversos.

A ocupação rumo ao sertão central desafiava cada vez mais os colonizadores do território brasileiro a adentrarem lugares totalmente

desconhecidos até então. Essas conquistas, como tantas outras no *Novo Mundo*, quase sempre eram construídas com o suor e sangue derramado pelos movimentos de ocupação dos lugares desconhecidos que envolviam e sucumbiam as "feras", como eram designados os nativos/índios, escravos, colonizadores. Uma epopeia que faz significar o sertão central, discursos que narram os avanços conquistados e os recuos forçados pela resistência, recuos que passam a escrever os primeiros núcleos urbanizados dos colonizadores no sertão central, originando desse modo os arranchamentos, os pousos e as vilas. Nessas condições de produção, produzem-se os efeitos de sentido que acabam por significar as aglomerações que materialiazaram a urbanização do sertão da colônia. Essas aglomerações agora "civilizadas" passam a ressignificar o lugar do "desconhecido", do lugar obscuro/lúgubre para o sentido de lugar seguro, o lugar de descanso e apoio para os colonizadores que ainda não significavam tais espaços, visto que era o lugar do não-sentido (non-sense)[7].

É esse lugar que nos interessa: o espaço discursivo que se move do lugar do não-sentido, aquele capaz de ressignificar, que passa a fazer sentido, a passagem do não dito para o dito. Diria ainda, o lugar que instala "uma situação em que estes sujeitos possam passar do não-sentido ao sentido possível, 'de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido" (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1998, p.310).

Para tanto, propomos pensar, sobretudo, como o discurso das Bandeiras que adentraram em direção aos sertões mato-grossenses ecoa, marcando a posição dos colonizadores na busca de minas e/ou de gentios para serem escravizados e que efeitos de sentido produziram na constituição de novos espaços e sujeitos. O desdobramento discursivo desse movimento marca também o lugar do dizível, um discurso fundante no povoamento e domesticação desses sertões. Ao ocupar cada vez mais os sertões, os discursos produzidos do lugar dos bandeirantes vão constituindo sentidos que constroem o imaginário do lugar dos sujeitos colonizadores do sertão central da colônia lusitana. Perguntamos, então, como os sentidos de *ocupação/domesticação/urbanização/resistência* foram construídos seja para os colonizadores que aqui aportaram, seja para seus filhos

aqui nascidos das diferentes cruzas e ainda para os nativos/índios que já habitavam essas terras.

Para darmos continuidade na busca por esta compreensão, trazemos a reflexão desenvolvida por Orlandi (1993), que trata a questão de como o não-sentido passa a significar para os colonizadores e colonizados. Ou seja, trata-se de compreender como o *Novo Mundo* passa a significar tanto para o europeu/colonizador quanto para os nativos/índios/colonizados desse lugar discursivo. Acompanhemos a indagação feita por Orlandi:

> como, de um lado, a partir da certeza do já-dito, e, de outro, do nunca experimentado, sentidos chegam e se transformam em outros, abrindo um lugar para a especificidade de uma história particular, na sua forma plural: as histórias do Brasil? (1993, p.11)

2. A ocupação do lugar a ser significado: O Sertão

Aproximadamente no ano de 1543, com a descoberta da região platina pelos espanhóis, chegam os primeiros europeus em território mato-grossense. Cronistas e historiadores dizem que o primeiro registro sobre a penetração de colonizadores portugueses na região do Cuiabá data do período entre 1673 e 1682. Eles contam que as Bandeiras de Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera, percorrendo os sertões do Brasil a serviço da coroa portuguesa, alcançaram a região cuiabana e denominaram o local onde acamparam de São Gonçalo. Seguindo, na região atualmente chamada Araguaia em Mato Grosso, encontraram alguns aborígenes usando como ornamentos pepitas de ouro. No retorno desses bandeirantes a São Paulo, espalhou-se a notícia daquilo que eles tinham vivenciado no longínquo sertão, cujas histórias passam a produzir efeitos que impulsionara uma grande e longa expectativa para reencontrar a cantada mina aurífera[8].

O movimento discursivo constituído a partir das entradas dos bandeirantes nos sertões de Mato Grosso materializa o imaginário que sustenta a lenda das Minas dos Martírios, minas de ouro, procuradas e muito desejadas pelas Bandeiras dos séculos XVII e XVIII. O acontecimento foi decisivo para a entrada de novas Bandeiras no

sertão mato-grossense e, consequentemente, resultou na ocupação urbanizada que constituiu a identidade da população desse sertão. Para Orlandi,

> Sujeito e sentidos se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação [...] identificamo-nos com certas idéias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles 'batem' com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos. (1998, p.206)

Compreender o imaginário de um novo lugar, de uma nova ordem social, requer levar em consideração as condições de produção de sua aparição, é considerar sua existência como acontecimento enunciativo constituído por uma temporalidade própria com a qual os sentidos são retomados/ressignificados, sentidos estes constituídos pelas relações históricas, sociais e ideológicas que afetam os sujeitos que ali se constituem. É o funcionamento da memória discursiva que, ao significar, também significa o sujeito discursivo considerando o espaço da organização discursiva, isto é, considerando "a relação entre dois eixos, por assim dizer; o eixo vertical, o da constituição dos sentidos, o do interdiscurso, e o eixo horizontal, o da formulação do sentido, o do intradiscurso" (ORLANDI, 2001, p.181). O imaginário é assim, uma relação determinada pela memória histórica do sujeito afetado pela língua com a historicidade constitutiva de uma época.

Considerando o recorte do material que tomamos para a análise, temos, então, o seguinte confronto: de um lado, os representantes da coroa portuguesa, os colonizadores, bandeirantes/desbravadores/conquistadores, *famosos aventureiros* dos sertões brasileiros, acompanhados dos missionários, freis e padres, representantes da *fé cristã*, da *igreja católica*, o lugar do civilizado, do já-dito, do sentido estável; de outro, temos os colonizados,

nativos/índios, o lugar da barbárie/selvageria, do não-dito ainda, o desconhecido, o lugar do não-sentido para o sujeito-colonizador.

Este estudo toma esse percurso de tensão discursiva entre o já-dito e o não-dito, em busca do que há por vir, ou seja, dos modos como vão (re)significar o não-sentido, o silêncio[9], o *vazio da linguagem*, constitutivo dessa relação que reclama por sentidos – do Velho Mundo para com o Novo Mundo - como também - do Novo Mundo para com o Velho Mundo, tanto para o europeu/colonizador quanto para o nativo/índio/colonizado. É, na afirmação de Orlandi (1993, p.13), a "instauração de uma nova ordem de sentidos (...) a possibilidade de criar um lugar na história (...)". Buscamos, desse modo, compreender o funcionamento discursivo a partir das condições de produção dadas sobre a ocupação do sertão mato-grossense, considerando a relação entre o sujeito-colonizador (bandeirantes/missionários) e o sujeito-nativo (índios).

Uma relação tensa entre costumes e crenças marcadamente pelo antagonismo cultural, de um lado o lugar do Velho Mundo, e, de outro, o do Novo Mundo, que se organiza discursivamente a partir das relações de forças constitutiva do discurso, entre o mesmo e o diferente. Como efeito, a forma que se constrói um imaginário social estabelecido pela unicidade de sentidos, a partir da instauração de uma política linguística que objetiva estabilizar e cristalizar os sentidos constituídos do lugar da ideologia do sujeito-colonizador, se dá pelas condições de produção dos sentidos que significam a partir da memória discursiva da história do descobridor europeu, que fala do lugar do dominador. Busca-se a ferro e fogo a sujeição do sujeito-nativo aos costumes "civilizados" dos europeus – discurso dos dominadores – em detrimento dos costumes da "barbaria/selvageria" do gentio/índio – discurso dos dominados. Ou seja, a sobredeterminação do discurso do colonizador sobre o colonizado é um efeito de sentido que produz o apagamento/silenciamento do discurso dos dominados. É exatamente esse lugar obscuro que provoca o estranhamento dos sentidos, é o ponto que desestabiliza o sentido estável, portanto, o lugar da necessidade de domesticação linguística. É por esse assujeitamento[10] à língua que se evidencia a relação de forças existentes entre os elementos antagônicos da discursividade, o

lugar de tensão entre o já-dito e o ainda não-dito, com o que há ainda por vir, pois, segundo Orlandi,

> é preciso pensar que a ideologia é um ritual com falhas e a língua não funciona fechada sobre ela mesma, ela abre para o equívoco. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) face a um sujeito que está condenado a interpretar (a significar). Na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização, e, de outro, o acontecimento, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e deslocam, mantêm e rompem limites. A materialidade das condições de produção dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar outros lugares. (2007, p.02)

Observemos agora algumas sequências discursivas que fazem parte das narrativas que contam as histórias do período da colonização do sertão mato-grossense. São sequências que dizem sobre os primeiros contatos dos colonizadores com os gentios nativos da região, que dão visibilidade às relações de poder que sustentam o lugar do sujeito-colonizador como dominador. É importante ressaltar que "colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realiza, portanto, sem tensões e confronto" (MARIANI, 2004, p.23). Isto significa dizer que os relatos, assim como qualquer texto, não são descrições neutras, puras ou ingênuas. Na forma mesma como foram escritos, e pela inscrição da língua na história como condição de significação, esses já significam um imaginário a partir da memória discursiva que afeta o sujeito-autor e sentidos, o que inscreve numa formação discursiva[11] que marca uma posição sujeito: a do lugar discursivo do sujeito-colonizador.

Um exemplo desse efeito discursivo pode ser observado no discurso da culinária, uma vez que a alimentação dos sujeitos-nativos (gentios/índios) no discurso produzido pelo sujeito-colonizador sofre um deslocamento semântico. Na posição do sujeito-nativo o que se comia significava alimento/nutriente, necessário e saboroso para se manter vivo e forte; na posição do sujeito-colonizador, esse mesmo

alimento significava imundice/nojeira, como se pode observar nesta sequência discursiva:

> [...] e o mais sustento é do rio pelo muito peixe que pescavam e capivaras que matam que são os porcos d'agua, jacarés, e jucuris que são umas cobras de estranha grandeza, **e todas as mais immundicias** que deu os pantanaes, nos quaes cria Deus. (CAMPOS, 1862, p.441) (Grifos nosso)

Como se observa, os sentidos sempre podem ser outros, como afirmava Pêcheux (1975), pois são constituídos no interior das relações de força das formações discursivas, as quais produzem os efeitos de sentidos entre os interlocutores. De um lado, tem-se, como efeito, o sentido de evidência, ou seja, a naturalização de sentidos; de outro, o sentido que percebemos no funcionamento da opacidade, da falha, da não transparência da língua. É nesta última concepção que percebemos materializado o discurso do sujeito-colonizador que, nesta posição, vai legitimando sentidos e constituindo novos espaços, ao mesmo tempo em que oferece o lugar da resistência do colonizado. Se por um lado, isto é, pelo efeito da literalidade aparente da língua se evidencia a alimentação do gentio significada como *immundicias*, por outro, na falha, no equívoco constitutivo da língua, a alimentação significa também robustez desses gentios ao descrevê-los como *mui socados e largos das espáduas* (a opacidade própria da língua). Dessa forma é que imprimimos novos gestos de interpretação, pois são outros lugares de significação se constituindo no funcionamento discursivo do colonizador como se materializa nos dizeres abaixo.

> [...] e são tão fortes que fazem as maiores vantagens assim por andarem sempre a Cavallo, como por serem os cavallos andaluzes, e os melhores que se tem visto, e se tem observado que este gentio tem as pernas arqueadas e compridas, sendo a maior parte d'elles curtos do corpo, mas mui socados e largos das espáduas [...] (CAMPOS, 1862, p.440)

Vejamos outros recortes.

a) [...] cultivando os **agrestes silvados do paganismo** em fructiferos vergeis da Egreja Santa. [...] operarios desta santa lavoura, em militares progressos, a expugnaram dos comarcãos de am **onde colhiam almas para Deus e utilidades humanas**, [...] auxiliados dos mesmos **indios que amansavam**, com quem faz guerra as barbaridades [...] **prenderam muitos dos indios**, [...] a quem os nossos famosos capitães, como fieis portuguezes, fizeram guerra, e pondo em fuga os brancos **recolheram muitos indios**, [...] **foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos archivos da memória** e só me lembram as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porrudos, Xacororés, Aragoarés, Coxiponés, Pocuris, Arapoconés, Mocos, Goatós, Araviras, Buripoconés, Arapares, Hytaporés, Ianés, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraés, Penacuícas, e outros.... subiu o rio Cuyabá... em **procura do gentio Coxiponé,** chegou a uma aldeia delles [...] e **ahi prendeu muitos**... solicitando as mais nações [...] ahi achou **o gentio, em quem fez suas presas** com bastantes mostras de ouro em botopuis e outros enfeites [...] (SUZUKI, 2007, p.45-46) (Grifos nosso)

b) [...] **os Parecis... são os que me parece mais hábeis entre todos** os mais para se instruírem na fé catholica [...] que alguém abrace **tanta multidão de pagoes nossa santa fé catholica romana**... para maior gloria sua, honra e credito da nação portugueza, e extensão dos domínios de S. Majestade. (CAMPOS, 1862, p.445) (Grifos nosso)

c) Em provável **combate com os índios, o bandeirante aprisionou muitos** e os levou para São Paulo para serem vendidos como escravos. [...] seguiu seu destino com a sua **carga humana**.[...] **Em luta renhida com os coxiponés, tendo aprisionados alguns índios** [...] (SILVA, 2000, p.18) (Grifos nosso)

d) Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam **à cata de índios** [...] (ABREU, 1988, p.141) (Grifos nosso)

Nos recortes discursivos de a, b, c, e d, em negrito, podemos verificar as marcas discursivas constitutivas do sujeito-colonizador, que fala do lugar da igreja católica e da coroa, essas marcas que vêm inscritas, segundo Orlandi,

> pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder – traz em sua materialidade os efeitos que atingem esses sujeitos apesar de suas vontades. (1999, p. 32)

Observa-se que os discursos dos sujeitos-colonizadores, representantes da igreja católica e coroa portuguesa, falam a partir do lugar do conquistador europeu, buscam manter uma relação de dominação/poder sobre os nativos gentios/índios, em que esses primeiros contatos se davam quase sempre através de confrontos. Os nativos dominados/amansados eram submetidos ao processo da ação civilizadora[12], objetivando a conversão das almas dos *bárbaros* à fé cristã, à sujeição aos costumes e crenças dos conquistadores. Por isto, parafraseando Orlandi (2001), não são os conteúdos ideológicos que interessam, mas os mecanismos de produção de sentido, o espaço que vai da constituição dos sentidos (interdiscurso) à sua formulação (intradiscurso). Do contrário, seria uma forma simplista de apresentar essa relação antagônica a partir do dualismo factual da história, guerra/poder ou guerra/subserviência, vencedores e vencidos, o que não é o caso, pois aqui estamos tratando os sentidos a partir de suas relações discursivas, considerando suas condições de produção[13], sua historicidade. Assim, não é guerra que significa, mas sim o que se diz sobre ela é que determina as relações de poder entre vencedores e vencidos, mesmo considerando o lugar da resistência que significa também nessa relação.

O processo de sujeição, então, não se define nesse lugar de forças físicas/bélicas. Ao contrário, esse processo se dá a partir da relação dos elementos simbólicos de linguagem, do sujeito que se significa pela língua, cujo sentido de assujeitamento que dão visibilidade

material às formas de resistências discursivas faz com que as fissuras/ranhuras dos sentidos signifiquem o contraditório, a ambiguidade, posto que são partes constitutivas do funcionamento de linguagem. Assim, como o sujeito-colonizador ao se deparar com o desconhecido, constrói em sua discursividade o imaginário da necessidade de institucionalizar o lugar da civilidade, isto é, uma civilidade que consiga domesticar, acomodar os sentidos outros que vão surgindo, poderíamos dizer, então, que o processo de *civilização* do Novo Mundo, por si só, já aponta para o lugar de uma civilidade ressignificada, cujo domínio e limite se relativizam no/pelo simbólico.

O sujeito-nativo, por sua vez, constrói sua discursividade de resistência silenciosamente nos espaços de reorganização de suas práticas significativas. Orlandi (1990, p.49) ilustra o sentido do "silêncio constitutivo (o que se apaga ao se dizer") com a atividade de nomear: "toda denominação circunscreve o sentido, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito [...]; toda fala silencia necessariamente." Essa relação de força se coloca no sentido da perseverança de seus costumes e crenças, no limite, na resistência ao seu próprio extermínio. Nesse caso, resistência também significada aí, diferente de até então; não é mais uma relação entre nativos, mas sim com o diferente sob todos os aspectos, ou seja, no contato com o desconhecido, com o colonizador. Diríamos, uma resistência ressignificada.

3. Uma breve conclusão

Podemos observar, enfim, que na relação entre o não sentido e o já dito, o que conta é o modo como o imaginário[14] do colonizador sobre os nativos/índios, no caso, os colonizados, são significados como "animais", pois os colonizadores querem prender, amansar, domesticar os nativos/índios. Isso se dá, a nosso ver, por pelo menos dois movimentos: 1. Por causa da força do discurso religioso que ainda persiste na tensão com o discurso jurídico. Isso se mostra quando os colonizadores os chamam de pagãos e gentios, por exemplo; 2. Porque o colonizador não se identifica com as experiências de vida dos colonizados, os significam como selvagens e bárbaros, isto porque, para o colonizador, eles, os colonizados, não estão na mesma ordem discursiva dos sentidos de civilização, posto

que estes, tanto em relação à forma de sua alimentação quanto da sua forma de caçar/montar o cavalo, na sua constituição física, no seu modo de se relacionar com o ouro e se enfeitar, enfim com suas práticas sociais, são descritos como gentios, ferozes, que se utilizam de imundícias como alimento.

Esses dois movimentos constituem o imaginário do colonizador sobre o colonizado e transitam do não sentido para o já dito, por conta da impossibilidade de identificação entre as práticas existentes na terra "conquistada" e aquelas próprias da corte portuguesa.

Desse modo, a partir dessas fissuras/ranhuras discursivas, os sentidos de civilidade/selvageria como as de domínio/resistência se ressignificam, tanto para um quanto para o outro. Nessa relação tensa entre o mesmo e o diferente, constrói-se também o espaço que passa a ressignificar o lugar do sujeito-nativo, ou seja, "os índios vão construindo um lugar frente ao português, no qual eles redirecionam os processos de significação engendrados na língua de colonização. Assim, a partir de suas próprias línguas, a resistência se faz com base na simulação dos gestos que legitimam a língua portuguesa aos olhos e ouvidos do próprio colonizador" (MARIANI, 2004, p.32). Com efeito, ao bárbaro/selvagem, com o processo de conversão/submissão, lhe é atribuido o *estatus* de "homem", e como tal, os sentidos passam a significar o seu não extermínio de imediato. Assim, é o funcionamento do sentido de resistência se ressignificando na relação discursiva, são os novos domínios se instituindo e se legitimando pelo simbólico.

Com isso, pode-se dizer que com esses deslocamentos de sentidos foi se construindo relações de domínio do lugar do novo a partir das resistências constitutivas do confronto discursivo travado entre o lugar do sujeito-colonizador e o lugar do sujeito-nativo. E é sob o efeito imaginário que eles constroem de seu próprio lugar e do lugar do outro, seja pelo avanço, pelo contato, pela resistência e pela ocupação dos sertões mato-grossenses, legitimando o movimento/contorno discursivo particular de sua historicidade, a origem fundacional do lugar/sentido do novo. Este sentido, conforme Orlandi (1993), foi construído nos confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. É, então, a passagem do já-dito para o nunca

experimentado, o que há por vir; o não-sentido, significando na relação com o outro, tanto para o sujeito-colonizador, o civilizado quanto para o sujeito-colonizado, o selvagem, o lugar do novo vai se institucionalizando com novos discursos, novos sentidos. Dessa forma, esse movimento marca a transição do selvagem para o civilizado, ao mesmo tempo em que redesenha um novo contorno territorial na América, como nos sustenta Orlandi (2011, p.16), quando diz: "esse movimento vai desenhando nosso território vai apropriando nosso solo (...)". Ou seja, os discursos de ocupação e resistência, do civilizado e do selvagem vão significando a ocupação do que virá a ser o Brasil. A nosso ver, vão também construindo a territorialidade e identidade do povo das Minas/Capitania do Cuyabá/Mato Grosso.

Referências bibliográficas

ABREU, J. C. de. (1988). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia.

GUIMARÃES, E. (1992). "Terra de Vera Cruz". In: *Origens e Identidade*, n.4, p.16-21. Rio de Janeiro: Vozes & Cultura.

HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec.

LAGAZZI, S. (1996). "Guerra dos Mascares: A Constituição do Cidadão Brasileiro no Século XVIII". In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs.). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas: Pontes, p.31-38.

MARIANI, B. (2004). *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes.

MENDES ARAÚJO, O. M. C. (2001). "O Discurso da Constituição da Fronteira de Mato Grosso". In: *Fronteira, Memória e Linguagem*. Campinas: Pontes/Unemat, p.83-105.

MOTTA, A. L. A. R. da. (2011). *O discurso da normatização da terra*. Campinas: UNICAMP.

ORLANDI, E. (1993). "Vão Surgindo Sentidos". In:_____. (Org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, p.11-26.

_____. (1998). "Identidade lingüística escolar". In: SIGNORINI, I. *Lingua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, Unicamp.

_____. (2009). *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 8ª ed.

_____. (2004). *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* Campinas: Pontes.
_____. (2007). "Educação em direitos humanos: um discurso". In: SILVEIRA, R. M. G. et al (Orgs.) *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológico.* João Pessoa: Editora Universitária, p.295-312.
_____. (1990). *Terra à Vista Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp.
_____. (1999). *Do sujeito na história e no simbólico*. Campinas: LABEURB, Escritos, p.11-16.
_____. (1999). *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes.
_____. (2007). *A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica*. <Disponível em: www.conciencia.br>.
_____. (2011). *Discurso, Espaço, Memória – Caminhos da Identidade no Sul de Minas*. Campinas: Editora RG, p.13-34.
PIRES DE CAMPOS, A. (1862). *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográphico e Ethnographico do Brasil*.
PÊCHEUX, M. (1969). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
SILVA, P. P. C. e. (2000). *Quadros históricos de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: CDD.
SUZUKI, Y. T. (2007). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá: Entrelinhas.

Palavras-chave: Discurso, sentidos, sertão.
Keywords: Discourse, meaning, wilderness.

Notas

[1] Professor Dr. em Linguística do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística /UNEMAT/Cáceres – Coordenador do CEPEL – Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem e do projeto de pesquisa – Estudos da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT/CNPq. taisirkarim@hotmail.com
[2] Professora Dra. em Linguística do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Linguística /UNEMAT/Cáceres. arenzo@unemat.br
[3] Análise do Discurso desenvolvida na França a partir de Michel Pêcheux (1969) e no Brasil com os trabalhos de Eni P. Orlandi.

[4] Desenvolvida e publicada por Eduardo Guimarães (2002), no Brasil.
[5] Ver Motta (2011).
[6] Ver Mendes Araújo (2001).
[7] Cabe aqui um parêntese para distinguir o não-sentido do sem-sentido, ambos aparentemente se movimentam em territórios semântico-discursivos que se aproximam, mas, postos no funcionamento discursivo, essa aproximação desliza, escorrega, se desfaz. Segundo Orlandi (2007), "O não-sentido, em uma relação com a memória discursiva, é o irrealizado, aquilo que ainda não faz mas pode vir a fazer sentido. O sem-sentido, ao contrário, resulta de um esgotamento, de processos pelos quais as coisas perdem sentido, ou simplesmente não fazem sentidos." (p.309)
[8] Conforme Paulo Pitaluga Costa e Silva em *Quadros Históricos de Mato Grosso - Período Colonial* (2000); Antonio Pires de Campos em *Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos* (1862).
[9] Recorro aqui ao sentido de silêncio pensando por Eni Orlandi (1992), em *As formas do Silêncio no movimento dos sentidos.* Conforme Orlandi (1992, p.70): "O silêncio não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa. Isto nos leva à compreensão do *vazio da linguagem* como um horizonte e não como falta".
[10] Conforme Orlandi (2007) em *A questão do Assujeitamento: um caso de determinação histórica*.
[11] Para Orlandi (2009, p.43), uma formação discursiva "se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito".
[12] Ver Orlandi (1993, p.18).
[13] Ver Pêcheux (1993, p.79). *Por Uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux – As condições de produção do discurso*
[14] Conforme Orlandi (1999) em *Antecipação: Formações Imaginárias* em *Análise de Discurso: Princípios & procedimentos.*

Recebido em: julho/2015

Aceito em: setembro/2015

O TEXTO NO CIBERESPAÇO: A QUESTÃO DOS LINKS E A ENUNCIAÇÃO[1]

Claudia Freitas Reis*

Resumo: *Neste artigo apresentamos algumas questões relativas ao funcionamento do texto na Internet sob um olhar enunciativo. Discorreremos sobre a noção de texto e textualidade segundo a perspectiva da Semântica do Acontecimento, dando relevo ao tratamento do link, ao esquema de linkagem, tão próprio da textualidade no ciberespaço, propondo alguns deslocamentos para pensar neste funcionamento articulado à forma como tratamos a enumeração.*

Abstract: *This article presents some issues relating to the operation of the text on the Internet under an enunciatively perspective. We will discuss the notion of text and textuality from the perspective of the Semantics of the Event, giving evidence to the treatment of the link, the linking scheme, as textuality of itself in cyberspace, proposing some shifts to think in that operation along with the way we treat the enumeration.*

Há uma configuração textual dos *websites* que nos parece importante considerar e que será objeto deste texto, já que trazem consequências importantes para o estudo de designação que propomos. Assim, apresentamos aqui uma reflexão sobre a forma como o texto se configura na *web*, com maior atenção para o que chamaremos de "esquema de *linkagem*", procurando estabelecer as relações pertinentes entre esta configuração e a forma como conceituamos um texto. Neste sentido, trabalharemos com a teorização proposta por Guimarães (2002, 2011) em torno do tratamento enunciativo do texto, mais especificamente sobre o funcionamento enunciativo da enumeração, e a formulação sobre o que seja um *link* em textos que tratam do ciberespaço.

1. O *hiperlink* e o *hipertexto*.

As indagações que apresentamos neste trabalho estão diretamente atreladas ao nosso trabalho de doutoramento (REIS, 2015) quando lançamos a pergunta: *qual o sentido da palavra língua no site da UNESCO*? O percurso que escolhemos para delimitar as possíveis respostas a esta pergunta nos colocou diante da problemática do funcionamento do texto na Internet. Uma primeira questão, estava relacionada à necessidade ou não de deslocamentos teóricos para tratar do texto, ou seja, estávamos tomados por uma série de questões: o texto na Internet é igual ao texto do livro impresso[2]? Um texto é sempre o mesmo independentemente de onde circula? Haveria, de fato, grandes diferenças se os textos estivessem publicados em outro meio e não no *site* da UNESCO?

Na materialidade do que se apresenta quando um texto está na Internet há uma forma de articulação importante em sua tessitura: os *links*[3] e como estes fazem funcionar a hipertextualidade. É justamente sobre esta questão que nos debruçaremos neste momento a fim de iniciarmos um caminho que nos leve a produzir uma articulação teórica para tratar esta questão na relação com a produção de sentido no acontecimento.

Não há como tratar do *hipertexto* sem esmiuçarmos a noção de *link*. O *link* ou *hiperlink* é uma ligação que se estabelece entre partes de um mesmo texto ou entre um texto e um conteúdo externo a ele. No caso da interface *www*, é uma ligação que se estabelece entre o documento de uma página com uma outra página ou endereço na *web*. Na verdade, os *links* são programas que ao serem acionados fazem funcionar páginas que estão disponíveis na rede. Desta forma, os *links* são a base para o que chamaremos de *hipertexto*.

A primeira referência a esta teia de textos que posteriormente será nomeada de hipertexto, foi feita por Vannevar Bush em 1945 no texto "As we may think"[4]. De acordo com Cruz (2015), Bush dirige sua atenção:

> [...] aos instrumentos de registro e transmissão de informação, que ele considera estarem entre os principais desafios para os

> cientistas - como ler e entender tantos artigos e relatórios e acessar tantas informações e ali selecionar o que é relevante. Os instrumentos aos quais estava acostumado eram papel, lápis e fichários. (CRUZ, 2015, p. 11)

A preocupação de Bush estava centrada na assimetria entre a produção de conhecimento e a forma como isto era acessível às pessoas. Inspirado na forma supostamente desordenada do funcionamento dos processos cognitivos de memorização, que segundo o autor seriam realizados por associações, Bush propõe o Memex (*Memory Extension*), instigado pela pretensão de reunir em um aparelho as informações que foram sendo elaboradas pela humanidade no decorrer de sua existência e que deveria funcionar como uma "memória auxiliar do cientista". Assim o Memex[5] seria um depositório de todo material referente ao conhecimento produzido pelo homem e que pudesse estar interligado e ser consultado automaticamente. Esta questão será retomada nos anos 60 pelo filósofo e sociólogo estadunidense Theodore Nelson[6], discípulo de Bush (Landow, 1995), que cunhará o termo hipertexto para referir uma forma própria da informática de escrita/leitura não lineares que seria a base do Xanadu, uma biblioteca onde pudéssemos acessar os clássicos da ciência e da literatura.

Desta forma, tomando uma parte da história da palavra que é mobilizada em muitos trabalhos que se propõem discutir a questão da hipertextualidade, poderíamos destacar duas questões que pensamos pertinentes ao que propomos: 1) a pretensão de reunir *tudo* em *um* único lugar; 2) a necessidade de uma memória que guarde tudo. Estas duas questões movimentam de forma decisiva o sentido do que venha a ser a Internet, entendida como um grande arquivo capaz de armazenar "tudo", "infinitamente". Para Paixão (2013):

> [...] dizer "os documentos estão ligados entre si" não significa dizer que essas ligações *se totalizem* em nenhum ponto. Não se totalizam: o conjunto de remissões não é definido, de modo que não há uma unidade (nem mesmo uma unidade *lógica*) à qual

> podemos denominar "*a web*". O que temos são documentos *potencialmente* interligáveis por funcionamentos remissivos eletrônicos e *potencialmente* indexáveis por sistemas catalogadores. Assim, a "web" é um funcionamento que possibilita, potencialmente, o acesso e a indexação de textos – mas os textos disseminam-se, na realidade, como uma população difusa, não necessariamente interligada e não necessariamente indexada, de bilhões de documentos. As perguntas sobre "quem organiza a internet", nesse sentido, talvez não tenham resposta, porque as premissas não estão bem colocadas. A ideia da indexação total, desconfio, liga-se à noção da "internet" como "um lugar", um lugar imenso, onde "tudo está". (PAIXÃO, 2013, p. 40)[7]

Deixaremos, no entanto, estas duas hipóteses em suspenso para mais adiante retomá-las.

Esta forma de organização textual deve ser pensada com cuidado quanto à sua originalidade, já que no que diz respeito à remissão a outros textos, pode-se dizer que a hipertextualidade também constitui o texto impresso. De acordo com Braga (2005):

> Como indicam Burbules e Callistes (2000)[8], é importante lembrar que os links eletrônicos (que possibilitam a interatividade constitutiva do hipertexto) geram uma organização textual que não é totalmente nova. A organização estrutural do hipertexto recupera e expande formas de relações inter e intra-textuais já exploradas nos textos impressos, principalmente o de natureza acadêmica. Os recursos de escrita, como por exemplo, as notas de rodapé, as referências feitas a outros textos ou as conexões explicitamente indicadas - que convidam o leitor a adiantar ou voltar atrás na leitura de um texto específico – desempenham uma função próxima daquela a ser preenchida pelos links digitais. (BRAGA, 2005, p. 146)

Neste sentido, o hipertexto ou essa "forma de ampliação textual" pode ser compreendido de uma maneira mais geral, aplicado a outras interfaces, inclusive às impressas. Também poderíamos acrescentar aos exemplos de Braga as enciclopédias e os dicionários que nos encaminham para diferentes lugares dentro das páginas que os delimitam. De acordo com Paixão (2013),

> No uso do senso-comum, o termo "hipertexto" acabou ficando muito próximo ao sentido de "texto interligado"; a possibilidade de realizar ligações com outros textos é de fato uma característica marcante do hipertexto, mas também ela está contida na sua propriedade central: a de ser constituído por *uma programação não-representacional intermediária que possibilita diferentes representações finais* para o texto. (PAIXÃO, 2013, p. 25)

Uma característica destas ligações é que elas não se apresentariam de forma linear e é esta qualidade de acesso não linear, variável e, supostamente, relativo à escolha de cada leitor que chamamos de navegação. São considerados "os nós" que constroem o que se chama de hipertexto que seriam, então, textos formados por outros textos. De acordo com Levy (1993):

> Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequencias sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira. " (LEVY, 1993, p. 33)

No entanto, sob o rótulo de uma suposta desordenação, por conta da não linearidade e dos nós "que podem conter uma rede inteira", não podemos desconsiderar um certo caráter volitivo na medida em que os *links* estão postos por aqueles que elaboraram o texto ao leitor/navegante; há um autor que se dedicou a construir estes nós. Ou seja, estas redes foram costuradas de forma que o autor "propositadamente apresenta ao leitor, como estratégia de marcar seu próprio percurso enquanto autor, seu estilo, sua história, seu lugar de autoria, e delineando que caminhos o leitor pode perseguir nesta(s) sua(s) leitura(s)" (CAVALVANTE, 2005, p. 163). Vejamos que isso também pode ser tomado pelos *links* do texto impresso. Quando o autor escolhe aquilo que deve o não estar no seu texto na medida em que dispõe determinada informação em notas de rodapés, isto também é uma forma de marcar este lugar de autoria, já que a apontará como algo fundamental ou não à sequência textual.

Ainda sobre a questão da linearidade Braga (2005) nos diz quais seriam as especificidades da chamada hiperleitura já que a leitura do texto impresso não é necessariamente linear. (BRAGA, 2005, p. 147). Desta forma, retomando Lemke (2002)[9] aponta o caráter bidimesional do texto impresso frente as saliências do meio visual (título, parágrafos, fontes) concordando com o autor quando afirma que

> o hipertexto difere radicalmente do texto impresso na medida em que oferece ao leitor apenas unidades de informação com possibilidades de trajetória e loops sem que haja um eixo narrativo ou argumentativo que os relacione entre si de forma sequencial (BRAGA, 2005, p. 147)

Talvez esta afirmação seja um lugar interessante de reflexão: poderíamos de fato dizer que não há "eixo narrativo ou argumentativo"? Ou será que é justamente esta possibilidade de escolha que é dada ao leitor/navegador que constrói a narratividade e a argumentatividade? Ainda segundo Braga (2005):

> Essa organização textual, não depende de um eixo central que sustenta um conjunto hierarquicamente organizado de informações secundárias, exige que o leitor faça escolhas e também determine tanto a ordem de acesso aos diferentes segmentos disponibilizados no hipertexto, quanto o eixo coesivo que confere um sentido global ao texto lido. (BRAGA, 2005, p. 148)

Apesar da possibilidade da escolha conferida ao leitor/navegante, vejamos que elas são delimitadas pelo autor da página. Assim, a liberdade é apenas um efeito de sentido que recai sobre a ideia de que na Internet há espaço para inserção e acesso de *um tudo* que está ali depositado ao alcance do nosso click! Esta formulação nos faz retomar uma passagem em que Dias (2012) discorre sobre o funcionamento do discurso sobre a tecnologia em que o sujeito individuado (ORLANDI, 2001, 2012) "realimenta o sentido da tecnologia como mola propulsora do mundo, da cultura, do conhecimento, das relações sociais e afetivas" (DIAS, 2012, p. 21). Ainda de acordo com a autora:

> [...] os sentidos de onipotência, completude, onipresença dos discursos da tecnologia (o corpo tudo pode, a ciência tudo pode, o sujeito tudo pode), sentidos de uma mente controlada (seja por um chip – ciborgização por estímulos eletrônicos; seja por um discurso – ciborgização por ideologia) (DIAS, 2012, p. 22)

Retomando a questão do suposto domínio que o leitor teria diante dos *links*, Landow (1997)[10] é citado por Primo e Recuero (2006) quando se refere a política dos *links* no que diz respeito ao "acesso e controle do hipertexto":

> Landow entende que a possibilidade de criação coletiva de links é uma questão política. Com isso em mente, em sua discussão sobre a política do acesso, sugere duas perguntas fundamentais: Quem pode criar links? Quem decide para onde os links

> apontam? Costuma-se defender que todo internauta tem total liberdade em escolher os caminhos alternativos que mais lhe interessam. Mas, quem determinou quais são os links que serão disponibilizados e para onde apontam? O autor desses apontadores, pois, tem um importante poder sobre a escolha do percurso alheio. Os defensores do impresso, conforme lembra Bolter (2001), vão inclusive apontar que os links dão apenas a ilusão de controle, já que os leitores podem apenas seguir os caminhos prescritos pelos autores. (PRIMO; RECUERO, 2006, p. 03)

Esta questão pode apontar alguns aspectos importantes para pensarmos na forma como fica estabelecida a relação autor/leitor. Este novo espaço de escrita, marcado por um aspecto de espaço-tempo diferente, está relacionado aos materiais impressos que exigem um manuseio físico e mecânico diante de uma nova dimensão de relação com o texto, uma forma de construção guiada pela busca e pelo encontro instantâneo que permite ao internauta uma autonomia muito mais rápida, no movimento de desbravamento do *site*.

> […] el hipertexto proporciona un sistema que puede centrarse una y otra vez y cuyo centro de atención provisional depende del lector, que convierte así en un verdadero lector activo, en un sentido nuevo de la palabra. Una de las características fundamentales del hipertexto es estar compuesto de cuerpos de textos conectados, aunque sin eje primario de organización.[…] El hipertexto se experimenta como un sistema que se puede descentrar y recentrar hasta el infinito, en parte porque transforma cualquier documento que tenga más de un nexo en un centro pasajero, en un directorio con el que orientarse y decidir adónde ir a continuación. (LANDOW, 1995. p. 24)

Se a hipertextualidade se apresenta como uma qualidade não só de interfaces virtuais como as dos *websites*, mas também de interfaces impressas como índices, notas, tesauros, mapas com legendas,

remissões (Levy,1993) o que, então, singulariza o hipertexto neste contexto da Internet, já que esse funcionamento pode ser pensado em outras textualidades, não sendo, portanto, exclusivo, do ciberespaço? Lemke e Braga, como exposto anteriormente, apontam para o aspecto da bidimensionalidade; nos parágrafos anteriores nós chamamos a atenção para o suposto sentido de liberdade e o alcance infinito e totalizador que temos rememorado pela Internet. Levy (1993) responde a esta pergunta pautado nos aspectos da velocidade e da espacialidade, próprios deste espaço de escrita:

> O que, então, torna o hipertexto específico quanto a isto? A velocidade, como sempre. A reação ao clique sobre um botão (lugar da tela de onde é possível chamar um outro nó) leva menos de um segundo. A quase instantaneidade da passagem de um nó a outro permite generalizar e utilizar em toda sua extensão o princípio da não-linearidade. Isto se torna a norma, um novo sistema de escrita, uma metamorfose da leitura, batizada de navegação. A pequena característica de interface "velocidade" desvia todo o agenciamento intertextual e documentário para outro domínio de uso, com seus problemas e limites. Por exemplo, nos perdemos muito mais facilmente em um hipertexto do que em uma enciclopédia. A referência espacial e sensório-motora que atua quando seguramos um volume nas mãos não mais ocorre diante da tela, onde somente temos acesso direto a uma pequena superfície vinda de outro espaço, como que suspensa entre dois mundos, sobre a qual é difícil projetar-se. (LEVY, 1993, p. 37)

Assim, as passagens pelos nós de forma quase que instantânea e esta nova espacialidade na relação com a materialidade do texto, segundo Levy, marcariam a diferença entre o impresso e o digital. Para Dias (2004) “o (ciber)espaço está configurado de modo que cada sujeito seja um nó conectado a todos os outros” (DIAS, 2004, p. 31)

Para pensarmos mais especificamente no contraponto entre o texto virtual e o texto impresso, tomemos a formulação de Guimarães

(2002) que corrobora, a partir de um outro lugar teórico, a hipertextualidade impressa pelo funcionamento enunciativo do índice em uma revista:

> O índice não é uma mera indicação de onde algo está. **É uma indicação que passa pelo sentido que o acontecimento construiu**.[11] Deste modo o índice é uma **instrução de como interpretar** tanto um modo de chegar à matéria, como a própria construção de algo como notícia, que para ser notícia é constituído por uma temporalidade específica (GUIMARÃES, 2002, p.14)

Neste sentido tanto a hipertextualidade impressa quanto a hipertextualidade do *site* têm esta relação com a produção de sentido de "instrução de como interpretar". Uma instrução que significa pela forma como as palavras/expressões estão relacionadas na listagem do índice ou na expansão do *hiperlink* e de como são resignificados pelos títulos das matérias; pelos novos *link* e textos que vão sendo encadeados uns aos outros no *site*. Na relação com o *link*, poderíamos dizer que, enquanto o índice nos encaminha para *uma* direção limitada pela extensão do que está escrito *ali*, os *links* nos permitiriam navegar para *uma* direção que por sua vez se expande para *outras* direções. Queremos dizer que o *link* não é somente uma passagem; quando dizemos que ele é marcado por uma palavra estamos necessariamente diante da significação.

2. O *link* e a palavra

Pensemos agora na forma de como estes *links* podem ser representados de diversas maneiras: uma palavra ou um texto, sublinhado ou não, imagens, etc. e é neste aspecto que eles nos interessam: há, muitas vezes, uma palavra que o indica/localiza e, neste caso, é esta palavra que guiará a escolha e, consequentemente a leitura do internauta.

> Um parágrafo pode aparecer ou desaparecer sob uma palavra, três capítulos sob uma palavra do parágrafo, um pequeno ensaio sob uma das palavras destes capítulos, e assim virtualmente sem fim, de fundo falso em fundo falso (LEVY,1993, p. 41).

Desta forma, a ideia de que o texto no ciberespaço está disposto em forma de camadas pode ser um caminho que nos leva justamente a pensar a enunciação a partir desta textualidade. Ou seja, como se produz a integração dos enunciados nos saltos que damos a cada click para que se tenha o efeito da unidade textual? Como pensar na enunciação relacionada e este ato de descamar um texto a que nos convida o texto no ciberespaço? Há uma questão técnica de constituição dos textos no ciberespaço que pode nos trazer algumas questões:

> la característica más curiosa" de la escritura electrónica es que no es "directamente accesible ni al escritor ni al lector. Los bits de texto no están a escala humana. La tecnología electrónica aleja o abstrae del texto al escritor y al lector. Cuando se examina un disco magnético u óptico, no se ve texto alguno… En el medio electrónico, se interponen varias capas de sofisticada tecnología entre el escritor o el lector y el texto codificado. Hay tantos niveles de aplazamientos que el lector o escritor tiene dificultad para identificar el texto: ¿es lo que hay en la pantalla, en la memoria de trabajo o en el disco? [12] (BOLTER, 1991, p. 42-43 *apud* LANDOW, 1995, p. 33)

Primeiramente, com relação a este sentido de autonomia que se coloca na relação do leitor/navegante com o autor e deste sentido de alcance que a Internet teria enquanto *uma* memória de *tudo*, podemos dizer que, enunciativamente, isso pode ter consequências importantes no momento em que pensamos os lugares sociais e de dizer que são agenciados na cena enunciativa. Ao refletir sobre o texto, podemos apreender como o locutor projeta a unidade, sendo que olhar esta

forma específica de organização textual constitui nosso exercício de pensar o texto no ciberespaço.

Consideraremos, assim, que a forma como se constrói um texto, como se dispõem as palavras e enunciados produz sentidos, independentemente da vontade do autor, ou seja, o fato não está em considerar ou não essa vontade, mas compreender que o sentido é independente disto. Assim a questão de uma maior/menor autonomia do leitor/navegador diante do texto na Internet, como se este tivesse mais/menos controle sobre o texto que o autor, será entendido por nós como um dos sentidos que se produz diante da forma como acessamos o texto neste espaço.

3. Texto e enunciação

Buscaremos pensar na questão da significação considerando três elementos indissociáveis: a palavra, o enunciado e o texto. Esta relação é tratada por Guimarães (2011) enquanto uma relação integrativa, o que caracteriza o texto não enquanto segmentos dispostos de forma a constituir um todo, "mas como integrado por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade" (GUIMARÃES, 2011, p. 22). Assim, "um texto integra enunciados, um texto não é composto de enunciados, e muito menos um texto não é um conjunto de enunciados existentes antes a ali reunidos" (GUIMARÃES, 2011, p. 22). Esta consideração torna-se bastante importante na medida em que propomos uma análise semântica, o que por vezes poderia significar uma certa limitação, na medida em que haveria um nível máximo de alcance que se restringiria ao trabalho com o enunciado. Desta forma, mesmo separando didaticamente as sequências textuais para realização de nossas análises, estaremos buscando sempre articular esta relação integrativa, no movimento de pensar o sentido da palavra enunciada na relação com o texto que integra.

Sobre o efeito de unicidade e finitude do texto, de acordo com Guimarães (2011), este é posto pela relação que se coloca, pelo agenciamento enunciativo, entre o locutor-x (lugar social) e o texto que L[13] enuncia como fonte do dizer. Desta forma:

> [...] o texto é uma unidade de sentido de ser algo finito e que se caracteriza por integrar, no sentido acima definido, enunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude desta relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo. O texto é uma unidade (termo-1), mas não tem unidade (termo-2), não é uno. (GUIMARÃES, 2011, p. 21).

Ainda neste mesmo trabalho, o autor coloca um questionamento que pode nos ajudar a pensar no texto na Internet. Citando um trabalho de (1995)[14], o autor traz a seguinte questão: "na memória de um computador, o que é um texto? Faz sentido a noção de texto neste caso? O modo de entrar na memória informática independe do começo e fim destas sequências tomadas como texto". Valendo-nos deste questionamento: na Internet, o que é um texto?

Vejamos que nossa forma de conceituar o que é um texto e a questão de sua unidade como um "efeito", corrobora a hipótese lançada de que há um sentido contrário à unidade, vinculado ao texto na Internet, mas que da mesma forma é decorrente deste efeito de sentido. Dissemos que há uma forma de pensar no texto na Internet por certo caráter infinito, por uma "infinitude", decorrente da virtualidade do digital que faz funcionar um sentido de acesso total e pleno a toda informação: sempre pode haver um *link* que nos levará a outro *link* e assim por diante. A possibilidade de desvendar as camadas sobrepostas sempre está posta como uma possibilidade, neste depositório sem fim de toda e qualquer informação, ligadas pelos *links*. O *link* aparece, assim, como uma riqueza, uma plenitude, escondida por trás de uma limitação já que ele te *encaminha* e não te liberta; fecha em vez de abrir: uma multiplicidade de escolhas limitadas (são aquelas e não outras). Toda *linkagem* tem uma dispersão por um lado e um fechamento por outro; é um lugar de

direcionamento, de orientação. Este caminho é apresentado pelo texto no ciberespaço.

Há uma questão instrumental que instaura uma diferença entre o texto impresso e o digital que incide no *ler*, na relação autor/leitor. Mesmo afirmando que há hipertextualidade nestes dois espaços, vimos que o espaço-tempo do ciberespaço faz funcionar diferentes memoráveis sobre o que entendemos do texto impresso e do digital. Haveria, assim, um memorável em torno da Internet que recairia quando pensamos sobre o texto na Internet: uma abertura para tudo! O texto impresso, por mais remissões que apresente está marcado por uma finitude constitutiva atrelado à sua materialidade, pelas páginas que o delimitam; o texto digital tem suas fronteiras borradas pela latência da possibilidade de abrirmos sempre uma nova camada.

4. O texto e o esquema de *linkagem*

Daremos, neste momento, um maior foco ao que estamos chamando de "esquema de *linkagem*" que nos permite navegar pelo *site*. Os *links*, como já dissemos, são ligações que os *sites* apresentam entre dois textos diferentes, presentes ou não na mesma página/endereço. Marcados por palavras ou expressões, vão apresentando de maneira resumida o conteúdo presente na próxima página/texto a ser acessada (o). Desta forma, vai construindo uma relação entre os conteúdos pela ligação de uma palavra/expressão com outra como uma espécie de teia; como uma rede; o hipertexto.

Uma questão importante para pensarmos é de como o *link*, representado por uma palavra/expressão, significa uma relação de exclusão na relação com o *link* ao qual determinado conteúdo não pertence. Por exemplo, se acessarmos um *site* na Internet que fale sobre biologia, poderíamos encontrar *links* para outras páginas/textos apresentados pelas expressões: *Reino Monera, Reino Protista, Reino Fungi*, por exemplo. O conteúdo que encontraremos no *link Reino Monera* já está significado como algo fora de *Reino Protista*, por exemplo, e esta exclusão já significa este conteúdo.

Esta questão está relacionada ao que dissemos sobre este suposto efeito de liberdade ao acessar que marca também os sentidos das

palavras. Se considerarmos que há uma relação de integração entre os elementos textuais, podemos dizer que as possibilidades de acesso vão delineando esta integração e, necessariamente, fazendo funcionar o sentido de uma determinada forma: pelo clique diante *daquelas* e não de *quaisquer* opções. Nossa questão, portanto, não se coloca na direção de uma onomasiologia que pretenda compreender a adequação da palavra/expressão que marca o *link* ao que representa e /ou se o faz de uma maneira adequada. Pretendemos trabalhar com o intuito de analisar como os sentidos são movimentados pelas relações que se colocam entre as palavras no acontecimento.

Teríamos, dentro do que estamos entendendo como *links*, dois funcionamentos específicos:

a. O *Link* que leva a outro texto.
Na imagem quando clico em "*Las lenguas y la educación inclusiva*", apresenta-se um texto explicativo

Figura 1: Exemplo de esquema de *linkagem* (*link* – texto)[15]

b. O *Link* que me leva a outro *link*, os *sublinks*

Neste caso, observamos na imagem o *link educación* que apresenta uma lista de outros *links* (*elementos indispensables para la educación*;

creación de sistemas educativos, etc) que também elencam mais *sublinks* (*alfabetización*, *educación de adultos*, *formación de docentes*, etc.)

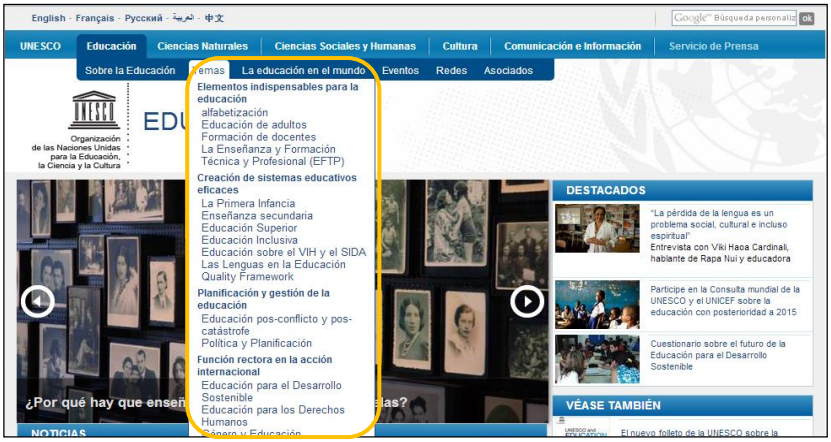


Figura 2: Exemplo de esquema de *linkagem* (*link – sublink*)

O primeiro apresenta um funcionamento muito próximo ao do índice; já o segundo nos leva a pensar em uma possível enumeração[16].Assim, para pensar na questão dos *links*, parece relevante considerar três aspectos de sua organização:

1. A divisão (de sentidos) posta pelos *links* dispostos na página;
2. A relação entre os *links* atrelados a um mesmo tema: os *sublinks*;
3. A questão do *link* enquanto um título de um determinado texto.

5. Os *links* e a enumeração

Pensaremos, agora, na questão dos *links* a partir da forma como Guimarães (2009a) considera a enumeração[17]. A enumeração seria um dos efeitos da reescrituração e coloca também, em seu funcionamento, a relação de articulação. Neste sentido pensar na enumeração nos

permite trabalhar a produção dos sentidos, observando os dois procedimentos enunciativos específicos: a reescrituração e a articulação. A reescrituração de uma palavra relaciona-se a sua "reaparição" no texto que pode se dar por sua repetição, substituição, elipse, expansão, condensação ou por sua definição. Esta repetição "envolve sempre um diferente que se dá no acontecimento enunciativo" (GUIMARÃES, 2009a:54). A reescrituração pode produzir sinonímias, especificações, desenvolvimento, generalização, totalização, enumeração e definição. É importante dizer que os sentidos decorrentes dos procedimentos anteriormente descritos não estão na língua enquanto sistema; estão no acontecimento. Também temos em torno da enumeração a relação de articulação que seria "uma relação de contiguidade significada pela enunciação" (GUIMARÃES, 2009a:51); juntas, a articulação e a reescrituração "se movimentam na produção de sentidos na enunciação" (GUIMARÃES, 2009a:58). Desta forma, se considerarmos que os *links* vão construindo enumerações, podemos tratá-lo pela forma como reescrevem o "tema", ou seja, o enumerado, e considerar como funcionam as articulações nestes processos de reescritura. Outro aspecto da enumeração é que ela não é uma mera apresentação das partes de um todo e está marcada pelos deslizamentos próprios da presença do Locutor na Enunciação. (GUIMARÃES, 2009a). Tomando a enumeração, portanto, para pensarmos no funcionamento dos *links*, vejamos um aspecto importante apontado por Guimarães:

> [...] a articulação predicativa, ao apresentar uma enumeração, projeta esta enumeração obre o termo que predica, e acaba assim significando uma reescrituração do termo predicado. Isso nos dá uma dimensão importante da enumeração: ela é uma articulação coordenada que pode ser uma reescrituração que expande (ou condensa) um termo presente ou não, algo enunciado como "um todo". (GUIMARÃES,2009ª, p. 59)

Para melhor expor nossa proposta apresentamos um pequeno trecho de uma das análises que realizamos em Reis (2015), em que

trabalhamos em torno da designação da palavra língua em um corpus composto de textos retirados do site da UNESCO.

Temos dentro dos temas, apontados pela UNESCO enquanto pertinentes ao seu trabalho está a questão da cultura, palavra que marca o *link* que nos leva as seguintes divisões:

— *Cultura y desarrollo*
— *Patrimonio Mundial*
— *Patrimonio Inmaterial*
— *Conflicto armado y patrimonio*
— *Tráfico ilícito e restitución*
— *Patrimonio Cultural Subacuático*
— *Patrimonio mueble y museos*
— ***Lenguas en peligro***
— *Creatividad*
— *Diálogo*
— *Acción normativa*
— *Situaciones de emergencia.*

Figura 3 - *Sublinks* de Cultura

Assim, em Reis (2015) dissemos:

> [...] a partir de uma observação mais livre, de acordo com a forma como está posta a lista de temas nos quais o conteúdo *cultura* se desdobra, que este tema está relacionado aos problemas patrimoniais e a uma postura de policiamento com relação à manutenção cultural no mundo. Sobre a listagem de temas apresentada pelo *link cultura*, é importante dizer que não será tratada por nós enquanto uma enumeração de *cultura*, como poderia parecer em um olhar menos atento. Expressões como *lenguas en peligro*, *situaciones de emergencia*, não enumeram *cultura*, mas compõem uma série de questões que poderíamos chamar de *problemas da cultura*. Deste modo, diremos que o *link cultura* é uma reescrituração por condensação de algo como *problemas da cultura*. Este é um detalhe de grande relevância sobre o funcionamento da enumeração que deve, antes de qualquer coisa, ser tomado no acontecimento e não somente pela estrutura textual. Nem sempre o enumerado está materializado; em nossas análises veremos que ele aparece condensado pela palavra que nomeia o *link*. (REIS, 2015, p. 131)

Considerações finais

Neste artigo procuramos apresentar uma revisão bibliográfica que nos permitisse pensar sobre a problemática do texto no ciberespaço e que nos levasse a compreender as noções de link, hiperlink e hipertexto. O recorte de algumas formulações nos levou a elaborar uma forma de tratar desta questão de forma enunciativa, especificando nossa compreensão do que seja um texto e de como ele funciona na Internet, considerada por nós como um *espaço de enunciação*. O que se sobressai de maneira mais contundente e que corrobora toda a discussão apresentada é a articulação produzida em torno do esquema de *linkagem* à nossa forma de pensar o funcionamento textual via Semântica do Acontecimento.

Desta forma, o *link* será tratado a partir da forma como entendemos a enumeração. Outro ponto importante é que "o enumerado atribui sentido aos enumeradores". Isso leva a considerar de que forma o enumerador atribui sentido aos enumerados. Pela forma como se constrói o *site* também temos outra questão pertinente de se observar: de que forma *o* enumerador transita para enumerado no caso dos sublinks. Ou ainda se a forma como estão listadas as palavras, o que caracterizaria na materialidade uma forma de enumerar, trata-se, de fato, de uma enumeração a partir do acontecimento, já que não basta olharmos a disposição dos elementos textuais; há que se apreender os sentidos postos no acontecimento. Assim, o *link*, ao abrir caminhos, é pensado enunciativamente em sua relação de enumerar elementos.

Referências Bibliográficas

BRAGA, D. B. (2005) A Comunicação Interativa em Ambiente Hipermídia: as vantagens da hipermodalidade para o aprendizado no meio digital. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. *Hipertexto e gêneros digitais***.** Rio de Janeiro: Lucena.

CAVALCANTE, M. C. (2004) Mapeamento e produção de sentido: os links no hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz A.; XAVIER, Antonio C. *Hipertexto e gêneros digitais***.** Rio de Janeiro: Lucena.

CRUZ, C. H. B. (2015) Vannevar Bush: uma apresentação. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 14, n. 1, p. 11-13, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142011000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2015.

DIAS, C. P. (2004) *A discursividade da rede (de sentidos)***:** a sala de bate-papo HIV. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, C. P. (2012). Movimento da Cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito. In: Ferreira; Martins. (org). *Linguagem e tecnologia*. RG, Editores: Campinas.

GUIMARÃES, E. (1995). Texto e Enunciação. *Organon*, 23:63-68.Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS.

_____. (2002) *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes.
_____. (1987/2007a) *Texto e Argumentação*: um Estudo de Conjunções do Português. 4. ed. Campinas: Pontes.
_____. (2007b). "Domínio Semântico e Determinação". In: *A Palavra*: Forma e Sentido. Campinas: Pontes, p. 77-96.
_____. (2009a). "A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.51, jan./jun. 2009, p. 48-68.
_____. (2011) *Análise de Texto*. Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: Pontes.
LANDOW, G. P. (1995) *Hipertexto*: La Convergencia de la Teoría Crítica Contemporánea y la Tecnología. Tradução de Patrick Ducher. Barcelona: Ediciones Paidós.
LÉVY, P. (1993). *As Tecnologias da Inteligência*: O Futuro do Pensamento na Era da Informática. Rio de Janeiro: Ed. 34.
PAIXÃO DE SOUSA, M. C. (2013) Texto digital: uma perspectiva material. *Revista Anpoll*, América do Norte, 1 7 12 2013.
PRIMO, A.; RECUERO, R. (2006). A terceira geração da hipertextualidade: cooperação e conflito na escrita coletiva de hipertextos com links multidirecionais. *Líbero* (FACASPER), v. IX, p. 83-93.
REIS, C. F. (2015). *A designação de língua*: sentido, argumentação e o texto no ciberespaço. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
BOLTER, J. D. (1991). *Writing Space*. The Computer, Hypertext, and the Hystory of Writing. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.
BURBULES, Nicholas C. e CALLISTER, Thomas A. Jr. (2000) *Hypertext*: Knowledge at the crossroads. In Watch It: The Risks and Promises of Information Technologies for Education. Boulder, Colorado: Westview Press.
BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/ . Acesso em: 13/07/2015.

LANDOW, G. P. (1997). *Hypertext 2.0*: The convergence of contemporary critical theory and technology. Baltimore: Johns Hopkins University.
STAHLHAUER, A. S. (2014) *A representação das línguas no ciberespaço*: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de São Carlos, 2014. (*no prelo)*

Palavras-chave: enunciação; ciberespaço; texto.
Keywords: enunciation, cyberspace, text.

Notas

[*] Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

[1] Este artigo corresponde a uma versão adaptada do capítulo 5 da tese "A designação de língua: sentido, argumentação e o texto no ciberespaço" defendida em 2015 pelo programa de pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, com financiamento da CAPES.

[2] Esta é uma questão muito recorrente em autores como Pierre Levy, George Landow, Roger Chartier, que aparecem como referência em trabalhos que se debruçam sobre esta temática. No Brasil poderíamos apontar um interesse por parte daqueles que discutem os gêneros textuais e o letramento digital como os trabalhos de Denise Braga, Luiz Antônio Marcuschi, Antônio Carlos Xavier e Nicholas Negroponte, para citarmos apenas alguns nomes. Apesar dos distanciamentos teóricos, pareceu-nos oportuno tomar algumas formulações que julgamos ser possíveis de corroborar e outras cuja crítica nos permite um melhor deslocamento teórico.

[3] Há muitas formas de apresentar um *website* no que diz respeito ao seu *layout*, mas em geral os *links* são parte essencial para sua configuração.

[4] BUSH, V. As we may think. Atlantic Monthly, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em: http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/ . Acesso em: 13/07/2015.

[5] Para maiores detalhes sobre o funcionamento do Memex, ver Landow 1995.

[6] "Theordor Holm Nelson, mais conhecido como Ted Nelson, nasceu em 1937 e é um Sociólogo e Filósofo americano, pioneiro na Tecnologia da Informação. Ele é o criador dos tão famosos termos *hipertexto* e *hipermídia*. [...] também foi o fundador de um projeto importantíssimo e visionário em 1960, o Projeto Xanadu, o qual possuía o objetivo de criar uma rede de computadores de interface simples para seus usuários. Seu esforço está documentado em dois de seus livros, um deles chamado de *Computer Lib/Dream Machines*, lançado em 1964, e o outro chamado de *Literary*

Machines, lançado em 1981. [...]. Grande parte de sua vida adulta tem sido em favor do trabalho e promoção deste tão fabuloso projeto". (Disponível em: https://tecnologiaabrasileira.wordpress.com/tag/hipertexto-hipermidia-virtualidade-ted-nelson/)

[7] Em seu artigo Paixão ainda no diz que "Para funcionar dinamicamente, é preciso que as programações para a representação do hipertexto sigam protocolos compartilhados de codificação. Foi o desenvolvimento de protocolos nesse sentido que finalmente permitiu a implementação mundial de uma rede de textos interligados a partir dos anos 1990, trinta anos depois da ideia lançada por T.H. Nelson; em especial, essa popularização se deu com a adoção generalizada da convenção de codificação de textos conhecida como *"Hypertext Markup Language"*, HTML, proposta em 1989 a partir do padrão mais técnico, anterior, o SGML *"Standard Generalized Markup Language"* (W3C, 2013d)" (PAIXÃO,2013:26)

[8] BURBULES, Nicholas C. e CALLISTER, Thomas A. Jr. (2000) Hypertext: Knowledge at the crossroads. In Watch It: The Risks and Promises of Information Technologies for Education. Boulder, Colorado: Westview Press

[9] LEMKE (2002). Travels in Hypermodality. Visual Communication, London, v. 1, n. 3, p. 299-325, 2002.

[10] LANDOW, George P. Hypertext 2.0: The convergence of contemporary critical theory and technology. Baltimore: Johns Hopkins University, 1997. O professor George Landow, leciona Inglês e História da Arte na Universidade de Brown; é crítico y teórico da chamada literatura electrónica e é recorrente a referência aos seus trabalhos quando o assunto é hipertexto. Dentro de sua vasta bibliografía poderíamos destacar *Hipermedia y estudios literarios (1991)*; *La palabra digital: la computación basada en textos en las Humanidades (1993)*; *Hipertexto: la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la Tecnología (Barcelona: Paidós, 1995)*; *Hyper/Text/Theory*. (1994). (Informações disponíveis em http://www.victorianweb.org/espanol/misc/gpl.html)

[11] Grifos nossos.

[12] BOLTER, J. D. 1991. Writing Space. The Computer, Hypertext, and the Hystory of Writing. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.

[13] Falamos de forma mais detalhada sobre os locutores no próximo capítulo. No entanto, poderíamos adiantar que o locutor L representa a fonte do dizer; já o locutor-x nos diz o lugar de dizer.

[14] GUIMARÃES, E. (1995). Texto e Enunciação. Organon, 23:63-68.Porto Alegre:Instituto de Letras/UFRGS.

[15] As imagens que tomamos como exemplos (figuras 1 e 2) foram retiradas dos site da UNESCO (www.unesco.org) e foram apresentados no capítulo de análise da tese " A designação de língua: sentido, argumentação e o texto no ciberespaço" Reis (2015)

[16] Já trataremos nas páginas que seguem o funcionamento da enumeração.

[17] STAHLHAUER (2014) propõe uma discussão muito pertinente sobre a textualidade na Internet que complementa e corrobora muitas das questões apresentadas neste capítulo.

Recebido em: novembro/2015

Aceito em: dezembro/2015

UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DA PALAVRA "POVO" E DE SEUS ASSOCIADOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS NO DICIONÁRIO INFORMAL

Elza Contiero*

Resumo: *Ao observarmos como processos sócio-históricos e políticos se inscrevem na construção das palavras, empreendemos uma análise a partir da definição da palavra "povo" no Dicionário inFormal a fim de verificar como ela é afetada por uma confluência entre lugares de dizer daqueles que fazem parte do povo e daqueles que assumem um lugar de formulação de verbetes. Procederemos a uma análise semântica da palavra "povo" e seus associados diretos, formados pelos sufixos -ção, -mento, e -ado – como "povoação", "povoamento", "povoado" –, pelas nominalizações a partir de "povo" – como em "povinho", "povão", "poviléu"–, bem como pelas suas formações sintáticas – tais como "povo brasileiro", "povo muçulmano" – presentes nos exemplos e nas definições lexicográficas do Dicionário inFormal. Elegemos para o nosso corpus este dicionário, constituído nas novas mídias e sem o amparo de uma editora e de uma autoria consagrada na lexicografia. Nesse sentido, ele vem rompendo os lugares de referência na produção de definições constituindo assim um novo lugar para a emergência de sentidos.*

Abstract: *On observing how socio-historical and political issues are incorporated into word formation, this paper analyses the definition of the Brazilian-Portuguese word "povo" as presented in the Informal Dictionary. The focus is to confirm how its definition is influenced by a confluence of interpretations ranging from those who are part of the 'povo', ordinary people, to those who assume the role of creating dictionary entries, lexicographers. We attempt to carry out a semantic analysis of the word "povo" and its derivations formed by the suffixes: -ção, -mento and -ado as in "povoação", "povoamento", "povoado" and nominalizations produced by the word "povo", for instance, "povinho", "povão", "poviléu", as well as syntactic formations, such*

as "povo brasileiro", "povo muçulmano" found in the examples and definitions of the Informal Dictionary. The Informal Dictionary has emerged as a linguistic instrument of the Digital era without the concept of competent authority that is particularly enshrined within the publishing industry and among lexicographers, and has been breaking new ground with regard to the formulation of definitions, thus establishing a new place for the emergence of meaning.

Introdução

O objeto de nossa reflexão neste trabalho é o Dicionário inFormal. Disponível no formato digital, essa ferramenta lexicográfica se constitui como campo propício para a análise de lingua(gem), pois apresenta um diferencial em relação aos dicionários formais como o Aurélio ou o Houaiss: os verbetes não são escritos por lexicógrafos, mas por falantes do português brasileiro, denominados "usuários"[1], ou seja, não especialistas em dicionários que, embora não estejam respaldados por um discurso científico, são autorizados a falar sobre a sua própria língua na formulação das definições que produzem. Uma vez que é conferido ao usuário, enquanto partícipe da categoria povo, produzir verbetes, elegemos a palavra "povo" como objeto de análise semântica, mobilizando conceitos da teoria da enunciação para pensar aspectos morfológicos e sintáticos como decorrentes de suas relações no enunciado, desdobrando-se em formações de sentido.

O dicionário para nós é muito mais que um construto teórico concebido que apenas descreveria o conjunto lexical de uma língua. Ele tem um papel crucial na predicação e circulação de dizeres significativos que se projetam em um espaço-tempo. Consideramos, portanto, que observar os modos de organização e estruturação dos dicionários, é perceber como tais instrumentos produzem uma injunção aos modos de significar, seja pela normatização do idioma, seja na criação de referências de uma língua nacional.

> É da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam os sentidos atribuídos ao país assim como aqueles que dão sentidos a esses sujeitos enquanto eles se definem em relação ao seu país, nas formas que a política das relações sociais significa nessa sua história,

> seja como súditos, seja como escravos, seja como cidadãos (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 14).

Ao tomarmos o dicionário enquanto objeto histórico que se constitui a partir de um prisma na qual língua, país, nação e Estado são conjugados intrinsecamente, nos deslocamos daquele imaginário que coloca o dicionário como lugar de um saber metalinguístico, permeado de regras e formas, para observarmos modos expressivos de identidade, de pensamentos, de concepções de uma sociedade nos gestos de interpretação de variados locutores na elaboração de seus verbetes. Segundo Auroux (1992, p.69), "do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor", acrescentando a mesma concepção para o dicionário: "qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento". (*Ibidem*, p. 69).

Se, por um lado, o dicionário tem como condição vislumbrar evidência de sentidos é porque processos históricos estão imbricados no funcionamento desses sentidos. Assim, entendemos que uma análise dos sentidos produzidos neste instrumento linguístico[2] resvala necessariamente para a compreensão da língua na sua relação com a sociedade e com a história, visto que na criação de verbetes observa-se "uma imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo." (NUNES, 2006, p.16)

Alicerçados nessa reflexão, qual seja, situar o dicionário como instrumento linguístico, faz-se importante aqui ressaltar um projeto de suma importância que vem sendo desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas já há algum tempo - o projeto "História das Ideias Linguísticas". Este projeto aborda a questão da língua e dos instrumentos tecnológicos a ela atrelados de um lugar específico no campo das ciências da linguagem: "a da sua relação com a história de um povo que a fala". (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996, p. 9)

Para Orlandi (2001, p.14), pensando articuladamente com Auroux (1992), "a criação de instrumentos linguísticos (desde a escrita até as gramáticas e os dicionários) ou a gramatização mudou consideravelmente a ecologia da comunicação". Se em todo o espaço, o tempo traz acontecimentos, como bem nos lembra a autora, é porque a prática humana se impõe no modo como a sociedade desenvolve saberes relativos à sua realidade. Ora, esses saberes são afetados pelo próprio modo como uma língua vai se construindo. No caso da Língua Portuguesa do Brasil, o século XIX foi um observatório vivo na constituição de sua língua e escrita própria, na promoção de uma nova relação dos falantes com sua língua, frente à independência do país, em 1822, fazendo emergir um estado Brasileiro e, por conseguinte, a criação de uma língua nacional. Isso tudo irá trazer consequências importantes para a área dos estudos da linguagem no Brasil, uma vez que unir conhecimento sobre a própria língua a partir do seu universo de referências e memória traz, segundo Orlandi (2001),

> subsídios para os que, trabalhando com a descrição do português, terão à sua disposição reflexões que permitem conhecer a formação do português do Brasil como língua nacional. Pode-se então refletir como a unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre estas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino [...]. A gramática e o dicionário são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado) (ORLANDI, 2001, p. 18).

O dicionário, portanto, será pensado, a partir do desenvolvimento deste programa de trabalho da "História das Ideias Linguísticas", em suas discursividades, como objeto histórico em relação com a história da ciência e da sociedade. Nesse âmbito, situamos o nosso trabalho de análise no Dicionário InFormal, observando suas especificidades e singularidades, indagando sobre como o sentido se forma em palavras, na configuração de formações morfológicas e sintáticas, a partir da relação dos falantes com a sua língua diante da rápida atualização dos sentidos nos dias de hoje.

Objetivamos mostrar que a descrição da forma nominalizada

muitas vezes não permite compreender os processos sócio-históricos que se inscrevem no modo como a junção entre uma unidade lexical e um sufixo se constitui na formação de certas palavras, pois "as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua." (BENVENISTE, 2006, p.81). Entendemos que a significação é concebida enquanto uma relação linguística simbólica exposta ao real, o que nos leva a conceber que o sujeito que enuncia, enuncia na linguagem numa relação tomada na história haja vista que é o único ser capaz de "apropriar-se da língua, e semantizar, e fazer significar" (GUIMARÃES, 1995, p. 47). Há que se ressaltar a especificidade do que "o fazer significar" produz na abordagem de Guimarães, tendo em vista que o sujeito significa na relação como a história, diferentemente da perspectiva adotada por Benveniste.

Tomar o sentido de um enunciado do ponto de vista de uma constituição histórica nos revela que a passagem entre virtualidade morfológica e atualidade enunciativa se dá de modos bem distintos. Isso porque a análise do sentido da linguagem deve ocorrer no acontecimento do dizer, na constituição e formulação das materialidades linguísticas, tendo em vista o seu funcionamento na história. No que se refere às materialidades linguísticas, sabe-se que os dois processos mais gerais e produtivos de formação de novas palavras no português brasileiro são a derivação e a composição. A derivação se dá pela "junção de um afixo (sufixo ou prefixo) a uma base para a formação de uma palavra". (BASÍLIO, 2004, p. 26). Assim, formas como *povoamento (povoar + mento), povoação (povoar + ção), povinho (povo +inho), povão (povo + ão)* e *poviléu (povo + éu)* são alguns entre muitos exemplos de formas derivadas em que verificamos a estruturação base + afixo, que se concretiza em base + sufixo.

Ressaltemos que a significação não está situada na relação voltada para a estruturação interna das construções, seja de ordem morfológica, seja de ordem sintática. Como já salientamos, a atribuição de sentido é feita de um lugar de interpretação aos enunciados ou ao texto que se apresenta, por um prisma "de integração que constitui texto e sua relação com a exterioridade (engajamento do falante enquanto autor), levando-se em conta a

relação de enunciado e enunciação". (GUIMARÃES, 2011, p.33)

No nosso entendimento, fatores apenas morfológicos não são suficientes para se discutir mudanças da própria língua. Para compreendermos tais mudanças, é preciso levar em consideração fatores de ordem histórico-social que se materializam na enunciação. Dias (2007) coloca esta questão das evidências linguísticas a partir de uma posição que arregimenta outros extratos de ocorrência que não apenas os da ordem do lexicalmente marcado. Isso porque toda construção, seja morfológica ou sintática, se faz articulável numa relação com o simbólico, operando sempre entre o plano da organicidade das formas linguísticas e o plano do enunciável. Para o autor, o plano do enunciável nos permite vislumbrar outros domínios de ocupação da forma linguística, uma vez que este plano é regulado pelo discurso. Sobre isso, ele afirma:

> O plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem a diferentes extratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de discurso. [...] O fato linguístico, portanto, é definido a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro. (DIAS, 2007, p. 194)

Em resumo, a designação de uma palavra contrai determinações com algo maior e mais amplo, no âmbito do enunciado, na articulação da própria unidade léxica e do lugar projetado por ela, permitindo-nos ver que sua estabilização ou desestabilização nada tem a ver com um estado de coisas existentes. Nesta direção, Guimarães (2005, p.10) afirma que "as coisas são significadas e não simplesmente existentes".

Antes de passarmos propriamente à análise enunciativa da palavra "povo" e de seus associados morfológicos e sintáticos no Dicionário Informal, faremos a seguir uma breve descrição do dicionário inFormal explicitando o seu modo de funcionamento.

1. Dicionário InFormal: um lugar emergente na produção de sentidos

Observa-se de maneira crescente uma proliferação de instrumentos lexicográficos *online* que vem facilitando de maneira significativa a vida de muitas pessoas. Estes instrumentos da língua possuem uma particularidade distinta da dos dicionários impressos: as definições são atualizadas cotidianamente, uma vez que são os internautas, usuários da língua, que se responsabilizam pela apresentação das definições, exemplos, sinônimos, antônimos, sem a necessidade de se identificarem. Este é o caso do Dicionário inFormal, objeto de nossa análise, que apresenta mecanismos para documentar *online* a "evolução do português", a partir de uma política inovadora em relação aos usuários: eles são autorizados a "definir o português da forma que se usa no dia a dia".

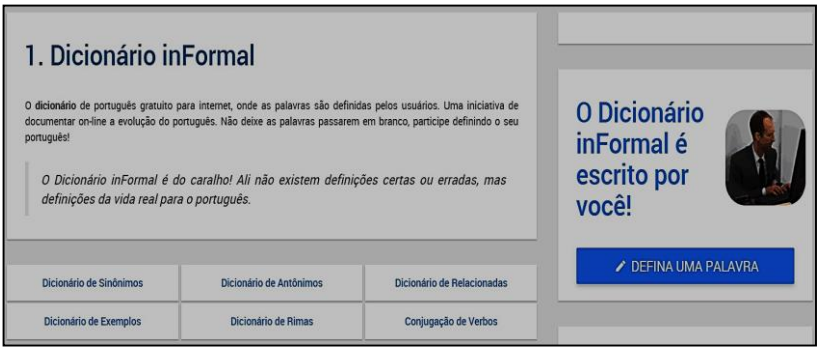


Figura 1 – A concepção do Dicionário InFormal

Considerados por alguns como "lugar de autoridade" (BIDERMAN, 2001) na formulação de sentidos, os dicionários nem sempre trazem toda a diversificação e movimentação dos grupos sociais; isto é, nem sempre explicitam polêmicas sociais. Isso nos incita a pensar que a produção de um Dicionário inFormal, que "dá poderes" ao próprio falante da língua, é uma iniciativa pertinente para se observar um novo lugar na lexicografia digital jamais visto em dicionários formais: "o lugar do falante-lexicógrafo".

Na página do site o enunciado **"Dicionário inFormal, o dicionário onde o português é definido por você!"**, já deixa explícito para o leitor o plano de ação a que se propõe: autorizar o falante a participar da descrição de sua própria língua, num movimento que permite circular infindáveis reelaborações de

definição de palavras, descrevendo diferenças, produzindo silenciamentos, mas, antes de tudo, isentando este "falante-lexicógrafo" de julgamentos, algo que não se poderia encontrar nos "dicionários formais", com seus sentidos prontos, calcados numa estabilidade ilusória. Observa-se, assim, a partir deste novo lugar, um outro princípio salutar: o de que "os sentidos e os enunciados definidores sempre podem ser outros." (NUNES, 2006, p. 11)

Com relação à estrutura e organização do Dicionário InFormal, as possibilidades de contribuição para a definição das palavras são localizadas por meio de abas. Vejamos:

Figura 2 – Modos de contribuição para a significação

No momento em que decide enviar uma definição para o Dicionário InFormal, o falante-lexicográfo deve preencher um formulário com vários espaços separados no quais constam possibilidades de contribuição de elementos que irão sustentar o corpo do verbete. Estes elementos, já acima referidos na figura 2, podem se apresentar na forma de palavras que possuem alguma relação intrínseca como em "Médico e Hospital"; até em relações semânticas, tais como: Sinônimos com "explicação de palavras que possuem o

mesmo significado" ou *antônimos* com "explicação de palavras que possuem significado contrário".

Além da inserção de definições e exemplos, também é observado, no que diz respeito às entradas lexicais, a visualização da classificação morfossintática, bem como as possíveis flexões que a palavra permite. Discutiremos mais adiante, nos procedimentos de análise, como tais classificações morfossintáticas e flexões são concebidas numa relação semântico-enunciativa, trazendo um espaço de atualidade por meio das formas linguísticas.

Com efeito, o Dicionário InFormal apresenta suas definições por um número de aprovação de leitores, oriundos de todas as partes do país. Ainda que não tenham a obrigação de se identificar, pois o próprio site recomenda que o autor "não coloque seu nome de verdade, pois ele estará visível para todos", eles têm a possibilidade de mencionar o lugar de onde vem e a liberdade de enviar tantas definições quantas forem possíveis, pois as acepções dos verbetes são acumulativas, isto é, as definições vão sendo acrescentadas, jamais eliminadas. Soma-se a isso ainda a possibilidade dos usuários-lexicógrafos decidirem se aprovam ou não determinada definição, isso se dá por meio dos ícones de popularidade representados pelo desenho de um polegar que tanto pode indicar uma avaliação positiva quanto negativa. Isso posto, a decisão se uma definição ou exemplo será incluído ou não depende muito de um critério de uso estabelecido pelos próprios "usuários virtuais" do que por um critério de frequência atestada em *corpus* de exclusão, tão recorrente na lexicografia tradicional.

Essas possibilidades que o Dicionário Informal oferece vão ao encontro, no que diz respeito a uma origem autoral, daquilo que Nunes (2006, p.15) já observou, isto é, o sentido não deve ser considerado como fixo ou isolado, mas sim compreendido nas redes de significações que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (o universo complexo de tudo o que já foi definido) com um espaço de atualidade (a formulação do dicionário).

Parece-nos que o Dicionário inFormal caminha na direção da contemporaneidade, uma vez que os próprios usuários se utilizam das redes para a formulação de significados e palavras do seu dia a dia. Essa nova relação dos falantes com a língua traz desdobramentos

importantes, pois implica um gesto individual de um sujeito que se coloca na posição de locutor-lexicógrafo *informal* e que ocupa agora um lugar social próprio de uma conjuntura histórica em que falar é inexoravelmente "assumir a palavra nesse espaço dividido (político) de línguas e falantes" (GUIMARÃES, 2005).

Se no Dicionário Formal não verificamos a explicitação de embates sociais em torno de uma palavra, isso não ocorre com o Dicionário inFormal, pois nele as pessoas que escrevem são parte daquilo que pretendem significar e elas não apenas estão simplesmente significando. Estão legitimando, dizendo que os objetos a que se referem existem. Ao se colocarem dessa forma, produzindo o seu próprio lugar de escrita, "deslocam sentidos e modos de dizer estabilizados no dicionário". (OLIVEIRA, 2014, p.266)

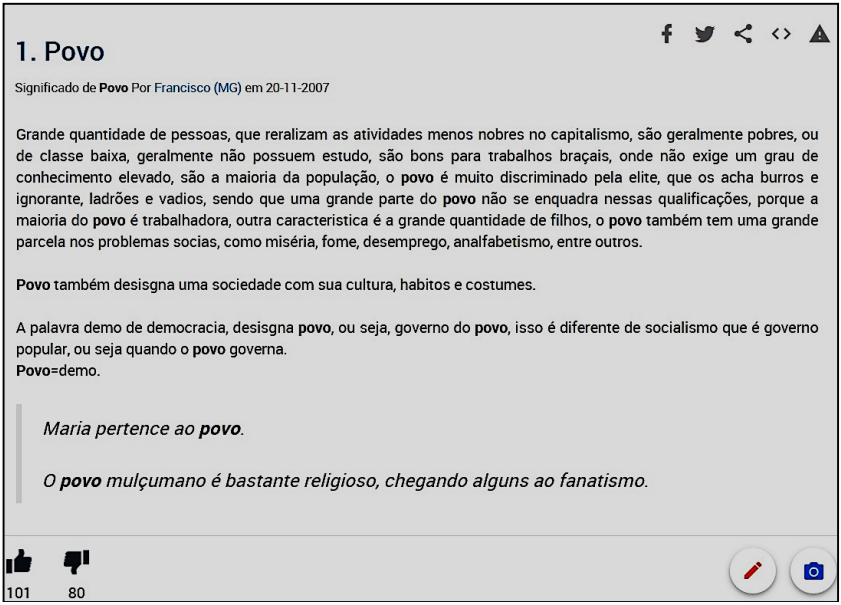
Por outro lado, o lexicógrafo também é parte daquilo que pretende significar, mas está intermediado pela ciência, que tem técnicas próprias para produzir efeitos de objetividade, de distanciamento, o que não o retira da ideologia, da história, uma vez que o cientista nunca está fora do ideológico. Esta posição é sustentada em Auroux (1992), o qual afirma que todo "conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber". (AUROUX, 1992, p.11)

Frente ao que foi discutido, será realizada a seguir, a análise do verbete "povo", lembrando que as reflexões por nós suscitadas expõem processos que se dão na relação dos sujeitos com os sentidos, permitindo-nos compreender um deslocamento que preside a produção de uma identidade, no interior de uma história e por formas de configuração de uma sociedade. Assim sendo, encontraremos, nesse espaço ambíguo e de múltiplos paradigmas, "toda sorte de diferenças, que ora se complementam, ora se rivalizam, ora se indiferem". (ORLANDI, p.09, 2001). E é nessa direção que Orlandi afirma "que o dicionário é um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história".

2. A semântica da enunciação e as formações morfológicas e sintáticas: análise do verbete "povo"

Em termos de Estado, "povo" é uma categoria que engloba toda a sociedade, o conjunto de todos os cidadãos. Esse lugar enunciativo é ainda mais visível nas definições usuais do dicionário formal[3] que, diferentemente do Dicionário inFormal em que se verifica a materialização de uma divisão social, política e histórica nas formulações de "povo", tenta produzir um efeito de desassociação e homogeneização de sentidos.

Como podemos observar logo na primeira definição do verbete povo no Dicionário inFormal, há um processo de produção de sentidos na designação desta palavra que aparece articulada no texto por meio de uma sequência de enunciados narrativos, de qualificações que, de certo modo, a reescrevem[4].



1. Povo

Significado de **Povo** Por Francisco (MG) em 20-11-2007

Grande quantidade de pessoas, que reralizam as atividades menos nobres no capitalismo, são geralmente pobres, ou de classe baixa, geralmente não possuem estudo, são bons para trabalhos braçais, onde não exige um grau de conhecimento elevado, são a maioria da população, o **povo** é muito discriminado pela elite, que os acha burros e ignorante, ladrões e vadios, sendo que uma grande parte do **povo** não se enquadra nessas qualificações, porque a maioria do **povo** é trabalhadora, outra caracteristica é a grande quantidade de filhos, o **povo** também tem uma grande parcela nos problemas socias, como miséria, fome, desemprego, analfabetismo, entre outros.

Povo também desisgna uma sociedade com sua cultura, habitos e costumes.

A palavra demo de democracia, desisgna **povo**, ou seja, governo do **povo**, isso é diferente de socialismo que é governo popular, ou seja quando o **povo** governa.
Povo=demo.

> *Maria pertence ao **povo**.*
>
> *O **povo** mulçumano é bastante religioso, chegando alguns ao fanatismo.*

101 80

Figura 3 – Definição da palavra "povo"

As enunciações que definem povo são engendradas por uma relação tensa, por meio de adjetivos e frases que produzem uma qualificação negativa em torno do significante "povo", na produção

com outros já-ditos, e é neste modo de formulação de discursos que compreendemos como os sentidos são constituídos. Ora, quando se define povo como uma "grande quantidade de pessoas que realizam atividades menos nobres no capitalismo", temos aí uma primeira divisão, um recorte, neste caso em particular, ao modo de produção econômico vigente: o capitalismo. Como poderíamos descrever essa primeira enunciação? Diríamos-nos mesmos termos que Guimarães (2005, p. 29) que "essa divisão se faz num acontecimento cuja temporalidade recorta uma memória de dizeres populares estereotipados". Assim, onde ┤ significa "determina", (GUIMARÃES, 2007, p. 80), encontramos sentidos como: (Povo ──┤ geralmente pobres, ou de classe baixa; (Povo ──┤ não possuem estudos; (Povo ──┤ realizam trabalhos braçais, onde não exige um grau de conhecimento elevado). Portanto, temos uma relação opositiva para dizer aquilo que é designado como povo e aquilo que não é, ou seja, há a presença de um Locutor que se apresenta predicado por um lugar social neste enunciado definidor, um lugar de poder que afirma que aquele que não pertence ao povo é tão-somente aquele que exerce atividade nobre no capitalismo; não é pobre; não pertence à classe baixa; possui estudo; e que não faz parte da maioria da população - a elite.

Há também uma outra evidência que se apresenta a partir do artigo definidor "a" no enunciado: "são a maioria da população", corroborando a tese de Guimarães (2005, p. 26) de que "o sentido de uma expressão pode ser analisado como seu modo de integração num enunciado, enquanto elemento de um texto". Seguindo essa linha de raciocínio, vemos que o artigo em questão traz um efeito de exterioridade, colocando aquele que está definindo como não pertencente à categoria povo. Mas, se não pertence à categoria povo, de que lugar social ele diz?

Nesse caso, há um Locutor que se apresenta como fora da história, falando de uma "posição enunciativa" (GUIMARÃES, 2005) de quem está definindo, não se colocando como pertencente à categoria povo, mas como parte da "população". A categoria povo seria então um recorte de uma unidade maior - a população - da qual povo é apenas parte dela, ainda que seja a maior parte.

Há um conjunto de relações que vão sendo predicadas entre palavras ou expressões conforme avançamos na definição do verbete em gestos de qualificação que se projetam para dentro e para fora de lugares enunciativos cujos sentidos já se encontram socialmente cristalizados. É o caso de "o povo é muito discriminado pela elite, que os acha burros e ignorantes, ladrões e vadios". Poderíamos nos perguntar aqui de que modo se constrói tal preconceito que atribui às pessoas que "não exercem atividades nobres do capitalismo" o sentido de burras e ignorantes?

Silva (2001) ao tratar da dicotomia analfabeto-alfabetizado em seu funcionamento e significação no Brasil, permite-nos retornar à nossa própria história para compreender como os sentidos foram se estabilizando a partir de uma história de diferenças, de colonizadores e colonizados, de sujeitos divididos num mundo construído pelo discurso da escrita, em que pessoas são reconhecidas como analfabetos e alfabetizados em termos de controle social e políticos mediante uma ordem econômico-social. Essas categorias distintas são claramente destacadas na seguinte passagem:

> Este pressuposto inicial, o de forjar uma natureza humana pela linguagem, com a linguagem e na linguagem, será determinante na construção de uma posição de sujeito sempre-já-dividida e de sentidos, que vão se sedimentando e cristalizando, afetando a formação das elites brasileiras – escolarizadas - e a exclusão de sua contraparte – o povo não-escolarizado. Uma posição que permitiu, inicialmente, determinar-marcar-dividir dois mundos distintos e, posteriormente, atravessar a sociedade, separando brasileiro de brasileiro. (SILVA, 2001, p. 145)

Há um movimento de argumentação interna que afirma, por preconceito, que burro e ignorante é aquele que não se enquadra nesse lugar privilegiado do capitalismo, exercendo atividades "mais nobres", ou aquele que está desempregado ou que é vadio ou ladrão. Mas, na realidade, só parte do povo é assim na medida em que o enunciado definidor afirma que "a maioria é trabalhadora". Nesse sentido, trabalhador é oposto a burro, ignorante, ladrão e vadio.

Essas concepções contraditórias nos remetem a uma divisão que se instala no centro do dizer e que Guimarães (2005), a partir de uma posição materialista da linguagem, considera como próprio da divisão que afeta a linguagem: o político. É a divisão desigual do real que o autor chama de *contradição do político*. Neste caso, devemos entender *político* como "a contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos" (GUIMARÃES, 2005, p. 17). Com efeito, há um lugar não ocupado por falantes pelo pertencimento ao serem submetidos ao critério de inclusão/exclusão na medida em que são inseridos em uma classe menos abastada, excluídos do lugar de poder, neste caso, não ser pobre; não ser classe baixa; possuir estudo; ser trabalhador não braçal; ter grau elevado de estudo; ter poucos filhos; não ser miserável; não passar fome; ter emprego; ser alfabetizado.

Tomemos aqui um outro exemplo de formação sintática aparentemente contraditória do enunciado definidor "o povo também tem grande parcela Ø nos problemas sociais". A elipse que se verifica aponta para alguns questionamentos: O povo tem o quê? Culpa dos problemas sociais? Será o povo responsável pelos problemas sociais que se materializam pelo desemprego, fome, desemprego, analfabetismo, entre outros?

Neste universo do Dicionário informal, temos um espaço regulado e de disputas pela palavra funcionando o tempo todo por meio de metáforas, neste movimento de qualificar (desqualificando!). Percebe-se que há um caminho para a emergência de cristalizações de hábitos e costumes como determinadoras de outros vieses na divisão com a qual se toma 'povo', a partir de um extrato social, como podemos ver no desdobramento do conceito em nominalizações constituídas por sufixos bastante característicos de construções socialmente depreciadoras.

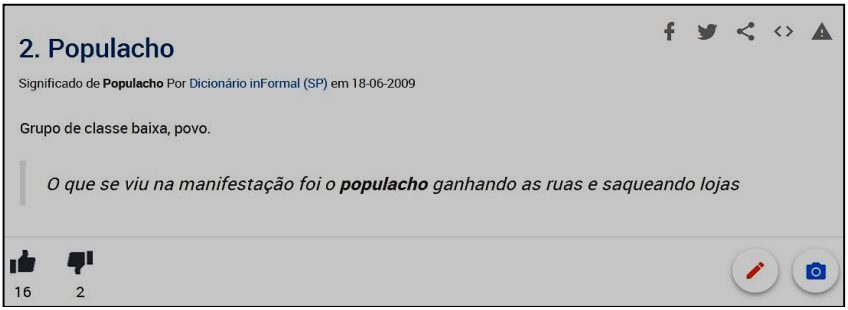
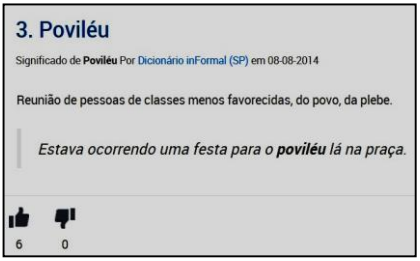
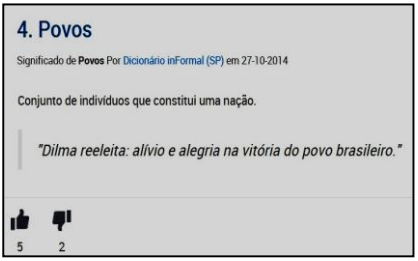


Figura 4 – Análise da derivação “Populacho”

No item 2, temos “populacho”, uma derivação de povo, um dos significados de povo.O exemplo diz que “o que se viu na manifestação foi o *populacho* ganhando as ruas e saqueando lojas”. Ora, *populacho*, neste caso, é um designativo de uma parcela da população que pertence a uma camada indesejável da sociedade, pois ao ganhar as ruas saqueiam lojas, promovendo a desordem e a deturpação das normas da civilidade.

Há outros sentidos de povo, como observamos abaixo, que também operam na direção de uma perspectiva daqueles que se situam na relação de pertença/não pertença. Nesse caso, o elaborador do verbete formula a sua concepção de sinonímia a partir das determinações que sofre na participação política da definição de “povo”. As determinações de “povo” no Dicionário inFormal são, de um certo modo, mais vigorosas do que aquelas que incidem nas formulações do dicionário formal, uma vez que neste a configuração é conduzida para a neutralidade, controlada metodologicamente, suavizando tais determinações.





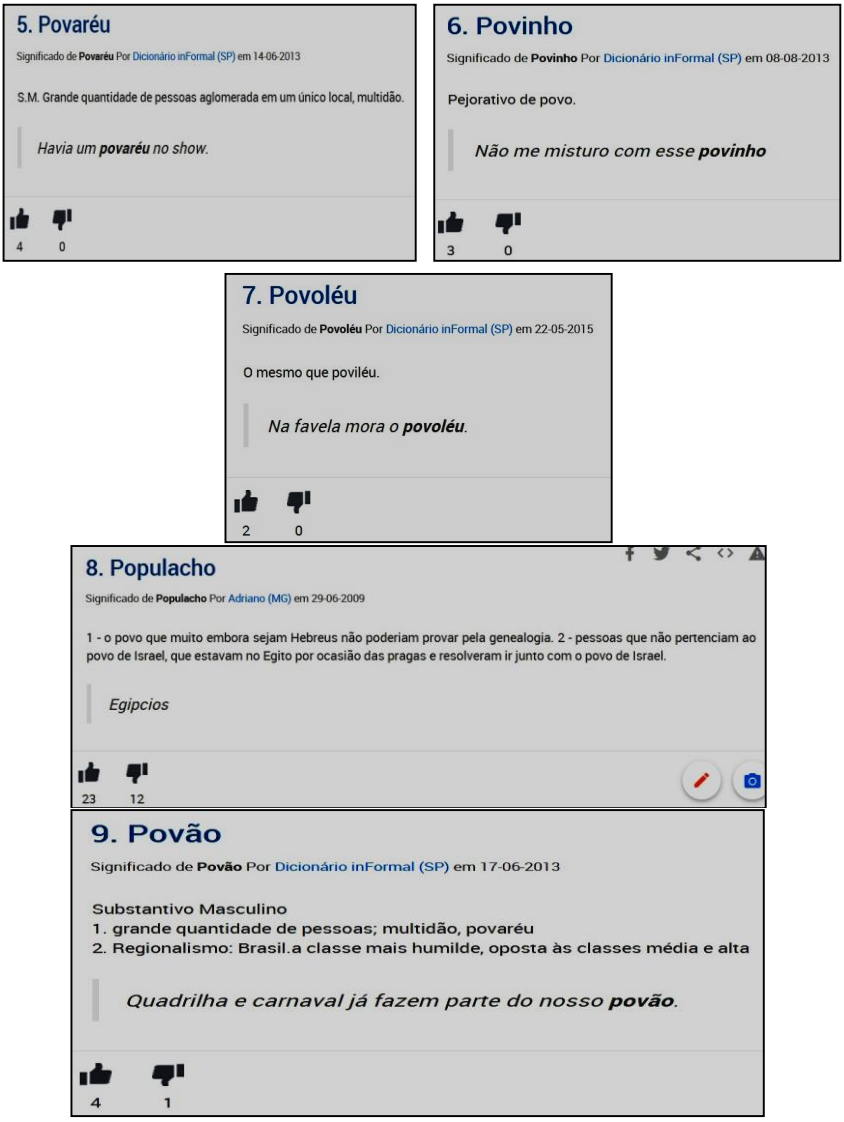


Figura 5 – Derivações a partir da palavra "Povo"

Na palavra "povinho", por exemplo, a base povo + o sufixo diminutivo *'-inho'*, forma uma categoria morfológica muito comum na

Língua Portuguesa. No entanto, os morfemas de grau diminutivo nem sempre exprimem de fato o grau, como em “casinha”; “caixinha”, “cãozinho”. Na perspectiva da Morfologia, é um pressuposto que afixos apresentem **“**funções sintático-semânticas definidas” (BASÍLIO, 2004, p.28), delimitando possíveis usos e significados das palavras. Consideramos tal definição limitada, pois para nós os sentidos são distribuídos socialmente, uma vez que questões de natureza social e ideológicas devem ser levadas em consideração quando se considera as marcas morfológicas.

O enunciado “Afinal, esse povinho brasileiro não sabe votar e a gente tem de tentar fazer alguma coisa para mudar o país[5]" nos mostra que a junção de povo + o sufixo diminutivo *'-inho'* se inscreve num universo de sentidos que lhe atribui um valor bastante específico e que, portanto, a relação de sentido que institui não é tão-somente gramatical, mas semântico-enunciativa. Na verdade, estamos na presença de uma classe gramatical que coloca o sujeito como centro de distribuição das referências. A realidade a que essa forma linguística remete é a realidade de um discurso, ou seja, uma forma linguística que não pode ser identificada “a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso.” [6] (BENVENISTE, 2005, p.288).

O sentido de “povinho”, aqui, é determinado no funcionamento discursivo, fundamentalmente por um conjunto de enunciados como: “não sabe votar”, “não faz nada para mudar”, ou seja, trata-se de pessoas que não sabem exercer corretamente seu direito de votar. Nesse acontecimento enunciativo, o modo de caracterizar “povinho brasileiro” como “gente que não sabe votar”, nos leva a considerar que, de uma certa forma, ‘brasileiro’ reescreve ‘povinho’, determinando também o sentido de *povinho* como sinônimo de pessoas politicamente despreparadas. Nessa conjuntura, o sufixo *-inho* traz um manifesto político, uma direção segundo a qual o locutor, no lugar de jornalista, que tem autoridade na tomada da palavra, significa o sentido de ‘povinho’ agenciado por uma história enunciativa, um memorável de já ditos, de que a maioria da população brasileira, já qualificada como pobre e seu paradigma semântico anteriormente discutido em ‘povo’, não tem capacidade para se envolver com questões políticas.

Por outro lado, derivações oriundas dos sufixos–*mento, -ção, -ado,* não apresentam esse mesmo tipo de leitura e por isso não aparecem no âmbito do verbete "povo", apesar de se constituírem como derivações da mesma forma que *–inho, -ão, -éu, -acho*. Em princípio, "população", poderia, por exemplo, estar no âmbito deste verbete, mas essas palavras não estão associadas – histórico-ideologicamente – à palavra "povo" no Dicionário inFormal, uma vez que não estão diretamente inseridas nos domínios dos quais o autor do verbete transita. Isto é, circulam, imaginariamente, na órbita dos discursos de ordem mais técnica e menos vulnerável a caracterizações.

É preciso também observar como construções sintáticas do tipo "O povo mulçumano é bastante religioso, chegando alguns ao fanatismo"[7] movimentam certos sentidos de classe, sociedade, hábito, política e religião. Esta construção em particular nos indica um modo de percepção que direciona o sentido de "povo" para uma visão de costumes e modos de vida bastante cristalizados na imprensa. Essa cristalização é permeada por episódios marcantes de ataques terroristas, frente ao fanatismo de uma pequena parcela do povo mulçumano. Constatamos que essa relação religião/fanatismo, que se coloca no Dicionário inFormal, revela uma direção de sentidos específica de povo mulçumano, na qual se situa o *fanatismo* como sendo intrínseco à religião mulçumana. Um dicionário formal não apresentaria um exemplo com uma visão tão estigmatizada e cristalizada do povo mulçumano, uma vez que isto poderia produzir interdições no domínio editorial.

Seguindo essa mesma linha de reflexão, Dias (2013) analisou a significação de "linguagem cidadã" em textos governamentais, observando que a junção do adjetivo "cidadã" ao substantivo "linguagem" não pode ser vista apenas por um prisma semiótico, pois a significância se articula em duas dimensões: na dos "signos" e na "enunciação". Assim sendo, o autor em questão olha para o conceito de sintagma nominal sob uma perspectiva diferenciada, sustentada por uma visão enunciativa e não mais aquela que evoca a ideia de que tais construções nucleadas por um substantivo carregam em si todas as informações sobre a realidade. Ao procurar compreender o processo de constituição dessas construções nominais que, na verdade, ele designa de "formações nominais", busca operar os movimentos que se

constituem em função do nome, no próprio acontecimento enunciativo. Isto é, o que se agrega ao nome nos traz referenciais fundamentais, resvalando para uma instância entre memória e atualidade. No caso da junção do adjetivo "cidadão" ao nome "linguagem", visa-se falar a língua do outro, chegar até ele, acolhendo-o, unindo o interlocutor e o locutor por um laço social, por um modo de ação próprio de cada enunciação. No caso de "povo muçulmano", os referenciais que determinam a concepção de povo passam pelo "fanatismo", tendo em vista o afetamento que o locutor do verbete sofre da mídia.

À medida que palavras surgem em função de contextos históricos e de uso da língua, o Dicionário inFormal suscita um lugar interessante para compreender a movimentação de sentidos nos enunciados, dos modos como eles são socialmente distribuídos por meio delas, uma vez que é principalmente pela língua que vemos questões sociais emergirem.Nesse sentido, não podemos perder de vista aquilo que Nunes (2006) tão bem nos explicitou:

> A língua, ou antes, as "sistematicidades linguísticas"(os mecanismos lexicais, sintáticos, enunciativos) são sempre remetidas à exterioridade, às condições de produção do discurso, que são fundamentalmente o contexto situacional, histórico e ideológico, compreendidos os sujeitos aí inseridos. A consequência disso é a de considerar a materialidade linguística do dicionário, questionando-se a evidência dos sentidos, das definições, das exemplificações, enfim, dos mecanismos utilizados pelas técnicas lexicográficas, e remetendo-os a suas condições históricas de aparecimento. Essa leitura sistemática não parte de um modelo prévio de dicionário, mas procura mostrar a particularidade de cada um, o seu modo singular de configuração. Por isso, efetuamos uma leitura crítica do dicionário, não em vista do que ele deva ser, de um modelo ideal, mas sim em vista do que ele é, quer dizer, em vista de sua singularidade histórica (…) (NUNES, 2006, p. 18).

Observamos que o Dicionário informal faz emergir uma singularidade ao inverter a lógica dos dicionários formais, ao trazer

em cena o falante para ocupar um novo lugar na produção de sentidos, pois ele (o usuário) "é autorizado a descrever a sua própria língua, a colaborar com um dicionário. O saber que o autoriza é aquele advindo da prática linguística, e que o site do dicionário afirma que será isento de julgamentos de correção". (OLIVEIRA, 2014, p. 263)

Se o Dicionário inFormal se configura como um lugar de explosão dos discursos, precisamos então nos atentar para uma mudança de postura, no sentido de percebê-lo como um instrumento do saber linguístico, saber este construído por uma relação real entre os sujeitos e suas línguas, antes circunscrito apenas aos lexicógrafos, autorizados a falar de um lugar cuja verdade do saber era tida como absoluta e incontestável. Novamente concordamos com Nunes (2006, p. 24) quando afirma que é nesse lugar de alteridade social e histórica que o lexicógrafo constrói no dicionário uma imagem do "outro", no qual o cenário em que os sujeitos encontram-se inseridos dita, por meio de formas sintático-enunciativas das definições, toda uma forma de dizer a sociedade. É, portanto, na contramão deste saber institucionalizado que o dicionário inFormal parece caminhar, uma vez que atualiza a língua, trazendo um movimento de reconhecimento, de crivo de sentidos que não vem de um lugar de autoridade científica.

Algumas considerações

O exercício de análise proposto neste artigo procurou observar as determinações de "povo", bem como algumas de suas nominalizações como "povoação", "povoamento", "povoado", "povinho", "povão", "poviléu" e de formações sintáticas, tais como "povo brasileiro", "povo muçulmano" encontradas no texto lexicográfico do Dicionário informal. Refletimos sobre como o sentido se forma em palavras, na configuração de formações morfológicas e sintáticas, a partir da relação dos falantes com a sua língua, o que julgamos como sendo um processo muito relevante. O Dicionário inFormal – que possibilita a compreensão do funcionamento enunciativo da língua – permite-nos ver como a linguagem opera entre a virtualidade do dizer e a atualidade discursiva, isto é, o acontecimento do dizer, para indicar traços histórico-sociais, políticos e religiosos, dentre outros, no processo da significação.

O Dicionário inFormal aponta um caminho de deslocamento de

sentidos que, diferentemente dos dicionários formais que se colocam num lugar de saber incontestável, incide sobre um novo modo na produção de um saber antes circunscrito apenas aos lexicógrafos, gramáticos, autorizados a falar de um lugar de verdade. Diante desse embate, perguntamo-nos quem é, então, o sujeito que ocupa esse lugar na luta pelo sentido das palavras. Ou, dito de outro modo: a quem pertence esse espaço de autoridade para atribuir sentidos, diante da sua rápida atualização nos dias de hoje? O que significa hoje ir a um dicionário? Em que medida o Dicionário Informal contribui para o funcionamento da significação social?

Não estamos com isso dizendo que devemos rechaçar o dicionário formal. Nossa intenção é a de apenas mostrar que o Dicionário inFormal, nessa relação dissimétrica com o saber lexicográfico formal, tem se tornado um importante instrumento do saber linguístico do mundo contemporâneo, permitindo a eclosão de um espaço de reconhecimento pelo falante em relação à sua própria língua.

Referências bibliográficas

AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização.*Campinas: Editora da UNICAMP.

BASILIO, M. (2004) *Teoria Lexical.*São Paulo: Ática.

BENVENISTE, E. (2005). *Problemas de Linguística Geral I.* Campinas: Pontes, 5. ed.

_____. (2006) *Problemas de Linguística Geral II.* Campinas: Pontes, 2. ed.

BIDERMAN, M. T. C. (2001). "Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodose técnicas". In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. *As ciências do léxico:lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS.

CUNHA, A. G. (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2. ed. 1999.

CRYSTAL, D. (1988). *Dicionário de Linguística e Fonética.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

DIAS, L. F. (2007) "Gramática e política de língua: institucionalização do linguístico e constituição de evidências linguísticas". In: Eni Orlandi. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 183-200.

_____. (2013) "A 'linguagem cidadã' em questão: uma abordagem enunciativa." in: BRESSANIN et alii. *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: RG, p. 211-222.

DUBOIS, J. et.alii. (2001) *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix.

GUIMARÃES, E. (1995) *Os Limites do Sentido.* Campinas: Pontes.

_____. (2005). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

_____. (2007). "Domínio semântico de determinação". In: GUIMARÃES, E; MOLLICA, M. C. (orgs.) *A palavra: forma e sentido*. Campinas, Pontes, p. 77-84.

_____. (2011). *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: RG.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.(1996). "Identidade Linguística." In: _____. (Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 9-15.

NUNES, J. H. (2006). *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.

_____. (2002) "Dicionarização no Brasil: condições e processos" In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (orgs.). *História do Saber Lexical e constituição de um Léxico brasileiro.* São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP e Pontes.

OLIVEIRA, S. E. (2014)"O dicionário informal e a relação do falante com a língua".*Revista Anpoll*. v. 1 .ed.37. p.262-272.

ORLANDI, E. (1983) *A linguagem e seu funcionamento.* São Paulo: Brasiliense.

_____. (org.) (2001) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico econstituição da língua nacional.* Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat editora.

_____. (2007) *Política linguística no Brasil.* Campinas: Pontes.

SILVA, M. V. da. (2001) "Alfabetização, escrita e colonização". In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, p.139-154.

Palavras-chave: Dicionário informal; definição da palavra "povo";

deslocamento de sentidos.
Keywords: Informal Dictionary; definition of the word "povo"; displacement of directions.

Notas

---

*Doutoranda no IEL - Universidade Estadual de Campinas. Artigo de conclusão do trabalho de qualificação de área em História das Ideias Linguísticas, elaborado durante o meu período de doutoramento em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Claudia Castellanos Pfeiffer (LABEURB/NUDECRI/UNICAMP; PPGL/IEL/UNICAMP).

[1] Mais adiante, comentarei sobre a política do Dicionário informal em relação aos usuários, ou seja, a questão das autorias, das formulações e dos enunciados definidores.

[2] Com o Renascimento europeu, novos instrumentos surgem, como os dicionários e as gramáticas. Esses instrumentos linguísticos como os denominam S.Auroux (1992) foram criados num momento de expansão do planeta, expansão comercial, de dominação sobre outros povos, trazendo assim uma gramatização da língua. "por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário", conforme Auroux (1992, p.65).

[3]O Dicionário eletrônico Houaiss de 2009 apresenta exemplos como: "o povo elege os governantes". Já o Novo Dicionário Aurélio de 2010, traz um sentido de povo significando povoado: "Combinara na fazenda dormir num pequeno povo, a três léguas de Cacimbas" (José Vieira, Vida e Aventura de Pedro Malasarte, p. 279-280), e outros exemplos também como: "A praça! A praça é do povo / como o céu é do condor" (Castro Alves, Obra Completa, p. 352)

[4] A concepção de "reescritura" foi formulada por Guimarães (2005, p. 28) como "os procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito".

[5]Fonte http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2014/08/bnada-prestab-no-brasil-por-juliana-doretto.html. Acessado em janeiro de 2015.

[6]Em Benveniste, o conceito de discurso está relacionado com o exercício da língua pelo locutor. Quando abordamos o funcionamento discursivo, estamos nos referindo aos efeitos de sentido entre interlocutores, conforme Orlandi (1983).

[7] Fonte: http://www.dicionarioinformal.com.br/povo/ .Acesso em: janeiro de 2015.

Recebido em: agosto/2015

Aceito em: outubro/2015

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL: O DEBATE SOCIOLINGUÍSTICO EM TORNO DO CONCEITO DE *TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR*

Rogério Luid Modesto dos Santos*

***Resumo**: O objetivo deste texto é analisar o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. A análise é feita a partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas em sua articulação com a teoria discursiva materialista. O corpus é composto por excertos dos textos "Origens do português brasileiro", de Anthony Naro e Marta Scherre, e "A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica", de Dante Lucchesi. A discussão aqui apresentada nos permitiu compreender os saberes sobre a língua e sobre o fazer linguístico que têm formatado a sociolinguística brasileira.*

***Abstract**: This paper aims to analyse the sociolinguistic debate amidst the concept of Irregular Linguistic Transmission. Such analysis could be made through the perspective of the History of Linguistics Ideas and their articulation with the materialist discourse theory. The corpus is composed by excerpts from the texts "Origens do português brasileiro", by Anthony Naro and Marta Scherre, and "A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica", whose author is Dante Lucchesi. The issue raised on this paper allowed us to better understand the knowledge about the language and about the linguistic practice which has been shaping the Brazilian sociolinguistic field.*

1. O saber: comunidade de conhecimento e historicidade

Em *A historicidade das ciências*, Auroux (2008) reserva uma seção de seu texto para discutir o tópico "Ciência e Comunidades de

Conhecimento". Tratando deste assunto, o teórico ratifica a ideia de que a ciência não é acessível a todos em virtude de sua forte codificação e dificuldades de aprendizagem. Diante disso, cabe aos especialistas, isto é, à comunidade científica, tratar dos valores da ciência, os quais passariam a ser aderidos por todos, já que a ciência é universal.

Uma série de contrariedades é apontada por Auroux, entretanto, em virtude do que ele chama de "caráter democrático das sociedades" (AUROUX, 2008, p. 130). Assim, para o autor, numa sociedade democrática, em que o valor das opiniões é idêntico um ao outro, não há quem possa exercer um poder supremo capaz de invalidar as outras opiniões sob o pretexto de que tais opiniões seriam falsas ou contrárias à ciência. Esse cenário construído por Auroux se impõe à ciência de modo que ela tem de lidar com os *problemas* advindos daí.

Em primeiro lugar, se nas sociedades democráticas as opiniões têm o mesmo valor, a divergência de opiniões entre os especialistas acaba por fracionar/dividir as comunidades de conhecimento. Em segundo lugar, tal divisão não somente segrega a comunidade de conhecimento como propicia dissidências. Em terceiro lugar, variados tipos de *desfuncionamentos* da comunidade (más avaliações, pressões, falsificações, corporativismo etc.) acabariam por acontecer, seja para beneficiar seja para prejudicar um ou outro grupo que, na comunidade de conhecimento, estão em confronto.

As concepções de ciência e comunidade/sociedade em que Auroux sustenta sua reflexão trabalham essas categoriais como se elas fossem homogêneas, fato que restringe os conceitos de ciência e comunidade/sociedade. Auroux não considera em seu texto outras determinações de cunho histórico na composição das comunidades científico-acadêmicas. Determinações relacionadas à legitimidade dos saberes no processo de produção de conhecimento e, principalmente, dos grupos e espaços de produção do conhecimento. Em outras palavras, as assimetrias próprias da luta de classes na composição das formações sociais não produzem efeito na reflexão deste autor, de modo que uma certa homogeneidade permanece implicitada em suas formulações.

Ainda assim, toda essa reflexão de Auroux traz luz ao quadro epistemológico da historicidade das ciências. A ciência acontece num

espaço de dissidência que obriga o cientista a se justificar por procedimentos teóricos e metodológicos rigorosos e sistemáticos, a fim de que sua produção não incorra em um "achar" que pode ser rebatido por outro "achar". Em determinados campos científicos e disciplinas, as teorias não somente co-ocorrem, mas concorrem na busca pelo lugar de legitimidade e cientificidade.

Outro aspecto para o qual Auroux chama atenção nesse mesmo texto diz respeito à relação do conhecimento com a temporalidade. A ideia de *horizonte de retrospecção*, discutida na seção "Os horizontes de retrospecção", aparece aí para dar sentido a duas formulações importantes: i) não há conhecimento instantâneo e ii) é necessário tempo para *saber*. Essas afirmações, porém, não querem significar que os objetos de conhecimento são temporais, conscientemente marcados de historicidade.

Um horizonte de retrospecção supõe um conjunto de conhecimentos anteriores estruturados sem que a temporalidade afete tais conhecimentos. É o que Auroux afirma ao pontuar que há variadas formas de estruturar os horizontes de retrospecção e que a co-presença dos conhecimentos é a marca fundamental deste conceito.

O saber seria, pois, construído numa constante projeção[1] e retrospecção de seus horizontes. Um ir-e-vir. Movimento a partir do qual um saber se impõe (ou tenta se impor) sobre os outros na constante relação dos saberes que estrutura os horizontes de retrospecção e projeção. O que significa que sem memória não há saber.

O percurso que faço até aqui me serve para situar teoricamente a questão que busco discutir neste texto[2]. Os dois pontos do trabalho de Auroux que pude trazer acima se colocam para mim como ponto de entrada para a compreensão do problema que, da perspectiva da História das Ideias Linguísticas em sua articulação com a teoria discursiva materialista, formulo deste modo: se o saber tem que lidar com um espaço de acontecimento permeado por tensões teórico-políticas[3] e está estruturado em relação a horizontes (de retroprojeção e projeção), que saberes sobre a língua estão em jogo no debate sociolinguístico brasileiro em torno do conceito de *Transmissão Linguística Irregular*?

No contexto da Sociolinguística brasileira, há atualmente uma querela teórica em torno da melhor explicação para a mudança linguística que desenvolveu o *português popular do Brasil*. Por um lado, Dante Lucchesi defende que a língua portuguesa falada no Brasil constitui-se também pela influência de um massivo contato entre línguas, processo que lhe permite falar em transmissão linguística irregular (cf. LUCCHESI, 2012). De outra perspectiva, Anthony Naro e Maria Marta Scherre buscam evidenciar que o português do Brasil é o resultado de um processo de deriva linguística e que, portanto, a mudança linguística da qual se originou o português brasileiro não pode ser explicada pela teoria da transmissão linguística irregular (cf. NARO, SCHERRE, 2007).

Diante desse cenário de polêmica e dissidência, acredito que perguntar pelos saberes negados ou legitimados nesse espaço teórico de tensão é também perguntar pelos saberes sobre a língua que, a partir de tal debate, estão sendo historicizados na memória da (Sócio)linguística brasileira. Em outras palavras, significa perguntar pela memória do saber sobre a língua no desenvolvimento de um dos campos de estudo mais influentes na história da institucionalização (da) Linguística no Brasil.

2. A Sociolinguística (brasileira): condições de produção para o debate em questão

O *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*[4], de Ducrot e Todorov (2010), define a Sociolinguística como um conjunto de proposições e pesquisas, de perspectivas variadas, cujo cerne é a relação entre a linguagem, de um lado, e sociedade, do outro. Tem-se assim, uma perspectiva em que: "postula-se a existência de duas entidades separadas, linguagem e sociedade (ou cultura etc.), e estuda-se uma através da outra" (DUCROT, TODOROV, 2010, p. 69). Esse conjunto de proposições e pesquisas, ao procurar remeter, na variedade de suas práticas teórico-analíticas, a linguagem à sociedade e vice-versa, define "um dos termos como causa e o outro como efeito, e estuda o efeito com vistas a um conhecimento da causa, ou inversamente, conforme um ou outro se preste melhor a uma análise rigorosa" (DUCROT, TODOROV, 2010, p. 69).

Outro dicionário de referência para os estudos da linguagem, o *Dicionário de linguística*, de Dubois *et al*, segue a linha da definição acima apresentada, afirmando que "a sociolinguística tem como tarefa revelar, na medida do possível, a covariação entre os fenômenos linguísticos e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito" (DUBOIS *et al*, 1973, p. 561). Porém, há a necessidade de se estar atento para o fato de que:

> Contrariamente a uma prática afirmada ou implícita, a sociolinguística não tem por escopo fazer resultarem repercussões linguísticas das distinções sociais. Ela deve proceder a descrições paralelas, independentes uma da outra: de um lado, temos as estruturas sociológicas, de outro, as estruturas linguísticas, e só depois de concluirmos tais descrições prévias, é que poderemos confrontar os fatos de cada uma dessas ordens (DUBOIS *et al*, 1973, p. 561).

Ao retomar as definições da Sociolinguística em dicionários especializados, busco chamar atenção para o que há de mais *comum* entre as diferentes perspectivas que atuam sob a designação "Sociolinguística", isto é, o entendimento de que os fenômenos linguísticos, notadamente os de variação e mudança, dizem respeito aos fenômenos sociais. Ou, em outras palavras, para o pressuposto de que "não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre" (LABOV, 2008, p. 21).

Frente a este pressuposto e às definições acima apresentadas, é possível visualizar que a relação língua-exterioridade estabelece-se como ponto de sustentação para a Sociolinguística. Alkmim (2008, p. 23) assevera que Saussure, mesmo excluindo "toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno linguístico", não deixou de reconhecer a relação linguagem-sociedade, mas não a considerou como determinante. Disso, decorre o fato de que, como afirma a sociolinguista:

> Saussure institucionaliza a distinção entre uma Linguística Interna oposta a uma Linguística Externa. É essa dicotomia que dividirá [...] o campo de estudos linguísticos contemporâneos, em que orientações formais se opõem a orientações contextuais, sendo que estas últimas se encontram fragmentadas sob o rótulo das muitas interdisciplinas: Sociolinguística, Etnolinguística, Psicolinguística etc. (ALKMIM, 2008, p. 24).

Assim entendida – como Linguística Externa de orientação *contextual* – a Sociolinguística toma a língua cruzando-a com fenômenos (ou variáveis) sociais, estes tratados como contextuais. Há a relação língua e sociedade posta. Mas a língua e a sociedade estão em lugares diferentes, devendo ser associadas quando necessário. A esse tipo de programa, disciplina ou campo de estudo que, tratando da língua, trata do social colocando-o como exterior, contextual e não constitutivo da linguagem, Pêcheux e Gadet (2011)[5] vão chamar de *sociologismo*.

O sociologismo e o seu oposto, o *logicismo*, constituem, para Pêcheux e Gadet (2011), as vias a partir das quais a linguística tem se desenvolvido desde sua pré-história. Um desenvolvimento que torna a história da linguística marcada por uma espécie de luta entre as vias citadas. Assim, de múltiplas e diferentes maneiras, na história da linguística, o conhecimento da linguagem a partir das teorias linguísticas oscila pendularmente entre o logicismo que autonomiza a língua, e o sociologismo que põe a língua na dependência do indivíduo e da situação de uso.[6] Este é um confronto circular que restringe o próprio da língua a um debate infindável o qual, sustentado pelo seu caráter de cientificidade, não permite atravessar as ideologias que recobrem os posicionamentos teóricos em confronto[7] (cf. PÊCHEUX, GADET, 2011; ORLANDI, 1999).

Tal reflexão encaminha-se fazendo ver que a Sociolinguística "traz uma falsa solução a um verdadeiro problema" (PÊCHEUX, GADET, 2011, p. 298). Mesmo confrontando as teorias formais (em especial, o gerativismo) pela afirmação de que elas nada têm a dizer sobre a relação entre a língua e formação social, a Sociolinguística, estando numa cadeia que retoma outras perspectivas sociologistas, não desloca

a reflexão linguística deste impasse[8] configurado entre a autonomia da língua *versus* a língua em contexto.

Assim, a Sociolinguística vai se configurar no desenvolvimento da Linguística atual como um dos campos de atualização da via sociologista. Ela, nesse contexto, desenvolverá aportes teóricos e metodológicos próprios que atualizam a ciência linguística, mas que retomam questões colocadas há bastante tempo. Nas palavras de Mattos e Silva (2004, p. 299) "embora a variação e a mudança tenham sido intuídas desde tempos imemoriais [...] será a sociolinguística da segunda metade do século XX que irá desenvolver uma teoria e uma metodologia precisa e detalhada para a explicação da inter-relação entre os fenômenos de variação e mudança".

No que concerne ao desenvolvimento da Sociolinguística no Brasil, uma vertente em especial, a variacionista, se consolidará como a principal vertente deste campo teórico disciplinar. Sua influência poderá ser percebida não somente no caráter das pesquisas sociolinguísticas brasileiras, mas, também, na formulação de currículos de graduação e de pós-graduação, a partir dos anos de 1970, bem como na formulação de políticas linguísticas posteriores.

A Anthony Naro, um dos autores envolvidos no debate que aqui busco analisar, atribui-se um papel fundamental no estabelecimento da Sociolinguística no Brasil. Seu nome constitui um "nome de autor" (FOUCAULT, 1992, p. 34) muito importante na história (Sócio)linguística brasileira, pois: "a partir dos inícios dos anos setenta se integram na Linguística brasileira os projetos sociolinguísticos de orientação sobretudo americana, iniciados, no Rio de Janeiro, sob a orientação segura de Anthony Naro" (MATTOS E SILVA, 1999, p. 156).

No Brasil, já se desenvolviam o Estruturalismo linguístico, desde a década de 1950, e, a partir de meados de 1960, os atlas linguísticos no âmbito da Dialetologia urbana. Neste cenário, as pesquisas que começam a se desenvolver sob a designação "Sociolinguística" objetivam descrever materiais empíricos da língua portuguesa, observando sua diversidade e levando em conta os fatores linguísticos (como pretendia o estruturalismo) e os fatores geográficos (como visava a Dialetologia). Mas, tudo isso, sem deixar de priorizar as

variedades sociais e suas bases históricas relacionadas à formação da sociedade brasileira (cf. MOREIRA E SILVA, 2013).

Moreira e Silva (2013) historia que a consolidação da perspectiva variacionista no Brasil foi responsável pelo atual panorama teórico da linguística brasileira que progressivamente foi desconstruindo a ideia da homogeneidade da língua pela adoção e absorção da ideia de *diversidade*. Anthony Naro, como um dos fundadores da Sociolinguística no Brasil e formador de outros muitos pesquisadores, tem relação direta com isto.

Dante Lucchesi, que ocupa a outra posição no debate aqui analisado, está entre os pesquisadores formados por Anthony Naro[9]. Já em sua tese de doutoramento ele desenvolvia as ideias que, posteriormente, seriam confrontadas por este que havia sido seu orientador. Mesmo antes de ter defendido sua tese, suas ideias já chamavam atenção como possibilidade de abrir outra frente de trabalho nas pesquisas sociolinguísticas brasileiras. As palavras de Mattos e Silva (1999, p.158) permitem perceber isso:

> Diretamente relacionada à nossa sócio-história pregressa vem se desenvolvendo uma outra orientação de pesquisa histórico-diacrônica que, a partir dos dados sincrônicos de comunidades afro-brasileiras isoladas, busca testar a hipótese da crioulização prévia dessas comunidades, sem, no entanto, buscar generalizar a hipótese para todo o chamado português popular brasileiro. Trabalhando com metodologia variacionista sobre fatos sintáticos, a partir de recolha de campo rigorosa, essa orientação foi iniciada e está sendo implementada por um dos que melhor conhecem crioulos de base portuguesa, Alan Baxter, da Universidade de La Trobe, Austrália. No Brasil, tem tido como base a Universidade Federal da Bahia e, nela, o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*. Seu assistente de pesquisa no Brasil, Dante Lucchesi, já está desenvolvendo sua tese de doutoramento nesse campo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Naro.

As condições de produção que traço até aqui me permitem considerar seis questões importantes: i) buscar explicar a relação entre

a língua e sociedade é fundamental para a Sociolinguística; ii) nesse campo disciplinar, essa relação não é vista como constitutiva, mas como contextual o que implica no fato de que a língua é reflexo das estruturas sociais e sua variação e mudança são sistematizáveis; iii) disso, decorre que a Sociolinguística configura-se no quadro do sociologismo, mantendo a discussão sobre os fatos linguísticos num debate circular que é recoberto pela ideologia do Estado; iv) no Brasil, é a vertente variacionista (aquela busca sistematizar a variação e a mudança pela investigação em dados empíricos) que vai se consolidar e ser disseminada; v) tal vertente tem Anthony Naro como importante personalidade, sendo ele mesmo orientador de doutorado de Dante Lucchesi o qual, por sua vez, será visto como importante nome no desenvolvimento de novas ideias para o campo; vi) assim, se, por um lado, Anthony Naro entra na cena científica da linguística brasileira de tal modo que passa a constituir um nome de autor, de outro lado, Dante Lucchesi estaria entre aqueles que, pelo mesmo funcionamento de autoria, poderia influenciar o horizonte de projeção da Sociolinguística brasileira.

3. Saberes em jogo: um gesto analítico

Diferentes perspectivas teóricas acerca do que se pode chamar de *antagonismo* permitiram tratar do debate em questão. De uma perspectiva linguístico-discursiva, Maingueneau (2007) nos possibilitaria falar em *interincompreensão*, gesto a partir do qual uma polêmica se instaura quando "um discurso segundo se institui contra o discurso primeiro" (MAINGUENEAU, 2007, p. 111). Já Rancière (1996), ao propor o *desentendimento*, apresenta-nos um método filosófico em que "a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre as condições daqueles que o constituem como objeto" (RANCIÈRE, 1996, p. 13).

Contudo, tanto Maingueneau, quanto Rancière nos levariam a desconsiderar o funcionamento do *equívoco* e da *contradição* como constitutivos da linguagem, da história e, consequentemente, do sujeito. Esses pensadores, ao abordarem o antagonismo, cada qual a seu modo, compreendem o sujeito que enuncia com aquele que tem total entendimento do conteúdo de seu dizer que, por sua vez, é *deturpado* pelo seu interlocutor em confronto[10]. Tal posicionamento,

por desconsiderar o equívoco e a contradição, poderia nos fazer negligenciar dois posicionamentos caros à perspectiva discursiva que, na relação com a História das Ideias Linguísticas, adoto aqui: i) o sujeito não é a origem dos sentidos, embora tenha a ilusão de ser, podendo o sentido sempre ser outro; e ii) "não há ritual sem falha" (PÊCHEUX, 1990, p. 17), visto que a incompletude é o real da língua e a contradição é o real da história.

É por isso que, para ser consequente com estes posicionamentos, na análise que segue busco considerar as sequências discursivas (SD)[11] abaixo como constituintes de um *discurso*, o discurso da prática científica que "não é indiferente às condições em que sua prática se constitui, não sendo homogênea e sendo sensível a processos científicos que derivam de histórias particulares, regionais, ou melhor, territorializadas" (ORLANDI, 2009, p. 122). Em outras palavras, não se nega aqui o intenso trabalho de elaboração teórica de Naro e Scherre, de um lado, e Lucchesi, de outro, em suas buscas por dar conta de um *objeto* (neste caso, a *língua* tal como ela é dita no saber da Sociolinguística). Contudo, é importante pontuar que, ao tomar suas elaborações, trato-as como *discurso teórico*. E, assim, por esse gesto teórico-analítico, creio poder buscar os *efeitos de sentidos* demandados no saberes que estão em jogo no debate em questão, sem me descuidar do fato de que tais saberes estão emaranhados no complexo processo sobredeterminado pela(s) teoria(s).

O *corpus* é constituído por excertos do livro, *Origens do português brasileiro*, de Naro e Scherre (2007) e do texto, *A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica*, de Lucchesi (2012). Esses textos têm uma relação bastante forte e tensa, sobretudo porque o texto de Lucchesi é uma resposta à publicação de Naro e Scherre. A obra de Naro e Scherre reúne uma gama de textos, em geral apresentações em eventos nacionais e internacionais da área, a partir dos quais "analisando cuidadosamente o conceito da 'transmissão linguística irregular', os autores o rejeitam, por encarar algo de negativo, de anormal, propondo em seu lugar a hipótese da *nativização*, para explicar como uma comunidade adquire uma nova língua" (CASTILHO, 2007, p. 15). O texto de Lucchesi, por seu turno, é, como pontuei, uma resposta a essa publicação, já que "a maior resistência à pesquisa sócio-histórica que busca precisar o papel

do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira tem sido levantada surpreendentemente por dois dos maiores sociolinguistas do Brasil: Anthony Naro e Marta Scherre" (LUCCHESI, 2012, p. 212)[12].

Para recortar as SD, busquei regularidades que respondessem às seguintes perguntas: a) como os textos apresentam seus posicionamentos frente à questão da mudança linguística?; b) como estão textualizados os posicionamento frente à teoria em confronto?; c) como está textualizada a fundamentação teórica de cada texto? e; d) como a fundamentação teórico-analítica para a sustentação das propostas estão apresentadas? Tais perguntas foram formuladas pelo atravessamento de uma questão maior já aqui enunciada: quais saberes sobre a língua estão em jogo neste debate sociolinguístico?

3.1. Confrontando o material

Da perspectiva teórico-analítica que assumo, pensar a constituição histórica das ideias linguísticas não é pensar em termo de origem, influência ou genealogia. O movimento que se busca fazer é o de compreender os processos de *filiação histórica* dos discursos em suas relações como o saber. Com base nisso, minha compreensão estabelece-se a partir da identificação dos modos como esses processos de filiação são construídos. O material analisado, que discursiviza um enfretamento, permite visualizar variados processos de identificação que trabalham uma rede de filiações no batimento entre *negar* e *afirmar*, *apagar* e *salientar*, *concordar* e *discordar* etc.

É justamente seguindo as pegadas deste processo de filiação que será possível identificar e analisar quais saberes estão sendo negados ou afirmamos no debate em questão. Esse movimento de filiações marca-se fortemente no modo como os sociolinguistas aqui estudados textualizam seus posicionamentos teóricos, suas propostas, suas compreensões em torno dos gestos teórico-analíticos do outro em confronto. Isso porque, conforme salientei mais acima, há aqui a materialização do *discurso teórico*, discurso instituído a partir de um "componente teórico" (marcado por representações, mas, principalmente, pelo valor dos dados – empíricos – e dos processos de seleção desses dados) e um "componente prático" (marcado

fundamentalmente por valores e normas) (cf. AUROUX, 2008, p. 129).

Quero chamar atenção para o que, a meu ver, constitui uma regularidade discursiva que chamo de *processo conjugado de negação e afirmação*. O problema da mudança linguística e a formação do que se chama, em ambos os lados, de *português popular brasileiro* é central na discussão. De comum, estão os pressupostos de base da Sociolinguística: as línguas mudam, elas não são homogêneas, elas passam por processos de variação, têm história interna e externa etc. Também em comum está a legitimidade da prática científica empirista. Porém, é justamente nesse aspecto que aparece, a meu ver, o processo de afirmação/negação. Isso porque os sociolinguistas em questão, ao mesmo tempo em que afirmam a validade empirista dos dados que fundamentam suas propostas, negam essa validade para o outro em confronto teórico.

As SD abaixo buscam mostrar como esse processo se dá no material analisado.

SD1:

Vamos agora examinar a **possibilidade de ter havido** um processo de 'transmissão linguística irregular' com a língua portuguesa, em suas variedades populares, no Brasil. Do ponto de vista do longo prazo, **a resposta sem dúvida <u>parece</u> ser positiv**a. De fato, a grande maioria dos antepassados dos atuais falantes brasileiros do português tinha outra língua materna, fosse o tupi, o ewé, o francês, o holandês, o espanhol, o italiano, o alemão, o árabe ou o japonês, para mencionar apenas umas poucas possibilidades. Para a comunidade como um todo, houve uma descontinuidade: o português substituiu outras línguas maternas no processo que denominamos NATIVIZAÇÃO. No nível do indivíduo, também **é lícito <u>pressupor</u>** que **deve ter havido** aquisição da língua portuguesa por adultos, em larga escala, durante cinco séculos de existência do Brasil, assim caracterizando a 'transmissão linguística irregular'. Outra fonte de 'transmissão linguística irregular' **seria** a existência de um estágio de caos verbal, possivelmente causado pela presença de línguas estruturalmente diversificadas

no setor dominado, **mas não temos quaisquer evidências para sugerir que isto tenha acontecido em algum momento**. (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143) (grifos meus)

SD2:
No caso do Brasil, as condições sociais foram propícias a uma fase de pidginização da língua portuguesa? **Se houve** um pidgin de base lexical portuguesa, quais eram seus elementos estruturais formadores? Houve simplificação por parte dos falantes do português? A situação extralinguística permitiu a estabilização de interferências estruturais de outras línguas? **Se for o caso**, quais seriam elas? Deu-se crioulização (ou nativização) na base de fala pidginizada? Entrou em cena a faculdade da linguagem? Algum universal **chegou a dominar** um estágio caótico ou influenciou durante a aquisição? Quais eram as variações presentes nos dialetos colonos europeus? // **O fato é que não temos como responder com segurança a todas estas perguntas por uma razão intransponível: trata-se de épocas pretéritas, para as quais não existe documentação histórica adequada**. (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143-144) (grifos meus).

SD3:
Na ausência da pidginização estabilizada, a maioria das outras perguntas anteriormente formuladas se torna irrelevante. (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143-144) (grifos meus).

SD4:
No ano de 1992, Alan Baxter e Dante Lucchesi iniciam um trabalho de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas oriundas de antigos quilombos, **para recolher evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro**. Mais de quinze anos depois, **essas pesquisas resultaram na publicação de um expressivo volume *O***

português afro-brasileiro (LUCCHESSI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). O livro reúne **os resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe** da fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia. (LUCCHESI, 2012, p. 249) (grifos meus).

SD5:
[...] o livro reúne **uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro**. (LUCCHESI, 2012, p. 249) (grifos meus).

SD6:
Apesar dessa forte articulação entre fundamentação teórica, interpretação histórica e uma grande massa de dados empíricos, a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil teve de enfrentar muitas resistências e desconfianças, em grande parte devidas à forte tradição formalista que remonta ao nascimento da Linguística Moderna, quando Saussure decretou que a língua deveria ser analisada apenas em função de sua lógica interna. (LUCCHESI, 2012, p. 250). (grifos meus).

SD7:
Em face de todos esses problemas, pode-se perceber por que, após o artigo de 1993, **Naro e Scherre concentraram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra-exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil**. Naro e Scherre, então, concentraram-se em duas frentes de pesquisa empírica correlacionadas. De um lado, buscaram demonstrar que a variação na concordância verbal já existia no português arcaico, portanto não poderia ter sido desencadeada séculos depois, no processo de colonização do Brasil. Por outro lado, buscaram encontrar sinais de variação na concordância

> nominal e verbal em variedades populares do português europeu contemporâneo, o que garantiria a continuidade do fenômeno, via deriva linguística, independentemente do contato entre línguas. // Porém, até hoje, **os fatos que Naro e Scherre conseguiram sistematizar não têm sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil**. **Os dados do português arcaico têm recebido questionamentos de natureza filológica e os dados das variedades rurais e populares do português europeu contemporâneo vão de encontro à opinião corrente na comunidade de linguistas portugueses**. // De qualquer forma, uma *flutuação rarefeita* no emprego das regras de concordância nominal e verbal que Naro e Scherre **alegam existir em todas as fases do português europeu** até a atualidade constitui, evidentemente, um fenômeno qualitativamente distinto da *variação maciça* que se observa nas variedades populares do português brasileiro. (LUCCHESI, 2012, p. 268-269). (grifos meus).

Conforme pontuei acima, aqui a qualidade/validade dos dados empíricos está em jogo e, sobre isso, constitui-se o processo de afirmação/negação. De um lado, procura-se mostrar a falta de dados empíricos ou de "quaisquer evidências" (SD1) que comprovem o processo de transmissão linguística irregular. Na contraparte, afirma-se "uma grande massa de dados empíricos" (SD6) que fundamenta a "pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil" (SD6). Nota-se aqui um primeiro aspecto de filiação que se dá no batimento *afirmação-negação*.

A evidência da empiria como *o* método teórico-analítico válido marca-se como um saber que sustenta a possibilidade de se falar em mudança linguística no âmbito da Sociolinguística. Mais do que um método que precisa ser (re)afirmado, ele é a possibilidade mesma de que uma prática sociolinguística possa acontecer. Faz parte então, no jogo discursivo que se estabelece no debate em questão, *afirmar* o saber empirista ao mesmo tempo em que se *nega* a existência deste no lado a que se faz oposição. Tal negação se estabelece na medida em

que se diz que "o outro lado" não possui *dados* empíricos para sustentar sua posição.

Assim, por um lado, Naro e Scherre buscam pontuar a inexistência de evidências empíricas no trabalho de Lucchesi, colocando sempre a transmissão linguística irregular no plano da possibilidade, do hipotético, da pressuposição. Nesse sentido, na SD1 lemos "possibilidade de ter havido", "parece ser positiva", "é lícito pressupor", "deve ter havido", mas o arremate é contundente: "não temos quaisquer evidência para sugerir que isto tenha acontecido em algum momento". Na SD2, lemos "Se houver", "se for o caso" e a conclusão: "o fato é que não temos como responder como segurança a todas essas perguntas por uma razão intransponível: trata-se de épocas pretéritas, para as quais não existe documentação histórica adequada". Sendo, desse modo, irrelevante qualquer questionamento a esse respeito (SD3).

Lucchesi, por seu turno, contesta pela afirmação de um plano de pesquisa pautado pela rigidez na recolha de dados empíricos, publicização de resultados e, também, pela crítica à fundamentação e validade empírica dos dados de Naro e Scherre. Assim, lemos na SD4 o histórico de sua pesquisa em que, junto às comunidades rurais afro-brasileiras, foi feita a "recolha de evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro", tendo como resultado um a "publicação de um expressivo volume" com "resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe". O reforço que é dado às evidências empíricas está na SD5 na qual lemos que sua publicação reúne "uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro".

Após afirmar essa qualidade em seu trabalho, vemos, na SD7, o processo de negação dos dados do outro. Lucchesi procura evidenciar que os dados das pesquisas de Naro e Scherre "concentram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra-exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil" e ainda que "os fatos que Naro e Scherre

conseguiram sistematizar não tem sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil."

O empirismo que é reivindicado na formulação dos sociolinguistas (e negado ao outro em confronto) corresponde ao aspecto "intangível" (AUROUX, 2008, p. 127) da objetividade do conhecimento. Tal objetividade, que recupera uma modalidade epistêmica positivista, pressupõe que a produção do conhecimento não deve admitir subjetividades. Seria, pois, o conhecimento objetivo se: fosse universal (isto é, fosse o mesmo a todos), fosse um bem (no sentido jurídico da expressão), fosse transmissível (suficientemente claro a ponto de ser repassado) e, por fim, intangível (verdadeiro, porque construído em bases empíricas incontestáveis). "Aquilo que é verdadeiro é sempre verdadeiro" dirá Auroux (2008, p. 127).

Negar a evidência da validade do empirismo seria negar as filiações de suas pesquisas a um dos projetos teóricos mais fecundos na história das ideias sociolinguísticas do Brasil: a vertente variacionista laboviana. Seria falar de uma outra posição discursiva. É a vertente sociolinguista laboviana que vai fundamentar-se em padrões baseados em modelos matemáticos para a interpretação de dados empíricos (cf. LABOV, 2008). E lembremos que "pelo contato [de Anthony Naro] com os trabalhos desenvolvidos por William Labov na Universidade de Chicago, ainda no início da década de 70 passam a se integrar na linguística brasileira projetos sociolinguísticos de orientação variacionista" (MOREIRA E SILVA, 2013, p. 5, grifo meu.).

"Considerando, portanto, que a língua é *diretamente* observável, a sociolinguística centra sua análise nos *dados*" (ORLANDI, 2013, p. 49). Nesse sentido, o saber empirista mostra-se historicizado na Sociolinguística brasileira, de modo que negar a existência deste saber na pesquisa de qualquer pesquisador inserido nesse campo seria negar sua própria identificação enquanto sociolinguista. São os dados empíricos que demostram e comprovam, na sociolinguística (sociologicista), a ideia de que linguagem e sociedade se demandam.

Feita esta primeira análise, gostaria de pontuar um outro processo que também se sustenta na regularidade da afirmação-negação. É possível perceber um intenso trabalho de construção e desconstrução

nas filiações aos horizontes de retrospecção e projeção. Um trabalho com a memória discursiva em que há já-ditos a serem negados e afirmados. Esse trabalho com a *memória Linguística*, isto é, com o conjunto de já-ditos, assimilados, esquecidos, operados etc., que contorna o saber dos linguistas sobre a língua, pode ser mais bem contemplado quando voltamos nosso olhar para o modo como os pesquisadores em questão textualizam suas filiações teóricas e as filiações do outro em confronto. Esse trabalho com as filiações que toca os horizontes de retrospecção projeção da Sociolinguística pode ser visualizado nas próximas SD:

> **SD8:**
> Neste capítulo, temos como objetivo principal fazer algumas reflexões a respeito da origem do português popular do Brasil, apresentando evidências históricas, linguísticas e sociais. **Nossa posição se resume na frase CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS: vemos a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda da África – que, juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil**. Embora com diferenças de foco, hoje em dia essa posição parece-nos quase consensual (Matos e Silva, 1992:86; Guy, 1989:6; Bortoni-Ricardo, 1981:81). Todavia, **não atribuímos papel algum a um suposto crioulo de base lexical portuguesa, entendido como uma língua falada pela comunidade negra e estruturalmente diferentes da de outras etnia**s. Além de **outra força em interação como a deriva secular trazida da Europa, parece-nos oportuno lembrar também do papel dos índios, o das demais etnias presentes no Brasil e a contribuição pidginizante dos primeiros colonos portugueses**. (NARO, SCHERRE, 2007, pp. 25-26) (grifos meus).

> **SD9:**
> **Assumimos neste livro a conhecida noção de deriva linguística nos termos de Sapi**r (1949/1921: 145-170). Segundo este autor, **"a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva**." (p. 150). À

p. 115, ele argumenta que, embora não percebamos, "nossa língua tem uma inclinação" [...], "**as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis do presente** (p. 155)." (NARO, SCHERRE, 2007, p. 26) (grifos meus).

SD10:
Em verdade, a **'transmissão linguística irregular'**, **é um processo atestado em larga escala na história humana** e **costuma acontecer com qualquer movimento populacional ou de conquista significativa**. Temos exemplos não apenas na expansão comercial europeia e na posterior colonização que se iniciou no século XV, e que resultou nas línguas tradicionalmente rotuladas como crioulos, a exemplo do francês no Haiti ou no oceano Índico; o inglês na Jamaica, na Papua-Nova Guiné, ou na China; o português na Guiné-Bissau, na Índia, em Cabo Verde. A romanização da Europa, a expansão das línguas banto e germânicas no sul da África, por exemplo, também constituem exemplos legítimos da 'transmissão linguística irregular'. **É até possível que a 'transmissão linguística regular' seja o caso marcado ao longo da história**, valendo integralmente apenas para lugarejos isolados situados no topo de uma montanha enorme. **O termo 'irregular', DE CLARA CONOTAÇÃO NEGATIVA, dá a impressão falsa de se tratar de um fenômeno anormal, errático, imprevisível. O termo mais apropriado para rotular a aquisição de uma nova língua por uma comunidade seria 'NATIVIZAÇÃO'**, já que, em algumas circunstâncias, o que costuma acontecer de fato é que uma língua vinda de fora se torna a língua nativa da comunidade, que perde parcial ou totalmente a plena funcionalidade de suas línguas maternas anteriores (NARO, SCHERRE, 2007, p. 140) (grifos meus).

Nas SD discursivas acima apresentadas, Naro e Scherre afirmam sua posição, designando-a (em letras maiúsculas) como "confluência de motivos" (SD8). Um posicionamento que se ancora no saber

sociolinguístico o qual postula a explicação dos fenômenos linguísticos considerando vias diversas: tanto linguísticas, quanto sociais. Interessante é notar que essa confluência de motivos é textualizada como "a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda da África – que, *juntas*, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil" (SD8). Uma posição que é dita como consensual e que poderia ser interpretada como *contato entre línguas* (línguas de diversas origens *juntas*), mas que não é dita dessa forma.

Assim, embora se mostrem filiados a um posicionamento consensual na Sociolinguística (aquele para o qual é importante está atento para o contato de diferentes línguas), Naro e Scherre textualizam esse posicionamento de uma maneira branda, sem mencionar a palavra *contato* e reafirmando a deriva secular ou deriva linguística como "outra força em interação" (SD8).

Na SD9, a filiação ao pensamento do linguista Edward Sapir fica explicitado. Essa filiação diz respeito ao horizonte de retrospecção do posicionamento teórico de Naro e Scherre. Se um texto "é convocado para a explicação da constituição de um saber é porque ele goza, por definição, do estatuto de vestígio na relação com o horizonte de retrospecção desse saber" (FEDATTO, 2014, p. 20).

Esse processo de filiação que mexe com os horizontes de retrospecção no trabalho de Naro e Scherre é bastante interessante: i) os autores, enquanto sociolinguistas que são, estão atentos à importância dos contextos linguísticos de contato de línguas, embora não os considerem como exclusivos ou determinantes, ficando esse reconhecimento implicitado; ii) por outro lado, a filiação ao pensamento de E. Sapir aparece de maneira explícita, constituindo-se como um vestígio na relação com o horizonte de retrospecção da teoria; iii) nesse contexto, a transmissão linguística irregular, como um conceito diretamente ligado à situação de contato entre línguas, é textualizado como um "um processo atestado em larga escala na história humana" (SD10), mas que só vale integralmente "apenas para lugarejos isolados situados no topo de uma montanha enorme" (SD10).

Não há aqui uma clara negação do conceito de transmissão linguística irregular. Mas ele também não é completamente afirmado.

Há uma efetiva restrição quanto ao seu papel na configuração das mudanças estruturais das línguas, bem como a descaracterização deste conceito pela sua alegada "conotação negativa" (SD10), motivo pelo qual este deveria receber uma nova designação, "nativização"(SD 10).

Na contraparte, creio ser possível dizer que a contra argumentação promovida por Lucchesi trabalha favorecendo a negação dos horizontes de retrospecção aos quais a teoria de Naro e Scherre filia-se, afetando, consequentemente, os horizontes de projeção da Sociolinguística.

> **SD11:**
> Lucchesi (2002 e 2009) tem argumentado que as condições particulares **da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo geral e duradouro de crioulização do português**, apesar das similaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agro-exportadoras do Caribe onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil. Dessa forma, **a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não como um processo de transmissão linguística irregular radical, que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas.** Diferentemente do processo radical, **a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/crioulização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional.** Assim, os efeitos mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular do português brasileiro contemporâneo se concentrariam no maciço processo de variação no emprego das

regras de concordância nominal e verbal. (LUCCHESI, 2012, p. 249-250) (grifos meus).

SD12:
Assim, deslinda-se um processo histórico que relaciona a simplificação morfológica da fala popular brasileira com o contato linguístico massivo e radical engendrado pela estrutura social da colonização do Brasil. Essa origem comum aproxima o português popular brasileiro das línguas crioulas da África e do Caribe. Entretanto, **os dados históricos disponíveis permitem afirmar que não houve processos de crioulização socialmente representativos e perenes do português no Brasil, o que não descarta a hipótese da ocorrência de processos localizados e efêmeros de pidginização/crioulização do português, sobretudo nas sociedades agro-exportadora do nordeste brasileiro, no século XVII** (cf. LUCCHESI; BAXTER, 2006; e LUCCHESI, 2009). Portanto, para compreender como o contato afetou as variedades populares do português brasileiro**, é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/crioulização versus evolução interna.** Ou seja, **é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato** (LUCCHESI, 2012, p. 254) (grifos meus).

SD13:
A teoria contida no conceito de transmissão linguística irregular permite articular as similitudes nas condições sócio-históricas em que se formaram as variedades populares do português (particularmente o português afro-brasileiro) e os crioulos portugueses da África com as notáveis correspondências linguísticas aqui apresentadas, **de forma <u>a descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados</u> pela história oficial da língua**. Essa

> perspectiva também **rompe com os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites**. (LUCCHESI, 2012, p. 256) (grifos meus).

> **SD14:**
> **Ao contrário do que se espera de sociolinguistas**, Naro e Scherre **minimizam a ação dos chamados fatores externos, como o contato entre línguas, identificando como móvel para a formação do português brasileiro as tendências internas ao sistema linguístico e buscando sua fundamentação teórica no conceito de *deriva linguística* do estruturalismo norte-americano do início do século XX**. Dessa forma, Naro e Scherre **resgatam a visão imanentista**, segundo a qual a história de uma língua é regida pela lógica de sua estrutura interna. A língua, assim concebida, desenvolve-se de forma autônoma em uma direção prefigurada, e os contextos históricos e sociais que determinam o seu uso apenas podem acelerar ou retardar essas tendências internas. Tal visão predominou na Linguística Moderna durante a hegemonia do modelo estruturalista, mas perdeu qualquer sustentação teórica, com a superação do Estruturalismo, sendo exatamente a fragilidade de suas formulações sobre a mudança uma das principais causas da crise e da superação desse modelo no desenvolvimento da Linguística Moderna (cf. LUCCHESI, 2004). (LUCCHESI, 2012, p. 257) (grifos meus).

Na SD11, encontramos uma concepção de transmissão linguística irregular que apresenta elementos diferentes daqueles apresentados por Naro e Scherre. O conceito de transmissão linguística irregular aparece aqui sendo predicado pelo especificador "de tipo leve" (SD11). Tal especificador surge para diferenciar o processo de "transmissão linguística irregular radical que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas" (SD11) do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, caracterizado "não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na

pidginização/crioulização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional" (SD11).

Novamente, é possível ver aqui o movimento da afirmação-negação de que falei anteriormente. Pela predicação "de tipo leve", Lucchesi, tal qual Naro e Scherre, afirma a impossibilidade de se postular o processo de transmissão linguística irregular na formação do português popular do Brasil. Mas essa afirmação funciona de maneira diferente, porque não se trata de negar o conceito, apenas de relativizá-lo: ele é "de tipo leve". Por esta mesma predicação, o texto de Lucchesi nega a interpretação que o texto de Naro e Scherre faz de sua proposta. É como se estivesse afirmando um processo de leitura mal conduzido por parte daqueles que lhe fazem oposição, os quais "não conseguiram perceber" que ele assume o conceito supracitado relativizando-o.

Nesse sentido, do mesmo modo em que Lucchesi admite a impossibilidade de se conceber o processo de transmissão linguística irregular na formação do português brasileiro, tal como já haviam apontado Naro e Scherre, seu discurso produz como efeito de sentido um caminho outro: se é mostrado que o conceito de transmissão linguística irregular em sua vertente estrita não pode ser aplicado à realidade do português do Brasil, tendo este conceito que ser relativizado, então há um "problema de leitura" naqueles que não reconhecem a especificidade teórica da proposta apresentada.

É assim que o texto de Lucchesi vai produzir como efeito a negação dos horizontes de retrospecção da teoria proposta por Naro e Scherre para por em outra direção os horizontes de projeção da Sociolinguística: i) "é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/crioulização versus evolução interna (SD12)"; ii) "é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato" (SD12).

Ao apontar essas necessidades, o texto de Lucchesi tenta projetar uma nova via para a Sociolinguística brasileira. Nesse processo, seu texto *nega* a atribuição que é dada à teoria a que ele se filia ("é de clara conotação negativa"), para *afirmar* que sua proposta tem pretendido "descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica

da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados pela história oficial da língua" (SD13). E, sendo assim, sua proposta romperia "os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites" (SD13)[13]. Não obstante, sua proposta também indicaria o *novo* visto que se opõe ao resgate da "visão imanentista" (SD14) que se atribui a Naro e Scherre, "ao contrário do que se espera de sociolinguistas" (SD14). Visão esta que deveria ser superada, tendo em vista o desenvolvimento mesmo da Linguística e da Sociolinguística como disciplina que reconhece a relação língua-sociedade.

4. Saberes historicizados?

O processo analítico a que me propus neste texto permitiu-me adentrar em uma discussão que certamente ainda produzirá outros novos dizeres os quais, por sua vez, mexerão e remexerão nos horizontes de retrospecção e projeção do saber (sócio)linguístico brasileiro. No ano de 2009, tive a oportunidade de presenciar a exposição que Lucchesi fez do texto que aqui trouxe como material de análise em uma mesa redonda da qual também participavam Naro e Scherre. Nessa ocasião, pude perceber como a compreensão das origens do português popular do Brasil mobiliza estes pesquisadores e muitos outros.

Conforme pontuei acima, a teoria de Lucchesi busca se estabelecer como a possibilidade de um outro (novo?) percurso na historicização (horizonte de projeção) dos saberes sociolinguísticos, ao afirmar que é preciso superar a dicotomia pidginização/crioulização versus evolução interna. Uma dicotomia que parece aprisionar a discussão teórica no âmbito da Sociolinguística na busca pela compreensão das origens do português brasileiro.

Em Naro e Scherre, a compreensão é outra. Para eles, é nítido o processo de formação do português brasileiro, pois a questão já está dada na história da língua. Assim, tais estudiosos, ao colocarem essa questão como "já resolvida", pressupõe que qualquer discussão sobre o português brasileiro deve partir desse entendimento (horizonte de retrospecção).

Acredito ser possível reafirmar o que Pêcheux e Gadet (2011) propuseram: o debate logicismo-sociologismo consome a linguística como um todo. É interessante notar que, no debate que pude trazer à baila, um dos pontos que foram discutidos está justamente no modo como uma teoria pode representar o risco da introdução dos elementos do logicismo na vertente sociologista e como esse perigo precisa ser combatido. Assim, os saberes que se historicizam no campo da Sociolinguística brasileira não podem apontar outros horizontes que não sejam aqueles filiados à via sociologista, sob o risco de que o próprio campo fique descaracterizado.

Sobre isso, é interessante notar que os sociolinguistas aqui estudados lutam, de certo modo, para a preservação de uma "essência" da Sociolinguística, apontando no outro em confronto justamente o ponto em que ele estaria negligenciando tal essência. Naro, ao denunciar, na conclusão do *Origens*, que associar traços linguísticos considerados desprestigiados aos falantes de etnias não-europeias é um indicativo de antigos preconceitos e, juntamente com Scherre, propor o termo "nativização" no lugar de "transmissão linguística irregular", acredita estar sendo consequente com um pilar fundamental da Sociolinguística: descrever e não "prescrever". Lucchesi, por seu turno, ao condenar em Naro e Scherre o que ele chama "imanentismo", também acredita estar sendo consequente com um dos pilares do campo: se há uma relação entre língua e sociedade, não se pode tomar como fundamento teorias que preconizam uma explicação da língua nela mesma. Além disso, ambos tentam observar uns nos outros o ponto em que o método empregado "falha" quanto à natureza e cuidado com os dados empíricos, visto que faltar para com esse aspecto teórico-metodológico da Sociolinguísticas é fazê-la desaparecer: como disse, é preciso preservar a essência da teoria.

Novas perguntas se abrem para compreendermos a historicização dos saberes em jogo: como esse debate ressoa na comunidade acadêmica? Como ele a influência em termos de atividades (currículos, programas, projetos etc.)? Sendo a Sociolinguística uma das teorias pilares na concepção de políticas linguísticas (como se pode perceber ao abrimos os PCNs ou os editais do PNLD, por exemplo), essa polêmica vazaria para além dos muros da academia? Questões importantes que, por hora, vão ficando à deriva.

Referências

ALKMIM, T. (2008). "Sociolinguística: parte 1". In.: MUSSALIM, F; BENTES, A. *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras, v 1. São Paulo: Cortez, p. 21-47.

AUROUX, S. (2008). *A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG.

_____. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

BARBOSA FILHO, F. (2012). *A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTILHO, A. (2007). "Prefácio". In: NARO, A; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 9-15.

COURTINE, J. (2009). *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUSFCAR, 2009.

DUBOIS, J (*et al*). (1973). *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix.

DUCROT, D; TODOROV, T. (2010). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

FEDATTO, C. (2014). *Um saber nas ruas*: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP.

FOUCAULT, M. (1992). *O que é um autor?* Portugal: Passagens.

LABOV, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.

LUCCHESI, D. (2012). "A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica". In.: LOBO, T *et al* (Org.). *ROSAE*: linguística histórica, história da língua e outras histórias. Salvador: EDUFBA, p. 249-276.

MAINGUENEAU, D. (2007). *Gêneses do discurso*. Curitiba: Criar.

MATTOS E SILVA, R. (199). "Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira". In: *DELTA*, vol.15, nº especial, p.147-166

_____. (2004). "Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro". In.: BAGNO, M (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 291-316.

MOREIRA E SILVA, L. (2013). "Unidade e diversidade: os sentidos do idioma nos estudos sobre a língua portuguesa". In: Anais do VI SEAD -Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre : UFRGS. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/PAINEIS/UnidadeEDiversidade.pdf> Acesso em 17 nov 2014.

NARO, A; SCHERRE, M. (2017). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

ORLANDI, E. (1999). "Conhecimento de linguagem e filosofias espontâneas". In.: INDURSKY, F; FERREIRA, M (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, p. 53-59.

_____. (2009). *Língua brasileira e outras histórias*: discurso sobre língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG.

_____. (2013). *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense.

PÊCHEUX, M; GADET, F. (2011). "Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?" In.: ORLANDI, E. *Análise do discurso*: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, p. 295- 310.

PÊCHEUX, M. (1990). "Delimitações, inversões, deslocamentos". In.: *Caderno de estudos linguísticos*, n 19, Campinas: Unicamp, p. 07-24.

RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento*: política e filosofia, São Paulo: Editora 34, 1996.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas, sociolinguística, transmissão linguística irregular.

Keywords: History of Linguistics Ideas, sociolinguistic, irregular linguistic transmission.

Notas

[*] Doutorando em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

[1] Em *A revolução tecnológica da gramatização*, Auroux apresenta a noção de horizonte de retrospecção, associando-a à noção de *horizonte de projeção*. Afirma o autor que o saber possui uma espessura temporal que lhe permite um horizonte de retrospecção e um horizonte de projeção. Este último relaciona-se ao postulado de que

o saber (e as instâncias que o fazem trabalhar) antecipa seu futuro "sonhando-o enquanto o constrói" (AUROUX, 2009, p. 12).

[2] Este texto tem origem em meu Trabalho de Qualificação de Área que desenvolvi na linha História das Ideias Linguísticas, sob orientação do Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini. Registro aqui meu agradecimento a ele e também aos professores doutores Emílio Gozze Pagotto e Eduardo Roberto Junqueira Guimarães que compuseram a comissão avaliadora e me deram valiosas sugestões. Se permanecem equívocos, estes são de minha inteira responsabilidade.

[3] Político no sentido da Análise de Discurso: o político é a divisão dos sentidos.

[4] A obra é de 1972. Aqui, utilizo a 3ª edição datada de 2010.

[5] O texto é de 1977. Aqui, utilizo a tradução de 2011 publicada na coletânea de texto organizada por Eni Orlandi.

[6] Para Pêcheux e Gadet (2011), se realmente há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo, está via certamente se estabelece num deslocamento epistemológico que assuma o equívoco e a contradição como o "próprio da língua". No confronto entre logicismo e sociologismo, disputa-se pelo melhor modo de explicar as questões linguísticas sempre tentando dar conta da língua em sua totalidade, partido da evidência de que isso é possível. Os autores esclarecem que, embora haja tanto na via do sociologismo quanto na própria Análise do Discurso proposta por Pêcheux a preocupação pela exterioridade (isto é, o sujeito e a situação), é preciso considerar uma diferença crucial: enquanto no sociologismo a língua em geral é um *instrumento* que pode ser manipulado pelo *indivíduo*, na Análise do Discurso é preciso "manter o próprio da língua numa relação com um sujeito de linguagem que não é sua própria origem. O sujeito discursivo" (ORLANDI, 1999, p. 57).

[7] Sistematizando e condensando o que Pêcheux e Gadet afirmam, Orlandi (1999) vai dizer que tanto logicismo quanto sociologismo estão recobertos pela ideologia (jurídica) do Estado (capitalista de direito): "na tendência logicista, o logicismo recobre a questão do Estado considerando as determinações jurídico-políticas como se fossem propriedades psicológicas e morais inerentes à natureza humana, universal e eterna; na tendência sociologista, as relações de trabalho e de produção são reduzidas a relações sociais que não são outra coisa senão uma psicossociologia das relações interindividuais (estatuto, papel, prestígio, atitude, motivação, etc)" (ORLANDI, 1999, p. 57).

[8] Pêcheux e Gadet (2011) afirmam que esse impasse não é sentido como tal, porque é comum no desenvolvimento da Linguística considerar que ela é uma área que comporta "aspectos diversos e variados, e eventualmente complementares na sua diversidade" (PÊCHEUX, GADET, 2011, p. 296). Mas, o impasse está posto: se desde a pré-história da linguística tem-se o embate formalismo-historicismo traduzido por contrapontos tais como *natureza* e *convecção*, ou mesmo no debate de tendências antagonistas (de um lado estoicos, gramáticos especulativos, Port Royal, gerativismo etc; de outro, analogistas, gramática comparada, etc.) por que contemporaneamente ainda se reproduzem tendências (em confronto) similares?

[9] Também Maria Marta Pereira Scherre, que juntamente com Anthony Naro escreve o texto *Origens do português brasileiro* e outras obras que propiciam o debate em questão, foi orientanda (no mestrado e no doutorado) de Naro.

[10] Uma refinada discussão em torno das noções de polêmica/interincompreensão, de Maingueneau, e de desentendimento, de Rancière, bem como a proposição da noção de "litígio semântico" pode ser encontrada em Barbosa Filho (2012).

[11] Optei por organizar o material de análise através de Sequências Discursivas (SD) por considerar "um *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas" (COURTINE, 2009, p. 54). Aqui, a noção de SD pode ser entendida pela noção de recorte, logo não se trata de segmentar um material linguístico para análise, mas de *recortar* tal material respeitando sua constituição, regularidade e suas condições de produção.

[12] Entendendo que há uma diferença quantitativa entre um livro e um texto, busquei efetuar os recortes localizando pontualmente os lugares em que a discussão teórica se encontrava e as críticas/respostas eram mais contundentes.

[13] Essa questão é bastante interessante porque por ela também se visibiliza a divisão de sentidos neste debate. Se de um lado, Lucchesi afirma prestigiar e incorporar grupos sociais marginalizados na "história oficial da língua", do outro lado, Naro, na conclusão (p. 180) do *Origens do português brasileiro*, vai afirmar que a proposta dos que se alinham à ideia da transmissão linguística irregular é o indicativo de antigos preconceitos, pois "justamente os traços considerados socialmente desprestigiados em Portugal sejam aqui imputados por alguns estudiosos aos falantes de etnias não-europeias."

Recebido em: setembro/2015

Aceito em: outubro/2015

DOSSIÊ

LÍNGUAS E ESPAÇOS DE ENUNCIAÇÃO

Pensar a enunciação é, como o sabemos desde Benveniste[1], pensar a relação constitutiva estabelecida entre a língua e o sujeito, relação que é, a um só tempo, simbólica e histórica. Sujeitos e línguas estão enlaçados no acontecimento da enunciação, que se dá em um espaço-tempo sempre-já-simbolizado e significado pelas relações de sentido que o acontecimento enunciativo recorta. Como afirma Guimarães (2002), "há falantes porque há línguas" e a condição de possibilidade do dizer é justamente essa relação com as línguas (no plural), que determinam o sujeito. Analisar a enunciação é, segundo este autor, analisar o processo pelo qual o falante se constitui enquanto tal no interior de um espaço de enunciação.

A noção de *espaço de enunciação* se encontra, assim, no centro de uma abordagem semântica do funcionamento da língua e das línguas, trazendo a questão do agenciamento enunciativo e do sentido para o foco das interrogações. Esta noção, proposta e desenvolvida por Eduardo Guimarães nos seus trabalhos já há mais de uma década[2], foi definida inicialmente como segue:

> Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

O espaço de enunciação é, consequentemente, um espaço político atravessado por conflitos e relações desiguais entre línguas e falantes. Assim, a semântica enunciativa traz para seu próprio campo questões que abordam o estudo de políticas linguísticas[3], de processos de gramatização e instrumentação das línguas[4], de constituição histórica das dimensões da língua[5] (oficial, nacional, regional, materna,

estrangeira, etc.), num diálogo sempre produtivo com os campos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise do Discurso.

Os trabalhos que compõem o presente dossiê, e que apresentamos a seguir, abordam a relação entre línguas e falantes em diversos espaços de enunciação. Seus autores têm reconhecida trajetória no estudo dessa questão e se inscrevem no cruzamento dos domínios de conhecimento e dos objetos de pesquisa que acabamos de mencionar.

O primeiro artigo, de autoria de Leandro Rodrigues Alves Diniz e Ana Cecília Cossi Bizon analisa duas políticas do Estado brasileiro que, direta ou indiretamente, almejam ampliar o espaço de enunciação do português do Brasil, a saber: aquelas implementadas através dos Centros Culturais Brasileiros e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os autores descrevem sua incidência na África, particularmente, a "lusófona", sinalizando os efeitos de silenciamento e colonização linguística produzidos.

Em seguida, encontramos o artigo de Luiza Katia Castello Branco, que descreve o modo complexo como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), enquanto organização internacional, produz sentido sobre a língua portuguesa a partir de um imaginário de homogeneidade linguística. A autora mostra os funcionamentos discursivos pelos quais é produzida, como efeito ideológico, a evidência de que há "uma" e a "mesma" língua portuguesa, que seria falada nos oito países membros por todos os seus cidadãos.

A continuação, José Simão da Silva Sobrinho analisa o imaginário sobre o espaço de enunciação brasileiro, que se encontra em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa. O objetivo de sua pesquisa é compreender as relações entre línguas, tal como conformadas por esse imaginário, tendo como hipótese de trabalho que os sujeitos são implicados por essas relações no processo de enunciação.

No quarto artigo do dossiê, Mónica Graciela Zoppi Fontana explora os efeitos sobre o processo de gramatização da língua portuguesa produzidos por políticas linguísticas explícitas, que intervêm declaradamente na luta contra práticas sexistas da sociedade. A questão do sexismo na linguagem não é nova no campo dos estudos da linguagem, porém, a pesquisa da autora avança novas questões sobre o tema, ao investigar os efeitos sobre a *língua oficial* que essas iniciativas provocam. O corpus analisado reúne dois documentos

produzidos pelo Estado, um brasileiro e o outro português, cuja finalidade é promover equidade de gênero no uso da linguagem por parte da administração pública.

Ainda se debruçando sobre a temática das relações estabelecidas pela língua portuguesa em diferentes espaços de enunciação, nos deparamos com o trabalho de André Stefferson M. Stahlhauer e Soeli Maria Schreiber da Silva, que observa os processos enunciativos envolvidos na produção de sentidos sobre a língua portuguesa em relação às outras da e na Suíça e de seus falantes, enquanto categorias do simbólico. Fala-se o português na Suíça e tal gesto significa, conforme os autores, em um espaço já tomado por outras línguas, por outras identidades e divisões sociais.

Os dois últimos artigos reunidos neste dossiê trazem para o debate a questão da língua espanhola e de seu processo de gramatização e instrumentação.

María Teresa Celada, Michele Costa e Daniela Brianezi analisam o funcionamento de alguns termos que, no âmbito hispânico, aparecem como designações de tipos de obras lexicográficas e, em certos casos, podem chegar a fazer parte de seus títulos. Trata-se do uso de adjetivos ou sintagmas que qualificam ou especificam o substantivo "dicionário". Primeiramente, as autoras exploram a série "geral/integral/parcial, contrastivo, diferencial" para, posteriormente, passar a trabalhar o sintagma "de dúvidas". A análise desenvolvida no texto mostra que tais especificações se significam em uma relação de complementariedade, constituída pela contradição histórica instaurada por um processo de (des)colonização linguística.

O artigo que encerra o dossiê, de autoria de Juan Eduardo Bonnin e Daniela Lauria, docentes e pesquisadores argentinos, inova ao recortar como seu objeto o funcionamento da interface virtual que constitui atualmente os dicionários monolíngues de língua espanhola, disponíveis *online*. Os autores consideram que esta revolução tecno-linguística, atravessada pelos processos de globalização, transnacionalização e integração regional, que afetam o próprio conceito de Estado-nação, abre, inevitavelmente, uma nova instância de gramatização da língua. Assim, os autores colocam como objetivo, observar, a partir da abordagem glotopolítica, o impacto das novas

tecnologias e linguagens nos processos de dicionarização contemporâneos do espanhol.

Esta diversidade de temas, autores, recortes espaciais e redes de relações, entre línguas e falantes, oferece um amplo leque de reflexões em torno da noção de espaço de enunciação, enriquecendo assim, sua conceituação e o debate que ela inaugura.

Convidamos, então, o leitor, a nos acompanhar neste mergulho teórico nos estudos da enunciação, que se concentram na dimensão simbólica e histórica das relações que constituem as línguas e os falantes.

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Referências bibliográficas

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização.* Campinas: Ed. Da Unicamp.

BENVENISTE, E. (1966). *Problemas de linguística geral*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes/ Editora da UNICAMP, 1991.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento.* Campinas: Pontes.

_____. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil.* Campinas, Cefiel/IEL/Unicamp.

_____. (2011). *Análise de texto.* Procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG Editora.

ORLANDI, E. (2002). *Língua e conhecimento linguístico.* Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.

ORLANDI, E. (org.). (2007). *Política Linguística no Brasil.* Campinas: Pontes.

PAYER, M. O. (2009a). "Dimensões Materna e Nacional das Línguas". In: *Anais do SILEL.* Vol.1. Uberlândia: EDUFU.

_____. (2009b). "Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade". In: ZOPPI FONTANA, M. (Org.). *O Português do Brasil como língua transnacional.* Campinas: RG Editora, p.43-58.

Notas

[1] Cf. Benveniste (1966)
[2] Cf. Guimarães, 2002; 2005; 2011; 2014.
[3] Cf. Orlandi, 2002; Orlandi (org.) 2007.
[4] Cf. Auroux, 1992.
[5] Cf. Payer, 2009a; 2009b.

DISCURSOS SOBRE A RELAÇÃO BRASIL/ÁFRICA "LUSÓFONA" EM POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL[1]

Leandro Rodrigues Alves Diniz
UFMG / CNPq
Ana Cecília Cossi Bizon
UNICAMP

Resumo: *Concentramo-nos, neste artigo, em duas políticas do Estado brasileiro que, direta ou indiretamente, almejam ampliar o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002) do português do Brasil – aquelas implementadas através dos Centros Culturais Brasileiros e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) –, analisando sua incidência na África, particularmente, a "lusófona". Destacamos, primeiramente, a construção de um imaginário de fraternidade entre o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa, que silencia os interesses estratégicos daquele. Analisamos, por outro lado, discursos que significam o Brasil não como um parceiro simétrico, mas como um país neocolonizador. Argumentamos, nesse sentido, que a recente aprovação da exigência do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) para candidatos ao PEC-G vindos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é equivocada, participando de um processo de capitalização linguística (ZOPPI-FONTANA, 2009) do português brasileiro. Concluímos nosso texto levantando algumas questões que julgamos fundamentais no delineamento de uma política linguística para o português como língua adicional.*

Abstract: *This article has its focus on two policies of the Brazilian State which directly or indirectly aim at expanding the space of enunciation (GUIMARÃES, 2002) of Brazilian Portuguese – those implemented by the Brazilian Cultural Centers and by the Exchange Program for*

Undergraduate Students (PEG-G) –, looking specifically at their incidence in Africa, particularly, in "lusophone" Africa. Firstly we highlight the construction of fraternal imagery between Brazil and African Countries of Portuguese Official Language, which silences Brazilian strategic interests. We analyze, on the other hand, discourses which signify Brazil not as a symmetrical partner, but as a neo-colonizing country. In this sense, we argue that the recently approved requirement of the Certificate of Proficiency in Portuguese Language for Foreigners (Celpe-Bras) for candidates from the Community of Portuguese Language Countries is mistaken, participating in a linguistic capitalization process (ZOPPI-FONTANA, 2009) of Brazilian Portuguese. We conclude our text raising some questions which we consider essential for the planning of a language policy for Portuguese as an additional language.

Apresentação

Definidos por Guimarães (2002, p. 18) como "espaços de funcionamento de línguas", os espaços de enunciação são constitutivamente marcados pela "contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos" (*ibidem*, p. 16). O espaço de enunciação do português, especificamente, funciona a partir das relações entre diversas línguas, historicamente reguladas por um sem-número de políticas linguísticas (explícitas ou não) que intervieram e intervêm nos processos de subjetivação daqueles que constituem – e são constituídos por – esse espaço. Entre elas, estão as políticas que trabalha(ra)m para a construção das dimensões (PAYER, 2006) nacional e oficial do português no Brasil – e para o silenciamento de línguas indígenas, africanas, de imigrantes e de "variedades" historicamente desprestigiadas do português –, bem como aquelas relativas à oficialização do português em outros países colonizados por Portugal. Destacam-se, ainda, as políticas que, contemporaneamente, constroem uma dimensão transnacional (DINIZ, 2010, 2012; ZOPPI-FONTANA, 2009) para o português do Brasil. É sobre estas últimas que nos deteremos neste artigo, concentrando-nos, particularmente, em duas políticas que, direta ou indiretamente, trabalham na ampliação do espaço de enunciação do português para além das fronteiras brasileiras:

aquelas levadas a cabo através dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Subordinados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) – especificamente, à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) –, os CCBs são"extensões das embaixadas a que estão vinculados", desenvolvendo atividades que se concentram "no ensino da língua portuguesa, em sua vertente brasileira" e que abrangem, também, "exposições, concertos, seminários, palestras, entre outras iniciativas voltadas à difusão da cultura brasileira"[2]. Estão distribuídos por 24 países, dos quais 13 estão na América, 6 na África, 3 na Europa e 2 no Oriente Médio[3]. Desses 24 CCBs, 20 são credenciados para a aplicação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)[4], exame desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) e atualmente aplicado em 65 postos no exterior, com o apoio do Itamaraty, e em 25 centros no Brasil[5].

O PEC-G, por sua vez, é um tratado de cooperação educacional do governo brasileiro que "oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais"[6]. Por meio desse convênio, gerido pelo MRE e pelo MEC, jovens de diferentes países têm o direito de frequentar gratuitamente um curso em uma Instituição de Ensino Superior brasileira (IES), sem passarem por vestibulares ou pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O programa é divulgado não só pelas embaixadas do Brasil no exterior e pelos *sites* das universidades brasileiras credenciadas, mas também pelos CCBs localizados em países participantes do PEC-G, o que evidencia a estreita conexão entre a política promovida por esse convênio e aquela implementada pelos Centros Culturais. Um dos requisitos para a inscrição no programa é a apresentação do Celpe-Bras, exceto para estudantes provenientes de países onde esse exame não é aplicado, caso em que é permitido prestá-lo no Brasil após a realização de um curso de Português como Língua Adicional (PLA) em uma das IES credenciadas para esse fim[7]. Nesse sentido, é possível afirmar que, embora o PEC-G não tenha como foco principal a promoção do português, como é o caso dos CCBs, ele tem, no bojo de seu funcionamento, uma política de promoção dessa língua.

Considerando que, a despeito de não visarem apenas a África "lusófona"[8], e tampouco a África de maneira mais geral, os CCBs e o PEC-G têm tido uma incidência particular nesses espaços de enunciação, propomo-nos, neste artigo, a investigar os discursos sobre a relação Brasil/Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em tais políticas, a partir do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de perspectiva materialista, em diálogo com a Semântica do Acontecimento e a História das Ideias Linguísticas. Para isso, em primeiro lugar, faremos algumas considerações sobre as origens dos CCBs e do PEC-G, sua presença no espaço da África "lusófona" e seus vínculos com a política externa brasileira. Já na seção 2, analisaremos alguns textos sobre os CCBs em Moçambique e Angola, bem como sobre o PEC-G, chamando a atenção para a construção de um imaginário de fraternidade entre o Brasil e a África – em particular, a "lusófona" –, que silencia os interesses estratégicos do primeiro. Por outro lado, mostraremos, na seção 3, o funcionamento de discursos que significam o Brasil não como um país que estabelece uma relação simétrica com países africanos, mas sim como uma nação de aspirações imperialistas. Ainda nesta seção, argumentaremos que a exigência do Celpe-Bras para candidatos ao PEC-G oriundos dos PALOP é equivocada, podendo ser interpretada como indício de uma posição neocolonizadora. Encerramos nosso texto sintetizando o percurso feito ao longo do artigo e levantando algumas questões que julgamos essenciais para o delineamento de uma política linguística para o PLA.

1. Os CCBs e o PEC-G: origens, incidência no espaço de enunciação da África "lusófona" e funcionamento político

As origens dos CCBs remontam à década de 1940, quando, conforme Silva e Gunnewiek (1992), foram fundadas, a partir de missões culturais enviadas pelo MRE, as primeiras instituições que serviram como núcleos para o subsequente desenvolvimento dos Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), conhecidos como *Centros Culturais Brasileiros* desde 2008. De acordo com Lopes (2008), a criação dos CEBs atendia, inicialmente, a uma política de aproximação cultural do Brasil com países limítrofes. Partindo do princípio de que a política exterior responde, simultaneamente, a fatores externos e

internos, Franco (2015), retomando R. Santos (2004), destaca que essa aproximação cultural do Brasil com países vizinhos, além de buscar dirimir rivalidades remanescentes de conflitos anteriores, refletia o surgimento de novas concepções de integração entre os países da América Latina, numa conjuntura marcada pela insatisfação dessa região com o paradigma liberal, devido aos efeitos da crise de 1929 nos países centrais. No âmbito doméstico, ainda conforme Franco (2015), tal movimento está diretamente relacionado ao projeto nacionalista que ganha força ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), para quem "A língua é um nobre instrumento da soberania nacional" (cf. PAYER, 2006, p. 83).

Embora, historicamente, os CCBs tenham se concentrado na América – dos 24 CCBs atualmente existentes, 13, conforme dito anteriormente, estão nesse continente, sobretudo, na América do Sul e na região da América Central/Caribe –, houve um significativo incremento em sua presença na África durante o governo Lula (2003-2010). Até o início da década de 90, havia apenas dois CCBs nesse último continente: os de Guiné-Bissau e Moçambique, fundados, respectivamente, em 1986 e 1989. A fundação de outros Centros no espaço africano se deu na esteira do incremento no chamado "diálogo sul-sul"[9] observado durante o governo Lula, quando foram criados o Centro Cultural Brasil-Angola (2003), o Centro Cultural Brasil-África do Sul (2008), o Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (2008) e o Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (2008). Todos os PALOP, com exceção da Guiné-Equatorial – que oficializou o português em 2007 –, contam hoje, portanto, com um CCB (cf. DINIZ, 2012).

Já o início do PEC-G, em 1964, esteve relacionado ao incremento do número de estrangeiros no Brasil na década de 1960. Segundo um dos históricos do programa divulgados pelo MRE, o governo brasileiro, considerando necessária a "regulamentação interna do status desses estudantes no Brasil"[10], julgou importante unificar as condições do intercâmbio estudantil e garantir tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades. Para Vizentini e Pereira (2008 *apud* FRANCO, 2015, p. 66), o convênio, oficialmente estruturado e reconhecido no período da Política Externa Independente do governo Goulart (1961 -1964), também pode ser visto como "um dos reflexos do lançamento de uma política para a África que se apoiava na

autodeterminação das colônias, principalmente as lusófonas, que à época estavam reivindicando sua independência" (FRANCO, 2015, p. 66).

O primeiro protocolo de regulação do PEC-G foi assinado em 1964, tendo sido seguido pelo Decreto n. 55.613, de 1965[11]. O último protocolo data de 1998 (BRASIL, 1998), sendo o programa atualmente regido pelo Decreto Presidencial n. 7.948 (BRASIL, 2013a)[12]. Contando com quase uma centena de IES cadastradas, já trouxe ao Brasil mais de 25.000 estudantes. Até o momento, 57 países participam do PEC-G, sendo 25 da África, 25 da América Latina e Caribe e 7 da Ásia. Na América Latina, a maior participação é de paraguaios, equatorianos e peruanos. Entre 2000 e 2015, 6.761 graduandos oriundos de países africanos (sobretudo, de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola[13]) vieram estudar no Brasil por meio do PEC-G. Tendo em vista esse histórico, é preciso reconhecer o programa como um importante instrumento de política pública que desempenha um papel estratégico no processo de internacionalização das universidades brasileiras, embora, nos discursos sobre internacionalização das IES, ele seja frequentemente esquecido, sendo comum a localização do início desse processo apenas na última década.

É possível, portanto, afirmar que as condições de produção em que ocorreu a fundação das instituições que posteriormente dariam origem aos CCBs, bem como a criação do PEC-G, indiciam vínculos dessas políticas com interesses estratégicos do Estado brasileiro. De maneira análoga, o recrudescimento de tais políticas em determinados espaços, como o da África "lusófona", pode ser explicado à luz de redirecionamentos na política externa brasileira (DINIZ, 2012). Nesse sentido, o fortalecimento, no início do século XXI, da presença dos CCBs no continente africano, em particular, no espaço "lusófono", bem como o expressivo número de participantes do PEC-G vindos dos PALOP no primeiro quinquênio deste século[14], refletem o fato de que, como destacam diferentes autores (cf. MAPA, 2009), o governo Lula teve como uma de suas linhas estratégicas o estabelecimento de parcerias com a África, em especial, com os PALOPs[15].

A partir de Varela (2006), afirmaríamos, então, que os CCBs e o PEC-G, enquanto políticas que, direta ou indiretamente, funcionam como políticas linguísticas exteriores, encontram sua coerência não em

si próprias, mas no nível da política externa do Estado brasileiro, a que estão subordinadas. Nas palavras da autora (*ibidem*, p. 299),

> Sendo as políticas linguísticas exteriores um instrumento das potências ou dos países que aspiram sê-lo, sua forma e seus objetivos estão ligados intimamente à posição que esses países assumem face às principais questões em jogo nas relações geopolíticas, econômicas e culturais do momento, em escala mundial e regional. Sem levar em consideração essas últimas, dificilmente podemos explicar, ou mesmo identificar, aquelas [tradução nossa].

Consideramos, assim, os CCBs e o PEC-G como manifestações do "poder suave" (*soft power*) brasileiro: uma forma de poder que – diferentemente dos poderes militar e econômico, baseados antes na coação do que na cooptação – decorre da "capacidade de sedução e atração", advinda, em grande parte, do poder cultural e dos valores políticos defendidos por um Estado (NYE, 2002, p. 29). A esse respeito, destacamos o recorte de uma entrevista concedida por um diplomata do Itamaraty a um dos autores deste trabalho[16], em que se estabelece uma relação clara – ainda que indireta – entre a promoção internacional do português e interesses políticos e econômicos do Estado brasileiro:

> **Entrevistador**: em que medida... você acha que essa política... pode ter um impacto... quer dizer... exportar o português... difundir o português no exterior... que isso pode ter um valor econômico pro Brasil?
>
> **Entrevistado**: eu acho que traz... assim... não é... as ações não são feitas de maneira mesquinha... assim... ah vamos duplicar nosso volume de exportações para Moçambique se... se mais pessoas falarem português... não é pensado dessa forma... mas... pesa... mas pesa... como eu falei... **a a proximidade cultural – e a língua inclui isso aí... – facilita TODO o resto... qualquer tipo de cooperação**... seja **econômica**... seja... na cultura de sedes das empresas brasileiras no exterior... seja vender mais o que for... soja... aviões enfim... **aumentar o fluxo comercial**...

seja **obter apoio político dos países pras causas que o Brasil acha importantes**... e são muitas causas... desde negociações comerciais na OMC... Conselho de Segurança na ONU... eleger diretores e secretários gerais brasileiros de organizações internacionais... enfim... pra toda toda a quota da política externa... conta você ter influência... e **você tem influência muito facilitado**... não é só isso... mas **um dos fatores centrais sem dúvida é a língua**... é uma das coisas que fazem você [segmento ininteligível] muito fácil... pra França... além das [segmento ininteligível] econômicas... a cultura é um fator que faz com que a França tenha toda uma influência muito grande na África... quase assim por inércia... há cinquenta anos mais ou menos que eles já descolonizaram a África... mas a África continua muito voltada para a França... os estudantes franceses... os estudantes... da África francófona... querem... o sonho deles quase sempre... é estudar em Paris... ou em outro lugar na França... e isso em grau menor também... guardadas as proporções... mas acontece um pouco com o Brasil... o... o Primeiro Ministro de Cabo Verde estudou no Brasil... na Fundação Getúlio Vargas... e vários... várias das autoridades... os líderes econômicos políticos sociais etc... dos países lusófonos da África – às vezes até Portugal... mas principalmente os lusófonos da África – estudaram no Brasil... e... e isso é bom pra eles né?... porque é uma formação de alto nível que talvez... talvez eles não tivessem no país deles... mas é bom pro Brasil... porque o Brasil ganha uma espécie de... uma série de de... amigos assim... quem estuda no exterior – a menos que tenha tido uma experiência muito ruim... sofrido com racismo... mas é exceção... – geralmente volta com uma simpatia muito grande e permanente por aquele país... onde estudou... e isso pesa né? política externa é feita não só de instituições... interesses nacionais... mas de pessoas.... que colocam a experiência em prática... então acho que isso... isso sim... é **um ganho concreto... que traz... traz benefício de todo tipo... político mas também econômico**... acho que sem dúvida... sem dúvida também é econômico... Angola é o melhor exemplo... Angola é um país onde o Brasil tem muitas empresas... outros países também têm mas o Brasil

> tem... um volume desproporcionalmente grande de executivos... enfim... trabalhando com a infra-estrutura... petróleo... Petrobras... Odebrecht... construção civil... isso sem dúvida... fica mais fácil num país que fala português... (cf. DINIZ, 2012)

Efeitos de sentido semelhantes são produzidos na notícia a seguir, sobre a fundação do Centro Cultural em Cabo Verde, ocorrida em junho de 2008, durante uma visita do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao país. Conforme o recorte, a fundação do Centro ocorreu em um momento em que o Brasil demonstrava interesse comercial por Cabo Verde, que poderia ser uma "porta de entrada" para produtos brasileiros não apenas na África, mas também na Europa.

Brasil vê Cabo Verde como porta de entrada à África e UE

Ministro Celso Amorim, que nesta sexta-feira visitou o arquipélago, entende que Cabo Verde poderia ser também um "ponto central de comunicação" entre a América do Sul, África e Europa.

Cidade da Praia, 27 jun (Lusa) - O Brasil considera que Cabo Verde pode ser uma porta de entrada dos seus produtos no mercado africano, mas também em países europeus, defendeu nesta sexta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.
Amorim, que hoje visitou o arquipélago, entende que Cabo Verde poderia ser também um "ponto central de comunicação" entra a América do Sul, África e Europa.
Deslocar empresas brasileiras para Cabo Verde seria uma oportunidade para chegar a mercados do continente africano, mas também "uma oportunidade para chegar a países desenvolvidos (Europa) onde Cabo Verde goza de preferência e o Brasil não tem essa facilidade", disse.
Celso Amorim falava após um encontro com o seu homólogo cabo-verdiano, Victor Borges, no âmbito da visita de um dia a Cabo Verde, durante a qual inaugurou na capital do país um Centro de Estudos Brasileiros e um Centro de Formação, que

> teve o apoio financeiro da cooperação brasileira. [...] (AGÊNCIA LUSA, 2008).

Em relação ao PEC-G, esse vínculo entre a promoção – direta ou indireta – da língua portuguesa e os interesses econômicos e políticos do Estado brasileiro também pode ser observado em documentos oficiais e em textos de autoridades responsáveis pelo convênio. Um exemplo bastante contundente, presente já no protocolo de 1998 (BRASIL, 1998), estabelece a obrigatoriedade do retorno do estudante a seu país ao final do curso, como forma de contribuir com seu desenvolvimento. A fim de indicar que o egresso deve realmente deixar o Brasil logo após sua formatura, estabelece-se que seu diploma é enviado pelo Brasil à Missão Diplomática ou Repartição Consular Brasileira onde a inscrição para o programa foi feita. Conforme se depreende do recorte a seguir, referente ao protocolo (*ibidem*), é bastante nítido o objetivo do Estado brasileiro de marcar, de modo devidamente documentado, seu investimento nos países participantes:

> Parágrafo único – Esse diploma terá a indicação, no corpo do texto ou em apostila no verso, da condição de estudante-convênio de seu titular com base em Acordo Cultural ou Educacional.[17]

Como esse tipo de ação faz parte de projetos políticos e econômicos de cooperação, parece conveniente registrar o capital empregado, até para que se justifique o tipo de devolução posto em acordo – geralmente em forma de contratos comerciais. Embora, em nenhum documento, seja explicitado textualmente tal interesse, é corrente o discurso de que o PEC-G se constitui em uma ação de política externa que funciona como capital para abertura de novas relações e mercados. Assim, a emissão de um documento que comprove o quanto o país investiu em seu desenvolvimento humano e econômico é significativa, pois, conforme relatou um funcionário do Ministério das Relações Exteriores via e-mail a um dos autores deste trabalho[18], "não é uma ação paternalista, nem um programa de imigração". Trata-se, assim, de um convênio de cooperação, cuja preocupação não é obter benefícios da mesma ordem, mas sim abrir possibilidades de negociações internacionais com os países cooperados, dado que, nas palavras desse

funcionário, "é muito mais fácil bater na porta de um país com o qual se tem uma relação de cooperação" (cf. BIZON, 2013, p. 54).

Os vínculos que os CCBs e o PEC-G mantêm com a política externa brasileira são, entretanto, silenciados, em geral, nos discursos oficiais sobre essas políticas. É sobre esse ponto que nos deteremos na próxima seção.

2. O Brasil como irmão dos países africanos

Como argumentamos em trabalhos anteriores (DINIZ, 2012), o silenciamento da natureza inexoravelmente política das iniciativas para a promoção do português no exterior frequentemente ocorre, no caso daquelas que incidem sobre a África, por meio de um discurso que significa o Brasil como um país irmão dos países africanos, particularmente, os de língua oficial portuguesa. Para darmos início a essa discussão, analisemos, neste momento, a notícia a seguir, segundo a qual um não brasileiro assumiu, em 2006, pela primeira vez, a presidência do *Centro Cultural Brasil-Moçambique*, em Maputo, à época denominado *Centro de Estudos Brasileiros.*

Centro de Estudos Brasileiros presidido por moçambicano pela 1ª vez
-14-Apr-2006 - 13:14

O escritor e jornalista Calane da Silva tornou-se esta semana no primeiro moçambicano nomeado para o cargo de director do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), através de concurso público, o que também acontece pela primeira vez.
Em comunicado de imprensa, a Embaixada do Brasil em Maputo refere que abriu a possibilidade de os moçambicanos ocuparem a direcção do CEB, com o objectivo de **"reforçar a irmandade entre os dois países, no espírito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa"** (CPLP).
Antes d**esta inovação**, os directores do CEB eram seleccionados no Brasil, sublinha a mesma nota de imprensa.
O CEB desenvolve em Moçambique várias iniciativas de âmbito cultural e académico, destacando-se o "Programa Convénio Estudantes", que permite aos estudantes moçambicanos fazerem

> cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.
> No quadro desse programa, o CEB seleccionou este ano 13 candidatos a cursos de licenciatura, de entre 16 concorrentes, e 15 para cursos de pós-graduação, de 27 inscritos (NOTÍCIAS LUSÓFONAS, 2006) [grifos nossos].

Embora não haja portarias restringindo o acesso de não brasileiros a cargos dos CCBs, são brasileiros que, historicamente, têm assumido a direção dessas instituições. Segundo a nota de imprensa da Embaixada do Brasil em Maputo mencionada no texto anterior, a possibilidade aberta para que um moçambicano assumisse a presidência do CCB de Moçambique pela primeira vez objetivava "**reforçar** os laços de irmandade entre os dois países, no espírito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" [grifo nosso]. O verbo "reforçar" evidencia o funcionamento de um pré-construído: existem laços de irmandade entre o Brasil e Moçambique. Afinal, só se pode reforçar aquilo que já existe, o que fica claro se tivermos em vista a agramaticalidade de uma frase como "A medida tem o objetivo de reforçar a irmandade entre os dois países, que não existe até o momento". Com efeito, o complemento do verbo "reforçar" é uma expressão definida ("**a** irmandade entre os dois países"), que, enquanto tal, pressupõe a existência do seu referente. Esse não-dito, que sustenta o pré-construído em questão, coloca um estrangeiro e um brasileiro em um mesmo plano. Não se trata, porém, de qualquer estrangeiro, mas de um moçambicano, como indica o seguinte recorte: "a Embaixada do Brasil em Maputo refere que abriu a possibilidade de **os moçambicanos** ocuparem a direcção do CEB" [grifo nosso]. Produz-se, assim, um efeito de simetria entre o Brasil e Moçambique.

Destacamos, ainda, que o fato de que um moçambicano tenha assumido a direção do Centro é qualificado como uma "inovação". Em "Antes d**esta inovação**, os directores do CEB eram seleccionados no Brasil, sublinha a mesma nota de imprensa", a informação que se constrói no momento da enunciação é a de que "os directores do CEB eram seleccionados no Brasil", enquanto a retomada anafórica "esta inovação" traz à tona outro pré-construído. Poderíamos desnaturalizar a evidência que se associa a esse pré-construído questionando-nos: o

que permite categorizar o fato noticiado como um acontecimento, e não como a continuidade da política de Estado brasileira no que diz respeito às relações com a chamada África lusófona? Afinal, a partir de outra posição discursiva, poderíamos conceber a possibilidade aberta pela Embaixada brasileira para a entrada de moçambicanos na direção do CEB de Maputo como mais um indício de uma tentativa de intensificação do diálogo com o sul, em que estariam em jogo antes interesses geopolíticos do Brasil do que uma relação de "irmandade" com Moçambique e outros países de língua oficial portuguesa. Tais interesses não chegam, porém, a ser mencionados na matéria, que se limita a "constatar" que o Centro em questão desenvolve iniciativas culturais e acadêmicas que permitem, por exemplo, que moçambicanos estudem em universidades brasileiras através do PEC-G e PEC-PG. Essa seria uma ajuda desinteressada de um "irmão", sem contrapartidas – diretas ou indiretas – para o Brasil.

Poderíamos, então, nos colocar a seguinte questão: Portugal seria significado como "pai" de "nações irmãs", como Brasil e Moçambique? Embora essa relação de paternidade não apareça explicitada, há que se considerar que o que permite falar em "irmandade" é, justamente, a filiação a uma região da memória discursiva significando o Brasil e outros países "lusófonos" na sua antiga relação colonial com Portugal. Tais elementos se materializam em nomes de Centros, como podemos observar na nota de imprensa a seguir:

Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique - Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira

05/11/2003 -

> Durante sua visita à África, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, em Luanda, em 3 de novembro, o Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que terá por missão apoiar e promover o estudo das relações entre o Brasil e o continente africano.
> Ao dar ao Centro o nome do Embaixador Ovídio de Andrade Melo, o Governo brasileiro presta homenagem a um diplomata

> **cuja lucidez levou o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer, em 11 de novembro de 1975, a independência de Angola**.
> Em Moçambique, no dia de ontem, o Presidente Lula decidiu dar ao Centro de Estudos Brasileiros de Maputo o nome do Embaixador José Aparecido de Oliveira. A iniciativa homenageia **a contribuição prestada pelo Embaixador José Aparecido à cultura do país e o seu empenho na criação e fortalecimento da** Comunidade de Países da Língua Portuguesa e na abertura do Centro, em particular.
> Com essas homenagens, o Governo brasileiro espera atrair para as atividades dos Centros de Estudos Brasileiros de Luanda e de Maputo o prestígio associado às personalidades que lhes emprestam os nomes (BRASIL, 2003) [grifos nossos][19].

Detenhamo-nos, por ora, na nomeação do Centro de Angola, observando, inicialmente, que o nome que lhe foi dado não foi o de um angolano que desempenhou um papel importante na história do país. O nome poderia ser, por exemplo, *Agostinho Neto*, em homenagem ao primeiro presidente do país, líder de um dos movimentos que lutou pela descolonização de Angola. O Centro recebeu o nome de um *brasileiro*, que, segundo a história oficial do Itamaraty (cf. ABREU & LARAMÃO, 2007), teve um papel decisivo no reconhecimento da independência angolana. Porém, conforme a designação do Centro indica – "*Centro de Estudos* ***Embaixador*** *Ovídio de Andrade Melo*" [grifo nosso] –, não se trata tão somente de um brasileiro, mas desse brasileiro enquanto o mais alto representante do chefe de Estado do Brasil junto a outro Estado. Tendo em vista o estudo de Guimarães (2002) sobre o funcionamento semântico-enunciativo do nome próprio, poderíamos dizer que o nome dado ao Centro recorta, como memorável, uma narrativa relativa à independência de Angola, ocorrida em 1975; entretanto, mais do que significar, simplesmente, o fim do domínio colonial que Portugal exercia sobre esse país, constrói um memorável de irmandade entre o Brasil e Angola.

Para a construção desses sentidos, torna-se necessário apagar outros, já que, longe de derivar espontaneamente de uma determinada situação histórica, o acontecimento resulta de uma construção subjetiva, indicadora de determinada posição discursiva. O Brasil foi,

efetivamente, o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência da República Popular de Angola. Uma série de estudos no campo das Relações Internacionais mostra, porém, os diferentes interesses brasileiros imbricados nesse reconhecimento. Um indício desses interesses reside nas instruções do Itamaraty para que o comandante da Representação Especial em Luanda – instalada antes mesmo da independência de Angola –, o então Embaixador Ovídio de Andrade Melo, reconhecesse a independência do país, qualquer que fosse a orientação ideológica do grupo que acedesse ao poder (RIZZI, 2010). Conforme Pinheiro (2007), ao não se comprometer politicamente com um ou outro grupo que buscava alcançar o poder, o Brasil mantinha um bom relacionamento com os países que conquistavam sua independência, o que poderia lhe permitir exercer alguma influência posteriormente. Em uma entrevista concedida ao Jornal de Angola, o próprio ex-embaixador Ovídio Melo reconhece terem sido essas as orientações do Itamaraty:

> A ideia do Brasil ao mandar-me para Angola era que eu mantivesse contacto com os três movimentos guerrilheiros que lutavam pela independência e que fosse absolutamente neutro e perfeitamente colaborante com todos os três, de maneira que eles pudessem ter uma outra impressão do Brasil e não aquela que eles tinham dos tempos em que o Brasil apoiava ou pelo menos não se incomodava com o colonialismo português. O Brasil estava a se preparar, desde o início do ano de 1975, para reconhecer Angola livre, pois isso sempre foi uma aspiração do povo brasileiro (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010).

Com efeito, como argumenta Rizzi (2010), a posição do Brasil frente ao movimento de descolonização angolana representou uma ruptura com a ambivalência da política brasileira em relação à África lusófona, ora evidenciando matizes fortemente anti-colonialistas, ora se abstendo em votações nas Nações Unidas referentes à independência de colônias portuguesas, devido a compromissos assumidos com Portugal. A mudança no curso da política externa brasileira a esse respeito foi, acima de tudo, um gesto simbólico, que ia ao encontro de interesses

políticos, diplomáticos e econômicos do país. Conforme Pinheiro (2007, p. 2),

> não há dúvidas sobre a existência de fortes elementos a favorecer e, mesmo, tornar possível essa decisão [o reconhecimento da independência de Angola] nesse momento. Entre eles, a necessidade de abrir novos mercados de exportação para os produtos industrializados, com o objetivo de manter equilibrado o balanço de pagamentos num período em que os gastos com importação de petróleo haviam quadruplicado. Além disso, era preciso garantir o fornecimento de petróleo, de cuja exportação o país dependia em quase 80%, e para tanto [...] um bom relacionamento com os países africanos tornara-se um requisito. Neste sentido, era crucial para o Brasil livrar-se do fardo de anos de apoio à política colonialista de Portugal adotando uma posição de indiscutível apoio ao processo de independência dos países africanos, a fim de estabelecer um novo tipo de relacionamento com o continente.

Assim, o reconhecimento pioneiro da independência de Angola representou uma tentativa do Brasil em dar visibilidade a sua diplomacia e ampliar sua influência na África, colocando-se como "país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo" (RIZZI, 2010, p. 11). Segundo Rizzi (*ibidem*) e Pinheiro (2007), esse reconhecimento permitiu não apenas que o Brasil estabelecesse uma interlocução privilegiada com o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que assumiu o poder após a independência, mas também que se aproximasse de Moçambique e da África como um todo, revertendo sua imagem negativa junto aos países africanos, fruto de uma política brasileira até então titubeante – quando não assumidamente pró-colonial – em relação à política colonialista portuguesa. Nas palavras do próprio Ovídio de Melo (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010),

> O Brasil queria ter relações com Angola, com Moçambique e com todas as ex-colónias portuguesas, porque nós jamais poderíamos ter relações normais com a África se nós não nos

> entendêssemos muito bem com Angola. Angola, para nós, era extremamente importante. E é até hoje.

Todavia, o memorável que se recorta junto ao nome "Centro de Estudos Embaixador Ovídio de Andrade Melo" silencia os interesses estratégicos do Brasil implicados no reconhecimento da independência de Angola. Segundo a nota de imprensa anteriormente transcrita (BRASIL, 2003), é a "*lucidez*" do Embaixador Ovídio de Andrade Melo que teria levado o Brasil a ser o primeiro país a reconhecer a independência angolana. De maneira análoga, em seu discurso de abertura da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial[20], o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que o reconhecimento brasileiro foi "um gesto de grande coragem".

> Uma das coisas importantes que eu ouvi nessas minhas andanças pela África – especialmente pela África de língua portuguesa - foi um comentário do então Ministro angolano das Relações Exteriores, que me contou que o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola - que era, na realidade, do MPLA - foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda. **Foi um gesto de grande coragem**. E o nosso Representante em Angola naquele momento era o Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que hoje é homenageado com o nome do Centro Cultural do Brasil naquele país (AMORIM, 2010) [grifo nosso].

O recorte anterior nos leva a inferir que o Brasil julgava os interesses de Angola mais importantes que os seus próprios, não temendo consequências negativas que o reconhecimento em questão poderia lhe trazer. Na narrativa aí contada, faz-se alusão a um "fato" do qual o MRE não tinha conhecimento, e cuja veracidade aparece como incontestável, por ser apresentado por uma autoridade angolana: "o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda". Assim, de maneira semelhante ao que observamos na nomeação de um moçambicano para assumir a direção do Centro Cultural Brasil-Moçambique, o nome do

Centro de Angola, ao "recuperar" essa história da independência de Angola, constrói a imagem de uma instituição preocupada não com interesses brasileiros, mas com o estreitamento das relações "fraternas" entre Brasil e Angola.

Conforme a nota anteriormente reproduzida (BRASIL, 2003), no dia seguinte à fundação do Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade Melo, em Angola, o então Centro de Estudos Brasileiros de Moçambique recebeu o nome do Embaixador José Aparecido Oliveira. Ambos os eventos contaram com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que evidencia a importância que o Estado brasileiro dava, naquele momento, para essas duas instituições. Ainda de acordo com a notícia, o nome do Centro de Moçambique – de maneira análoga ao observado na designação do CEB de Angola – remete a um brasileiro que, na posição do Itamaraty, contribuiu para a aproximação do Brasil com Moçambique, seja pelas ações que desenvolveu especificamente nesse país (a saber, suas "contribuições à cultura do país" e a abertura do Centro em Maputo), seja pelo seu papel na criação da CPLP. No recorte a seguir, referente a seu discurso de abertura da Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, ocorrida em Brasília em 2010, Celso Amorim homenageia, além de Ovídio de Andrade Melo, o Embaixador José Aparecido de Oliveira:

> Como mencionei o Zé Aparecido, é indispensável fazer uma homenagem a esse grande brasileiro que foi o principal idealizador da CPLP. Como Embaixador do Brasil em Lisboa, Zé Aparecido trabalhou tenazmente para viabilizar a constituição da entidade, que, na realidade, só viria a ser fundada em 1996.
> Não sei se está aqui presente o filho dele, o Deputado José Fernando, mas gostaria de recordar também que na viagem que o Presidente Lula fez a Maputo, ele batizou com o nome de José Aparecido de Oliveira o Centro Cultural Brasil-Moçambique.
> Falar neste Centro Cultural é especialmente emocionante para nós - e para mim particularmente -, porque foi uma criação para a qual, digamos, conspiraram três pessoas: o próprio Embaixador José Aparecido, que era o Ministro da Cultura na época; eu, que era Diretor do Departamento Cultural; e o Embaixador Nazaré,

> que era o então Embaixador do Brasil em Moçambique. Tivemos que fazer mágicas orçamentárias - fizemos tudo corretamente, como não poderia deixar de ser - para conseguir os recursos necessários para alugar aquele Centro. Tivemos que cancelar alguns concertos na Sala Priel em Paris ou algumas exposições na Galeria Debret para viabilizá-lo. A despeito do ceticismo que alguns demonstraram inicialmente, por estarmos lidando com um país jovem, com instituições supostamente precárias, o Centro funciona seguramente há mais de vinte anos, de modo que aquele aluguel já foi pago e repago algumas dezenas de vezes graças àquele gesto. O Centro é, portanto, muito importante. E para quem preza cultura, como é o nosso caso, o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político[21].
> Dois a três anos depois, já estava como Embaixador em Genebra, tive a grata surpresa ao abrir o "International Herald Tribune" e ler artigo sobre Moçambique, que ainda se encontrava em plena guerra civil, antes, portanto, dos acordos de paz. E o artigo dizia que a cidade de Maputo era uma cidade deserta, que tudo faltava e que, do ponto de vista cultural, a única coisa que pulsava era o hoje Centro Cultural José Aparecido de Oliveira, então Centro de Estudos Brasileiros em Moçambique. Vê-se, portanto, que papel importante esses Centros podem ter no próprio desenvolvimento dos países (AMORIM, 2010) [grifos nossos].

Segundo o texto, o Estado brasileiro – através da atuação do Ministério da Cultura, do Departamento Cultural do Itamaraty e da Embaixada do Brasil em Moçambique – não hesitou em abrir um Centro Cultural em Maputo, a despeito do ceticismo de alguns[22], e mesmo que, para viabilizar o projeto, fosse necessário cortar gastos com eventos culturais em locais altamente prestigiados. Mais do que divulgar, em conformidade com interesses do Brasil, “a língua portuguesa e a cultura brasileira” – para recuperar uma formulação recorrente em textos do Itamaraty que tratam de sua política linguística exterior (cf. DINIZ, 2012) –, o Centro estaria contribuindo para o próprio desenvolvimento de Moçambique, como teria inferido Amorim a partir da leitura de um artigo veiculado por um importante veículo de comunicação. Novamente, portanto, o discurso de irmandade entre o

Brasil e países africanos apaga interesses estratégicos do primeiro em suas iniciativas para a promoção internacional do português.

Um processo semelhante pode ser observado no funcionamento dos discursos oficiais sobre o PEC-G. A esse respeito, destacamos o início do texto descritivo do programa, presente na página a ele destinada no portal do MEC:

> O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país.
>
> O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa.
>
> São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou[23].

Analisemos o logotipo comemorativo dos 50 anos do programa, celebrados em 2014. O losango e a esfera, assim como as duas mãos unidas – as quais remetem à faixa em que se encontra o lema "ordem e progresso" –, convocam a memória da bandeira do Brasil, significando este último como sustentáculo do PEC-G. A imagem de cooperação se constrói por meio de diferentes recursos. Em primeiro lugar, as mãos dos parceiros em gesto fraterno de união produzem como efeito

sentidos de cooperação simétrica entre o Brasil e os países participantes[24]. Além disso, são as mãos unidas que desenham para o PEC-G – e, por metonímia, para o Brasil – o lema de "cooperação". Por outro lado, a esfera, que, imaginariamente, remete ao céu brasileiro, aparece, no logotipo, transfigurada em globo terrestre, o que sugere um movimento do nacional para o global, alçando o país à posição de protagonista no cenário internacional. Essa transfiguração, em conjunto com a afirmação inicial de que o programa "**oferece oportunidades** de formação superior a cidadãos de países **em desenvolvimento**" [grifos nossos], pode construir para o Brasil a imagem de um parceiro privilegiado e de maior poder. Nesse sentido, a qualificação de outros países como "em desenvolvimento" posiciona, de certa forma, o Brasil em um lugar a partir do qual é capaz de oferecer o que falta ao outro que não tem porque ainda está "em desenvolvimento". É, justamente, sobre essa imagem do Brasil como um parceiro assimétrico – e mesmo neocolonizador – que nos deteremos na seção a seguir.

3. O Brasil como um país neocolonizador

Em que pese a crise econômica pela qual o Brasil atualmente passa, os discursos em circulação, nos últimos anos, representando o país como um novo protagonista no cenário internacional têm participado de deslocamentos no imaginário sobre o país, que, no lugar de ser significado como um interlocutor simétrico e parceiro, passa, por vezes, a ser qualificado como imperialista ou neocolonizador (cf. DINIZ, 2012). O Brasil seria protagonista de um conjunto de ações que visariam à exploração de bens materiais e de cidadãos estrangeiros, o que certamente fragilizaria qualquer proposta de cooperação. Como exemplo de discurso filiado a essa posição discursiva, trazemos, a seguir, um recorte de uma conversa informal realizada com estudantes africanos participantes do PEC-G (cf. BIZON, 2013)[25]. Embora tais estudantes sejam da República Democrática do Congo – e não de um país da CPLP –, as imagens construídas para o programa e para o Brasil, bastante negativas, são semelhantes às que estão em jogo também em textos produzidos por estudantes vindos de países "lusófonos"[26]:

Pinfo: eu estou entendendo este tipo de programa que se chama PEC-G... na verdade estou tentando ver como se fosse uma/uma/uma... a:::h uma **recolonização** mesmo assim...
Ntangu: **Zanzibar**...
Pinfo: não Zanzibar mas intelectual sabe? estou tentando entender... porque tem muitas realidades que passa por conta do PEC-G que eu tô achando muito **absurdo**... o PEC-G tem um acordo com alguns países em vias de desenvolvimento... subdesenvolvidos... pra fazer parte desse programa e entã::o... o que o Brasil tentou **explorar**? ele tentou **explorar** esse **pobre programa** pra:: criar interesse... interesse naqueles países que estão subdesenvolvi::dos... aqueles países que estão tentando se desenvolver... e **criou esse programa pra mostrar que eles estão tentando ajudar**... o interesse que o Brasil **ganha** neste programa é mais do que ele **gasta** na formação... porque talvez alguns países têm acordo com o Brasil... às vezes acordo comercial... **a gente não tá aqui de gra::ça**... aqueles países que têm acordo... eles estão **pagando de outra forma**... talvez facilitar o merca::do... entrar mesmo no espaço do mercado... no consumo mesmo... na exportação... e você vai perceber aqueles **são só os países em vias de desenvolvimento...** [...] com esse convênio eu me sinto discriminado... por quê? o Brasil está querendo mesmo assim tentar acrescentar mais... a economi::a... também tentar **vender** mesmo assim os vistos sabe... aquele **negócio**... entendeu? então... ele criou... **ele inventou esse programa** esse programa... **pra falar que eles estão contribuindo na formação dos países subdesenvolvidos** que eles falam habitualmente que eu acho... também é:: aí você vai perceber que naqueles países... **quem vai perder... quem vai ganhar?** nós que estamos nesse programa que estamos perdendo... você tem que renovar visto cada ano... normalmente na verdade... a gente deveria ter normalmente um visto temporário permanente até se formar... por exemplo... de quanto é o seu curso... quatro anos? cinco anos? você precisa de cinco anos sem fazer MA-IS NA-DA... aquele visto:: não sei:: qualquer lugar do mundo... temos alguns amigos que estão em qualquer lugar do mundo... eles estudam... tem o que se chama um trabalho

> dos estudantes... um trabalho que o estudante pode fazer... precisa dois hora... três horas... porque ele é estudante entendeu? mas com aquele documento... você vai ver... muita coisa você vai ver burocrática... você vai ver **somos... perdedores mesmo nesse programa**... é isso que eu acho muito errado... (cf. BIZON, 2013)

Antes de analisarmos as falas desses jovens, é necessário ter em vista algumas regras de funcionamento do PEC-G. Além da já mencionada necessidade de apresentação do Celpe-Bras, destacamos três outras estabelecidas no Decreto n. 7.948 (BRASIL, 2013a). A primeira delas determina que um responsável pelo candidato assine um termo de responsabilidade financeira, assegurando ter meios para custear as despesas com transportes e para subsistência no Brasil durante o curso de graduação; a segunda proíbe o exercício de qualquer atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados; a terceira exige que o conveniado se responsabilize pela renovação do visto anualmente, já que lhe é concedido apenas o visto temporário, o que implica pagamento de taxas. A despeito, porém, dessas três regras – que impactam as condições financeiras dos conveniados –, o PEC-G, diferentemente de outros programas, não garante bolsas de estudo. No caso de alunos oriundos de países onde não se aplica o Celpe-Bras – e que, portanto, podem, depois de uma primeira seleção, realizar um curso intensivo de PLA preparatório para o exame em uma IES credenciada –, a situação de vulnerabilidade social tende a ser particularmente delicada ao longo de seu primeiro ano de estada no Brasil, quando ficam, em geral, sem nenhum vínculo mais formal com a universidade (não tendo, por exemplo, um número de matrícula/registro, por exemplo). Assim, por restrições legais, são impedidos de pleitear, durante o período em que realizam o curso de PLA no Brasil, qualquer tipo de bolsa ou auxílio financeiro na IES, dependendo, muitas vezes, de soluções provisórias e informais de gestores, funcionários e professores. Após a aprovação no Celpe-Bras e a matrícula efetiva em um curso de graduação, esses alunos podem concorrer a certos benefícios[27], mas nem sempre têm êxito em suas demandas.

Mesmo considerando que os jovens africanos participantes do PEC-G, por vezes, vêm de famílias com maior poder aquisitivo – uma vez que, dado o baixo índice de escolarização em alguns desses países, são, por vezes, aqueles que possuem uma melhor condição financeira que conseguem terminar o Ensino Médio –, não há como equalizar a economia do Brasil às de certos países africanos. Assim, um cidadão de classe média nesses países nem sempre pode manter seu padrão de vida em determinadas cidades brasileiras. Portanto, regras como as mencionadas, associadas à impossibilidade de se pleitearem bolsas ou auxílios na IES durante o período de realização do curso de PLA no Brasil, e a não garantia de bolsas para os conveniados durante a realização de sua graduação podem gerar reterritorializações precárias (HAESBAERT, 2004), que não propiciam aos conveniados condições de real apropriação dos espaços nos quais se inserem, o que é, com frequência, denunciado em depoimentos de participantes do programa (cf. BIZON, 2013). Dessa forma, ainda que, segundo as normas do PEC-G, somente devam ser atendidos aqueles que apresentem condições financeiras para se manterem no Brasil, muitos estudantes africanos enfrentam dificuldades recorrentes de se autossustentarem[28], o que ajuda a explicar as fortes imagens sobre o PEC-G e o país anfitrião observadas no recorte anterior.

Nesse recorte, o termo "recolonização", utilizado por Pinfo, referencia o processo empreendido pelo PEC-G, sendo imediatamente reconhecido como legítimo no discurso de Ntangu, em que a situação vivida por participantes do programa é aproximada à escravização ocorrida em "Zanzibar"[29]. Apesar de, na sequência da fala de Pinfo, a comparação ser relativizada – não se trataria do mesmo processo, já que, no caso do PEC-G, a relação seria em um nível intelectual –, aparecem, na sequência, termos como "absurdo" e "exploração" qualificando o programa.

Destacamos, ainda, que a argumentação de Pinfo expõe exatamente o que, nos discursos oficiais do PEC-G, tende a ser silenciado: o interesse econômico ou um verdadeiro "negócio". Da posição discursiva ocupada pelo rapaz, apenas quem vive o convênio e suas restrições compreende o que não é explicitado pelo discurso de solidariedade e cooperação do programa. Bastante marcado por antíteses ("ganha"/ "gasta"; "de graça"/ "pagando"; "perder"/

"ganhar"), a fala de Pinfo visibiliza dois polos nos quais se encontrariam adversários, e não parceiros. Na contundente afirmação "*O interesse que o Brasil ganha neste programa é MAIS do que ele gasta na formação!*", os verbos "ganha"/ "gasta" demarcam os lugares do explorador e do explorado, expondo o anfitrião como o responsável por uma política nada solidária. Significando o Brasil e o convênio como um grande vilão estrategista, Pinfo afirma que o país "*criou esse programa pra mostrar que eles estão tentando ajudar...*", "*inventou esse programa, esse programa, pra falar que eles estão contribuindo na formação dos países subdesenvolvidos*". O grande ganhador dessa relação seria o Brasil, que obteria muito mais do que investiria no que é chamado de um "pobre programa", devido às relações comerciais estabelecidas e ao dinheiro que os alunos PEC-G deixam no país com a renovação dos vistos – o qual, na posição de Pinfo, parece se configurar como uma "venda" de vistos, um verdadeiro "negócio" de obtenção de dividendos. O programa se estruturaria, assim, a partir de um projeto verticalizado sem um compromisso com as horizontalidades (M. SANTOS, 2000), ou seja, com o comportamento dessas regras na vida ordinária e com as consequências que podem acarretar a seus participantes.

No funcionamento de certos discursos sobre o PEC-G, é possível observar, ainda, o apagamento do outro conveniado como um interlocutor que tem voz, conhecimentos e contribuições a partilhar, intensificando uma assimetria que pode ser significada como indício de uma posição neocolonizadora do Brasil. A esse respeito, trazemos, a seguir, recortes de uma conversa realizada em 2009 com um dos responsáveis pelo convênio PEC-G de uma universidade pública brasileira (BIZON, 2013). Ao discorrer sobre os desafios impostos pelo funcionamento do convênio, o funcionário frisa, como modo de viabilizar a real inserção dos estudantes vindos dos PALOP à vida acadêmica e ao seu entorno, a importância da exigência do certificado Celpe-Bras, até então não obrigatório para esse público:

> agora está para sair um decreto presidencial em que os próprios lusófonos terão que apresentar proficiência do Celpe-Bras... porque eles é... é a língua portuguesa... mas eles NÃO entendem... então... agora... não sei como está... mas estava

> para sair através de um decreto presidencial as novas regras do PEC-G e nessas regras estaria a obrigatoriedade dos próprios falantes de língua portuguesa terem de apresentar o certificado do Celpe- Bras... porque nós temos gente de Angola... VAI dizer que eles enTENdem **português**? não sei se **a língua deles lá** é Outra... (cf. BIZON, 2013)

Por um lado, a fala do funcionário deixa entrever o importante reconhecimento da heterogeneidade do espaço de enunciação da CPLP. Entretanto, evidencia também a imagem de que o português do Brasil é "o verdadeiro português", uma língua essencializada (CÉSAR & CAVALCANTI, 2007), bem diferente do português do outro e, notadamente, de um português africano (no caso, de Angola), que o brasileiro não precisaria compreender. A dicotomização – "o português" x "a língua deles lá" – sugere o que se entende como as relações de poder dentro do convênio, em que o país anfitrião não precisa entender o outro, mas o outro é que precisa nos entender. Sugerindo um trânsito unilateral no processo de cooperação, a fala tende a imobilizar o estrangeiro PEC-G de países africanos, particularmente o "lusófono", como aquele que não tem nada a oferecer, como aquele que "não sabe" e que, portanto, "precisa aprender". A imagem dos estudantes "lusófonos" como inferiores em suas diferenças, porque não seriam capazes de se fazer entender – segundo a posição do funcionário do que seja "se fazer entender" –, é reforçada no recorte a seguir:

> tem que TER o Celpe-Bras... TEM que ter... São Tomé e Príncipe por exemplo... país falante de português... os caras não sabem NADA de português... NADA... NÃO ENTENDEM... NÃO ENTENDEM... quer dizer... é um país de língua portuguesa... mas tudo indica que o que eles falam lá seja um **diaLE::to**... **alguma língua DE::les lá**... e chegam aqui eles não enTENdem... põe um documento na mão deles e eles começam a falar... mas eu NÃO ENTENDO o que eles falam... [...] SA::be... tinha que ter um curso tipo Celpe-Bras ao longo da vida do estudante na universidade... para ajudar ele a::: continuar se adapTANdo, a entender como

> funciO::nam as coisas aqui... [...] esse estudo que fiz recentemente sobre o PEC-G é para propor para a pró-reitoria de graduação que se fizesse algum tipo de programa para **nivelá-los** nas questões linguísticas... nas questões culturais... nas dificuldades com as exigências da universidade... para que eles possam realmente entender TUdo aqui... (cf. BIZON, 2013)

O português de São Tomé e Príncipe – e, metonimicamente, outros portugueses falados no espaço africano – é, assim, rebaixado à condição de "dialeto", isto é, a algo que, na posição a partir da qual enuncia o entrevistado, no limite, não é língua. "Alguma língua deles lá" não seria a língua "pura" daqui: a língua portuguesa de "verdade", que os conveniados do PEC-G deveriam "dominar" para se fazerem entender, para realizarem um curso de graduação no Brasil. Assim, o fato de conveniados vindos dos PALOP frequentemente falarem português, como língua materna ou como língua adicional, é representado não como um facilitador das interações e da inserção dos estudantes no contexto acadêmico e em seu entorno, mas como um obstáculo. Esse discurso, que reproduz padrões sociais estereotipados e preconceituosos, além de alimentar processos limitados de inserção desses estudantes no espaço acadêmico e em seu entorno, indiciam traços de uma posição significativamente mandatária por parte de quem oferece o convênio. Assim, embora se proponha uma espécie de programa de acompanhamento desses estudantes dentro da universidade – o que poderia ser compreendido como uma importante ação de política linguística e de cooperação em direção a relações mais equânimes –, a dicotomização perdura ao longo de todo o discurso do entrevistado, reduzindo diferenças a deficiências e, consequentemente, intensificando uma pretensa posição superior do país anfitrião. Chega-se mesmo a falar em "nivelamento", o que reforça a imagem de "falta", de "lacuna", e, novamente, sugere uma hierarquização que diminui um dos parceiros, obliterando o ideal de multilateralidade que fundamentaria o programa. Em outras palavras, silencia-se, a partir de uma posição de superioridade em relação ao outro, a possibilidade de esses estudantes estrangeiros partilharem com brasileiros aspectos de

sua formação e de suas construções culturais e cooperarem com suas respectivas IES.

Em harmonia com essa posição – e, possivelmente, em resposta a reivindicações feitas por funcionários como o anteriormente mencionado –, o artigo 6º do Decreto n. 7498, de 2013, estabeleceu o seguinte:

> Art. 6º Poderão se inscrever no PEC-G **os estudantes estrangeiros**:
> [...]
> V - que apresentarem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.
> [...]
> § 2º O candidato originário de país em que não haja aplicação do Celpe-Bras poderá realizá-lo no Brasil, uma única vez, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros preparatório para o exame Celpe-Bras, em IES credenciadas.
> § 3º O candidato reprovado no Celpe-Bras aplicado no Brasil, na forma do § 2º, não poderá ingressar no PEC-G, vedada a prorrogação de seu registro e do prazo de estada no Brasil, conforme disposto na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e no Decreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. (BRASIL, 2013a) [grifo nosso]

Observemos, inicialmente, que a redação referente à exigência do Celpe-Bras constante no Protocolo de 13 de março de 1998 (BRASIL, 1998) era conforme a seguir:

> Cláusula 9 - A seleção de **candidatos não-lusófonos** estará condicionada à apresentação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).
> Parágrafo único - Para candidatos de países que não dispõem de Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), será permitida a realização de exames no Brasil, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros em IES credenciadas. [grifo nosso]

A designação pressuposta por "candidatos não-lusófonos", a saber, "candidatos lusófonos", parece estabelecer uma relação parafrástica com "candidatos oriundos de países de língua oficial portuguesa": o português seria não só a língua oficial dos países da CPLP, mas também a língua de todos os seus cidadãos. Entretanto, o português, ainda que oficial nesses países, não é a língua materna de muitos cidadãos dos PALOP (e do Timor Leste) – e tampouco língua majoritária em países como Guiné-Bissau –, podendo ser aprendido como língua adicional (como segunda, terceira, quarta... língua). Notamos, assim, um efeito do processo de colonização linguística (MARIANI, 2004) engendrado por Portugal, que silencia a heterogeneidade linguística constitutiva do espaço de enunciação da CPLP (incluindo o Brasil). Em oposição a esse silenciamento, o artigo 6º (inciso V, parágrafo 2º) do Decreto n. 7498 parte de um reconhecimento de certa heterogeneidade linguística da CPLP, na medida em que rompe com a evidência de que todos os sujeitos desse espaço falariam português. Entretanto, destacamos que o emprego da designação "estudantes estrangeiros" (e não mais "candidatos não-lusófonos") nesse artigo – e, consequentemente, o estabelecimento da exigência de comprovação de proficiência em português por todos, inclusive os candidatos oriundos da CPLP[30] – indicia um posicionamento brasileiro do qual discordamos, por duas razões principais.

A primeira delas é que o Celpe-Bras não foi concebido visando a avaliação de primeira língua, de forma que sua aplicação para públicos diferentes daqueles para os quais foi desenhado traz dificuldades que mereceriam ser alvo de pesquisas. Poderíamos conjecturar, por exemplo, que, como as provas escritas do Celpe-Bras são desidentificadas antes de serem avaliadas – de forma a garantir o sigilo fundamental para a confiabilidade do exame –, corretores podem, por desconhecimento dos portugueses dos PALOP, julgar inadequadas construções gramaticais ou itens lexicais não correntes em português brasileiro, o que pode inclusive resultar na atribuição de notas mais baixas. De maneira análoga, a confiabilidade da avaliação de proficiência oral de um candidato da CPLP estará, eventualmente, comprometida por diferentes razões. Por exemplo, caso o examinador brasileiro tenha pouca familiaridade com o português utilizado pelo examinando, poderá considerar inadequados aspectos gramaticais,

lexicais e fonético-fonológicos que são próprios desse português[31]. Além disso, se o português não é a língua materna de certos candidatos vindos dos PALOP, é pelo menos uma língua muito familiar, que, de alguma forma, atravessa práticas de seu dia a dia. Essa especificidade pode fazer com que o candidato não se identifique com a situação de interação do exame, que tende a colocá-lo no lugar de um sujeito para quem o português é uma língua *estrangeira*. Dessa forma, embora as orientações do exame apontem para a necessidade de que a interação oral se assemelhe mais a uma conversa do que a uma entrevista (BRASIL, 2013b), é difícil para certos examinandos da CPLP – e para certos examinadores – ocuparem o lugar de alguém que está conversando. Em decorrência disso, o examinando pode se limitar a dar respostas breves, o que prejudicará seu desempenho no critério *competência interacional*[32].

O segundo motivo pelo qual discordamos da exigência em questão é que o Estado brasileiro passa a avaliar o nível de proficiência em português de sujeitos que têm essa língua como materna ou de escolarização, contando, para tanto, com a parceria dos CCBs dos PALOP. Diríamos, assim, que o estabelecimento da exigência do Celpe-Bras para candidatos da CPLP participa de um processo de capitalização linguística do português brasileiro, caracterizado por "investir uma língua de *valor de troca*, tornando-a ao mesmo tempo bem de consumo atual (*mercadoria*) e um investimento em mercado de futuros, isto é, cotando seu valor simbólico em termos econômicos" (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 37) [grifos da autora]. Esse processo, ao mesmo tempo que capitaliza o português brasileiro, descapitaliza outros portugueses, dando novos contornos aos processos de estigmatização sofridos pelos portugueses africanos, como denunciado por Gonçalves:

> O aspecto que mais sobressai na história da pesquisa sobre as "variedades não nativas" (VNN) das línguas coloniais é que, durante muito tempo, estas constituíram uma espécie de parentes pobres da grande família das línguas naturais. [...] No que respeita ao contexto político-social, destaca-se o facto de, por emergirem em sociedades coloniais fortemente marcadas por preconceitos socioculturais e também raciais, as VNN terem sido vistas, durante muito tempo, como subproduto das línguas

> coloniais – os modelos "puros" e superiores criados pelos colonizadores – i.e., como línguas imperfeitas, geradas pelas populações colonizadas, que pareciam incapazes de aprender o padrão europeu na sua plenitude (GONÇALVES, 2010, p. 13 *apud* RONCARATI, SILVA & PONSO, 2012, p. 86-87).

Cabe ressaltar que não questionamos, aqui, a necessidade de que alguns candidatos ao PEC-G oriundos de países da CPLP realizem cursos de língua portuguesa – cursos esses que poderiam ser ofertados pelos CCBs com sede nos PALOP, a partir de uma análise das necessidades específicas de cada aluno[33]. Tampouco questionamos a necessidade de que esses candidatos realizem algum exame, para avaliar, por exemplo, sua proficiência para a leitura e escrita de textos da esfera acadêmica. Todavia, a exigência do exame para cidadãos da CPLP – ainda que possivelmente motivada por uma preocupação com o bem-estar dos conveniados, para os quais a proficiência em português é, por vezes, representada como condição necessária para uma melhor territorialização no Brasil (BIZON, 2013) – é, a nosso ver, politicamente equivocada, por colocar o Brasil no centro de uma "lusofonia", significando as diferenças negativamente, em favor de um português brasileiro capitalizado. Tal posicionamento, ao apagar justamente a possibilidade de que o convênio funcione sobre bases de uma cooperação multilateral, reforça a imagem do Brasil como um país neocolonizador.

Considerações finais

O percurso feito ao longo deste artigo mostra a construção, em certos discursos sobre os CCBs e o PEC-G, de uma imagem de fraternidade que caracterizaria a relação entre o Brasil e os países africanos, particularmente, os de língua oficial portuguesa. Tal imagem participa, conforme argumentamos, de um silenciamento do fato de que essas políticas – as quais, direta ou indiretamente, trabalham na ampliação do espaço de enunciação do português do Brasil – se vinculam a interesses geopolíticos, econômicos e comerciais da política externa do Estado brasileiro. Partindo da teorização de Varela (2006), afirmaríamos, então, que essas políticas não encontram sua finalidade em si próprias, ainda que, frequentemente, esse seja o efeito produzido por certos

discursos oficiais. Entretanto, faz parte de seu funcionamento o apagamento da natureza necessariamente política dessas ações, como se elas dissessem respeito tão somente a uma política de divulgação cultural. Nas palavras de Ribeiro (1989, p. 25), "quanto menos óbvia a vinculação com eventuais prioridades de Governo, mais eficiente a política cultural". Mostramos, por outro lado, discursos sobre o PEC-G que qualificam a relação entre o Brasil e os PALOP como assimétrica.

É importante destacar que essa última imagem – que, no limite, pode representar o Brasil como um país neocolonizador – é construída, evidentemente, a partir de certa posição discursiva, não podendo ser tomada como "a verdade". Ainda assim, ela lança, a nosso ver, importantes luzes sobre o funcionamento das políticas em pauta. Nesse sentido, destacamos, em particular, que a exigência do Celpe-Bras para candidatos ao PEC-G vindos de países da CPLP – de alguma forma legitimada pelos CCBs desses países, credenciados como postos aplicadores do exame – participa de um processo que cristaliza uma identidade genérica e estereotipada para esses sujeitos: africanos, inferiores, que, falando "dialetos", precisariam ser submetidos a um exame de proficiência do "verdadeiro" português – o do Brasil –, mesmo que a língua portuguesa seja sua língua materna ou de escolarização.

Esse processo, que capitaliza o português brasileiro, desvalorizando outros portugueses, encontra-se diretamente ligado ao "capitalismo acadêmico" (SLAUGHTER & LESLIE, 2001), muito mais preocupado com os números da mobilidade estudantil e com as pontuações nos *rankings* que eles podem gerar do que com o desenvolvimento de políticas visando à efetiva inserção dos estudantes no ambiente acadêmico e em seu entorno. Sem dúvida, o PEC-G, em sua história de 50 anos, pode desempenhar um papel estratégico no processo de internacionalização de nossas universidades, na medida em que, ao propor uma interlocução com países em desenvolvimento, apresenta-se como uma política transpassada por uma visão de internacionalização multilateral. De maneira análoga, os CCBs, inclusive aqueles localizados nos PALOP, podem desempenhar um papel importante na ressignificação da relação com o outro. Entretanto, essas políticas só poderão efetivamente ampliar o espectro de vozes em interlocução se perguntas como as seguintes vierem à tona.

Qual o papel dos CCBs nos PALOP? Que português (portugueses) é (são) ensinado(s) nesses centros? Quais as implicações de se exigir o Celpe-Bras de sujeitos que são constituídos por um espaço onde o português tem o estatuto de língua oficial? Essa exigência não seria uma avaliação autoritária do sistema escolar desses países africanos? Quais os efeitos de uma política de expansão do português brasileiro na CPLP, seja nos falantes desses países que se submetem ao exame, seja nas relações entre o Brasil e a África "lusófona", seja nos processos de internacionalização das universidades? Sabendo que a exigência de um exame de proficiência de "alta relevância" (SCARAMUCCI, 2004) tende a levar ao desenvolvimento de cursos da língua alvo da avaliação, o que significaria apontar para esses países, ainda que indiretamente, a necessidade não apenas de ensino de português do Brasil, mas também de um ensino sustentado em uma visão de língua e linguagem não necessariamente comum nas práticas de ensino-aprendizagem do português nos PALOP?

A depender das respostas dadas a essas perguntas, estaremos reforçando os processos de capitalização linguística e acadêmica, ou, ao contrário, construindo lugares de resistência a eles. Lugares a partir dos quais seja possível delinear uma política linguística para o português que, reconhecendo suas múltiplas faces, promova-as, no lugar de silenciá-las.

Referências

ABREU, A. A.; LARAMÃO, S. (orgs.) (2007). *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

AGÊNCIA LUSA. (2008). *Brasil vê Cabo Verde como porta de entrada à África e EU*, 27 jun. 2008. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/14203+brasil+ve+cabo+verde+como+porta+de+entrada+a+africa+e+ue >. Acesso em: 13 dez. 2015.

AMORIM, C. (2010). *Palavras proferidas pelo Ministro Celso Amorim por ocasião da Abertura da Conferência do Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial*. Brasília, 25 mar. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/ sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/palavras-proferidas-pelo-ministro-celso-amorim-por/print-nota>. Acesso em: 16 dez. 2015.

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp.

BIZON, A. C. C. (2013). *Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. Tese. Doutorado em Linguística Aplicada. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

BRASIL. (1998). *Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação*. Brasília, 13 de março de 1998. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/ProtocoloPEC-G.html>. Acesso em: 19 dez. 2015.

_____. (2003). Ministério das Relações Exteriores. Assessoria de Imprensa do Gabinete. *Centros de Estudos Brasileiros em Angola e Moçambique - Homenagem aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e José Aparecido de Oliveira*. Nota de imprensa n. 515, 05 nov. 2003. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/05/centros-de-estudos-brasileiros-em-angola-e/print-nota>. Acesso em: 04 dez. 2015.

_____. (2011). Ministério das Relações Exteriores. Secretaria do Planejamento Diplomático. *Balanço da política externa (2003-2010*). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em: 19 dez. 2015.

_____. (2013a). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm>. Acesso em: 17 dez. 2015.

_____. (2013b). Ministério da Educação. *Guia de capacitação para examinadores da Parte Oral do Celpe-Bras*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/guias/guia-de-

capacitacao-para-examinadores-da-parte-oral>. Acesso em: 08 dez. 2015.

CÉSAR, A. L.; CAVALCANTI, M. C. (2007). "Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio". In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, p. 45-66.

DINIZ, L. R. A. (2010). *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Campinas: RG / FAPESP.

_____. (2012). *Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

FRANCO, S. B. (2015). *A língua age: política externa brasileira e a difusão da língua portuguesa*. Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

GONÇALVES, P. (2010). *A génese do português de Moçambique*. Maputo: Impensa Nacional-Casa da Moeda.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

GUSMÃO, M. N. M. (2006). "Trajetos identitários e negritude: jovens africanos no Brasil e em Portugal". In: *Revista Impulso*, n. 43, v. 17, p. 45-57. Piracicaba.

HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JORNAL DE ANGOLA ON-LINE. (2010). *A independência de Angola foi entregue em boas mãos*, 11 nov. 2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/ 20/0/a_independencia_de_angola_foi_entregue_em_boas_maos>. Acesso em: 18 nov. 2015.

LOPES, E. C. M. R. (2008). "Política cultural dos Centros de Estudos Brasileiros na América Hispânica". In: *Bienal Internacional do Livro do Ceará*, 8. Disponível em: <http://cebchile.blogspot.com/2009/02/bienal-internacional-do-livro-do-ceara.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

MAPA, D. de M. (2009). *Política externa do Governo Lula: o papel da cultura (2003-2006)*. Monografia. Bacharelado em História. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MARIANI, B. (2004). *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes.

NOTÍCIAS LUSÓFONAS. (2006). *Centro de Estudos Brasileiros presidido por moçambicano pela 1ª vez*, 14 abril 2006. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=14056&category=CPLP>. Acesso em: 14 dez. 2015.

NYE, J. S. (2002). *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: Unesp.

PAYER, M. O. (2006). *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta.

PÊCHEUX, M. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp.

PINHEIRO, L. (2007). " 'Ao vencedor, as batatas': o reconhecimento da independência de Angola". In: *Estudos Históricos*, n. 39, p. 83-120. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2562/1521>. Acesso em: 20 nov. 2015.

RIBEIRO, E. T. (1989). *Diplomacia cultural*: *seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

RIZZI, K. R. (2010). "Brasil - Angola: estabelecimento das relações e início da política africana do Brasil (1975-1990)". In: *África e Africanidades*, ano 3, n. 10. Disponível em: <http://www.africaeafricanidades.com/documentos/10082010_08.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2015.

RONCARTI, C.; SILVA, D. B. da; PONSO, L. C. "Um olhar crítico sobre a sociometria da língua portuguesa". In: *Gragoatá*, n. 32, p. 75-98. Niterói: EdUFF. Disponível em: <http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/article/view/118/93>. Acesso em: 1 dez. 2015.

SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, R. P. (2004). Brasil e Argentina: imagens e percepções da diplomacia. In: VI Encontro da ANPHLAC. Maringá, 2004. *Anais*... Maringá. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/raquel_paz_dos_santos.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SCARAMUCCI, M. V. R. (2004). "Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte". *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 43, vol. 2, p. 203-226. Campinas: Unicamp.
SILVA, J. F.; GUNNEWIEK, L. K. (1992). "Portuguese and Brazilian efforts to spread Portuguese". In: *International Journal of the sociology of language*, v. 95, p. 71-92.
SLAUGHTER, S; LESLIE, L. (2001). "Expanding and elaborating the concept of Academic Capitalism". *Organization*, Sage, v. 8, n. 2.
VARELA, L. (2006). *La politique linguistique exterieure de la France et ses effets en Argentine.* Contribution à une théorie de la politique linguistique. Thèse de doctorat. Sciences du Langage. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
VIZENTINI, P. F.; PEREIRA, A. (2008). "A política africana do governo Lula". In: *Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/ UFRGS*. Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.
ZOPPI-FONTANA, M. G. (2009). "O português do Brasil como língua transnacional". In: _____ (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG, p. 13-42.

Palavras-chave: política linguística exterior, cooperação educacional, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
Keywords: language-spread policy, educational cooperation, Community of Portuguese Language Countries.

Notas

[1] Este artigo avança em algumas discussões iniciadas em Diniz (2012) e Bizon (2013).
[2] Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-centros-culturais>. Acesso em: 18 dez. 2015.
[3] Cf. <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-centros-culturais>. Acesso em: 18 dez. 2015.
[4] Em Diniz (2010), analisamos o funcionamento do Celpe-Bras como uma das instâncias de gramatização (AUROUX, 1992) do português do Brasil como língua transnacional. Em Bizon (2013), detemo-nos em narrativas de estudantes do PEC-G sobre o exame.

[5] A lista de postos aplicadores do Celpe-Bras encontra-se disponível em: <http://portal.inep.gov.br/postos-aplicadores>. Acesso em: 20 dez. 2015.

[6] Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 18 dez. 2015.

[7] A exigência de obtenção do Celpe-Bras como requisito para a candidatura ao PEC-G foi uma resolução do MEC, aprovada pelo Conselho de Reitores de Graduação e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1999 (cf. BIZON, 2013).

[8] Ao empregarmos o termo "lusofonia" (e derivados) entre aspas, buscamos destacar que essa é uma construção imaginária, que resulta de/em um ideal de unidade, apagando a heterogeneidade dos diferentes espaços de enunciação dos países de colonização portuguesa.

[9] Empregamos as aspas nesta expressão para desnaturalizar o efeito de evidência, frequentemente produzido em discursos oficiais, de que a relação entre o Brasil e países africanos como os de língua oficial portuguesa é simétrica. Conforme discutiremos na seção 3, o Brasil é, a partir de certa posição discursiva, um "norte", que chegaria a ocupar uma posição neocolonizadora em determinadas relações de cooperação com a África.

[10] Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 01 dez. 2015.

[11] Cf. <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php#tab3>. Acesso em: 07 dez. 2015.

[12] Cf. <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php#tab2>. Acesso em: 07 dez. 2015.

[13] Informações disponíveis em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php>. Acesso em: 18 dez. 2015.

[14] Destacamos, ainda, que, entre 2000 e 2013, vieram ao Brasil, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), 465 pós-graduandos oriundos de 14 países africanos (Fonte: http://www.dce .mre.gov. br/ PEC/PG/historico.html. Acesso em: 13 dez. 2015). Outra iniciativa que evidencia o fortalecimento do diálogo entre o Brasil e a África durante o governo Lula foi a criação, em 2010, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que recebe alunos dos PALOP e do Timor Leste. Tal universidade federal, com sede em Redenção (Ceará), foi instituída em 20 de julho de 2010, a partir da sanção da lei nº 12.289 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

[15] Tal fato é evidenciado, por exemplo, pelo número de visitas realizadas pelo ex-presidente a esse continente. Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente brasileiro a visitar todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como lembra Amorim (2010). Conforme dados apresentados no Balanço da Política Externa (2003-2010), publicado pelo MRE (BRASIL, 2011), Lula realizou, ao longo de seus dois mandatos, 33 viagens à África, onde visitou 23 países, muitos dos quais nunca haviam recebido a visita de um chefe de Estado brasileiro. Celso Amorim, por sua vez, então ministro das Relações Exteriores, visitou esse continente 66 vezes no período entre janeiro de 2003 e setembro de 2010. Além disso, o Brasil recebeu, ao longo do governo Lula, 47 visitas de presidentes, reis e primeiros-ministros africanos, oriundos de 27 nações (*ibidem)*.

[16] Entrevista realizada em Brasília, em 24 de março de 2010, com um diplomata brasileiro com experiência de trabalho na Assessoria Internacional da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) e no Itamaraty. Devido à natureza de algumas de suas declarações, o entrevistado preferiu não ser identificado. A transcrição integral da entrevista encontra-se em Diniz (2012).

[17] Informação retirada do Protocolo PEC-G, Seção X, Cláusula 24, parágrafo único (BRASIL, 1998).

[18] E-mail enviado em 18 de julho de 2011 (BIZON, 2013).

[19] Após a renomeação dos *Centros de Estudos Brasileiros* para *Centros Culturais Brasil-X* (sendo X o nome do país-sede), ocorrida em 2008, as designações dos Centros de Angola e Moçambique mantiveram os nomes dos Embaixadores, passando a se chamar, respectivamente, *Centro Cultural Brasil-Angola Embaixador Ovídio de Andrade Melo* e *Centro Cultural Brasil – Moçambique José Aparecido de Oliveira*, conforme informações disponíveis na página do Departamento Cultural do Itamaraty (<http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>) e na página da Embaixada do Brasil em Maputo (<http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural_brasil-mocambique.xml>). Acesso em: 18 dez. 2015.

[20] Conferência ocorrida no Palácio do Itamaraty, em Brasília, entre 25 e 27 de março de 2010. Conforme o convite para o evento, enviado por mensagem eletrônica em 1 de março de 2010, a conferência objetivou "debater as oportunidades, desafios e instrumentos para a difusão da língua portuguesa e sua crescente projeção no cenário internacional", reunindo "além de representantes governamentais, personalidades de diferentes áreas da sociedade civil de países da CPLP - acadêmicos, escritores, jornalistas, editores, cientistas, empresários".

[21] Reconhecendo, como Pêcheux (1997, p. 301), que "não há ritual sem falhas", chamamos a atenção para a afirmação de Amorim de que "o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político". Em oposição ao funcionamento silencioso da política linguística exterior brasileira frequentemente observado (cf. DINIZ, 2012), tal enunciado qualifica a promoção cultural como uma prática que produz seus efeitos políticos.

[22] Um efeito de sentido semelhante é produzido nos discursos convocados pela designação "Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade Melo", referentes ao reconhecimento brasileiro da independência de Angola: o Estado brasileiro apostou na criação de um Centro Cultural em Moçambique, assim como apostara no reconhecimento da independência de Angola, independentemente de pressões internas ou externas. Retomemos, a esse respeito, as palavras de Ovídio Melo (JORNAL DE ANGOLA ON-LINE, 2010): "Na primeira hora, no primeiro minuto da independência de Angola, reconhecemos essa independência, contrariamente a outros grandes interesses políticos, no mundo inteiro, que eram contra o reconhecimento. Nós reconhecemos Angola a despeito de que outros países importantes, que eram nossos amigos, não a reconheceram no primeiro momento e levaram algum tempo para fazê-lo. Por exemplo, os Estados Unidos levaram muito tempo para reconhecerem Angola, ao ponto de que alguns políticos americanos lastimavam essa posição, que consideravam um erro do Departamento de Estado. Mas o Brasil reconheceu no primeiro instante, no primeiro segundo da independência".

[23] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 09 dez. 2015.

[24] Semelhantemente, a conjunção estabelecida pelo hífen na designação "Centro Cultural Brasil-X" (em que X é o nome do país-sede da instituição, a exemplo de "Centro Cultural Brasil-Cabo Verde) produz um efeito de simetria entre o Brasil e o outro Estado, apagando o discurso de que o Centro visa ao estudo do Brasil – e, consequentemente, à influência cultural do Estado brasileiro –, em favor da construção do discurso de que se busca a cooperação cultural bilateral, o estreitamento de laços culturais entre o Brasil e outro país. Trata-se, conforme argumentamos em Diniz (2012), de efeitos de sentido bastante diferentes dos produzidos pela designação por meio da qual, até 2008, se fazia referência a tais centros – "Centro de Estudos Brasileiros" –, que os significava unilateralmente: tratar-se-ia de instituições destinadas ao estudo de temáticas concernentes apenas ao Brasil, e não a outros países.

[25] Os nomes dos estudantes em questão foram modificados para lhes preservar o anonimato. Pinfo é um rapaz; Ntangu, uma moça.

[26] Cf. carta escrita por um aluno angolano do PEC-G expressando o desejo de não ser desligado da IES a que estava vinculado (BIZON, 2013, p. 272-274).

[27] A bolsa Promisaes (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior), lançada pelo MEC em 2003, concede aos selecionados de universidades federais um auxílio mensal equivalente a R$622,00. O candidato tem mais chance de obter esse benefício quando já tem parte de seu curso em andamento, dado que figuram, entre os critérios de seleção, as notas e um histórico demonstrativo de envolvimento em atividades de extensão universitária. O MRE, por sua vez, oferece bolsas a título de incentivo: a Bolsa Mérito, a Bolsa MRE e a Bolsa Emergencial. A primeira é concedida a alunos com desempenho considerado excelente e, além do pagamento mensal, oferece a passagem de volta ao país de origem. A segunda é uma versão do *Promisaes* para os conveniados que não estão em universidades federais, podendo ser solicitada após um ano de chegada ao Brasil. A de caráter emergencial pode ser requisitada junto à instituição de ensino, em caso de necessidade extrema comprovada pelo estudante, e, diferentemente das demais, não necessita de abertura de edital. (Cf. <http://portal.mec.gov.br/pec-g/perguntas-frequentes>. Acesso em 05 dez. 2015). Cabe ressaltar, porém, que a solicitação dessas bolsas junto aos órgãos competentes não é uma garantia de que serão concedidas, sendo muitos os pedidos recusados.

[28] Já foram noticiados, na mídia brasileira, casos de estudantes africanos que precisam morar em favelas e em cortiços. Cf., por exemplo, os seguintes links: <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr11.htm> e <http://ip.podcasts.com.pt/episodios/sobram-vagas-para-estudantes-estrangeiros-no-brasil-19090784.html>. Acesso em: 20 dez. 2015. Sobre dificuldades enfrentadas por estudantes africanos no Brasil, ver também Gusmão (2006).

[29] Indagado, posteriormente, sobre a analogia feita com Zanzibar nesta conversa, Pinfo respondeu, por e-mail, o seguinte (cf. BIZON, 2013, p. 277-278): "Em primeiro lugar, Zanzibar é uma cidade situada em Tanzânia. Essa cidade ajudou muito os portugueses em questão do comércio e tráfico de pessoas. Ali aconteceu muita exportação dos africanos que foram pro exterior e trabalharam como escravos. E quando relaciono a história do Zanzibar com a do Brasil, é porque tbm saímos dos nossos países para o Brasil com a esperança de poder ganhar nossa vida um dia (estudar e se formar), mas chegando aqui é outra realidade. Estamos sofrendo mais com essas regras desumanas do PEC-G que ninguém no mundo consegue cumprir nem os brasileiros. Então achei

que a história estava se repetindo, dessa vez de uma outra forma com outra estratégia. **Dessa vez não são os portugueses, mas sim os brasileiros**. Investimos tudo aqui, os pais se debatem lá até vendem coisas para poder te manter aqui, mas uma regrinha do PEC-G acaba com vc sem tomar ciência de td que vc já gastou. Os que vem fazer a língua aqui, passa um ano estudando a língua e quando não passa tem que voltar para seu país sendo que vc já ficou aqui um ano gastando sua grana, ah é muita coisa que me fez pensar assim de falar do Zanzibar" [grifo nosso]. Há, assim, na referência a Zanzibar, uma aproximação de duas realidades que, na posição de Pinfo, seriam similares, remetendo a um processo de colonização anteriormente empreendido pelos portugueses, o qual seria, agora, reeditado pelos brasileiros.

[30] A operação legal por meio da qual se passa a exigir o Celpe-Bras para candidatos oriundos da CPLP é, portanto, sutil, na medida em que esses não aparecem explicitamente designados em nenhum trecho do Decreto n. 7498 (BRASIL, 2013). Logo após a publicação desse decreto, credenciaram-se os CCBs da África do Sul, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau para aplicarem o exame a partir do primeiro semestre de 2014 (cf. Edital n. 9 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, de 31 de março de 2014. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/editais-e-portarias/edital-de-abertura-para-postos-aplicadores-no-continente-africano-2014.1-2>. Acesso em: 17 dez. 2015). Esses credenciamentos se devem, muito provavelmente, à necessidade de cumprimento da exigência estabelecida pelo decreto em questão, já que, sem eles, haveria um aumento na demanda pelos cursos de PLA preparatórios para o Celpe-Bras oferecidos pelas IES, considerando que, conforme o parágrafo 2º, podem realizar tais cursos os candidatos oriundos de países onde não se aplica o exame. A partir de 2015, já se havia, portanto, condições legais para o cumprimento da exigência, sem a necessidade de que alunos dos PALOP realizassem cursos de PLA preparatórios para o Celpe-Bras no Brasil. É neste contexto que, no Encontro Nacional do PEC-G ocorrido entre 27 e 28 de novembro de 2014, foi dada oficialmente a notícia sobre a nova regra, a qual surpreendeu aos coordenadores dos cursos de PLA de diferentes IES, incluindo os autores deste trabalho. Naquele momento, parte desses profissionais posicionou-se publicamente contra a exigência. Trata-se de uma política linguística implementada sem, aparentemente, qualquer diálogo com especialistas nas áreas de Linguística e Linguística Aplicada.

[31] Cabe lembrar que, considerando a heterogeneidade constitutiva de qualquer língua, também podem ocorrer, na interação entre brasileiros que têm o português como língua materna, estranhamentos sobre construções gramaticais, itens lexicais e aspectos fonético-fonológicos observados na fala do outro. Tais estranhamentos, muitas vezes, levam a perguntas como "O que você quis dizer com isso?" ou "O que significa essa palavra que você acabou de utilizar?", cujas respostas podem satisfazer, pontualmente, o desejo de "resolver" certos equívocos.

[32] Os critérios de avaliação da Parte Oral do Celpe-Bras são os seguintes: compreensão oral, competência interacional, fluência, adequação lexical, adequação gramatical e pronúncia (BRASIL, 2013b).

[33] Tais necessidades podem, em certos casos, se assemelhar àquelas apresentadas por estudantes brasileiros cuja língua materna é o português e que entram na universidade com pouca familiaridade com gêneros acadêmicos.

O ESPAÇO COMO FORMA-HISTÓRICA – O DISCURSO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE AS LÍNGUAS[1]

Luiza Katia Castello Branco*

Resumo: *Nesse texto, damos notícias da relação discursiva entre espaço/sujeito/língua nos dizeres produzidos pelas organizações internacionais explorada em nossa pesquisa de doutorado, pensando o espaço como* forma histórica, *possibilidade de reflexão a partir do conceito de* espaço de enunciação *(GUIMARÃES, 2005). Descrevemos e compreendemos o modo complexo como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tal como está constituída enquanto organização internacional, discursiviza sobre língua portuguesa a partir de um imaginário de homogeneidade linguística, produzindo a evidência de que há "uma" e a mesma língua portuguesa falada nos seus oito países membros por todos os seus cidadãos. Tendo a Análise de Discurso (Pêcheux; Orlandi) como dispositivo teórico e analítico, damos visibilidade ao modo como esse discurso (se) atravessa e (se) sustenta no/pelo discurso de outra(s) organização(ões) internacional(is) (UNESCO), propondo a universalidade, o consenso e a homogeneidade como bases para o reconhecimento da diversidade.*

Abstract: *In this text, we give news of the discursive relation among space/subject/language presented in the discourses produced by the international organizations explored in our doctoral research, thinking about space as* historical form, *possibility given from the concept* enunciation space *(GUIMARÃES, 2005). We describe and understand the complex way in which the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), as it is formed, produces discourse on Portuguese language, considering that it is based on an imaginary of linguistic homogeneity producing as evidence that there is only one and the same Portuguese language spoken by all their citizens in their eight member countries. The Discourse Analysis (Pêcheux; Orlandi) is our theoretical and analytical device to show how this discourse*

crosses/is crossed and supports/is supported by the discourse of other international organization(s) (UNESCO), proposing universality, consensus, homogeneity as basics toward diversity recognition.

Pensar o espaço como objeto simbólico-histórico-ideológico tem-se colocado como uma inquietação teórica, sempre na relação com sujeito e língua, porque consideramos que se constituem e se significam por essa e nessa relação.

Para refletirmos sobre essa questão, durante o doutorado, nos perguntamos sobre como e com que sentidos se historiciza (subjetiva/espacializa) o funcionamento da língua portuguesa *em espaço*, isto é, nos países de *colonização linguística*[2] portuguesa e em Portugal, que hoje formam a organização internacional Comunidade de Países de Língua Portuguesa – a CPLP, buscando compreender a relação tensa e contínua entre unidade e diversidade desta língua com ela própria e com as outras línguas faladas nesses espaços.

A expressão *em espaço* está para marcar o lugar de uma possível denominação gentílica ou nacional, como, por exemplo, "moçambicano". Essa expressão *em espaço* surgiu-nos [3] por não sabermos denominar essa língua portuguesa que já não é a mesma língua portuguesa que vem com o processo de colonização; e para melhor dizermos de uma língua portuguesa oficial, que acaba se significando e sendo significada (historiciza-se) como outras línguas também chamadas de portuguesas, posto que se singularizam *em espaço* brasileiro, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, santomense, angolano, e, inclusive, português. Essas línguas, além de estarem em relação com outras tantas e variegadas línguas em seus espaços, não são a língua *imaginária* nem a língua *fluida* (ORLANDI, 2009, 1988) em espaço português; são outras línguas portuguesas (cada uma delas com seus respectivos funcionamento imaginário e outro fluido), com suas especificidades, memórias e historicidades que, discursivamente, não garantem nem a desejada unidade nacional instituída pelo Estado, nem a unidade linguística 'timbrada' e tão decantada pela CPLP, motivo precípuo para a organização de uma comunidade como esta. Nesse gesto de precisar dizer dessas línguas portuguesas como outras, pensamos sujeito/espaço como *formas*

históricas de existência, que constituem sentidos e são por eles constituídos.

Dividimos nosso artigo em quatro partes. Uma primeira em que exploramos teoricamente o modo como a noção de *espaço* é fundamental para pensar sujeito e língua. Nessa discussão, mostramos como o conceito de *espaço de enunciação* (GUIMARÃES, 2005 [2002]) nos possibilitou pensar a organização internacional como forma histórica espaço de direito, além de seguirmos com Lefebvre (1974), Miaille (2005), Haroche (1992), Pêcheux (1988), Orlandi (2001), Rodriguez-Alcalá (2011) nessa tentativa de dizer sobre espaço enquanto categoria discursiva. Uma segunda em que formulamos sobre a organização internacional como forma histórica espaço de direito e suas consequências teóricas para pensar a relação língua/sujeito/espaço. Uma terceira em que tomamos para análise recortes de dizeres em apoio a essas reflexões; e as considerações finais.

1. O espaço: uma janela

> [...] o sentido, repetimos, é também a janela de que se olha. (E. ORLANDI, *Cidade Atravessada*)

Quando Orlandi (2004b) reflete sobre a materialidade do espaço e toma a cidade como espaço de significação, para compreender o que é espaço urbano e que sentidos toma aí o que é público, ela estabelece uma nova forma de compreender a cidade: pelo discurso, entremeando o sujeito, a história e a língua nessa reflexão. As questões que interessam nesse modo de olhar para a cidade são, por exemplo, como se constituem sujeito e sentido ao funcionarem nesse espaço determinado da cidade, e a forma como esses sentidos, que aí se constituem, se dizem e circulam.

Nessa formulação, Orlandi (2004b) pensa a cidade em relação à nação, porque, nos diz ela, "a cidade é pensada em relação ao 'droit de cité', introduzindo assim a dimensão jurídica na consideração do cidadão" (*id*., *ibid*., p. 11). E, acrescenta, que, diferentemente da nação, que é uma "entidade abstrata", "uma cidade tem dimensões, formas visíveis, sendo perceptível em primeira instância", o que introduz "a dimensão da representação sensível de suas formas, ao

lado da consideração de um espaço de cidadania" (*loc. cit.*). Dessa forma, há uma localização territorial, "cidade e território são solidários", levando à formulação de que o corpo do sujeito está ligado ao corpo da cidade, "de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro", nas mais diversas dimensões, material, histórica, cultural, econômica, etc.

No que se refere ao nosso trabalho, pensamos que também a nação e as organizações internacionais – estas compreendidas por nós como supranacionais (conforme procuraremos justificar a seguir) – podem ser tomadas como espaços de produção de sentidos.

Dessa forma, ao tomar a Organização Internacional como espaço de significação, e ao compreendermos a CPLP como Organização Internacional, significamos a CPLP como espaço de produção de sentido e de constituição do sujeito pela diversa forma com que a relação sujeito/língua/espaço é afetada pela instituição do jurídico, do administrativo, do social, e do político que individualizam o sujeito na *forma histórica espaço* de Organização Internacional.

Pensamos a Organização Internacional como um espaço supranacional, também abstrato como a nação em relação ao corpo da cidade e ao corpo do sujeito. Mas, ao mesmo tempo, como um corpo material, concreto, existente em relação ao modo como essa Organização se diz e é dita referindo-se à nação a partir do jurídico: ela se faz pelo jurídico, possuindo um corpo de normas: "sujeito de direito internacional" tendo "uma capacidade jurídica inerente".

Esse espaço supranacional, que toma a forma de um sujeito jurídico e relação aos outros espaços e acima deles hegemônico, é construído como se fosse um e homogêneo, e não um espaço de encontro atravessado pelos países-membros, o que silencia o modo político como os sujeitos e línguas em espaço* significam seus próprios espaços nacionais de constituição e também o modo como significam esse espaço supranacional. Assim, pensamos que a organização do espaço supranacional sobredetermina os espaços nacionais.

Compreendemos também que essa sobredeterminação não é absoluta, nem completa, porque, se assim o fosse, os espaços nacionais poderiam deixar de existir. Lembremos com Pêcheux: não há ritual sem falha. A ordem do nacional não se apaga nesse discurso

do supranacional dito por uma Organização Internacional como a CPLP. E, nesse jogo, é interesse dessa organização que não se apague mesmo, porque há a assimetria econômico-financeira se imiscuindo nesse processo de dizer sobre as relações entre os espaços que dividem os sujeitos-membros da CPLP em três blocos: o dos africanos, o dos portugueses, e o dos brasileiros. Nas palavras do escritor moçambicano Mia Couto, ao falar sobre a "Comunidade Lusófona" nos diz que "um dos primeiros equívocos é o próprio nome que a família leva: 'afro-luso-brasileira'. Há aqui um triângulo desigual, porque há dois vértices que têm individualidade, Brasil e Portugal, e o 'afro' é geral" (*apud* FREIXO, 2009, p. 29). Esse equívoco que de saída aflora na conformação dessa Comunidade, por sua vez, produz desdobramentos em múltiplas direções na forma como se tecem as relações de acordos comerciais entre eles, por exemplo. Dessa forma, a Comunidade já nasce com um "vício de origem"[4], o do desconhecimento mútuo entre os seus membros, o que a leva a ser erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos por vezes míticos que não encontram muita fundamentação na realidade concreta (FREIXO, 2009).

Contudo há momentos em que é preciso que se apague essa instância da ordem da diversidade das nações, o real das línguas e dos sujeitos em espaços*, para que o discurso da organização (Organização Supranacional e a instância da organização de seu discurso) se instaure de forma hegemônica, atualizando memórias e produzindo evidências como a da língua 'uma', 'única': 'a' língua portuguesa que 'une' esses espaços transformando-o em um, o espaço lusófono, sustentando-se para isso nos discursos, como já vimos, de/sobre uma etnicidade *orientada para um passado e uma história comuns* e para um sentido de língua como espetáculo, como essência da nação, como veículo dos pensamentos humanos e como conteúdo de todo saber e conhecimento (HERDER, 2003 [1766]; TÖNNIES, 1979 [1887]).

Mas também é no movimento entre ordem e organização (ORLANDI, 2004a), entre o fragmentário e o contínuo, entre a polissemia e a paráfrase, que sujeito/língua/espaço se constituem (podendo ocorrer a identificação, a desidentificação, a contraidentificação), lugar de entremeio em que a ruptura, a falha tem

a possibilidade do devir. As materialidades do denso mar, das historicidades e das discursividades propõem outros limites para os espaços nesse espaço supranacional: brotam nas frestas, gotejam pelas trincas, se fazem escutar, apesar do silêncio, os vestígios de como os sujeitos/línguas se significam (e conseguem resistir ou não) em relação a esse discurso da igualdade, da homogeneidade. Dessa forma, esse olhar organizador totalizador do espaço supranacional esbarra na forma mesma como sujeitos/línguas se constituem em seus espaços de enunciação nacionais, no real dessa relação entre línguas e sujeitos existente nos territórios dos países membros da CPLP.

Ao considerarmos a CPLP como um lugar simbólico, um espaço de significação, podemos compreender como esse sujeito sobredeterminado pelo discurso da organização supranacional "afetado pela política do poder dizer, ao 'encontrar' palavras, e afetado pela história, torna um dizer possível", estabelecendo novas distinções no jogo das formações discursivas (ORLANDI, 2001, p. 11).

É nesse sentido que refletimos sobre o espaço como questão, pensando em sua *forma histórica* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011). Buscamos sustentar nossa reflexão pelo que Orlandi (2001, 2002, 2003, 2004b) formula sobre a noção discursiva de sujeito e sentido enquanto *relação constitutiva* e sobre a noção de espaço enquanto objeto simbólico porque atravessado pela linguagem, constituído de e constituindo sentidos pela/na relação material sujeito/história. E, também, pelo modo como Rodríguez-Alcalá (2011), a partir das formulações de Pêcheux e Orlandi, reflete sobre os sentidos de *mundo*, dizendo que uma perspectiva discursiva materialista permite dizer desse espaço como simbólico porque permite compreender "o *mundo* em termos de espaço político e histórico de vida humana, questionando as evidências pelas quais ele se apresenta como espaço natural, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e o significam" (*id*., *ibid*., p. 244). Nesse mesmo sentido, buscamos aproximar da formulação de *sujeito de direito* (HAROCHE, 1992) a noção de *espaço de direito*, tendo em vista o corpo jurídico-administrativo no qual esse Estado-nação e a Organização supranacional se conformam, se significando nesse lugar e interpelando os sujeitos a aí se identificarem e se reconhecerem.

Ajudou-nos nessa reflexão também ler em Lefebvre (1974), no prefácio de seu livro *La production de l'espace*, o modo como entende o espaço. Não como passivo, vazio, ou, então, como um produto, caso em que seu funcionamento seria o de poder ser trocado, consumido ou de desaparecer. Lefebvre afirma que o espaço intervém na própria produção: na organização do trabalho produtivo, nos transportes, nos fluxos de matérias-primas e de energias. O espaço (em qualquer forma histórica de organização) constitui as relações de produção e as forças produtivas. O conceito de espaço não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais.

A amplitude das discussões epistemológicas sobre a questão do espaço que encorpam esse texto de Lefebvre se sustenta em bases marxistas, o que o leva a dizer que um determinado modo de produção, dada certa formação social, produz o seu próprio espaço. Isso quer dizer que existe um processo de configuração (ordem e organização) do espaço, de tal modo que ele signifique as e seja significado nas condições de produção de que é parte constitutiva. O espaço de Lefebvre, e isso é fundamental em suas argumentações, é dialético, não apenas produto, mas, outrossim, produtor de relações sociais.

> Haveria uma relação direta, imediata e imediatamente apreendida, portanto transparente, entre o modo de produção (a sociedade considerada) e seu espaço? Não. Existem desencontros: ideologias se intercalam, ilusões se interpõem. O que esta obra começa a elucidar. Assim, a invenção da perspectiva, na Toscana, nos séculos XIII e XIV. Não somente na pintura (escola de Siena), mas de início na prática, na produção. O campo muda: passa do domínio feudal ao arrendamento; alamedas de ciprestes conduzem os arrendatários à morada do senhor, onde se encontra um administrador, pois o proprietário mora na cidade, onde é banqueiro, grande comerciante. A cidade muda, com implicações arquiteturais: a fachada, o alinhamento, o horizonte. Essa produção de um novo espaço, o perspectivo, não se separa de uma transformação econômica: crescimento da produção e das trocas, ascensão de

> uma nova classe, importância das cidades etc. (LEFEBVRE, 1974, p.6)

Para Lefebvre, a questão das práticas sociais, as formas pelas quais essas práticas se produzem e organizam determinando espaços e sendo determinadas por eles, tem a ver com a reprodução/transformação da própria formação social, com as relações históricas, ideológicas entre os sujeitos, com a divisão do trabalho, a hierarquização (capitalista) e a consequente forma de ocupação desse espaço.

É também com Guimarães que dialogamos teoricamente quando pensamos na formulação sobre forma-histórica espaço de direito, porque esse autor pensa o espaço pela linguagem; um espaço simbólico; um espaço com língua e sujeito em relação. Nessa formulação, ele desnaturaliza o sentido de espaço porque não se trata mais do empírico, nem da relação empírica entre sujeito e língua nesse espaço. O que dialoga com o modo discursivo de lermos o espaço.

Em seu livro *Semântica do Acontecimento* (2005), Guimarães considera a relação entre as línguas e seus falantes constituída por e constituindo um espaço político, regulado e desigual. O autor observa ainda como decisiva essa relação para poder tratar o sentido, tomando-a não como uma relação empírica, mas política. A partir daí, desenvolve o conceito para refletir sobre a relação entre falantes e línguas como não empírica, mas

> enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. […] Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

2. Organização internacional: forma-histórica espaço de direito

De nossa parte, queremos pensar a singularidade e a pluralidade não no domínio da cultura, mas na história.

(ORLANDI, *Terra à vista*)

Pensamos que a questão do espaço requer uma tomada de posição, o que, por sua vez, obriga a pensar as práticas ideológicas, as políticas públicas de língua e uma determinada noção de língua, discursos que trabalham e determinam o funcionamento político do espaço enquanto objeto simbólico. Nesse sentido, trazemos para nos sustentar teoricamente, os trabalhos desenvolvidos em Análise de Discurso sobre a questão do espaço. Pensar o espaço como lugar simbólico de produção de sentidos, como também ponto de observação do discursivo, permite refletir sobre as muitas formas materiais simbólicas que o espaço pode compreender e os diferentes sentidos que pode produzir, sendo significado e significando os sujeitos que nele estão e vivem.

Nesse movimento entre teoria e prática, observamos, a partir dos recortes submetidos à análise, a discursividade de que a língua portuguesa é uma, a de que todas as línguas têm o mesmo direito porque são iguais, e de que há um espaço – lusófono – onde a língua portuguesa é hegemônica e as outras não. Essa discursividade da homogeneidade e da igualdade, ou também, de outro modo dito, a discursividade da diversidade e do multi-, aparentemente contraditórias, filiam-se a um mesmo sítio de sentidos.

Nessa leitura do arquivo, os nomes das línguas portuguesas em espaços* moçambicano, angolano, brasileiro, guineense, santomense, cabo-verdiano, português, e os nomes das outras línguas nesses mesmos espaços se atravessavam e materializavam produzindo efeitos que apontavam para a deriva. E as línguas aí eram outras, explodindo em sentidos incontíveis e incontáveis. Os nomes das línguas se imbricam, compreendemos, de forma constitutiva com sujeitos e espaços. A partir dos efeitos de sentido produzidos pelas denominações de língua, como *língua brasileira*[5], *caboverdiano, língua di terra, língua materna, crioulo guineense, crioulo santomense, português, língua moçambicana, línguas nacionais, línguas veiculares, línguas fronteiriças veiculares, línguas faladas, línguas locais, crioulo, mandinga, mandjaco*, e tantas outras, não foi mais possível olhar para língua e sujeito sem considerar o espaço aí nessa produção de sentidos. Como nos lembra Pêcheux (1997 [1975]), "o real é o impossível […] que seja de outro modo. Não descobrimos,

pois: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra" (*id*., *ibid*., p. 29).

Trata-se de pensar os efeitos que a interferência de um espaço dito lusófono produz nos outros espaços, nesse real multiplamente denominado das línguas, ou seja, dá visibilidade oficial ao seu gesto de significar a língua portuguesa com sua materialidade portuguesa em um espaço 'comum' lusófono, e joga na invisibilidade as centenas de línguas/sujeitos que habitam esses mesmos espaços que não se significam como um e nem como lusófonos.

Dessa forma, buscamos explorar essa reflexão sobre espaço/sujeito/língua de modo consequente com a forma como o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso compreende o trabalho da ideologia e do inconsciente no modo de produção dos sentidos.

É Orlandi (2001) que, ao tratar de espaço urbano público, define espaço, de forma questionadora e instigante, dando a ver que o espaço é objeto simbólico porque atravessado pela linguagem, constituído de e constituindo sentidos pela/na relação material sujeito/história.

> Eu fico por aqui, pensando no que é espaço urbano. Esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. Não sou indiferente ao que diz P. Henry sobre conceitos como os de dimensão, grandezas, propriedades, experiência. E, como ele, me pergunto, ou nos pergunto, o que sabemos afinal disso que chamamos espaço, este espaço que concebemos como quadro de todos os fenômenos? Que, em nosso caso, seria glosado: o que como entendemos esse espaço quando se trata do espaço urbano? (*id*., *ibid*., p.12)

Compreendemos espaço simbólico ainda conforme Orlandi (2010, p.5), "um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade. Espaço que tem sua materialidade, sua não transparência. Espaço administrado, institucionalizado, organizado, calculado."

Rodríguez-Alcalá (2005), em artigo que discute um dos textos de Pêcheux, retoma a questão relevante do corte simbólico, mostrando que a passagem entre a ordem natural e a ordem humana não se faz nem direta, nem transparente, nem homogeneamente; antes passa pelo simbólico.

E formula sobre espaço, dizendo que o espaço não é reflexo do mundo geográfico, natural, porque isso significaria "desconhecer o caráter político, logo histórico e contingente dos mecanismos que regulam a vida social" do sujeito no mundo. É preciso não naturalizarmos a organização político-geográfica do espaço, já que, na perspectiva discursiva, o espaço é concebido como objeto simbólico em sua materialidade e, diríamos mais, em suas *formas históricas específicas* de significar, o que nos leva a propor, assim, a formulação da *forma histórica espaço*, a forma de existência histórica do espaço, afastando-se da ilusão da referência direta ao mundo.

Ao lado das duas evidências que Pêcheux (1997 [1975]) retoma de Althusser[6] e reformula em sua teoria[7] (a evidência do sujeito, como centro e origem de si, e a evidência da linguagem, como código que se referiria, de forma direta e transparente, às coisas do mundo, a partir de sentidos constituídos naturalmente), em suas reflexões sobre espaço, Rodríguez-Alcalá (2011), propõe-se a desenvolver uma terceira evidência, a "*evidência do mundo*, pela qual este se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana" (grifos da autora).

Continua ela nos dizendo que considerar a evidência do mundo significa tomar o espaço não como algo neutro ou fora do sujeito e da língua, mas como "constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das condições de produção do discurso" (*loc. cit.*). Dessa forma, permite pensar que os processos de produção de sentidos em que se constituem sujeitos e línguas se dão em espaços produzidos historicamente, ou seja, esses espaços têm uma forma material, assim como a língua e as posições sujeitos do discurso, numa relação indissociável. E, ao assim formular, Rodríguez-Alcalá nos remete ao que Orlandi observa em relação à cidade, que o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, conforme lemos anteriormente.

Assim como Pêcheux (1997 [1975] p. 129) nos lembra que as ideologias não são *ideias*, mas "forças materiais que constituem os indivíduos em sujeito", no mesmo movimento é possível pensar que "*sociedades* e *espaço se con-formam em/por um mesmo processo histórico*, que *as formas de sociabilidade são indissociáveis das formas de espacialidade*" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 247 – grifos da autora).

É importante mencionarmos também que essa constituição do sujeito se imbrica com a formação do inconsciente. Portanto, ao pensar espaço em sua relação de constituição com língua e sujeito, é preciso considerar conforme Pêcheux (1997 [1975] p. 152-153) que o caráter comum das duas estruturas designadas por ele como ideologia e inconsciente

> é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências "subjetivas"*, devendo entender-se este último adjetivo não como "que afetam o sujeito", mas "nas quais se constitui o sujeito". (grifos do autor)

Se o espaço pode ser lido nesse sentido como "observatório de processos políticos, de significação" enquanto indissociável do sujeito e da língua, e se a língua é uma das instâncias em que se materializa a ideologia, as outras duas instâncias, a autora conclui, são o sujeito e o espaço (*loc. cit.*). A partir daí, compreendendo a materialidade da história como contingente ("aquilo que muda ou que pode mudar"), os sujeitos como "seres históricos […] determinados pelas condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, as quais darão a eles uma *forma* específica, ou *forma sujeito*, como afirma Pêcheux, retomando Althusser", assim "*o espaço também se estrutura de um certo modo ao longo da história*, tem sua *forma específica*: essa forma atualmente é a *cidade* que, como afirma Orlandi (1999), recobre as outras e sobredetermina o social" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 246 – grifos da autora).

A partir dessa importante reflexão, permitimo-nos pensar que é possível formular sobre a *forma histórica espaço de direito*, considerando que: as condições de produção determinam a relação

entre sujeito e língua no modo como a história os inscreve e se inscreve neles; espaço/sujeito são constitutivos simbolicamente; espaço e sujeito podem se estruturar em uma forma específica. Podemos, assim, pensar, por exemplo, que na época feudal, o espaço e o sujeito pela língua e pela história se conformaram de determinado modo diferentemente da que tomaram quando na época capitalista. Ainda apoiados nessa reflexão sobre forma histórica espaço de direito, arriscamo-nos a também pensar sobre a forma histórica espaço de direito supranacional, aquela em que se constituem/se produzem as organizações internacionais, ou seja, um grupo de espaços de direitos nacionais numa conformação supranacional.

Na esteira dessa formulação, retomamos Haroche (1992, p. 179), quando investiga a noção de determinação presente nos sistemas religiosos, posteriormente, nos jurídicos, e na gramática, para retraçar as diferentes formas-sujeito, e chegar à forma sujeito-de-direito. Nas palavras da autora,

> O sujeito religioso representou, assim, uma forma sujeito diferente daquela do sujeito jurídico. Se podemos colocar na história a referência para a gênese da noção de sujeito-de-direito, também a noção de sujeito, que deriva em grande parte da ideologia, pode-se esclarecer por uma análise histórica.

Atendo-nos à análise da noção de determinação (em sua relação com o sujeito) – [...] – nós quisemos retraçar a história das diferentes "formas de sujeito" e da emergência da noção de sujeito-de-direito. (*id*., *ibid*., p. 179)

Nesse ponto, retomar Miaille (2005), acreditamos, nos será bem producente, na direção da formulação sobre a *forma histórica espaço de direito*. Segundo esse autor, a feudalidade se fundava numa hierarquia de laços de dependência pessoais, com sistemas jurídicos diferentes, nem as regras nem os tribunais eram comuns. Havia, assim, dois sistemas jurídicos entre os quais não havia medida comum que servisse tanto ao senhor quanto ao servo. Por isso o senhor não tinha direitos maiores que o servo: ele tinha outros direitos. Segundo Miaille (2005), no sistema feudal "não há 'direitos', mas sim privilégios ligados a cada uma das ordens que constituem o grupo

social (*id*., *ibid*., p. 119)." O servo não é livre para vender sua força de trabalho, pois está preso à terra e ligado ao senhor. Para torná-lo assalariado, será preciso que se lhe reconheça um poder de direito abstrato de dispor de sua vontade, e, nesse movimento, é preciso que se quebrem os vínculos feudais. E fazer isso significa não estar mais no sistema feudal (*loc*. *cit*.).

Assim, a categoria jurídica de sujeito de direito se historiciza num momento específico como uma das condições de hegemonia de um novo modo de produção, o modo de produção capitalista que supõe a "atomização" (*loc*. *cit*.), isto é, o efeito ideológico da representação da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres (MIAILLE, 2005, p. 119).

Assim, a noção de sujeito de direito é uma noção histórica, da mesma forma que a noção de Estado Nacional o é. E, com relação a isso, ele nos diz que "é preciso recusar um ponto de vista idealista que tenderia a confundir esta categoria com aquilo que ela é suposta representar (a liberdade real dos indivíduos)" (MIAILLE, 2005, p. 121).

O Estado, de acordo com o discurso jurídico, "não tem nada de novo nem de surpreendente. É um composto das 'teorias' idealistas herdadas da noção de contrato social e da filosofia hegeliana do século XIX", que, em resumo, seria

> a reunião dos homens exige que seja encontrada uma ordem que possa, se necessário, impor-se pela força. Essa ordem será a do direito: essa força será a do Estado. Mas nem essa força, nem essa ordem são arbitrárias: elas são legitimadas pelo 'bem comum' que querem instaurar (MIAILLE, 2005, p.125).

O Estado é um fato histórico, que acontece num dado momento da história para resolver as contradições aparecidas na "sociedade civil". Assim, o Estado seria a expressão de um certo estado das forças produtivas e das relações de produção. O Estado

> não é um instrumento mais ou menos dócil e eficaz entre as mãos da classe dominante: ele é a forma sociopolítica dentro da qual esta classe exerce seu poder. […] o Estado não é um

> instrumento a serviço de um sistema sociopolítico, ele é esse sistema. […] O Estado como lugar e cerne da luta de classes (MIAILLE, 2005, p.135).

O autor vai se referir às Organizações Internacionais como a sociedade internacional regida pelo direito internacional, e adverte que há aí nesse lugar "contradições profundas de interesses, de ideologias e de práticas. […] mas que tudo se passa como se os interesses fossem convergentes" (MIAILLE, 2005, p. 137), pois nessa sociedade internacional os Estados Nacionais que conformam esse espaço são sempre apresentados sob a aparência jurídica, não importando se "são grandes ou pequenos, porque sempre definidos da mesma maneira" (*loc. cit.*). O próprio termo 'comunidade' é utilizado para dizer dessa sociedade internacional, mas nada se diz a respeito dos conflitos que a dividem. Fala-se, então, "de fragmentação em 'coletividades mais pequenas' nas quais a solidariedade seria mais forte, visto ser esse fenômeno que 'explicaria' as relações humanas designadamente no quadro dos Estados" (*loc. cit.*). Fica parecendo, pelo discurso jurídico, que não é possível haver outra forma de organização internacional que não seja a fundada por Estados.

Além disso, toda sociedade internacional foi organizada por Estados poderosos ocidentais, e a crise econômica atual, como, por exemplo, as tensões com os Estados produtores de matéria-prima, prova a obrigação de se redefinir uma ordem mundial mais equânime. Desse modo, o autor aproxima a situação da sociedade internacional à da situação interna do Estado:

> da mesma maneira que o sistema jurídico é a superestrutura que exprime, em geral, a força da classe dominante, assim a organização internacional corresponde, em larga medida, aos interesses dos Estados dominantes, isto é, dos Estados capitalistas (MIAILLE, 2005, p.138).

A partir daí, pensar a ideologia da forma histórica *espaço de direito supranacional* possibilita refletir sobre as organizações internacionais como espaços simbólicos supranacionais, espaços-de-direito sustentados pelo discurso jurídico internacional. Essa é uma

formulação pensada a partir da 'nova' ordem jurídica internacional e para pensar essa ordem, a qual se coloca pelo surgimento de espaços que se con-formam especificamente em Organizações Internacionais, ou além, como Organizações Supranacionais, dizemos. É uma tentativa de compreender essas novas configurações da ideologia jurídica correspondentes às novas configurações do capitalismo na era da mundialização, e, nessa esteira, compreender as transformações do Estado Nacional, enquanto espaço político e social que tem uma forma particular, que é histórica, e que muda ao longo do tempo, de acordo com as determinações sociais, políticas, econômicas, etc. de uma formação social.

3. Dizeres em análise

Propomos uma análise para refletirmos sobre o movimento da legitimação e do deslocamento dos sentidos de *língua* e de *língua portuguesa*, buscando descrever e interpretar, histórica e ideologicamente, o processo de construção de sentidos em sua constituição de conceitos como o de *comunidade*, a partir de recortes da *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* da UNESCO (UNESCO, 2003) e da *Declaração Constitutiva da CPLP* (CPLP, 1996). Essa é uma reflexão sobre a consolidação de um dizer e de um saber sobre a língua, filiados a um discurso jurídico e administrativo[8], constituído por um imaginário de *comunidade* (como forma histórica espaço de direito que con-forma sujeito/língua/espaço), atravessado pela memória da colonização e das descobertas.

O discurso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre *língua portuguesa* produz o efeito de homogeneidade como se se tratasse de uma língua una e única – tanto em sua relação com as outras línguas também chamadas de *portuguesa*, quanto com as outras línguas não portuguesas praticadas nos espaços de enunciação dos países membros –, num espaço dito lusófono. Esse discurso é sustentado por outro, o da UNESCO, qual seja, de que a língua é "imaterial" e de que, por ser "veículo do patrimônio cultural", necessita ser "salvaguardada".

Contrapondo-nos ao conceito de língua como imaterial, dizemos que o conceito de língua com que trabalhamos é o de língua

significante, constituída pela exterioridade, em dada sociedade e época como materialidade linguística[9] em que os sentidos não estão nas palavras, mas sempre em *relação a*. É lugar material onde a história, o sujeito e o sentido constituem-se inseparavelmente; lugar de constituição e constitutivo da ambiguidade e do equívoco. Língua é, então, comunicação *e* não-comunicação (PÊCHEUX, 1997 [1975]).

Propomo-nos, então, a analisar a *Declaração Constitutiva da CPLP* e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio* Cultural da UNESCO, observando o que nessas textualidades se repete, o que as atravessa, o que nelas não é/não pode ser dito para significar do jeito que significa.

Ao formular a existência de uma *comunidade lusófona* homogênea, a CPLP produz sentidos que trabalham a ilusão de uma língua portuguesa como "vector" de união histórico-cultural entre seus membros, silenciando necessariamente as outras línguas. Línguas essas que ressoam na memória discursiva como simplesmente as dos outros e que não pertencem ao universo histórico-cultural português. Como incluí-las sem perder a unidade linguística nacional? É preciso que sejam incluídas? Em quê?

É, também, na historicidade do conceito de *comunidade* que podemos buscar compreender como se unem espaços de enunciação com todas as diferenças e distâncias – linguística, cultural, política e geográfica. Ao se denominarem como uma *comunidade*, dizem da língua como o que os une e, que, portanto,

> Reafirmam que a *Língua Portuguesa*:
> • Constitui, entre os respectivos Povos, um ***vínculo histórico*** e um ***património comum*** resultantes de uma ***convivência multissecular*** que deve ser valorizada; (CPLP, 1996 – grifos nossos).

Etimologicamente, o termo *comunidade* nas línguas neolatinas (provindo do latim *communitas*) é definido como "conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico" (HOUAISS, 2001), por exemplo. O que está em jogo é a natureza atribuída a esse

"vínculo comum", a essa "comum-unidade". Na visão etnicista da sociedade, esse vínculo é compreendido em termos "afetivos" ("naturais") e está ancorado no "passado".

Tönnies (1979 [1887]) define *comunidade* em termos de "laços comunitários" que unem as "minorias étnicas", sempre se perguntando pelas "raízes" últimas que tornam "coesa" uma sociedade complexa. E, é na tentativa de explicar essa questão que o autor estabelece a clássica distinção entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade): a primeira representaria os "laços orgânicos, naturais, de sangue, afetivos", ligados a uma "história comum", cujo modelo é a família; a segunda, os "laços secundários, artificiais, mecânicos, racionais", que caracterizam a cidade, o Estado. Com essa definição de comunidade, apaga-se o político constitutivo de toda relação.

Considera, ainda, esse autor, a ideia de "similaridade" entre os membros de uma comunidade dada, como tendo "idêntico caráter" e "idêntica atitude intelectual", produzidos por uma "herança comum" recebida do "passado dos ancestrais", desenhando uma visão 'excludente' em relação aos que estão de fora e querem fazer parte da *comunidade*, por exemplo.

Na *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (2003), lemos,

> 1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que **as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, que se **transmite de geração em geração**, **é constantemente recriado pelas comunidades e grupos** em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana**. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e

> com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003) (Grifos nossos)

É a partir de uma primeira aproximação da textualidade da *Convenção* produzida pela UNESCO que percebemos como os efeitos de sentido de *comunidade* estão vinculados ao conceito de *língua*, como "veículo de comunicação" e "patrimônio imaterial", e ao de *história*, como "contexto apolítico", "cenário linear de acontecimentos", e ao de *natureza*, como se a relação entre cultura, mundo e língua fosse direta, natural e biunívoca, reproduzindo e projetando uma memória linear que nos dá a ilusão de que esse espaço discursivo é constituído sem contradições, apagando, assim, as diferenças. É nesse espaço que os países se consideram, segundo a CPLP, "nações irmanadas por uma **herança histórica**, pelo **idioma comum** e por uma **visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia**" (CPLP, 1996).

Nessa reflexão, é necessário lembrar que o discurso da mundialização[10], em sua forma pragmática e positiva de falar do universal, unifica e uniformiza o que deveria ter as características do universal como diverso e múltiplo. Assim, a UNESCO, ao dizer-se como uma agência multilateral cujo principal objetivo é o de "contribuir para a paz, para o desenvolvimento humano e para a segurança no mundo, promovendo o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento", de imediato, podemos perguntar: como é possível uma organização intervir jurídica e administrativamente de forma universal? Como fazer isso sem ferir e interferir no gesto mesmo de conservação da diversidade? E, em seguida: ao conservar a diversidade, não estaria essa organização pensando as formações cultural, social, histórica de uma sociedade como estáticas, e não em movimento como de fato se constituem?

Seus Países Partes são responsáveis por fazer cumprir os Acordos, as Cartas, as Convenções, por exemplo, em seus próprios países e naqueles em que acharem necessário interferir. Nesse sentido, ao lermos o que vem em seguida, podemos nos perguntar: quem decide sobre quais e quantos são os Países Partes? A autoridade dada aos que

determinam sobre o que pertence/deve ser salvaguardado e sobre o que não pertence/não deve ser salvaguardado numa *cultura imaterial*, é legitimada por quem?

> 1. Fica estabelecido junto à UNESCO um Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, doravante denominado "**o Comitê**". O Comitê será integrado por representantes de **18** Estados Partes, a serem **eleitos pelos Estados Partes** constituídos em Assembléia Geral, tão logo a presente Convenção entrar em vigor, conforme o disposto no Artigo 34.
> [...]
> 1. Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, **cada Estado Parte estabelecerá** um ou mais **inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território**, **em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio**. Os **referidos inventários serão atualizados regularmente**. (UNESCO, 2003) (Grifos nossos)

Nesse jogo de determinação do que entra na lista de preservação e do que não entra, fica bem marcada a relação de forças entre quem define o que deve ser considerado "patrimônio cultural imaterial", e quem está nas práticas simbólicas produzindo o "patrimônio", pois, aí se colocam duas impossibilidades: a de se resgatar e preservar a cultura, como se ela estivesse em algum lugar já completa e acabada, e a de *atualizar regularmente o patrimônio*, como se a sociedade pudesse ser parada, e a identidade do sujeito não fosse um movimento na história.

Para salvaguardar, é preciso delimitar o que se vai guardar e proteger, e, para delimitar o que se vai guardar e proteger, é preciso, também, excluir, apagar, fazer esquecer.

4. Para concluir

Não naturalizarmos a organização político-geográfica do espaço, considerando-a como objeto simbólico em sua materialidade e em suas formas históricas específicas de significar nos permitiu compreender que, apesar de muitos dos sentidos continuarem sendo

da ordem da opacidade para nós, o efeito de unidade comum produzido nesses espaços não pode ser naturalizado porque é da ordem do histórico, isto é, a produção do trabalho ideológico-político de homogeneização do social nesses espaços de enunciação dos países membros da CPLP e no espaço lusófono da CPLP está constituída pela tensão e pela contradição.

Sabemos que considerar a forma-histórica espaço de direito com seus espaços de enunciação é já considerar a fratura, o desacordo, o desencontro, a disputa, a partilha, a convivência com resiliência entre língua/sujeito/espaço.

Os efeitos de sentido produzidos pelos referentes *língua portuguesa* e *comunidade*, no discurso da CPLP – nos recortes do documento da *Declaração Constitutiva* em particular e nos outros recortes já trazidos para análise –, hegemonizam a ideia de uma única língua, e naturalizam as relações sociais, como se, nos países membros, elas funcionassem sem disputa de poder ou litígio interno, por características naturais e culturais, e não por interesses particulares filiados a determinada rede de dizeres.

Esse discurso da CPLP sobre **uma** e **a** *língua portuguesa* comum, a mesma supostamente falada por todos igualmente, numa mesma *comunidade*, faz esquecer que o homem é um animal político e que, portanto, suas relações são assimétricas.

Concordamos com Freixo (2009), quando afirma que

> a lusofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [são] projetos políticos, acima de tudo, portugueses, tanto sob o ponto de vista dos ditames político-estratégicos ou econômicos, quanto em seus aspectos simbólicos (*id*., *ibid*., p.185).

O que já coloca em evidência o equívoco de como esse espaço de direito supranacional está formado.

Os efeitos de sentido produzidos a partir desses dizeres da CPLP ressoam pelo atravessamento e pelo desdobramento dos já-ditos e se projetam para um futuro, impregnando-o com o esquecimento e a lembrança necessários à disputa política pelos sentidos.

Concluímos, ainda, que os efeitos de sentido de língua portuguesa estarão sempre em deriva e em devir, pois constituídos na relação de

diferença, podendo significar e não significar língua nacional, língua materna e língua oficial, sendo outras, as línguas portuguesas em espaço*. Pela análise aqui feita, é possível compreender também como os sentidos de nação, língua nacional e língua portuguesa se atravessam e se contradizem em determinadas discursividades, levando em conta os espaços em que esses dizeres são produzidos e as memórias que são atualizadas para sustentar a produção de sentido de homogeneidade.

Dessa forma, nossa pesquisa durante o doutorado permitiu perceber que, para parte dos sujeitos moçambicanos e guineenses, por exemplo, a língua portuguesa oficial é mais uma língua nacional, dentre as dezenas de línguas que lá coexistem. E, como tal, não é a língua portuguesa de Portugal, nem a mesma para todos os países que a têm como oficial. Ao contrário, toma a forma histórica do espaço e dos sujeitos que habitam essa língua em espaço*, como é o caso da língua moçambicana [11] (a nativização/moçambicanização do português), ou da língua angolana em Angola, e da língua brasileira, no Brasil, ou dos chamados "crioulos" em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, e na Guiné-Bissau, por exemplo. Mas, contraditoriamente, para parte dos sujeitos, estas se denominam como língua portuguesa à imagem da língua de Portugal, como na discursividade da CPLP sobre essa relação língua/sujeito/espaço.

A ilusão de totalidade produzida por esse dizer da CPLP sobre *a língua portuguesa* esbarra na disputa por sentidos constitutiva de todo processo discursivo da denominação. Ou seja, o real das denominações de dezenas de línguas praticadas nos espaços da CPLP contradita esse imaginário homogêneo: brasileiro, bolo, caboverdiano, crioulo, diriku, holu, khue, kikongo, kilari, kimbundo, kisikongo, kuangali, lucazi, badiara, biafada, crioulo da Alta Guiné, jola-felupe, kasanga, mandinka, mandjak, nalu, n'ko, papel, maniaua, maniika, muani, natembo, ndau, ngoni, nsenga, fimbi, português timorense, ronga, suahili, suati, takuané, teue, tonga, adabe, baikeno, bunak, fataluku, galoli, habun, kemak, lakalei, makasae, asturiano, galiciano, mirandês.

É importante observarmos por fim que a língua considerada como oficial e praticada nos espaços santomense, guineense, brasileiro,

angolano, moçambicano, cabo-verdiano já não é a língua portuguesa, mas não é sem a língua portuguesa.

Podemos, também, compreender como a forma histórica espaço é determinante da língua e dos sujeitos e, ao mesmo tempo, determinada pela língua e pelos sujeitos de cada espaço específico, ao considerarmos as denominações das línguas em espaço*.

Referências

ALTHUSSER, L. (1978). *Resposta a John Lewis*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FREIXO, A. (2009). *Minha pátria é a língua portuguesa*: *a construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri.

GUIMARÃES, E. (2005 [2002]). *Semântica do Acontecimento*: *um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC.

HERDER, J. G. (2003 [1766]). "Sur la nouvelle littérature allemande. Fragments, Lettres sur l'avancement de l'humanité". In: CAUSSAT, P.; ADAMSKI, D.; CREPON, M. *La langue source de la nation. Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale* (du XVIIIe au XXe siècle). Lièges: Mardaga, p. 77-106.

HOUAISS, A. (2001). *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. Versão 1.0.

LEFEBVRE, H. (1974). "La production de l'espace". Preface. In: *L'homme et la société*, nº 31-32, Sociologie de la connaissance marxisme et anthropologie. p. 15-32. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1974_num_31_1_1855. Acessado em: nov. 2014.

MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI-XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII).* Campinas, SP: Pontes.

MEDEIROS, V. (2008). "A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* no período JK". In: *Revista da ANPOLL*, nº 25, jul-dez. ISSN 14147564.

MIAILLE, M. (2005). *Introdução crítica ao direito*. Lisboa: Editorial Estampa.

ORLANDI, E. (2010). *Discurso e políticas públicas urbanas*: *a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG.

_____. (2009a). *Língua brasileira e outras histórias*. Campinas: Editora RG.

_____. (2009b). "Terrorismo. Uma difícil tarefa de definição". In: RESENDE, L. *et alii Léxico e gramática*: *dos sentidos à construção da significação*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p. 99-125.

_____. (2005). "Processo de descolonização linguística e lusofonia". In: *Linguística e Instrumentos linguísticos*, n.19, p. 9-20, Campinas: Pontes.

_____. (2004a [1996]). *Interpretação*: *autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes.

_____. (2004b). *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes.

_____ (Org.). (2001). *Cidade atravessada*. *Os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, Pontes.

_____ (Org.). (1988). *Política linguística na América Latina*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1997 [1975]). *Semântica e discurso*: *uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi *et alii*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Mª. (2011). "Discurso e Cidade: a Linguagem e a Construção da Evidência do Mundo". In: BRANCO, L. K. A. C.; DOS SANTOS, G. L.; RODRIGUES, E. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil. Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*. 1ª ed. Campinas: RG Editora, p. 243-258.

_____. (2005). "Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert". In: FONSECA-SILVA, M. da C.; SANTOS, E. J. (orgs.). *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. nº 1. Vitória da Conquista: Edições Uesb.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C; ORLANDI. E. (2004). "A construção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico". In: Cidade, consenso, e políticas públicas, *Escritos*, nº 8, Campinas: Labeurb/Nudecri, dez.

SOUSA, V. (2004). "Tentativas da criação de uma comunidade lusófona". *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* – A questão social no novo milênio. Coimbra: 16-18 setembro.

Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/VivianaSousa.pdf. Acesso em: jul. 2012.

TÖNNIES, F. (1979 [1887]). *Comunidad y asociación. El comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona: Ediciones Península.

ZOPPI-FONTANA, M.; DINIZ, L. (2008). "Declinando a língua pelas injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE)". In: *Estudos Linguísticos*, Araraquara (SP): GEL, 37 (3), p. 89-119, set./dez.

_____. (2006). "Política linguística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)". In: *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão.* Anais do Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul. João Pessoa: Ideia, p. 150-156.

ZOPPI-FONTANA, M. (org.). (2009). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora.

Palavras-chave: espaço, língua, organização internacional, discurso
Keywords: space, language, international organization, discourse

Notas

[1]Esse artigo é parte da pesquisa de doutorado (FAPESP) intitulada *A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*, sob orientação da Profª Drª Carolina Rodríguez-Alcalá, na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2013. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000910907&opt=1

[*] Pós-doutoranda (CAPES-PNPD) no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da Profª Drª Bethania Mariani.

[2] Conceito formulado por Mariani (2004).

[3] A partir da expressão "em solo" cunhada por Medeiros (2008), em que discute sobre a especificidade da língua portuguesa em solo brasileiro que comparece nos artigos do periódico *Revista Brasileira* nos anos JK.

[4] Segundo Sousa (2004), "as intenções da criação de uma comunidade luso-brasileira-africana era o sonho acalentado por Portugal, desde a independência do Brasil. Seu objectivo com isto era primeiramente estreitar os laços de comércio com o Brasil já que o mesmo tinha uma grande importância para a balança comercial portuguesa. Para não perder os laços com sua antiga colónia (o Brasil), Portugal passou a defender a ideia da criação de uma comunidade luso-brasileira que englobava suas colónias em África, formando assim uma grande comunidade económica de países de língua portuguesa. Essa proposição, para tentar convencer o Brasil da utilidade que poderia

ter a criação desta comunidade, era acompanhada pela ideia da criação de um porto livre em Lisboa, era a tão propagada 'Porta para a Europa'." Nessas tentativas, ela nos diz, "a busca de unidade luso-brasileira, privilegiava em todas as tentativas de acordo o lado português". O Brasil nunca seria o parceiro, mas o fornecedor das matérias-primas.

Essa comunidade como vemos, já começou assimétrica. Por um lado, Portugal não se colocava, desde a formação, como parceiro. Por outro, Portugal pensa numa comunidade de dois (Brasil e Portugal), os dois Estados-nações, mesmo que em posições hierárquicas diferentes, e os outros, ou seja, as colônias portuguesas na África. Dessa forma, a desigualdade no modo como as ex-colônias da África entrariam nesse acordo, (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), na posição de fornecedores de matérias-primas, parece ainda ressoar quando a CPLP foi fundada em 1996, época em que já eram Estados-nações. São silenciados na posição de parceiros na conquista e manutenção entre si dos mercados internacionais, já que são "apoiados" por Portugal e pelo Brasil (*cf.* os acordos entre os países, por exemplo, http://www.oplop.uff.br/boletim/1367/cooperacao-entre-brasil-sao-tome-principe-os-ultimos-acordos).

[5] Orlandi (2009) descreve os processos históricos e os diversos discursos que permitem identificar o português em espaço brasileiro como "língua brasileira".

[6] Althusser (1978, p.67) reflete sobre o caráter da forma sujeito, dizendo que "a forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte *integrante*, aquilo que Lênin chama de "relações sociais │jurídico-│ideológicas", as quais, para funcionar, impõem a todo indivíduo-agente a forma de *sujeito*. [...] Mas o fato de que sejam necessariamente sujeitos não faz dos agentes das práticas sociais-históricas *o* nem *os* sujeito(s) da história (no sentido *filosófico* do termo: *sujeito de*). Os agentes-sujeitos só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas." (Grifos do autor)

[7] Pêcheux 1997 ([1975], p. 198) trata do funcionamento da forma-sujeito do discurso em suas práticas científica e política nas condições de produção do modo capitalista e "sob a dominância geral do jurídico", para dizer que não há "discurso científico" puro: "O único meio de esclarecer essa confusão [refere-se ao mito da neutralidade científica na produção, circulação e divulgação de conhecimento] é reconhecer que não há 'discurso da ciência' (nem mesmo, a rigor, 'discurso de uma ciência') porque todo discurso é discurso de um **sujeito** – **não, obviamente, no sentido behaviorista de 'comportamento discursivo de um indivíduo concreto'**, **mas entendendo que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito**, ao passo que o processo de conhecimento é um 'processo sem sujeito'." (Grifos nossos)

[8] Nesse cruzamento dos discursos administrativo e jurídico, as políticas públicas de língua se tornaram *problemas* administrativos sem significar o político, passando a fazer parte do 'campo dos negócios', enquanto o discurso jurídico, ao sustentar o processo da individualização das diferenças sociais, apaga o processo mesmo em que essas diferenças são produzidas (ORLANDI; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004).

[9] Orlandi (2009, p.169) defende a compreensão das línguas como patrimônio linguístico material. Ela nos diz, "A língua TEM materialidade".

[10] *Cf*. estudos recentes de Orlandi (2009a; 2009b, por exemplo) que discutem e analisam os efeitos do discurso da mundialização sobre o modo de subjetivação na atualidade em sua relação com a(s) língua(s) e as instituições do Estado.

[11] Segundo Firmino (2006), o processo da moçambicanização do português "pode ser definido como um processo de aculturação através do qual uma língua ex-colonial se aproxima do contexto sócio-cultural de um país pós-colonial. Através da nativização, uma variedade não-nativa é culturalmente integrada na ecologia social da pós-colónia e adquire novas funções sociais. Além disso, ela desenvolve inovações linguísticas que ganham significado comunicativo e social no contexto destas novas funções". Ou, ainda, "há, em Moçambique, uma construção social do Português, um processo que criativamente faz uso dos recursos disponíveis no modelo europeu, bem como de inovações enraizadas nas condições políticas, económicas, sociais, culturais e linguísticas prevalecentes no país" (2008b, p. 10).

ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO BRASILEIRO NO IMAGINÁRIO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Simão da Silva Sobrinho[1]
UFU

Resumo: *Neste artigo, analisamos o imaginário sobre o espaço de enunciação brasileiro em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa. Nosso objetivo é compreender as relações entre línguas conformadas por tal imaginário, tendo como hipótese de trabalho que os sujeitos são implicados por essas relações no processo de enunciação. Em nosso gesto teórico, articulamos os conceitos de enunciação e discurso, de espaço de enunciação e formação discursiva. Nas análises, ganham visibilidade aspectos do imaginário de unidade linguística (re)produzido pelo museu da língua.*

Abstract: *In this article, we analyze the imaginary about the Brazilian space of enunciation in operation at the Museum of Portuguese Language. Our goal is to understand the relationship between languages conformed by such imaginary, working with the hypothesis that the subjects are implicated by these relations in the process of enunciation. In our theoretical gesture, we articulate the concepts of enunciation and discourse, of space of enunciation and discursive formation. In these analyzes, it stands out aspects of the imaginary of linguistic unity (re) produced by the language museum.*

1. Introdução

O estudo do discurso não é indiferente à enunciação. Com isso estamos dizendo que, em nossa prática analítica, para alcançarmos a compreensão do processo discursivo, partimos do que foi dito, considerando, por um gesto teórico, o processo de sua produção, a enunciação. Nesse procedimento está em funcionamento uma das compreensões basilares e distintivas da teoria do discurso formulada por Pêcheux, qual seja, a compreensão de que a língua é a base material dos processos discursivos (PÊCHEUX [1975] 1997a)[2]. Por

essa compreensão, o autor define o processo discursivo como "sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – 'significantes' – em uma formação discursiva dada" (ibid., p. 161), entendendo a formação discursiva como "aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado das lutas de classes, determina o que pode e deve ser dito" (ibid., p. 160).

Cabe lembrar que, para esse filósofo, a língua é um sistema relativamente autônomo, porque seu funcionamento é determinado pelas formações ideológicas:

> as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às posições ideológicas (ibid., p.160).

O caráter material do dizer, do sentido, do sujeito está nesta relação da língua com as formações ideológicas, estruturas-funcionamentos que fornecem as evidências do dizer, do sentido, do sujeito, não se confundindo a ideologia com conjuntos de ideias, visões de mundo, esquemas cognitivos, inversões ou mascaramentos da realidade. A materialidade não é, portanto, o texto, o filme, a imagem, o digital, etc., a materialidade diz respeito ao funcionamento ideológico da linguagem, ao modo como a ideologia estrutura o dizer, o sentido e o sujeito. A materialidade discursiva não é, assim, o material de análise. Como formula Orlandi (2012, p. 70), "materialidade não se reduz 'ao que está dito', ou ao 'dado' de qualquer natureza que seja".

Pensamos a relação entre discurso e enunciação considerando esse caráter material do dizer, do sentido, do sujeito. Operamos, portanto, com conceitos não subjetivistas tanto de discurso, quanto de enunciação. Compreendemos o discurso como efeito de sentido entre posições ideológicas conformadas pelo funcionamento das formações discursivas. Desse modo, o discurso não é a fala, nem o texto, nem a imagem, nem o digital. Uma coisa é o reconhecimento de que "a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a

constituem" (ORLANDI, 1996a, p. 461), outra coisa bastante diferente é confundir os materiais com a própria significância, com o discurso. Tal confusão é uma forma do idealismo empirista.

Nessa ancoragem materialista, concebemos a enunciação como uma das condições de produção do discurso. Como propõe Orlandi, "a análise do discurso não prescinde de uma teoria de enunciação, ao contrário, procura constituí-la, ainda que diversamente à perspectiva de, por exemplo, Benveniste; isto é, procura constituí-la como teoria *não-subjetiva*" (ORLANDI, [1983] 1996b, p. 111, itálico da autora). Numa abordagem não-subjetivista, a enunciação, o processo de formulação[3] do dizer, é determinada historicamente. Desse modo, o sentido não está na enunciação; o sujeito não é a fonte ou origem dos sentidos e nem tem controle sobre como os sentidos se formulam nele.

Como argumentam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997b, p.175-176), "os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o 'dito' e em consequência rejeitar o 'não-dito'". Como compreendemos, esse jogo entre o dito e o não-dito no processo de enunciação é determinado pelas posições ideológicas. Trata-se de jogo estruturado pelo esquecimento. Por esquecimento, não estamos denominando a "perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de 'perda de memória', mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito" (PÊCHEUX [1975] 1997a, p. 183). O sujeito, pelo modo como está constituído pelos sentidos, rejeita o não-dito, mas no esquecimento da formação ideológica que o determina nesse gesto.

Esse modo de compreender a relação entre discurso e enunciação orienta nossa apropriação do conceito de espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, 2005) neste ensaio, no qual analisamos como o Museu da Língua Portuguesa significa as relações entre as línguas faladas no Brasil. Não é a primeira vez que utilizamos o conceito de espaço de enunciação em nossos trabalhos. Em Silva Sobrinho (2009), mobilizamos esse conceito para refletir sobre as relações entre línguas instauradas pelo acordo ortográfico de 1990 no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. O político na língua e na história

O político é constitutivo das línguas. Este é, nos parece, o postulado sobre o qual o linguista brasileiro Eduardo Guimarães (2002, 2005) desenvolveu, no campo dos estudos semânticos, o conceito de espaço de enunciação. Consideramos importante dizer que o autor formulou esse conceito a partir de deslocamentos nas teorias clássicas da enunciação, sobretudo de Benveniste, Ducrot e Foucault. Por esses deslocamentos, no conceito de espaço de enunciação funciona a concepção de enunciação como acontecimento sócio-histórico. Como formula o autor,

> a enunciação não é um ato individual do 'sujeito', não sendo também irrepetível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo (GUIMARÃES, [1989] 2008, p.78-79).

Com essa compreensão da enunciação, Guimarães se afasta da tendência, nas teorias da enunciação, de reproduzir, em termos teóricos, a ilusão do sujeito de ser origem do dizer e dos sentidos. O autor não trabalha com a ideia de um sujeito enunciador portador de escolhas e intenções. Nisso, ele se aproxima de Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997a, p.175-176) e Orlandi ([1983] 1996b, p. 111), citados anteriormente.

Para Guimarães, portanto, a língua não é posta em funcionamento pelo indivíduo (pessoa que fala esta ou aquela língua), mas pelo interdiscurso, a memória discursiva, dentro de espaços de enunciação, definidos como

> espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002, p.18).

O espaço ao qual se refere o autor, no conceito de espaço de enunciação, é, conforme citado, o espaço simbólico relativo ao

funcionamento político de línguas, não se confundindo, portanto, com território.

Os espaços de enunciação se caracterizam como espaços de conflitos, definem-se como espaços políticos, lembrando que o político, para Guimarães (ibid., p. 16), é o "fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem". O político é "caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos" (ibid., p. 16). A partir dessa concepção de político como litígio, como conflito, que torna a dualidade unidade/diversidade linguística dinâmica, Guimarães (ibid., p. 18) afirma que

> a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos.

Essa divisão da língua, segundo o autor, "é marcada por uma hierarquia de identidades", ou seja, ela "distribui desigualmente os falantes segundo os valores próprios desta hierarquia" (ibid., p. 21). Ao enunciar, portanto, o falante é identificado pela divisão da língua. Nessa perspectiva, os falantes "são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes" (ibid., p. 18) denominado espaço de enunciação.

Guimarães (2005) analisa algumas das divisões da língua no Brasil: o registro formal como superior aos registros coloquiais; os registros coloquiais de pessoas escolarizadas como superiores aos registros coloquiais de pessoas não-escolarizadas; as diferenças do português de determinadas regiões como superiores às diferenças do português de outras regiões do Brasil; a identificação do registro formal com a escrita e do registro coloquial com a oralidade; a coincidência entre língua oficial e língua nacional; a determinação da língua materna pelas línguas oficial e nacional[4]; a identificação da escrita com a língua oficial e nacional; etc. O autor aborda, ainda, as divisões relativas ao modo como as línguas indígenas, africanas e de imigração, bem como a língua inglesa da globalização, são

significadas e distribuídas na relação com a língua oficial e nacional brasileira.

Conforme pensamos, trata-se de divisões e distribuições de línguas que são institucionalizadas, que são produzidas pelo Estado por meio de suas instituições, tais como a Escola, a Ciência, o Museu da Língua Portuguesa, etc. O Estado é o mediador simbólico na conformação do espaço de enunciação por meio das políticas linguísticas, definidas por Orlandi (1998, p. 13) como o lugar material de realização da relação historicamente necessária, no caso da sociedade brasileira, entre unidade e diversidade.

Compreendemos que a produção dessas divisões e distribuições desiguais e conflituosas das línguas e dos falantes pelo Estado é histórica, entendendo-se o histórico "não como fatos e datas, como evolução e cronologia, mas como significância, ou seja, como trama de sentidos, pelos modos como eles são produzidos" (ORLANDI, 2001a, p. 77). O modo como o sujeito é determinado por esse funcionamento político das línguas também é histórico, o que significa dizer que pode haver resistência, deriva no funcionamento do imaginário linguístico institucionalizado pelo Estado. Isso porque,

> na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento e, de outro, o jogo e o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites (ORLANDI, 2002, p.69).

Pensado discursivamente, o espaço de enunciação, como espaço simbólico de línguas, é configurado pelas formações ideológicas. Em outras palavras, são as formações ideológicas que dividem as línguas e os falantes, numa distribuição desigual do direito ao dizer. Empregamos a expressão "formações ideológicas" porque as ideologias, como estruturas-funcionamentos produzidas nas lutas de classes, operam em relações complexas de (dis)junção, com dominante. Considerar a relação entre ideologia e espaço de enunciação, como o estamos fazendo, põe em questão o fato de que, embora a língua não se divida em classes, antes funciona de forma relativamente autônoma em relação a elas, as lutas de classes não são

"indiferentes" à língua, uma vez que "todo processo discursivo se inscreve numa relação dialógica de classes" (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 92).

No caso da sociedade brasileira, a ideologia dominante é a capitalista. Esta ideologia estrutura a forma política Estado, que, como analisa Mascaro (2013, p. 79), "busca se duplicar como nação como meio de constituir uma unidade social para além das classes". A ideologia da forma Estado estrutura a unidade política, fundamental para a reprodução capitalista, e a ideologia da nação estrutura a unidade social, funcionando como um "elemento que reforça, em cheio, a submissão dos explorados do capitalismo" (ibid., p. 79), pela produção da unidade imaginária de língua, costumes, modos de ser e agir, etc. A ideologia da forma Estado produz as condições para a circulação do capital sem as injunções das fronteiras; a ideologia da nação impede ou dificulta a livre-circulação internacional do trabalho e das classes operárias pela invenção de um *outro* fora das fronteiras, em relação ao qual se deve estar sempre alerta (ibid., p. 79). A ideologia da nação produz um "todos" imaginário que esquece as lutas de classes, as relações de dominação e resistência no espaço do Estado nacional. Identificamos esse funcionamento ideológico em formulações como "todos pela educação", "Brasil, um país de todos", "somos todos brasileiros", etc. No Museu da Língua Portuguesa, instituição do Estado nacional brasileiro, esse "todos" é formulado como "nós", em expressões como "a língua é o que nos une", "nossa língua, nosso melhor retrato", etc. Nessa unidade linguística imaginária da nação brasileira formulada na discursividade[5] do museu, a diversidade concreta funciona sob a forma do equívoco, desestabilizando os sentidos de "nós", língua, Brasil. É desse modo que temos compreendido o funcionamento discursivo dessa instituição fundada em 2006, na Estação da Luz, na cidade de São Paulo. Avançamos, neste ensaio, refletindo sobre como o museu significa as relações entre línguas na configuração do espaço de enunciação brasileiro.

3. O espaço de enunciação brasileiro no imaginário do Museu da Língua Portuguesa

O Museu da Língua Portuguesa (re)produz o imaginário linguístico que conforma as relações entre língua, sujeito e Estado, e, consequentemente, as relações entre sujeitos na formação social brasileira. Por imaginário linguístico compreendemos, neste ensaio, as concepções de língua, de relações entre línguas, de articulações entre língua, Estado e nação. O imaginário é sentido, significação produzida pelo/no funcionamento das formações ideológicas. É pelo imaginário que o sujeito (se) significa, interpreta (em) suas condições materiais de existência. Esse trabalho dos sentidos não é transparente para o sujeito.

Como analisamos em Silva Sobrinho (2014), o Museu da Língua Portuguesa, em sua exposição permanente, produz uma vulgata de conhecimentos da Linguística e da Literatura. Ele não faz análise de fatos linguísticos ou literários, faz uma montagem discursiva articulando recortes de conhecimentos produzidos historicamente nas ciências da linguagem. Empregamos a noção de montagem discursiva para podermos refletir sobre a dispersão de discursos nos objetos museais, nas exposições do museu. O funcionamento ideológico produz um efeito de completude que esquece, no sentido discursivo, essa dispersão. O modo como trata a questão da autoria desses conhecimentos não o constitui como discurso de divulgação científica. Diferentemente do que ocorre na divulgação científica, o conhecimento sobre a língua e a literatura é abstraído de suas condições de produção, entre elas a autoria, e formulado como pré-construído, aquilo que todo mundo sabe.

Por meio de uma vulgata do conhecimento científico, tanto a exposição permanente, quanto as exposições temporárias funcionam como objetos simbólicos na produção de uma identidade para o brasileiro, identidade que articula sujeito, língua, literatura, Estado e nação. O museu funciona como dispositivo de uma política de memória, de uma política identitária do Estado brasileiro. Esse funcionamento faz do museu, predominantemente, um espaço de repetição do discurso social hegemônico. Só compõem o acervo do museu objetos simbólicos (obras literárias, obras científicas, músicas, etc.) que estão em consonância com o discurso social hegemônico ou

que podem ser capturados, transformados no *mesmo* na rede simbólica desse discurso.

Isso não quer dizer que não haja, no museu, espaço para o *outro*. Tanto na montagem discursiva, quanto nos gestos de interpretação dos visitantes, os sentidos podem escapar à determinação do funcionamento institucional do museu. Na montagem discursiva, a vulgarização, ou seja, a reformulação da versão científica para uma versão não científica do conhecimento sobre língua e literatura pode produzir deslocamentos de sentidos, pois o sentido não é indiferente à formulação. A predominância, na montagem discursiva, de uma concepção linear do tempo e dos acontecimentos pode produzir, também, deslocamentos de sentidos. A formulação da linearidade no museu produz um efeito de transparência da história, da linguagem, da ciência. Contudo, a opacidade apagada[6] pela formulação da linearidade continua funcionando pela falta. O apagamento de acontecimentos, objetos simbólicos, modos de ser-estar-fazer, sujeitos, etc. é um ponto de deriva pelo qual o discurso sobre a língua pode escapar ao controle institucional do museu.

O visitante do museu, que compreendemos como sujeito constituído pela interpelação ideológica, interpreta a montagem discursiva, o acervo, de uma dada posição conformada pelas formações discursivas. A depender da constituição subjetiva do visitante, a formulação linear da história produzida pelo museu será interpretada de formas diferentes. A falta constitutiva da discursividade do museu, efeito da linearização, da desopacificação, também implica o sujeito no gesto de interpretação. O sujeito pode não ser identificado pelo discurso sobre a língua produzido pelo museu, justamente pela interpretação das não-coincidências entre a língua mostrada como língua de todos os brasileiros e a diversidade concreta de línguas e sujeitos na composição da brasilidade.

Dentre as não coincidências, destacamos o modo como o museu formula a configuração do espaço de enunciação brasileiro, ou seja, o modo como ele significa, na montagem discursiva, as relações entre línguas no Brasil. O que já pudemos compreender (SILVA SOBRINHO, 2014) é que, ao significar a relação entre a unidade imaginária e a diversidade concreta, o Museu da Língua Portuguesa o faz sob a forma da contradição, que, diferentemente do contraditório,

é a forma da presença estruturante de uma ideologia em outra. No caso, a identidade linguística do brasileiro produzida pelo museu é determinada ideologicamente pela colonização. Analisamos esse aspecto do funcionamento discursivo do museu a partir da Figura 1:

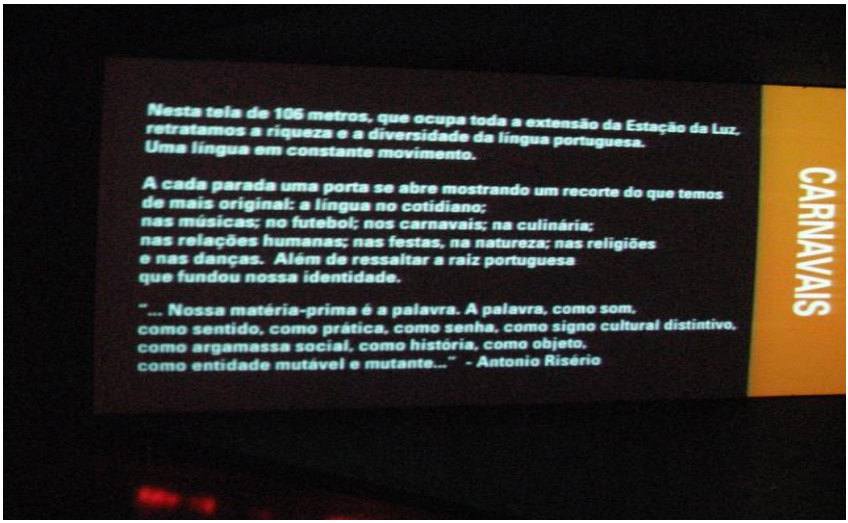


Figura 1: Museu da Língua Portuguesa - Grande Galeria
Fonte: arquivo do autor

Destacamos, na Figura 1, as expressões "retratamos a riqueza e a diversidade da língua portuguesa" e "uma língua em constante movimento". Por essas formulações, o museu se inscreve na discursividade que concebe a língua como cadeia simbólica fluida, dinâmica, incompleta, passível de falhas. Ao mesmo tempo, o museu se inscreve na discursividade que unifica, que fixa uma língua para o brasileiro – a língua é "portuguesa". Movimento e estaticidade. Essa contradição é estruturante do museu da língua. Na perspectiva da construção do espaço de enunciação, pelo modo como a sociedade brasileira está organizada, a questão que se coloca para o museu é, como formular sobre a diversidade sem comprometer o imaginário de unidade do Estado nacional.

Tal unidade imaginária da língua do Estado nacional brasileiro é (re)produzida em diferentes artefatos do museu, dentre eles, o painel

"As grandes famílias linguísticas do mundo". Nesse artefato, está em funcionamento a discursividade que conforma a unidade imaginária do português no espaço nacional brasileiro – a língua é representada por um círculo numa imagem chapada, entendendo-se a representação como significação, efeito ideológico. E está em funcionamento, também, a discursividade que produz a unidade imaginária da lusofonia. Face à lusofonia, o museu, ao mesmo tempo em que, filiado por sentidos à colonização, formula que a língua portuguesa é a mesma língua no Brasil e em Portugal, produz um deslocamento na história da língua oficial e nacional brasileira, filiando-a não ao Estado nacional português, mas a uma língua portuguesa ancestral, da qual teriam surgido o "português europeu", o "português africano" (o museu formula assim, sem o reconhecimento dos diferentes Estados nacionais africanos, um efeito da ideologia da colonização) e o "português brasileiro", como formulado na Figura 2:

Figura 2: Museu da Língua Portuguesa - Painel As Grandes Famílias Linguísticas do Mundo
Fonte: arquivo do autor

Ao mesmo tempo em que produz esse deslocamento na referencialidade da língua, o museu mantém a filiação à ideologia da colonização: a língua oficial e nacional do Brasil é denominada portuguesa. Instaura-se o paradoxo segundo o qual a língua é a

mesma, mas é diferente. O sentido de que é a mesma se formula pela invenção de uma ancestralidade comum. A língua oficial e nacional brasileira é significada, por esse modo, na história da língua do colonizador como uma variação.

A língua trazida pelo colonizador português ao Novo Mundo mudou. Ao longo dos séculos de colonização, mesmo com a imposição da língua gramatizada por Portugal, o contato da língua portuguesa com outras línguas, em um espaço de enunciação distinto da metrópole, deu origem a uma língua diferente (ORLANDI, 2002; MARIANI, 2004). A ideologia da colonização, que se mantém pelas práticas vinculadas ao discurso da lusofonia, é resistente a essa compreensão. Em Silva Sobrinho (2014), analisamos como a filiação do museu à ideologia da colonização e, ao mesmo tempo, à ideologia da descolonização produz sujeitos em relações equívocas com a língua do Estado brasileiro (a língua é brasileira, mas também não é, ou não só).

O modo como a língua oficial e nacional do Brasil é significada pela ideologia da lusofonia, por meio de suas instituições (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, Instituto Camões, etc.) é constitutivo do espaço de enunciação brasileiro. Fala-se o português, no Brasil, sendo interpelado pela relação de línguas e de Estados nacionais conformada pela ideologia colonialista da lusofonia. No espaço de enunciação brasileiro, o falante é constituído pela relação com a língua do Estado, significada como "sua" língua, e, também, pela relação com a língua imaginária da lusofonia.

O museu formula um sentido para essa língua imaginária identificando-a como uma língua ancestral da língua portuguesa praticada pelos diferentes Estados nacionais que compõem a CPLP. No sentido que o museu produz para a lusofonia, a língua que é universalizada não é a língua do Estado português, como formula a ideologia lusófona, é essa língua ancestral comum. Por esse modo de significar a heterogeneidade da língua portuguesa, o museu produz discursivamente a diferença e, também, a unidade na relação entre as línguas denominadas portuguesa. Subsumimos a crítica feita por Orlandi à unidade imaginária da lusofonia:

> Já não cabe falar em lusofonia, mas em refletirmos sobre a situação de diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. Estamos em um campo multilíngue saído (nos dois sentidos: de partida e de afastamento) da dominação da língua portuguesa dos lusos. É esta situação que precisa ser refletida. A situação da língua portuguesa hoje não cabe mais na estreita noção de lusofonia. As nossas relações são de outra ordem. E nossa língua é outra. A que insisto em chamar de Língua Brasileira. (ORLANDI, 2009, p.180).

Língua brasileira que não é homogênea. O Museu da Língua Portuguesa lida com esse fato de linguagem produzindo a unidade imaginária por meio de um arranjo teórico que significa as diferenças linguísticas como "falares" regionalizados. Além da unidade linguística nacional imaginária (imaginário de que todos os brasileiros falam uma única e mesma língua), o museu (re)produz, pela regionalização da língua, a unidade linguística imaginária dos Estados da federação (imaginário de que todos os brasileiros de um dado Estado da federação falam uma única e mesma variedade do português), como depreendemos no artefato "Mapa dos falares", na Figura 3:

Figura 3: Museu da Língua Portuguesa - Mapa dos Falares
Fonte: arquivo do autor

Nesse artefato, o visitante escolhe um Estado no mapa, clica sobre ele e assiste a um vídeo com um exemplar do "falar" regional. Ao regionalizar desse modo a língua, o discurso museográfico produz apagamentos na diversidade linguística dos Estados brasileiros. Como analisamos (SILVA SOBRINHO, 2015, p. 108) "o artefato se inscreve no processo discursivo que aborda a diversidade sem, contudo, abandonar o imaginário da unidade da língua portuguesa (as diferenças são significadas como regionalismos) e o imaginário nacional de que no Brasil só se fala uma língua".

Como no espaço de enunciação brasileiro a língua oficial e a língua nacional se sobrepõem e são identificadas com a escrita (GUIMARÃES, 2005), denominar as diferenças que se produziram historicamente no português como "falares" é significa-las como não pertencentes à língua do Estado. Elas são significadas em separado, como regionalismos. Os falantes dessas diferenças são estruturados por essa divisão entre, de um lado, língua oficial e nacional e, de outro, "falares" regionais. E, também, pela divisão desigual entre os "falares", tendo em vista que há, no espaço de enunciação, "falares" estigmatizados e "falares" prestigiados (GUIMARÃES, 2005).

O Museu da Língua Portuguesa (re)produz, desse modo, a memória discursiva que constrói uma identidade para a língua oficial e nacional brasileira (nessa discursividade, a língua dos brasileiros é aquela mostrada pelo museu), significando essa língua numa dada relação com a língua da lusofonia, como analisamos anteriormente, com a heterogeneidade do português falado no Brasil, como também já analisamos, e com as outras línguas efetivamente praticadas no espaço nacional como línguas maternas. Essas línguas não são significadas como línguas oficiais[7] ou nacionais, nem como línguas maternas dos brasileiros. Para o museu, a língua da brasilidade é o português mostrado (na verdade, construído) nas exposições.

Essa discursividade produz o recobrimento da língua materna pela língua oficial e nacional, produz um "efeito de coincidência" entre o materno e o nacional, como analisa Pfeiffer (2005, p. 28) a propósito da escolarização da língua portuguesa. Trata-se de um efeito ideológico. A língua nacional é uma língua imaginária, no sentido de que é uma construção, uma invenção. Ela é produzida por meio de instrumentos linguísticos, não é língua materna de ninguém, contudo, produz efeitos nas línguas maternas. A língua materna, por outro lado, é a língua que funda o sujeito inscrevendo o indivíduo na cadeia significante. No museu, como dissemos, apenas a língua portuguesa gramatizada é significada como língua materna dos brasileiros, as outras línguas faladas no espaço de enunciação brasileiro são significadas na perspectiva do contato, do empréstimo, da influência, como no artefato "Palavras Cruzadas", no qual algumas dessas línguas são representadas como totens:

Figura 4: Museu da Língua Portuguesa - Palavras Cruzadas
Fonte: arquivo do autor

Nessa seção do museu no qual está o artefato "Palavras Cruzadas", de um lado há um painel que inventa uma história para a língua oficial e nacional brasileira, filiando-a à história da língua do colonizador português. Do outro lado, há um conjunto de filmes que destacam os empréstimos resultantes do contato do português com outras línguas (empréstimos no léxico da culinária, da música, do futebol, etc.). E, no meio, estão os totens, artefatos multimídia interativos.

Abrimos, aqui, um parêntese para dizer que, em Silva Sobrinho (2015), analisamos a interatividade no museu da língua a partir da tipologia discursiva proposta por Orlandi ([1983] 1996b). A autora, considerando as condições de produção do sentido, compreende o funcionamento de três tipos de discurso, que se articulam, com dominante: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Um dos méritos dessa tipologia que continua bastante produtiva para a análise discursiva é que ela opera um deslocamento importante em relação ao empirismo de tipologias que consideram critérios exteriores ao processo discursivo como princípios de classificação, tais como a vinculação institucional (jornalístico, médico, religioso, etc.), o material de análise (impresso, visual, imagético, digital, etc.), as intenções dos

sujeitos (persuasivo, manipulador, etc.), etc. O que compreendemos, na perspectiva da tipologia formulada por Orlandi (ibid.), é que, mesmo nos artefatos identificados pelo museu como interativos, o discurso sobre a língua é, predominantemente, autoritário, na medida em que não cria as condições que favorecem a polissemia, antes, potencializa a paráfrase.

Retornando ao objeto museal "Palavras Cruzadas", interpretamos que ele se filia a uma concepção idealista, atomista de língua, identificada, também, na Figura 2, na qual as línguas são representadas por círculos ligados por linhas. As relações do português com essas outras línguas referidas pelo museu nos totens são constitutivas e não de empréstimos. Essas relações produziram uma língua diferente do lado de cá do Atlântico. Ao significar tais relações como relações de empréstimos, o museu apaga, justamente, essa historicidade da língua oficial e nacional brasileira, produzindo a unidade imaginária da lusofonia.

No caso das línguas africanas e indígenas, é interessante analisar como o museu discursiviza. No painel "História da Língua Portuguesa", o museu, como já foi dito, inventa um passado para a língua oficial e nacional do Brasil, passado imaginário filiado à história da língua do colonizador português. Nessa história, as línguas africanas e indígenas são apagadas de outra forma, além da redução da relação de contato a relação de empréstimo, como se pode notar no recorte:

> Esta linha do tempo narra, de maneira bastante simplificada, a <u>história da língua portuguesa do Brasil</u>: na parte central, uma síntese da <u>história da língua portuguesa na Europa</u>, desde seus primórdios; na parte superior, um pouco da <u>história das culturas indígenas</u> em território brasileiro, com destaque para os povos de língua tupi; na parte inferior, por fim, momentos da <u>história de algumas das culturas da África</u>, principalmente dos povos da família de línguas níger-congo trazidos para o Brasil.
> A partir do século XVI, <u>essas três correntes se encontram e se unem para formar a linha do tempo do português do Brasil</u>, que nos traz até os dias de hoje. (MUSEU DA LÍNGUA

PORTUGUESA – Painel História da Língua Portuguesa, grifos nossos).

Do recorte, destacamos para análise as formulações sublinhadas:

(1) História da língua portuguesa do Brasil.
(2) História da língua portuguesa na Europa.
(3) História das culturas indígenas.
(4) História de algumas das culturas da África.
(5) Essas três correntes se encontram e se unem para formar a linha do tempo do português do Brasil.

Em (1) e (2), o museu formula que a língua portuguesa, tanto "do Brasil", quanto "na Europa", tem história. E aqui a questão da relação da língua oficial e nacional brasileira com a língua da lusofonia se formula na oposição que afirma o pertencimento "do Brasil"/"na Europa". Em (3) e (4), o paralelismo construído entre (1) e (2) se desfaz: de história da língua, passa-se a falar em história da cultura. Um efeito de sentido que se produz nessa quebra do paralelismo é que as línguas indígenas e africanas não são línguas, mas culturas. Em nossa interpretação, há, nisso, a inscrição da ideologia da colonização, ideologia que produz o apagamento da história pela noção de cultura (ORLANDI, 2008).

A formulação em (5) produz o apagamento das línguas indígenas e africanas de dois modos. A quebra do paralelismo obriga a formular "três correntes", em lugar de três conjuntos de línguas (o que já significa, também, o apagamento das línguas de imigração pela memória que interpreta a formação do povo brasileiro a partir do branco português, do índio e do negro). Além disso, em (5), a formulação "se unem" inscreve a memória discursiva segundo a qual as línguas indígenas e africanas teriam desaparecido na língua portuguesa após o "descobrimento". Elas continuam sendo faladas, mas nesse apagamento que as significa sempre em relação ao passado da língua oficial e nacional, como herança, patrimônio.

No painel introduzido pelo recorte, até o "descobrimento do Brasil", como se pode ler na Figura 5, mais abaixo, na parte central há a produção de uma história para a língua portuguesa; na parte inferior,

fala-se de artefatos produzidos por povos africanos; na parte superior, de artefatos produzidos por povos indígenas:

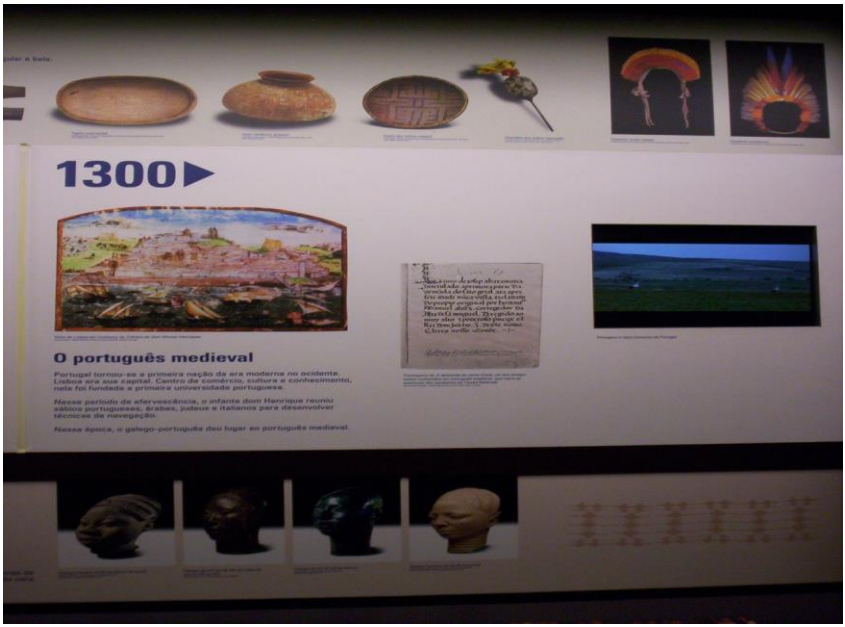


Figura 5: Museu da Língua Portuguesa - Painel História da Língua Portuguesa
Fonte: arquivo do autor

Analisando o discurso da descoberta, Orlandi (2008, p. 19) compreende que "o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico". E a autora continua, "apaga-se o discurso histórico e produz-se um discurso sobre a cultura. Como efeito desse apagamento, a cultura resulta em 'exotismo'" (ibid., p. 21). É esse discurso que depreendemos no painel. Na discursividade instaurada no painel, os povos indígenas e africanos não possuem línguas, possuem culturas, que teriam desaparecido após o "descobrimento", com a transferência da língua portuguesa. No painel, a partir do "descobrimento", desaparecem as partes superior e inferior que tratam

de culturas indígenas e africanas, passa-se a abordar apenas a história da língua portuguesa.

Nos totens, as línguas africanas e indígenas, que são apagadas, desse modo, da história da língua oficial e nacional brasileira formulada pelo painel, são significadas na perspectiva do empréstimo lexical, das trocas lexicais, instaurando-se o discurso segundo o qual a língua oficial e nacional brasileira é uma variação da língua do colonizador, e não uma língua diferente.

Em relação ao que poderíamos denominar como espaço de enunciação latino-americano, é interessante observar o modo como o museu significa a relação do português com o espanhol. Como se pode ver na Figura 6, inscreve-se a memória discursiva dos Tratados que, no passado, dividiram o Novo Mundo entre Portugal e Espanha. Essa inscrição continua apagando a grande diversidade de línguas faladas nas antigas colônias de Portugal e Espanha. E, principalmente, apaga que, do ponto de vista das relações entre línguas, as fronteiras não são rígidas ou claras como se representa:

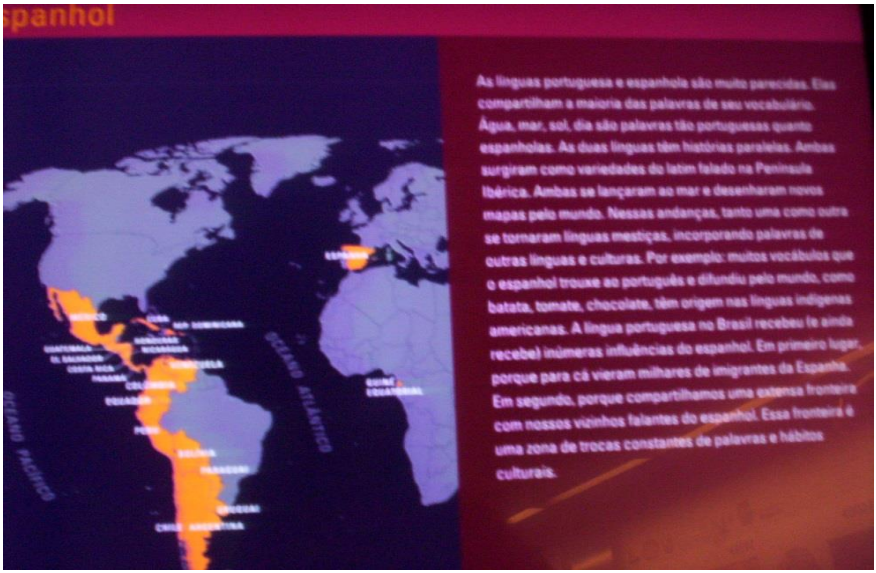


Figura 6: Museu da Língua Portuguesa - Palavras Cruzadas
Fonte: arquivo do autor

Há um apagamento da complexidade das relações entre línguas nas zonas de fronteiras, as relações são reduzidas a trocas lexicais. Analisando a presença do português na zona de fronteira com o Uruguai, Sturza (2006) compreende que existe um "espaço de enunciação fronteiriço", no qual a língua portuguesa e a língua espanhola não funcionam do mesmo modo como funcionam como línguas nacionais, porque são "afetadas por uma outra formação sócio-histórica" (ibid., p. 21). Há, conforme a autora, um "cruzamento de línguas na zona de fronteira" (ibid., p. 159). Nesse espaço, "as línguas são reguladas por um jogo de poder e de domínio determinado pelo fator político" (ibid., p. 22). Essa complexidade do espaço de enunciação é apagada no imaginário que conforma o Museu da Língua Portuguesa.

4. Considerações finais

O conceito de espaço de enunciação produz um deslocamento importante em relação às perspectivas sociológicas que fazem a correlação direta entre diversidade linguística e lugares sociais empíricos. Por meio do conceito de espaço de enunciação, compreendemos que a língua é dividida, distribuída desigualmente por meio de processos discursivos inscritos nas lutas de classes, nas relações de forças que constituem a formação social. As políticas linguísticas são o *locus* desse funcionamento político das línguas. A divisão e distribuição à qual nos referimos diz respeito, portanto, aos modos como são estruturadas as relações entre unidade e diversidade linguística.

No Museu da Língua Portuguesa, o Estado brasileiro (re)produz a unidade imaginária da língua portuguesa em face da lusofonia, com o referido deslocamento na referencialidade, e em face da diversidade de línguas no Brasil. Essa unidade imaginária configura as relações entre línguas e falantes, significa e regula a presença e a ausência de outras línguas no espaço nacional. Interdita a significação das demais línguas faladas no Estado nacional brasileiro como línguas nacionais ou como línguas maternas dos brasileiros. A discursividade do museu da língua é conformada por essa unidade imaginária, pela qual a língua portuguesa identificada com a escrita é significada como a única língua que constitui a brasilidade em face do Estado brasileiro.

No que diz respeito à configuração do espaço de enunciação brasileiro, espaço simbólico de relações entre línguas, as diferenças são absorvidas ou anuladas pela ideologia da língua oficial e nacional. Isso é feito, no museu, como analisamos, pelo processo discursivo que significa as relações entre línguas como contatos nos quais ocorrem empréstimos lexicais, mas não mudança que instaura uma língua diferente. Conforme propõe Pêcheux ([1981] 2004, p. 37), analisando a formação das línguas nacionais nas sociedades burguesas, como questão de Estado a questão da língua se formula

> com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõem antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas: a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente.

No caso da história brasileira, a classe burguesa que, após a Independência, formulou a questão da língua como uma questão nacional, o fez sob a forma da contradição, uma vez que a ideologia da colonização continuou estruturando sentidos para as línguas dos brasileiros. Efeitos dessa contradição na conformação do espaço de enunciação brasileiro foram analisados nesse ensaio.

O principal efeito dessa contradição é o imaginário de uma identidade única para os brasileiros, fincada na história portuguesa. Em nossa reflexão sobre esse imaginário de unidade identitária, lembramo-nos de Said (2004, p. 81) que, analisando como Freud aborda a questão da identidade judaica em *Moisés e o monoteísmo*, compreende que,

> até para as mais definíveis, as mais identificáveis, as mais obstinadas identidades comunais – para ele, esta era a identidade judaica – existem limites inerentes, que as impedem de ser totalmente incorporadas em uma, e apenas uma, Identidade.

A identidade judaica possui um "caráter irremediavelmente diaspórico e desalojado" (ibid., p. 81), porque Moisés, sobre quem se

erige tal identidade, não é judeu, é egípcio. Essa é a quebra ou falha original reprimida que funda a identidade judaica. Passar por cima dessa falha, diríamos dessa incompletude, produz efeitos, conforme o autor, na história de judeus e palestinos. Como formula Said, é "a história sempre aquela que vem depois e, quase sempre, ou passa por cima ou reprime a falha" (ibid., p. 82). O autor finaliza o texto indagando sobre a possibilidade de escrita de outra história na qual a diáspora pudesse "se tornar a fundação, na terra de judeus e palestinos, de um Estado binacional no qual Israel e Palestina sejam partes e não antagonistas da história e da realidade subjacente um do outro" (ibid., p. 82). Ele acredita que sim, é possível mudando-se o sentido da identidade judaica, pela compreensão de sua falha ou quebra original.

Como propõe Said (2004), a produção de identidade passando por cima ou reprimindo a falha, a diáspora, o desalojamento não é uma exclusividade dos judeus. Por essa entrada de leitura, interpretamos, a partir das análises, que o Museu da Língua Portuguesa (re)produz uma identidade (linguística) para os brasileiros cimentada em uma falha: o Brasil é formado por diferentes povos, no presente e no passado, com suas línguas, com seus modos de ser-estar-fazer, em complexas relações, e não por um povo único, com uma língua única e homogênea conformada pelo discurso identitário. Essa falha original da identidade brasileira produzida pelo Estado nacional apaga ou regula o funcionamento, de diferentes modos (coincidência entre as línguas oficial, nacional e materna, identificação das línguas nacional e oficial com a escrita, circunscrição das relações entre línguas a relações de empréstimos linguísticos, patrimonialização das "línguas minoritárias", etc.), das línguas que estão em relação constitutiva com a língua oficial e nacional. A forma como essa identidade é determinada pela ideologia da colonização interdita que, entre outras coisas, se possam desenvolver outras formações sociais ou outra forma Estado, a partir de outras relações entre língua, Estado e nação. Mudanças efetivas nas relações entre as línguas que constituem o espaço de enunciação brasileiro, com alterações significativas nas relações entre unidade imaginária e diversidade concreta, e com efeitos nas relações sociais, dando lugar a que as diferenças possam (se) significar politicamente, passam, incontornavelmente, pela

resistência à identidade predominantemente colonizada (re)produzida pelo Museu da Língua Portuguesa, pela resistência ao imaginário da unidade identitária nacional. O brasileiro não é português, e também não é um.

Referências

COURTINE, J.-J. (1999). "O chapéu de Clémentis". Trad. Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 15-22.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

_____. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.

_____. (2008). "Enunciação e História". In: _____. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: RG, p. 71-79.

MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes.

MASCARO, A. L. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo.

ORLANDI, E. P. (1996a). "Efeitos do verbal sobre o não-verbal". In: MAGALHÃES, I. (Org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 461-473.

_____. (1996b). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes.

_____. (1998). "Ética e política linguística". In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 1, p. 7-16. Campinas: Projeto HIL/Pontes.

_____. (2001a). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2001b). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.

_____. (2002). *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

_____. (2008). *Terra à vista. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da Unicamp.
_____. (2009). *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG.
_____. (2012). *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes.
PÊCHEUX, M. (1997a). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et. al. Campinas: Editora da Unicamp.
PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1997b). "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas". In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, p. 163-252.
PFEIFFER, C. C. (2005). "O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua". In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, p. 27-39.
SAID, E. W. (2004). *Freud e os não-europeus*. Trad. Arlene Clemesha. São Paulo: Boitempo.
SILVA SOBRINHO, J. S. (2009). "Acordo ortográfico e a unidade imaginária da Língua Portuguesa". In: *Revista do GEL*, v. 6, n. 2, p. 232-242. São Paulo: GEL.
SILVA SOBRINHO, J. S. (2014). *"A língua é o que nos une": língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa*. São Paulo: Hucitec.
_____. (2015). "Discursos sobre língua, tecnologias e efeitos de memória no Museu da Língua Portuguesa". In: *Polifonia*, v. 22, n. 31, p. 101-114. Cuiabá: UFMT.
STURZA, E. R. (2006). *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave: Museu da Língua Portuguesa, espaço de enunciação, discurso sobre a língua.
Key-words: Museum of Portuguese Language, space of enunciation, discourse about the language.

Notas

[1] Doutor em Linguística, atua em Teoria e Análise Linguística, nas especialidades História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso. E-mail: jose-simao@uol.com.br

[2] Colocamos entre colchetes a data em que a obra foi publicada originalmente. A data fora dos colchetes é a de publicação do exemplar consultado. Procedemos assim sempre que julgamos relevante situar cronologicamente a obra citada. As referências bibliográficas estão organizadas pela data de publicação do exemplar consultado.

[3] Do mesmo modo que Orlandi (2001b, p. 9), entendemos que "é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)". E isso ocorre "em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas" (ibid.).

[4] Guimarães (2005, p. 11) define a língua oficial como a língua de um Estado, "aquela que é obrigatória nas ações do Estado, nos seus atos legais", a língua nacional como a língua de um povo, "enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo", e a língua materna como, geralmente, "a língua que se apresenta como primeira para seus falantes". O apagamento dessas divisões da língua, no Brasil, produz um imaginário de unidade linguística que desconsidera a heterogeneidade da língua portuguesa e do espaço de enunciação brasileiro, no qual se falam muitas línguas diferentes.

[5] Entenda-se "discursividade" como sinônimo de "processo discursivo". A partir de Pêcheux ([1975] 1997a, p. 91), compreendemos que "*a discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual 'concreta' de habitar a 'abstração' da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função" (grifos do autor).

[6] Quando falamos em "apagamento", estamos nos referindo ao funcionamento da memória discursiva. Em tal funcionamento, o que é apagado, ou seja, o não-dito, o silenciado, continua produzindo efeitos no processo de significação. Sobre esse funcionamento da memória, recomenda-se a leitura de Courtine (1999).

[7] Em alguns municípios brasileiros, recentemente, línguas indígenas foram reconhecidas como línguas oficiais. Trata-se, contudo, de ações políticas restritas às jurisdições municipais, sem aplicação para o Estado nacional brasileiro.

LÍNGUA OFICIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO[1]

Mónica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP

Resumo: *Neste artigo, analisamos os efeitos sobre o processo de gramatização da língua portuguesa produzidos por políticas linguísticas explícitas, que intervêm declaradamente na luta contra práticas sexistas da sociedade. A questão do sexismo na linguagem não é nova no campo dos estudos da linguagem, porém, nossa pesquisa avança novas questões sobre o tema, ao investigar os efeitos sobre a língua oficial que essas iniciativas provocam. Analisamos dois documentos produzidos pelo Estado, um brasileiro e o outro português, cuja finalidade é promover equidade de gênero no uso da linguagem por parte da administração pública. Descrevemos o funcionamento destes documentos como novos instrumentos linguísticos, que impostos pela força do Estado, disputam ao gramático um saber sobre a língua.*

Abstract: *This paper analyzes the effects on the grammatization process of the Portuguese language in Brazil and Portugal, produced by explicit language policies, which declaredly aim to fight against sexist practices of society. The subject of sexism in language is not new in the field of language studies, but our research raises further issues on the subject, because of its focus on the effects on official language that these initiatives cause. We have analyzed two documents produced by the State, one Brazilian and the other Portuguese, whose purpose is to promote gender equality by the use of language in public administration. We describe these documents as new language tools, which are imposed by the State and also dispute with the grammarians the production of metalinguistic knowledge of the Portuguese language.*

1. A língua oficial

É constitutivo da relação do Estado nacional com as línguas faladas no seu espaço territorial o gesto institucional de privilegiar uma (ou

algumas) dessas línguas e instituí-las juridicamente como língua(s) oficial(ais). Guimarães (2005, p.11) define *língua oficial* como "a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais". A língua oficial resulta, portanto, de uma decisão de Estado que exerce pressão normativa sobre os aparelhos de Estado, notadamente o judiciário e a Escola, impondo essa língua como aquela exigida aos cidadãos na sua relação com a estrutura administrativa estatal[2].

A instituição de uma língua oficial encontra suas raízes históricas em processos de dominação política e econômica e se firma ao longo do tempo por meio de dispositivos legais e institucionais que fornecem o esteio a processos de instrumentação e institucionalização dessa língua. No caso do Brasil, a instituição do português como língua oficial é efeito do processo de colonização portuguesa e seu percurso pode ser traçado historicamente até o *Diretório dos Índios*, promulgado pelo Marques de Pombal (1757), gesto fundador de políticas linguísticas destinadas a impor a língua portuguesa no território brasileiro[3]. Os efeitos dessa imposição afetam constitutivamente os processos de subjetivação/individuação dos brasileiros, fazendo parte dos processos de construção de uma identidade nacional, sustentada pela homogeneização abstrata dos sujeitos em torno de uma língua oficial, imaginariamente una, homogênea e igual para todos os cidadãos do Estado: *a língua oficial da cidadania brasileira.*

Instituído/imposto como *língua oficial* do Brasil, o português foi objeto de um intenso processo de gramatização (AUROUX, 1992), pelo qual a língua do colonizador se instrumentalizou e institucionalizou no Brasil, enquanto *língua nacional,* de forma diferenciada ao modo como se deu em Portugal e em outros países onde a língua portuguesa também é língua oficial do Estado. Pelo seu percurso histórico, a gramatização brasileira deve ser analisada considerando sua relação constitutiva com diferentes memórias discursivas afetadas: pela presença viva das línguas indígenas e africanas no território nacional, pela extensão da prática das línguas gerais no passado colonial e ainda hoje em certos estados brasileiros, e pelos movimentos literários e políticos em defesa de uma nacionalidade brasileira identificada por oposição a Portugal. Este

forte processo de gramatização brasileira do português, aliado ao processo de escolarização da população promovido pelo Estado, permitiu a consolidação de uma unidade imaginária para essa língua, significada como *língua nacional*, isto é, não só como língua do Estado brasileiro, mas também da nação e povo brasileiros, representados imaginariamente na unidade e homogeneidade cultural e linguística historicamente construída para compor a evidência de uma identidade nacional.

Importa esclarecer que consideramos a *língua oficial* como uma dimensão da linguagem, no sentido definido por Payer (2009a; 2009b), que estuda os processos históricos e simbólicos que relacionam as línguas aos sujeitos e aos estados nacionais em termos de memórias discursivas. De acordo com esta autora:

> Uma língua é sempre habitada pela memória de outras, e cumpre explorar não somente o importante arquivo linguístico já objetivado na relação da sociedade com a língua (AUROUX, 1992), sob o estatuto de língua nacional, mas também explorar aquilo que 'da língua' restou no espaço do in-forme, do sem lugar, do ilegítimo da língua na própria língua. [...] A distinção é necessária ao nosso ver tanto de modo empírico (analítico) (quais são as línguas em questão, qual a sua materialidade, qual o seu funcionamento nas práticas de linguagem?; quanto de modo teórico: como funcionam no mesmo sujeito de linguagem as diferentes dimensões de língua nacional e de língua materna? (PAYER, 2009a, s.d.)

Assim, a autora explora os conceitos de *língua nacional* e *língua materna* como dimensões da ordem da memória, como dimensões da linguagem que têm lugares e funcionamentos distintos para o sujeito e na sociedade. Alargamos esta compreensão para pensar o funcionamento discursivo da *língua oficial*, entendida aqui como dimensão discursiva da língua, que é da ordem da memória e que afeta os processos de identificação-subjetivação, dado que participa, juntamente com as outras dimensões da língua, na estruturação do sujeito em sua relação com a linguagem.

Em trabalhos anteriores, analisamos o funcionamento discursivo do português como língua oficial do Brasil[4], mostrando os deslocamentos de sentidos produzidos nos processos históricos de sua definição jurídica. Como resultado das análises realizadas, demonstramos que a dimensão de língua oficial do português do Brasil é representada na memória discursiva por **condensação metonímica**, ou seja, como a somatória de uma *denominação* – Língua Portuguesa – e de uma *norma ortográfica* submetida aos embates políticos e ideológicos de acordos internacionais. Desta maneira, apresentamos o **corpo imaginário** da língua oficial como sendo constituído *materialmente* (na história e na língua) por **seu nome e sua grafia.** Estes seus traços materiais lhe outorgam imaginariamente uma estabilidade referencial que representam a língua oficial como sendo fixa na sua forma e funcionamento e sempre a mesma para todos os cidadãos do Estado brasileiro.

Por outro lado, o fato de a dimensão de língua oficial estar vinculada ao Estado, e especificamente a seus aparelhos jurídicos e administrativos, reforça o efeito de fixidez e homogeneidade que a significam discursivamente. No nosso trabalho temos investido recentemente em desnaturalizar o imaginário construído em torno da dimensão de língua oficial, mostrando teórica e analiticamente suas divisões e contradições constitutivas e os efeitos produzidos na sua forma e funcionamento pelos embates históricos e ideológicos que a tomam por objeto.

Neste artigo desenvolvemos uma reflexão nessa mesma direção, porém, abordando um aspecto ainda não explorado na nossa pesquisa, a saber: as inflexões produzidas na língua oficial do Brasil pelo debate sobre o sexismo na linguagem.

2. Políticas públicas inclusivas e a questão da língua

Para desenvolver nossa reflexão constituímos um corpus de documentos do Brasil e de Portugal, inscritos tanto no regime do jurídico quanto do pedagógico, entendidos aqui como ordens discursivas na sua relação com os aparelhos ideológicos do Estado. Esses textos de gênero legislativo-administrativo se instauram como uma intervenção normativa para promover o uso não sexista da linguagem na administração pública. Recortamos para fins de análise

no espaço restrito deste artigo dois textos, produzidos em relação a dois espaços estatais distintos:

1- *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, **Brasil,** datado em agosto de 2014[5]**.**

2- *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros, **Portugal,** datado em maio de 2009[6]**.**

A escolha deste material linguístico se fundamenta no intuito de descrever os efeitos produzidos sobre o imaginário da língua oficial, no que tange a sua forma linguística e seu funcionamento discursivo, por processos de gramatização distintos acontecidos historicamente em dois *espaços de enunciação* (GUIMARÃES, 2002; 2005) diferentes.

Em primeiro lugar, afirmamos nossa compreensão destes textos como *instrumentos linguísticos que participam do processo de gramatização da língua portuguesa.* Auroux (1992) define o processo de gramatização de uma língua como o desenvolvimento de tecnologias de linguagem que produzem um saber metalinguístico sobre a língua, afetando desse modo o funcionamento dessa língua em relação a outras em um espaço-tempo determinados. Para o autor, a gramática e o dicionário são as principais tecnologias de linguagem, após o surgimento da escrita, que permitiram objetificar a língua através de operações metalinguísticas, as que deram lugar a um saber específico, cuja institucionalização legitimou usos e modos de dizer-escrever. Além da gramática, do dicionário e dos diversos gêneros de glossários, listas lexicais e vocabulários, podem também ser considerados como instrumentos linguísticos outros textos com função didática-normativa, como manuais, guias, livros didáticos, cânones, entre outros. Neste sentido, os textos que selecionamos para análise serão considerados como instrumentos linguísticos e interpretados em relação aos processos de gramatização mais amplos nos quais se inscrevem.

Por outro lado, o caráter jurídico-administrativo de textos legais, destinados a prescrever e normatizar um determinado uso linguístico, ao tempo que interditam outros, é próprio da implementação de *políticas linguísticas*, sejam elas induzidas ou impostas pelo poder estatal, sejam elas resultado de práticas próprias da sociedade civil (políticas editoriais, mercado de ensino de línguas, etc.). Neste sentido, consideramos que os textos que constituem nosso corpus de pesquisa participam de movimentos mais amplos de políticas linguísticas que legislam sobre a língua portuguesa no seu estatuto de língua de Estado[7]. Eles foram produzidos em condições históricas diferentes, o que permite explorar as contradições de processos de gramatização acontecidos em espaços de enunciação distintos. Apontamos a seguir algumas dessas particularidades:

a- Dizem a respeito de duas línguas oficiais diferentes, embora se trate, em aparência, da mesma língua (o português). É importante destacar que do ponto de vista discursivo trata-se de fato de dimensões da língua portuguesa distintas, dado que comportam vínculos formais com dois Estados nacionais diferentes, cujas relações recíprocas foram marcadas por um processo de *colonização linguística* (MARIANI, 2004). Neste sentido, o português, enquanto língua oficial de Portugal, passou por um processo de gramatização diferente ao do português, enquanto língua oficial do Brasil.

b- Dizem a respeito de duas esferas distintas da administração pública e do poder de Estado: a esfera nacional, no caso do texto originado em Portugal, e a esfera estadual, no caso do texto originado no Brasil. Esta escansão espacial recorta diferentemente o funcionamento da língua oficial em relação a seu âmbito de jurisprudência, o que nos permite refletir sobre as contradições internas à língua oficial de um mesmo e único Estado nacional[8].

c- Em ambos os textos o estatuto prescritivo-normativo está presente explicitamente, embora a relação dessa normatização com a tradição gramatical e o ensino de língua no sistema escolar seja também diferenciado, como mostraremos na análise.

Em relação ao uso não sexista da linguagem, apontamos apenas que se trata de um debate tanto político quanto linguístico, cuja

origem se encontra principalmente nos movimentos feministas e de luta pelos direitos de igualdade entre gêneros. Refere-se à denúncia dos efeitos sociais e ideológicos do uso de formas linguísticas (lexicais e morfológicas) que reproduzem e reforçam representações preconceituosas das relações de gênero na sociedade. Em geral, apontam-se formas lexicais com conotação negativa, usadas para referir à identidade de gênero das pessoas (como, por exemplo, *bicha, traveco, sapatão, cadela,* etc), mas principalmente identificam-se formas de natureza gramatical, tocando na estrutura mesma do sistema linguístico, como é o caso da flexão de gênero morfológico das palavras e, mais especificamente, do uso já consagrado do gênero masculino como forma genérica não marcada para referir a ambos os gêneros gramaticais[9]. Também se inclui neste debate a resistência à flexão em gênero feminino de nomes que referem a cargos e funções tradicionalmente ocupados por homens (por exemplo, a recente polêmica no Brasil sobre o uso do termo *presidenta*). Trata-se, portanto, de um debate sobre os efeitos ideológicos das práticas linguísticas e sobre a natureza política do uso da linguagem, sobre o qual não nos estenderemos neste trabalho. Nosso foco está em compreender o modo como esse debate impacta o processo de gramatização da língua portuguesa nos dois espaços de enunciação que recortamos.

3. Instrumentação de uma língua oficial não sexista no Brasil

A criação e publicação do *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, Brasil, em agosto de 2014, se inscreve em um programa mais amplo de políticas públicas afirmativas, visando à promoção dos direitos da mulher, que inclui entre outras iniciativas: a criação da Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, a instituição das Patrulhas Maria da Penha, a implementação das Delegacias e Postos especializados no atendimento às mulheres e a adoção de um sistema de cotas de gênero em programas sociais.

> Pensar a linguagem como um elemento inclusivo e de promoção da igualdade de gênero é um dos desafios de uma administração que tem como propósito o enfrentamento a

> todas as formas de discriminação e segregação. Desde o seu início, esta gestão tem sido pautada pelo enfrentamento de temas no que diz respeito à garantia dos direitos das mulheres. Aderimos ao Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ação que foi reforçada por projetos como a Patrulha Maria da Penha e o Telefone Lilás, ampliamos a rede de atendimento às mulheres e a oferta de cursos de qualificação profissional em áreas como construção civil e na agricultura familiar. (*Por uma sociedade inclusiva*, Mari Perusso, Secretária da Assessoria Superior do Governador, *Manual*, 2014, p.11).

Neste sentido, os gestos administrativos de intervenção nas práticas linguísticas são significados na relação com outras decisões do aparelho político-administrativo do Estado de Rio Grande do Sul, que promovem a equidade de gênero nas políticas públicas. Não se trata, portanto, de uma iniciativa isolada, o que permite afastar uma interpretação idealizada do papel da linguagem na sociedade, que pregoaria que mudanças linguísticas acarretam necessariamente mudanças sociais.

> Queremos que este **Manual** se torne **mais uma ferramenta poderosa para que o Estado seja também invadido** pela construção da igualdade entre homens e mulheres" [...] "Este Manual determina e orienta a **"revisão" da linguagem internalizada na administração** do Estado do Rio Grande do Sul". (*Apresentação*, Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, *Manual*, 2014, p.9, grifos nossos)

Observa-se como o papel de instrumento linguístico que intervém eficazmente em um programa de políticas públicas aparece explicitado tanto na apresentação do Manual, de autoria do então governador do Estado de Rio Grande do Sul, Tarso Genro, quanto no interior do manual, pelas autoras do mesmo.

> Em geral, quisemos fazer um **manual com um caráter propositivo** porque seu objetivo mais imediato é proporcionar

> **ferramentas** que contribuam para "mudar a sociedade atual", pois ao promover que as mulheres sejam nomeadas estaremos potencializando uma mudança de mentalidades que conduzirá à criação de uma sociedade mais justa e equitativa. (*Manual*, 2014, cap. Sua estrutura e conteúdo, p.17, grifos nossos).

Por outro lado, é importante observar que a criação do Manual tomou por base uma publicação já existente, elaborada fora do Brasil. Trata-se do manual da *Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe – REPEM-LAC*, cuja coordenadora geral era, na época, Patricia Stella Jaramillo Guerra. No expediente da publicação brasileira se explicita esta origem *exógena* do manual, mencionando-se tanto a existência da publicação em espanhol quanto a tradução para o português, a cargo de Beatriz Cannabrava; também menciona-se a consultoria linguística realizada pelas especialistas brasileiras convidadas, Jussara Reis Prá, Leslie Campaner de Toledo e Télia Negrão, e o grupo de trabalho especificamente constituído para a elaboração do manual.

> **Realização: Grupo de Trabalho, Dec. Est. nº 49.995/2012**
> Evelise de Souza e Silva, Iria Melo de Souza, Marzie Rita Alves Damin, Luciana Lauermann, Gabriela Daudt, Claudia Ruzicki Kremer, Claudia Cardoso, Ramênia Vieira da Cunha, Marina Ramos Dermmam, Viviane Mafissoni, Maria Anita Kieling da Rocha, Eliane da Silva Alberche, Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira.

Já nas primeiras páginas do manual se fornecem informações relevantes sobre a instituição (REPEM LAC) que elaborou o manual tomado por base para o adotado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Na sua página institucional, esta organização é apresentada como segue:

> REPEM LAC desarrolla sus actividades en América Latina y el Caribe desde 1981. Es una **entidad civil** sin fines de lucro que cuenta con la participación de **65 instituciones, organizaciones y grupos de mujeres** en Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala,

> Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. (Disponível em: www.repem.org; acesso em 7 jan. 2016; grifos nossos)

Para efeitos de nossa análise, esta vinculação a uma ONG internacional com militância ativa e reconhecida no campo dos movimentos de mulheres na América Latina sinaliza uma inflexão no processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil na sua dimensão de língua oficial. A legitimidade de um gesto de intervenção por parte do Estado sobre essa língua aparece, assim, justificada com base na práxis social dos movimentos de equidade de gênero que ultrapassam as fronteiras do Estado nacional brasileiro. Trata-se de um gesto de interpretação da cidadania que considera as condições históricas concretas de seu exercício na sociedade, submetida às contradições constitutivas das relações de dominação. No jogo imaginário de representações que significam as relações dos sujeitos com a linguagem, é o lugar da militância feminista e sua prática política que legitimam uma intervenção na língua, e não o lugar de produção e institucionalização de um saber metalinguístico sobre a língua, representado pelo lugar do gramático, do linguista, do lexicógrafo[10] ou de outros especialistas.

Desta maneira, se projeta nos enunciados uma imagem de *Estado democrático, republicano, moderno, tecnológico e aberto* às demandas sociais.

> É tarefa dos governos **verdadeiramente democráticos e republicanos** combater as desigualdades sociais e econômicas, onde quer que elas se apresentem. A postura dos governantes no enfrentamento às discriminações e tratamentos desiguais, aos preconceitos de toda ordem e às ameaças a direitos humanos é o que dá conteúdo a estes governos. Insere-se neste contexto a crescente reivindicação pelo fim do tratamento discriminatório às mulheres [...] A **modernidade democrática**, assim, corrige mais uma das suas chagas. É incompatível com uma sociedade que se pretenda democrática e que desenvolve **tecnologias cada vez mais sofisticadas** e **instituições cada vez mais abertas.**

> ("Apresentação", Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, *Manual*, 2014, p.9, grifos nossos).

A língua oficial é representada, desse modo, como alvo emblemático das lutas por equidade de gênero travadas na sociedade e como espaço de intervenção possível do Estado na sua resposta a essa reivindicação social. Adotar na administração pública uma "linguagem inclusiva não sexista" simboliza metaforicamente o diálogo democrático entre a sociedade civil e o governo, tal como ele é projetado imaginariamente nos processos discursivos.

No Manual adotado pelo Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), observamos, ainda, outro deslocamento importante em relação aos processos de gramatização da dimensão de língua oficial do português do Brasil. Trata-se do modo específico como se constrói a representação da fonte de performatividade que sustenta o gesto de instituir uma normativa para a língua oficial. Assim, conforme aparece no texto, a condição de possibilidade e de legitimação desse gesto de política linguística (a *felicidade desse ato de linguagem*, para usar uma descrição em termos austinianos) não está dada pelo aparelho do Estado, mas pela *presença de mulheres* nos cargos públicos; ou seja, é novamente a práxis política e social que é representada como fundamento ético e social do fazer administrativo-jurídico do poder de estado.

> Abordarmos o tema da equidade, pautada pela linguagem inclusiva e não sexista, só é possível porque **hoje, neste Governo, temos a participação feminina em postos de comando e decisão**. ("Por uma sociedade inclusiva", Mari Perusso, Secretária da Assessoria Superior do Governador, *Manual*, 2014, p.11, grifos nossos).

Outro aspecto a destacar neste documento é o modo como aparece significada a relação da administração pública do Estado com o saber escolar e a promoção de práticas linguísticas específicas. Neste sentido, o *Manual* se representa em uma relação de *descontinuidade e ruptura* com o conhecimento gramatical reproduzido na escola e

materializado no discurso de gramáticos de renome e no texto de dicionários amplamente utilizados.

O *Manual* inclui criticas aos verbetes "homem" e "mulher" do *Dicionário Aurélio*, apontando para o androcentrismo dos mesmos, principalmente em relação às locuções fixas apresentadas nos verbetes, as quais são comparadas em duas colunas no texto para demonstrar seu funcionamento discriminatório e sexista. Trazemos a seguir um recorte dessa apresentação a guisa de exemplo, extraído das páginas 38 a 40 do *Manual*:

Depois de 14 definições para o verbete **homem**, o *Aurélio* lista as seguintes locuções:

Locução homem	Definição	Locução mulher	Definição
Homem da lei	Magistrado, advogado, oficial de justiça	Ø	Ø
Homem da rua	Homem do povo	Mulher da rua	Meretriz
Homem de ação	Indivíduo enérgico, ativo, expedito, diligente	Ø	Ø
Homem de bem	Indivíduo honesto, honrado, probo	Ø	Ø
Homem de cor	Homem negro ou mulato	Ø	Ø

11 Etimologia: origem e formação da palavra.

38

Imagem 1: recorte da apresentação do *Manual* sobre o verbete "homem" no *Aurélio*.

A lista de locuções referidas ao verbete "homem" continua na página seguinte do manual. Não reproduzimos aqui a tabela completa, pois o recorte que apresentamos é representativo do funcionamento discursivo que analisamos. Em seguida o *Manual* apresenta uma tabela com as locuções presentes no verbete "mulher" no mesmo dicionário *Aurélio*.

MANUAL
PARA O USO NÃO
SEXISTA DA LINGUAGEM

Porém, para o verbete mulher, além das 10 definições (sendo duas relacionadas com a sexualidade), encontramos uma série de 15 "pérolas" para as formações com ou sem hifen que, para o pessoal do dicionário, continua sendo uma palavra, no caso composta, mas palavra[12]. Todas com a mesma definição: Meretriz.

1. Mulher - dama
2. Mulher da rótula
3. Mulher da rua
4. Mulher da vida
5. Mulher da zona
6. Mulher de amor
7. Mulher de má nota
8. Mulher de ponta de rua
9. Mulher do fandango
10. Mulher do mundo
11. Mulher do pala aberto
12. Mulher-errada
13. Mulher-perdida
14. Mulher-solteira
15. Mulher-vadia

} Meretriz

Imagem 2: recorte da apresentação do *Manual* sobre o verbete "mulher" no *Aurélio*.

O *Manual* também traz uma citação do reconhecido gramático Evanildo Bechara e a avalia negativamente, apresentando-a como exemplo da tomada de posição da tradição gramatical, considerada pelas autoras do manual como sendo equivocada.

> Quando a presidenta Dilma Rousseff transformou em lei a obrigatoriedade de expedir diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido, **houve muita polêmica. O gramático (e acadêmico) Evanildo Bechara a reforça**:
>
> "Pela tradição, o masculino engloba os dois. Quando digo: "Almocei na casa de meus tios", tanto me refiro a tios como a tias. O masculino é usado nos diplomas porque engloba o feminino, **seguindo a tradição da língua**". (*Manual*, 2014, p.34, grifos nossos).

Deste modo, nas formulações do *Manual* desenha-se uma oposição entre o que é representado como *uso correto da língua* e o que é criticado como imposição da tradição gramatical; neste sentido, *uso correto* e *uso gramatical* da língua não coincidem, o que mostra

materialmente no texto a ruptura discursiva entre as dimensões de *língua nacional* (principalmente constituída pelo saber metalinguístico produzido no processo de gramatização)[11] e de *língua oficial* do português.

> Todas essas considerações colocam em questão a necessidade de elaborar um **recurso didático** que facilite **o uso correto da língua** e foram elas que levaram à formulação do presente manual, cujo objetivo geral é precisamente proporcionar às e aos servidores públicos uma **ferramenta clara e simples** que lhes sirva para **a implantação e o uso de uma linguagem inclusiva nas práticas escritas e orais de onde trabalham.[...]** Pretendemos contribuir para **eliminar** dos documentos, ofícios, relatórios, circulares, convocatórias, cartazes, materiais didáticos, etc. (elaborados nessas instituições) **o uso de uma linguagem sexista-discriminatória e utilizar uma alternativa de uso correto** que contribua para a equidade de gênero. Quisemos fazer um manual com um **caráter propositivo.** (*Manual*, 2014, p.16, grifos nossos).

Podemos, assim, afirmar que a dimensão de língua oficial, tal como é significada no *Manual*, se afasta do funcionamento da dimensão de língua nacional, produzida ao longo da história por meio da elaboração de gramáticas e dicionários e através da reprodução e divulgação desse conhecimento no ensino formal, na escolarização[12].

4. Instrumentação de uma língua oficial não sexista em Portugal

A publicação do *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, em maio de 2009, também é apresentada nos documentos como parte de um Programa mais amplo de políticas públicas.

> Os Planos Nacionais para a Igualdade (PNI) têm contemplado **um conjunto de medidas de cariz estruturante**, comuns a todos os sectores sociais e a serem implementadas por todos os

> órgãos da administração pública, central e local. Uma dessas medidas reporta-se à **comunicação institucional e à linguagem utilizada pelos serviços públicos**. Com o presente Guia pretende a Comissão contribuir para incluir a dimensão da igualdade de género na linguagem escrita (…), nomeadamente nos impressos, publicações, documentos e sites dos Ministérios e respectivos serviços, conforme consta no III PNI (2007-2010). ("Nota prévia", Elza Pais, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Guia*, 2009, p.9, grifos nossos).

Porém, à diferença do processo de intervenção política na língua oficial acontecido no Brasil, a elaboração e criação do *Guia* em Portugal não se reconhece nenhum vínculo textual com algum instrumento linguístico anterior formulado no exterior: o processo de instrumentação não sexista da língua oficial é, em território português, de natureza *endógena*. No entanto, as especialistas convocadas são, também, todas mulheres, atuantes no âmbito acadêmico e político do Estado.

> O presente **Guia** foi feito a partir dos trabalhos realizados entre 1999 e 2002, primeiramente pela equipa que concebeu e aplicou o *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens*, coordenado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e mais tarde por uma equipa constituída por Maria Helena Mira Mateus (Universidade Clássica de Lisboa), Graça Abranches (Centro de Estudos Sociais, Coimbra), Fernanda Henriques (Universidade de Évora), Teresa Alvarez (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres), Ana da Silva e Teresa Cláudia Tavares (Escola Superior de Educação de Santarém) e reunida sob a égide da então Secretária de Estado para a Igualdade, Maria do Céu da Cunha Rego. ("Nota prévia", Elza Pais, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, *Guia*, 2009, p.9, grifos nossos).

Outra diferença significativa deste documento é o fato de não representar nenhum vínculo com demandas sociais ou reivindicações de movimentos sociais. A iniciativa aparece justificada em relação à necessidade de promover uma *prática linguística democrática* capaz de produzir *uma redefinição do universo da cidadania.*

> Mais do que uma simples re-nomeação, uma substituição de umas formas por outras formas, o que está em causa é **uma redefinição do universo de utentes – um universo composto por cidadãos e por cidadãs.** A participação dos vários serviços públicos neste objectivo permitirá o posterior **alargamento das propostas deste Guia a outros domínios da linguagem administrativa e jurídica,** bem como a abordagem de outras questões de ordem gramatical, sintáctica e discursiva, de igual relevância para **uma prática linguística democrática.** (*Guia*, 2009, p.15, grifos nossos).

O *Guia*... inclui um capítulo intitulado "Enquadramento", no qual se explicitam os antecedentes jurídico-administrativos que servem de fundamento ao documento. Trata-se de resoluções, convenções e recomendações de organismos supranacionais (ONU, UNESCO, Conselho Europeu) e nacionais (Conselho de Ministros, Constituição Nacional). São esses textos e seu caráter prescritivo que aparecem representados no *Guia* como a fonte legitimadora do gesto do Estado português em relação à sua língua oficial. Consequentemente, também em relação à construção da performatividade do documento o texto do *Guia* de Portugal se diferencia do *Manual*... do Rio Grande do Sul-Brasil. Não é a práxis social e política que é posta como fundamento político (e ético), mas a atividade legislativo-administrativa do Estado e dos órgãos supranacionais com os quais o Estado mantém relações diplomáticas.

Contudo, a diferença mais significativa, a nosso ver, entre os dois instrumentos linguísticos que analisamos se encontra no modo como eles se inscrevem no processo de gramatização da língua portuguesa tanto do Brasil quanto de Portugal. Observa-se que o *Guia* adotado pela administração do Estado de Portugal é significado na *continuidade* do processo de gramatização.

O *Guia* menciona, avaliando-a positivamente, a tradição gramatical e a coloca como ponto de sustentação de uma política em prol de uma linguagem inclusiva.

> Mas já Fernão de Oliveira, **o primeiro gramático da língua portuguesa**, evidenciou a incorrecção substancial do masculino genérico ao escrever: *"Marido e mulher ambos são bons homens", enfim, posto que muitas desproporções ou dissemelhanças se cometem na nossa língua...* (*Gramática da linguagem portuguesa*, 1536, Cap. XLIX, apud *Guia*, 2009, grifos nossos).

Desta maneira, o *Guia* se inscreve na tradição gramatical sem descontinuidades e se beneficia da legitimação que ela produz. Destaca-se que o gramático citado é caracterizado como o "primeiro gramático da língua portuguesa", projetando assim imaginariamente sobre o processo de gramatização dessa língua um *efeito fundacional*[13], que sustenta a imagem de Portugal e seus gramáticos como fundadores da norma gramatical e, portanto, do *uso correto da língua portuguesa* em geral. Esta imagem de suposta unidade da língua portuguesa e de sua tradição gramatical é reforçada pela citação repetida e sem distanciamento crítico de fragmentos da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), de autoria de Celso Cunha, gramático brasileiro, e Lindley Cintra, gramático português, cuja primeira edição foi publicada em Lisboa.

> A utilização de formas duplas é geralmente considerada o recurso mais adequado e eficaz relativamente aos propósitos de visibilidade e simetria. No caso de haver adjectivo(s) aplicado(s) a formas duplas, dever-se-á recorrer à regra de concordância com o substantivo mais próximo, que segundo Celso Cunha e Lindley Cintra (*CUNHA*, 1984, p.274) é, aliás, a mais comum. (*Guia*, 2009, p.19).

O *Guia*, assim como o *Manual* que já analisamos, também é crítico em relação aos verbetes "homem" e "mulher" elaborados pela tradição lexicográfica, porém, o dicionário alvo de crítica é diferente: trata-se

do *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, coordenado por José Pedro Machado, na sua edição para o Círculo de Leitores, publicado em Lisboa em 1991. Observamos, portanto, que o processo de gramatização no qual se inscreve o *Guia* é centrado no território português e nos autores portugueses, o que reproduz o imaginário de metrópole cultural/gramatical de Portugal no espaço da "lusofonia'.

Apesar das críticas ao saber lexicográfico, no *Guia* prevalece, a diferença do que acontece no *Manual* brasileiro, sua ligação à tradição gramatical, à qual se somaria como mais um apêndice, o que produz como efeito de sentido a coincidência imaginária entre o *uso correto da língua* (as práticas relacionadas a uma linguagem inclusiva) e a *norma gramatical*. Desta maneira, embora o *Guia* promova uma mudança no uso e nas práticas da língua oficial, representa essa mudança como *continuidade e consequência* do saber metalinguístico produzido pelo processo de gramatização da língua portuguesa em Portugal.

5. Conclusão

Com este trabalho almejamos desnaturalizar os sentidos atribuídos geralmente ao conceito de *língua oficial* e às práticas linguísticas que esse termo nomeia. Por se tratar da relação de uma língua concreta com o aparelho jurídico-administrativo do Estado nacional, essa língua é usualmente interpretada como homogênea e estável, cristalizada na forma de um nome (sua denominação oficial) e uma grafia (estabelecida juridicamente a partir de uma acordo internacional). Costuma-se falar na *comunidade de países de língua portuguesa* para referir aos estados nacionais que adotam o português como língua oficial. Neste sentido, prevalece a representação imaginária de que se trata sempre de uma mesma e única *língua oficial*.

Ancorados nos postulados da Análise do Discurso e da História das Ideias Linguísticas, nossa compreensão do funcionamento da *língua oficial* é outra. Nós a consideramos como uma *dimensão da língua*, relacionada com as memórias que a significam na história. Portanto, a representação imaginária e o funcionamento discursivo da *língua oficial* é resultado do processo de gramatização que afeta uma determinada língua em um dado *espaço de enunciação*, considerando

o imbricamento de seus aspectos territorial e simbólico. Neste sentido, afirmamos que pensar a identidade das línguas e dos sujeitos dessas línguas em relação a um espaço de enunciação determinado é pensar uma determinada configuração territorial como espaço metaforizado pelo jogo contraditório de diversas memórias da língua, a partir das quais se produzem os processos de identificação simbólica e imaginária que constituem o sujeito do discurso na relação material entre línguas co-existentes[14].

Com as análises realizadas, acreditamos ter demonstrado as diferentes inflexões e contradições que determinam a língua oficial em diferentes espaços de enunciação. Vimos que, mesmo tomando uma "mesma" língua por base (o português) e vinculando os gestos de intervenção sobre ela a uma mesma preocupação social (instaurar um uso não sexista da linguagem nos documentos e práticas da administração pública estatal), o modo de representação e significação da língua oficial é diferente no *Manual* brasileiro e no *Guia* português.

O traço mais marcante dessa diferença se coloca em relação à tradição gramatical e a seu papel de fundamento legitimador do gesto estatal de intervenção na/e instrumentação de/da língua oficial. Atribuímos essa diferença aos efeitos do processo de colonização linguística sofrido pela língua portuguesa no Brasil, os quais afetaram inescapavelmente o processo de gramatização dessa língua no Brasil. Deste modo, os gestos de política linguística nos quais se origina a elaboração do *Manual* não se inscrevem na tradição gramatical nem na continuidade de um saber metalinguístico reproduzido pelo aparelho escolar. Diferentemente, no caso de Portugal, a instrumentação de uma língua oficial não sexista encontra seu esteio no saber gramatical, com o qual não rompe.

Esta diferença também afeta o modo de representação, nos textos que analisamos, da relação entre ensino e língua. No caso do Brasil, a administração pública e as instâncias do governo são significadas na ruptura com o saber escolar acumulado através do tempo. As práticas linguísticas da Administração pública teriam a função de *fomentar uma cultura que não foi ensinada nas escolas*, servindo como exemplo.

> A mensagem, que é transmitida pela **Administração e as instâncias de governo**, atingem a muitas pessoas, e é **um exemplo** do que se pode dizer ou não, e do que se deve fazer ou não.
> **Nas pessoas que ocupam altos cargos está, em grande parte, a responsabilidade de fomentar uma cultura que não foi ensinada nas escolas** e que, a partir de encaminhamentos de diferentes programas desenvolvidos pelas secretarias, pode ser impulsado com certa eficácia. (*Manual*, 2014, p.76, grifos nossos).

No caso dos documentos produzidos em Portugal essa ruptura ou não coincidência entre a língua oficial (aparelho jurídico-administrativo do Estado) e a língua nacional (aparelho escolar e tradição gramatical) não se dá.

Finalmente, para concluir, destacamos que essas políticas públicas de intervenção linguística agem principalmente em relação às práticas de escrita que estão na base do funcionamento da burocracia dos aparelhos de Estado. Reforça-se, assim, a imagem construída sobre a dimensão de *língua oficial*, que a representa frequentemente como *língua de escrita*. Apesar da dominância da escrita nas práticas de normatização de um uso correto não sexista da língua, ambas as cartilhas representam uma continuidade imaginária entre a escrita e a oralidade. A *língua oficial*, na sua forma escrita, promoveria mudanças que impactariam também as práticas orais da Administração pública e, ao mesmo tempo e como efeito dessa primeira mudança, produziria uma injunção à mudança nas práticas de escrita e oralidade da sociedade.

> Como o objetivo é promover a igualdade de tratamento entre mulheres e homens **na administração pública**, apresentamos o Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista, [...] que, a partir de agora, **orientará a linguagem escrita dos ofícios e publicações do Poder Executivo Estadual** [...] Com **discursos e documentos oficiais do Governo** que incluam expressões no feminino, garantiremos a maior visibilidade das mulheres e

> caminharemos rumo à mudança cultural e social tão necessária em nosso Estado. (*Manual*, 2014, Brasil).

> Com o presente **Guia** pretende a Comissão contribuir para incluir a dimensão da igualdade de género **na linguagem escrita (…), nomeadamente nos impressos, publicações, documentos e sites dos Ministérios e respectivos serviços.**(*Guia*, 2009, Portugal).

Assim, a promoção de uma linguagem inclusiva a partir de iniciativas do Estado, por meio de seu aparelho jurídico-administrativo funciona historicamente como um gesto de política linguística que se inscreve, para significar, nas memórias discursivas que afetam essa língua e nos processos de gramatização que a instrumentam na sua dimensão de *língua oficial.*

Referências bibliográficas

ARAÚJO, A. F. C. (2007). *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do Diretório dos Índios.* Maceió: edUFAL.

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização.* Campinas: Ed. da Unicamp.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. *Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem*. Rio Grande do Sul, 2014.

GUIMARÃES, E. (2005). *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil.* Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp.

_____. (2002). *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes.

MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística.* Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (2002). *Língua e conhecimento linguístico.* Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.

ORLANDI, E. (org.). (2007). *Política Linguística no Brasil.* Campinas: Pontes.

PAYER, M. O. (2009a). "Dimensões Materna e Nacional das Línguas". In: *Anais do SILEL.* V.1. Uberlândia: EDUFU.

_____. (2009b). "Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade". In: ZOPPI

FONTANA, M. (Org.). *O Português do Brasil como língua transnacional.* Campinas: RG Editora, p.43-58.

PFEIFFER, C. (2005). "O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua". In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M. B. de (Orgs.). *Sentido e Memória.* Campinas: Pontes, p.27-40.

PORTUGAL. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Presidência do Conselho de Ministros. *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública.* Lisboa, 2009.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. (2006). "A Linguagem Politicamente Correta no Brasil: Uma Língua De Madeira?". In: Revista *POLIFONIA.* V.12. N.2, p. 47-72. Cuiabá: EdUFMT.

YAGUELLO, M. (2014). *Les mots ont un sexe: pourquoi.* Paris: Points.

_____. (1978). *Les mots et les femmes*. Paris: Payot.

ZOPPI FONTANA, M. (2013). "Equívocos da/na língua oficial". In: DIAS, C.; PETRI, V. (Orgs.). *Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise.* Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), p.275-296.

_____.(2012). "A arte do detalhe". In: Web-Revista *Discursividade: Estudos Linguísticos.* V.9, jan.-mai. Disponível em http://www.discursividade.cepad.net.br/. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. (2011). "Língua política: modos de dizer da/na política". In: ROMÃO. L.; ZANDWAIS, A. (Orgs.). *Leituras do político.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.65-82.

_____. (2010). "Legislar sobre a língua". Resumo expandido. *GT de Análise de discurso: XXV ENANPOLL.* Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: http://www.anpoll.org.br/eventos/enanpoll2010/data/admin/exibe_resumo.php?CodResumo=549. Acesso em 25 ago. 2011.

_____. (2009). "Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua". In: *Anais do IV SEAD-Seminário de Estudos de Análise de discurso.* Porto Alegre: UFGRS. CD-r Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s2_Mónica.pdf. Acesso em 29 set. 2011.

_____; DINIZ, L. R. A. (2008). "Declinando a língua pelas injunções do Mercado: institucionalização do português língua estrangeira". In:

Revista Estudos Lingüísticos. V.37. N.3. São Paulo: GEL, p.89-119. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_INTEGRA.pdf. Acesso em: 7 jan. 2016.

Palavras-chave: instrumentos linguísticos, cidadania, língua oficial, sexualidade, discurso jurídico.
Keywords: linguistic tools, citizenship, official language, sexualitiy, legal discourse.

Notas

[1] O presente artigo é uma versão revisada e ampliada de uma comunicação sobre o mesmo tema apresentada no V SIMELP, realizado na Universitá di Salento, em Lecce (Itália), em outubro de 2015.
[2] Retomamos brevemente a seguir considerações sobre a língua oficial desenvolvidas em Zoppi Fontana (2013).
[3] Cf. Araújo, 2007; Mariani, 2004.
[4] Cf. Zoppi Fontana (2009; 2010; 2011; 2012; 2013).
[5] Doravante *Manual*.
[6] Doravante *Guia*.
[7] Cf. Orlandi (2002; 2007) para uma análise das políticas linguísticas em relação ao processo de gramatização do português no Brasil.
[8] Em 30 de janeiro de 2014 o governador Tarso Genro promulgou a lei estadual 14.484 que impõe o uso de linguagem inclusiva não sexista em todos os órgãos e práticas da administração pública do estado de Rio Grande do Sul. Não existe na administração federal do Brasil, até onde temos conhecimento, nenhuma lei do mesmo teor. Em 2002 foi apresentado um Projeto de Lei Complementar (PLC 102-2002) no Senado Federal contendo uma iniciativa semelhante, porém esse projeto, após ser aprovado no Senado, foi arquivado na Câmara de Diputados sem sanção.
[9] Cf. Yaguello (1978; 2014); Possenti e Baronas (2006).
[10] Entendemos o funcionamento do *lugar* do gramático, do lexicógrafo, do linguista, etc. no sentido definido por Guimarães (2002) para a figura enunciativa do *locutor-x*, ou seja, como o lugar social representado pelos enunciados e a partir do qual enuncia o Locutor, compreendido como o responsável pela enunciação.
[11] Cf. Pfeiffer (2005); Payer (2009).
[12] Pfeiffer (2005) analisa o efeito de coincidência e sobreposição produzido entre a língua nacional, a língua oficial e a língua materna no processo de escolarização.
[13] Zoppi Fontana (1997).
[14] Cf. Zoppi Fontana, M.; Diniz, L. (2008).

AS MIGRAÇÕES E AS LÍNGUAS, AS RELAÇÕES ENTRE O PORTUGUÊS E O FRANCÊS NA SUÍÇA: UM ESTUDO DO ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO

André Stefferson M. Stahlhauer
UEHPOSOL/UFSCar/FAPESP 2010/15546-0
Soeli Maria Schreiber da Silva
UEHPOSOL/UFSCar

Resumo: *Devido aos inúmeros movimentos migratórios, a Suíça tem se tornado cada vez mais heterogênea em sua configuração populacional e linguística. Graças aos acordos de livre circulação entre os europeus, à crise político-econômica em Portugal e à crescente oferta de mão de obra, a Suíça tornou-se um bom lugar para os portugueses trabalharem. Eles representam a terceira maior comunidade (de língua) estrangeira neste país, atrás somente dos alemães e italianos. Nosso objetivo nessa discussão é observar os processos enunciativos envolvidos na produção dos sentidos sobre a língua portuguesa em relação às outras da e na Suíça e de seus falantes, enquanto categorias do simbólico. Predicados como "trabalhadores discretos", os portugueses, as suas falas e as falas sobre eles podem ser notadas em materiais oficiais, produtos alimentícios, slogans e fachadas de lojas e armazéns ou em tantos outros ambientes. Ou seja, fala-se o português na Suíça e tal gesto significa em um espaço já tomado por outras línguas, por outras identidades e divisões sociais.*

Abstract: *Due to numerous migratory movements, Switzerland has become increasingly heterogeneous in population and language configuration. Because of the free movement across Europe agreement, the political and economic crisis in Portugal along with the increasing of manpower supply, Switzerland has become a good place for Portuguese people opportunities. They are the third largest foreign community (of language) in this country, being found only behind Germans and Italians. Our goal at the present work is to*

observe the enunciative processes involved in the production of meanings about the Portuguese language in relation to the other of and from Switzerland and their speakers as symbolic categories. Named as "discrete workers", Portuguese speakers, together with their speeches and the speeches about them can be noted in official materials, food products, and slogans storefronts and warehouses as well as in many other environments. In this way, Portuguese language is spoken in Switzerland, supporting the idea that this is a place already taken by other languages, other identities and social divisions.

1. Introdução

Apresentamos, neste trabalho[1], uma reflexão sobre a relação entre línguas no que estamos considerando como o espaço enunciativo da Suíça. Mostramos como se dá a abertura de um espaço de significação da língua portuguesa na Suíça, a partir da imigração, a fim de entender a configuração da relação entre a língua portuguesa e a língua francesa no espaço de enunciação da Suíça.

Sob a ótica da Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002), realizamos um debate sobre as relações entre línguas, que se dão nos enunciados, nossa unidade de análise, das nomeações e das predicações de estabelecimentos comerciais, produtos de supermercados (em rótulos), para poder interpretar como esses processos ressignificam um espaço já afetado por outras línguas, no caso específico desses dados, o francês, uma das línguas oficiais e nacionais na Suíça. Dito de outro modo, interessa-nos o modo como o português (língua e falante) fala nesse espaço-outro. O que se nota é que a partir da imigração, o português aparece afetado, redividido a partir dos agenciamentos desse espaço-outro, para além dos países cuja língua oficial e nacional é a portuguesa, e que essas enunciações em português e francês particularizam o espaço de funcionamento dessa(s) língua(s).

Da imigração, desse movimento, aparecem suas locuções: portugueses que falam, que significam, “dão margens” para outros delineamentos em língua portuguesa. Sua língua os presentifica, mostra que ali eles estão, a falar (ou falando), ou, de certo modo, cedendo a palavra, sendo afetados por outras, em outras línguas, e isso

produz sentidos e os identifica. Pretendemos, com isso, melhor vislumbrar de que maneira se configuram as relações entre as línguas, os seus falantes e seus espaços.

2. O espaço de enunciação da Suíça

Factualmente, no campo da política, a Confederação Helvética[2] é reconhecida por seu êxito democrático. Relativamente às línguas, segundo François Grin (2000, p. 258-259), há três instrumentos principais da gestão das línguas na Suíça: 1) a territorialidade, 2) a liberdade da língua, 3) a subsidiaridade, que servem de modelo para a sua "repartição" nos cantões. Este modelo que se "*verse et renverse*"[3] sobre o unilinguísmo ou sobre o monolinguíssimo (GRIN, 1999, p. 259-260) é regulado por uma prática monolíngue, pois é opcional ao cantão o ensino de alemão, a "língua majoritária", embora o alemão padrão (*Hochdeutsch*) e o inglês sejam ensinados em todo o território.

Sem nos atermos em definições com números e estatísticas exaustivas, o que nos interessa neste espaço de enunciação é sua especificidade: 4 línguas oficiais e nacionais, "repartidas" em 26 cantões. Oficialmente são dezenove cantões germanófonos, quatro cantões francófonos, três bilíngues (francês e alemão), *Valais*, Friburgo e Berna; um cantão trilingue: fala-se italiano, alemão e reto-romance nos Grisões. Essas regiões linguísticas mais o último cantão deram origem aos três outros agrupamentos linguísticos que compõem a atual Confederação de Estados: I. Suíça românica, II. Suíça alemã e III. Suíça italiana. Essas são designadas como as três macrorregiões que se caracterizam por suas diferentes constituições linguístico-identitárias:

I'. A Suíça que fala línguas românicas
II'. A Suíça que fala alemão
III'. A Suíça que fala italiano

A identidade da língua coincide com a identidade da região e do território, onde se fala tal ou tal língua. Para além desse funcionamento oficial, outras divisões dessas línguas nos interessam nesses espaços, como os funcionamentos que extrapolam o das línguas

oficiais e nacionais, o que os reorganizam de outro modo, para além de seu funcionamento normativo e oficial.

Devido aos inúmeros movimentos migratórios, a Suíça tem se tornado cada vez mais heterogênea em sua configuração populacional. Devido ao acordo de livre circulação entre os europeus, à "crise político-econômica em Portugal" e à crescente oferta de mão de obra, a Suíça tornou-se um bom lugar para os portugueses trabalharem e migrarem. Predicados como "trabalhadores discretos"[4], segundo publicações oficiais, eles são "mal integrados". Os portugueses representam a terceira maior comunidade (de língua) estrangeira neste país, atrás somente dos alemães e italianos, configurando, portanto, a terceira comunidade estrangeira em número e que não "fala" inicialmente uma língua nacional ou oficial da Suíça. A imigração é mais expressiva nas regiões metropolitanas de Zurique, em algumas localidades do cantão do *Valais*, mais precisamente em *Täsh*[5], próximo à capital *Zermat* ou na *Romandie*, na Suíça francófona, onde vivem cerca de quarenta mil portugueses. Suas locuções mostram sua presença em inúmeros pontos desses lugares: trens, metrôs, banners, fachadas, creperias, padarias, nos produtos de supermercados e, sobretudo, nas cafeterias, guaritas de prédio e nos canteiros de obras. Os portugueses são trabalhadores na Suíça.

O espaço de enunciação, tal como é definido por Guimarães (2002), é um espaço político, no qual se articulam a política e o político. A primeira é a instância do jurídico, da normatividade e o segundo é a contradição dessa normatividade. A tensão que determina o que diz um Locutor afetado por uma língua já recortada por outras significações que definem seus sentidos. Ou seja, falar em português é diferente de falar em francês à medida que esses idiomas identificam falantes, e falar português na Suíça é um gesto político. Nosso trabalho será mostrar como se constitui esse gesto no funcionamento enunciativo.

Em Guimarães (2002, p.13), encontramos explicitada a noção de espaço de enunciação:

> [...] são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou

> seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papeis, e do conflito, indissociado desta deontogia, que redivide o sensível, os papeis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político [...].

O espaço de enunciação tem a ver com o enunciável e o político, com o agenciamento enunciativo: aquilo que se diz, o modo como se diz e quem diz em um espaço afetado por uma política. Dessa maneira, quando falamos do espaço de enunciação da Suíça, estamos nos referindo aos espaços configurados por línguas e falantes de línguas que normativamente se instituem como línguas da Suíça e suas relações com outras línguas. Nesse movimento, delineia-se uma cena enunciativa particular, a das imigrações, em que se delineiam os espaços de funcionamento entre o funcionamento das línguas dali e o de outras línguas, a língua do Outro, do estrangeiro. Quando falamos de divisões nos referimos aos falantes e às línguas e suas redivisões no acontecimento da enunciação. Comumente, encontramos as línguas divididas das seguintes maneiras:

> Língua materna: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes.
> Língua alheia: é toda língua que não se dá como materna para os falantes em um espaço de enunciação.
> Língua franca: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum.
> Língua nacional: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo.
> Língua oficial: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações do estado, nos seus atos legais.

> Língua estrangeira: é a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência. (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

Se as relações entre o português e o francês na Suíça se dão recortadas por estas divisões sobre elas, podemos observar a maneira pela qual elas podem adquirir outras divisões determinadas pela representação do espaço de enunciação, por sua configuração material, através de outros processos de significação, pois, relativamente às definições acima, o espaço de enunciação é o modo de distribuir as línguas que estão em relação.

> Qual é o lugar da língua materna para seus falantes, ou o da língua nacional, assim como o da língua oficial, ou ainda o da estrangeira? E esta distribuição é sempre marcada por uma desigualdade politicamente construída. Ou seja, a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para esta hierarquia. (GUIMARÃES, 2006).

3. A semântica do Acontecimento e os espaços de enunciação da Suíça

Observamos os processos em questão sob a ótica da Semântica da Enunciação, mais precisamente sob o olhar dos conceitos desenvolvidos por Eduardo Guimarães (2002), que estabelecem uma relação entre a linguística e a história e que consistem em observar o funcionamento da enunciação em seu acontecimento.

De acordo com o autor, as línguas funcionam em relação aos seus falantes em espaços afetados por uma política que as re(divide) desigualmente. Desse modo, se fazemos menção às condições de enunciabilidade das línguas envolvidas, mostramos que entre o português e o francês a relação já se dá afetada por uma política que delineia seus espaços de funcionamento de modo específico. É importante ressaltar que, sob esse ponto de vista, esses cruzamentos são observados em sua intersecção, a qual não é vista como um estágio intermediário de aprendizagem, uma interlíngua, mas eles têm

uma forma histórica, significam em processos em que resistências, deslizes, equívocos falam, produzem sentido.

Sendo a enunciação um processo histórico, no sentido materialista, tais processos são constituídos em um embate, sempre tensionado em posições, em interesses pelos modos de acesso à palavra, em que tais produções enunciam de lugares de dizer e de lugares sociais do dizer, fazem injunções ao interpretável, recortam memoráveis, e então, citamos mais uma vez Guimarães (2002), para quem enunciar é estar recortado por temporalidades: a enunciação é assim um recorte do passado, um presente que não se confunde com o tempo na língua, e uma injunção à interpretação.

Essas instâncias têm seus interstícios, suas integrações, em que a movimentação, extremamente rápida, não permite a observação das divisões. Desse modo, pretendemos marcar a divisão, a tensão, a resistência, determinante do sentido no presente do acontecimento, pois o sujeito está agenciado pelo modo como as línguas estão distribuídas nesse espaço de enunciação. O francês é a língua oficial e nacional, e o português, a língua do estrangeiro, do Outro, que não é dali.

Das enunciações aos espaços, os falantes redividem o português e o francês de um modo específico. Esses acontecimentos ressignificam esses espaços: extrapola-se o limite do oficial, do normativo, no sentido de que ali sempre há deslizamentos, movimentações e isso é resultado das relações entre as duas línguas. Do público, no comércio etc., ao privado, se encontram diferentes textos. Em nosso recorte, o português não acontece no âmbito oficial, no âmbito político, e é preciso salientar que o idioma não aparece nas relações oficiais do Estado suíço. Aparece, pois, nas casas portuguesas, em seus restaurantes, nos supermercados, em suas churrascarias, isto é, no comércio e em mídias específicas, jornais dirigidos a portugueses, nas associações portuguesas. Para realizarmos as análises, consideramos os procedimentos de textualidade propostos por Guimarães (2002, 2010, 2011).

4. Cena enunciativa e texto

Um aspecto importante da enunciação é o falante. Para Guimarães (2002, p.18) “só há línguas porque há falantes e só há falantes porque

há línguas". Essa relação necessária entre falantes e línguas é fundamental para compreender o funcionamento da enunciação, pois é desse modo que emerge a questão do sujeito e da história. É nessa imbricação que se dá o apagamento do lugar social pelo Locutor. "Em outras palavras, o eu do Locutor é o eu que não sabe que fala em uma cena enunciativa. É assim um eu que desconhece que fala de algum lugar" (GUIMARÃES, 2002, p. 25).

A questão da cena enunciativa aqui é o modo como se apresentam os falantes e o modo como a língua se redivide nesse espaço pela relação e pelo cruzamento entre as línguas. Esta é caracterizada por modos de acesso à palavra e, dessa maneira, os modos como os enunciados aparecem inscritos nos textos: sob as formas de fachadas, de banners, de rótulos, de slogans etc., formulados por falantes.

4.1. As operações enunciativas e os procedimentos de análise

Tendo em vista nossa posição teórica e metodológica, na qual se formula a questão da unidade de análise, os enunciados em português e em francês nos rótulos, banners, fachadas, etc., consideramos dois tipos de procedimentos de modo que as relações semânticas de sinonímia, antonímia, hiperonímia, homonímia, ambiguidade e polissemia se dão operadas por eles: a reescrituração e a articulação.

Segundo Guimarães (2007, p.84), a reescrituração é o "procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si". Este procedimento "atribui (predica) algo ao reescriturado". Esta reescrituração é o procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido de um texto (GUIMARÃES, 2007, p. 84) e esta pode se dar por seis procedimentos: repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição, e por seis modos, sinonímia, especificação, desenvolvimento, generalização, totalização e enumeração.

Outro procedimento enunciativo que estabelece relações de sentido entre palavras e expressões é a articulação. Articular é estabelecer uma relação de sentido entre unidades linguísticas em sua contiguidade.

> Em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou

> seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação. (GUIMARÃES, 2009, p. 51)

Conforme Guimarães (*Idem*), a articulação se dá de três modos, por dependência, incidência e coordenação. É em uma coordenação que temos uma enumeração. Para se ter uma enumeração é necessário que entre os itens enumerados haja acumulação, coordenação e contato.

4.2. Em território helvético se fala raclette, rösti, pasta, pizza, leitão e frango

Anúncios, banners, fachadas, produtos (rótulos) do supermercado, nesses suportes, acontecem as enunciações em português e francês: seus produtos, seus ingredientes, seus hábitos, missas em português, inscrevem-se nesse espaço, pois seu falante ali está. A seguir, apresentamos alguns enunciados em que acontecem as relações entre o português e o francês. As análises estão dispostas nas descrições, que se encontram embaixo de cada exemplo, e nas interpretações, colocadas após todas as descrições.

Exemplo 1

Figura 1[6] – fachada da loja Casa Graça, em Lausanne, Vaud.

Figura 2- Painel de anúncio da Casa Graça

Enunciado em português:
(A) Aceitamos encomendas de frangos costelas e leitão todos os domingos
Enunciado em francês :
(A') On accepte des comandes de poulet, côte de porc et cochon de lait tous les dimanches.

Aqui há um enunciado em português e outro em francês que se reescrevem por repetição e sinonímia, em que o falante de português traduz o enunciado para o francês. O locutor-comerciante está dividido pelo dizer em português e pelo dizer em francês.

Na Figura 1, o português aparece com uma tipografia maior, com mais destaque que o francês, numa relação de embate que a hierarquiza.

Exemplo 2

Figura 3 - Placa de anúncio no interior da casa portuguesa, em Friburgo, Suíça.

Enunciado em português:
(b) CASA CENTRAL
Enunciado em francês:
(c) PAIN FRAIS 7/7

Por estarem justapostos, podemos descrever a relação entre os enunciados (b) e (c) por meio de uma paráfrase *(b.c) Casa central vende/vend pain frais/pães frescos 7/7*, que estabelece uma relação de sentido entre os dois enunciados por uma relação de predicação. Há nesse caso dois falantes: o de português em (b), uma nomeação do estabelecimento comercial e em (c), o falante de francês que reescreve o nome do estabelecimento por especificação do produto por expansão.

Exemplo 3

Vitrine de açougue e charcuteria, na Bourdonette, bairrro de Lausanne

Enunciado em português:
(d) Luso Carnes - nomeação
Enunciado em francês:
(e) Boucherie-Charcuterie – especificação e expansão.

Exemplo 4

Figura 5 - Cartão de visitas de churrascaria

Enunciados em português:
(f) Churrascaria Mondego
(g) Fornecemos também em grandes quantidades para casamentos, Batizados, Comunhões, Aniversário, Festas de Fim de Ano e Jantares de Empresas
Enunciado em francês:
(h). (h1) Churrascaria Mondego (h2) vous remercie de votre fidélité !

Em (f) e (h) temos enunciações em português. Em (h).(h1) temos enunciações em português e em francês. Nesse caso, (h).(h1) reescreve por repetição em (*f*) Churrascaria Mondego e predica (f), em francês, em (h2) *vous remercie de votre fidelité*, pelo memorável, os serviços apresentados pelos portugueses.

Exemplo 5

Figura 6 - Produto em Supermercado de Renens – Vaud

Enunciados em português:
(E) Fula
(F) Óleo Alimentar com Aroma natural
(G) Contém óleos vegetais refinados
Enunciado em Francês. Reescrituração do nome por repetição e expansão.
(H) Fula huile végétale - locutor vendedor

Temos em (F) uma reescrituração por definição e por expansão do nome Fula (E); e em (G) uma reescrituração por especificação e por desenvolvimento do nome Fula (E).

Nesse sentido, tem-se uma interpretação, uma tradução, dos enunciados (E), (F) e (G) em (H), em português para o francês. Há aí o locutor-vendedor, considerando as figuras da enunciação definidas anteriormente, pois o nome do produto é traduzido para o francês em uma legenda de modo a caracterizar um produto a ser vendido no supermercado.

Exemplo 6

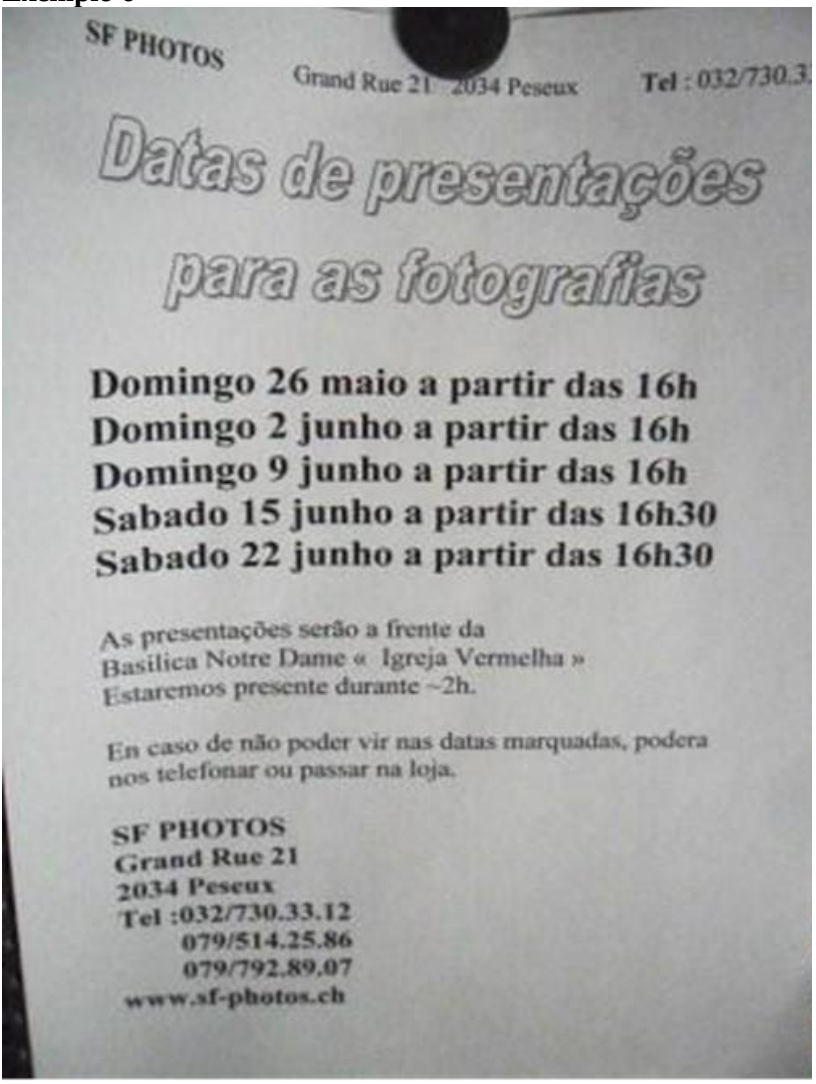


Figura 7 – Os cruzamentos entre os falantes de francês e português na suíça

(I) "Datas de presentações para as fotografias
(J) As presentações serão a frente da Basílica Notre Dame – Igreja Vermelha –
(K) Estaremos presente durante – 2h.
(L) En caso de não poder vir nas datas marcadas, poderá nos telefonar ou passar na loja."

Podemos interpretar as relações entre o português e o francês dos enunciados nas seguintes paráfrases:

(I') "As presentações" ~ "les présentations"
(L') Em caso de "ausência" ~ (L'') "en cas de ne pas pouvoir venir"

Percebe-se em (I), (J), (K) e (L) o cruzamento entre os falantes das duas línguas nas enunciações em língua francesa e em língua portuguesa. As relações, nesse caso, revelam outra divisão da língua portuguesa-francesa. Nesse movimento, as enunciações se entrecruzam nas duas línguas, inscrevendo-se, na morfologia e na sintaxe entre o português e o francês. Temos os falantes do português nas duas línguas e na mistura das línguas.

Na organização desses espaços temos, então, que as enunciações significam as relações entre o francês e o português: há a representação dos falantes das duas línguas nos enunciados. O que se observa em todos os casos é a operação dos dois falantes nos acontecimentos: o português na nomeação, que identifica os estabelecimentos comerciais: Casa da Graça (Figura 1), Casa Central (Figura 2), Luso carnes (figura 3), Churrascaria Mondego (Figura 4), e o francês nas reescriturações, que determinam o sentido do nome do estabelecimento, como nos acontecimentos (A) à (b), (d), (f) (g), (h) e (i). Esses acontecimentos redividem os falantes e os lugares sociais e colocam o português e o francês em relação no espaço enunciativo da Suíça, de um modo muito específico: o português identifica e o francês determina as nomeações e os sentidos das enunciações em português. O português se diferencia do francês pelo modo como é redistribuído. A língua não aparece, por exemplo, nas placas de aviso,

nem de rua, ou de trânsito (espaço oficial). A relação entre as línguas acontece no supermercado, na churrascaria, nas casas portuguesas (Casa da Graça e Casa Central), nos supermercados (espaços não oficiais). Nesse sentido, falar português e francês nesse espaço significa diferentemente pelo modo como essas línguas, e seus falantes, significam nesses acontecimentos.

Com isso podemos dizer que falar português na Suíça é desestabilizar, tensionar o espaço regulado por suas línguas oficiais e nacionais. É abrir um espaço de locuções para essa outra língua, isto é, um espaço onde se distribui o português. Daí outros processos aparecem: a divisão social e a hierarquização: falar português não significa do mesmo modo que falar japonês ou inglês, pois as duas línguas tanto inscrevem funcionamentos e processos históricos diferentes como inscrevem-se neles. Esses acontecimentos especificam o funcionamento do português e do francês nessa divisão para os falantes portugueses.

Nesses acontecimentos a divisão é particularizada, identificando os comércios, as práticas, as posições que estes portugueses ocupam. Esses espaços mostram diferentes locutores, especificam seus hábitos: os tipos de alimentos que consomem[7], seus produtos e suas divisões sociais: o churrasqueiro, o açougueiro, a dona de estabelecimento comercial, o supermercado.

Esses enunciados se integram em uma unidade textual maior, a cidade, cujos sentidos se produzem de formas diversas, em que a enunciação significa ainda a re-divisão social: a da proprietária da casa de especialidades portuguesa, a do bucheiro, a do churrasqueiro. Para além da pragmática, para qual o sentido está na intenção do que se diz, no contexto da enunciação, falar, enunciar nessas duas línguas é um gesto político, pois o português desestabiliza e o territorial, o local, estabelece a fronteira entre o que é do local e o que é o diferente. E nesse sentido, os nomes dos estabelecimentos comerciais funcionam como um modo de significá-los a fim de que possam ser referidos tanto por seus proprietários quanto por seus fregueses (GUIMARÃES, 2003, p. 24).

Em termos enunciativos, Guimarães (2003) define a cidade como a transformação de uma geografia em um espaço social, “esta prática de sujeitos tem como elemento fundamental que ela se produz a partir de

significações e assim produz significações" (GUIMARÃES 2003, p.20). Nesse sentido, entendemos a cidade nesse contínuo de significações, que em seu aspecto simbólico instaura modos de integração textual particulares, nos quais os textos significam uns em relação aos outros. O urbano se caracteriza pela concomitância entre essas temporalidades e os espaços de enunciação. Sendo assim, diferentes procedimentos textuais acorrem ali: da circulação de um panfleto em português e francês, uma vitrine em português e francês, um rótulo de supermercado etc. E é neste espaço/tempo que emerge a questão do imigrante, pois o acontecimento enunciativo de um enunciado em português ressignifica o imaginário sobre o falante de português que ali vive, mas que não é dali: que ali trabalha, que ali não se integra[8].

Nesse sentido, a configuração das cenas enunciativas pelo modo como o falante é afetado por uma e/ou outra língua, e como o acontecimento o redivide em locutor, predicado pelo lugar social, aquele que fala e o "para quem fala" (*Ibidem*), coloca a questão da língua (se português e/ou francês) como questão fundamental para a produção do sentido, para muito além do contexto de uso e do convencimento a partir das relações de comércio e de venda, à priori. Estas observações são importantes à medida que a enunciação dessas línguas por esses falantes não é um ato consciente, de "uso dessas formas", para o comércio dos produtos. De nossa posição, a enunciação dos nomes dos estabelecimentos comerciais (o texto de propaganda), interessa à medida que, nesses casos, mobiliza língua e falantes e suas divisões na e pela língua que falam. As cenas conferem delineamento aos espaços de enunciação.

Na tensão que distribui o dizer, é o francês que recorta, nas cenas em questão, os locutores de modo a significar em um espaço que lhe é de direito. Já o português significa pela identificação com o que não é dali, com o que é estrangeiro. Falar francês e português nessas cenas significa justamente a heterogeneidade desse espaço. Espaço povoado por falantes das duas línguas em que uma significa a língua oficial, do local, e a outra, uma língua de imigração, estrangeira à medida que, oficialmente, ela não é desse lugar. Nesse sentido, falar português e francês significa esse espaço diferentemente, dado a história de seus processos. Esse funcionamento da enunciação identifica o português

(povo-falante-língua), mesmo não sendo a língua oficial dos cantões, mesmo que não faça parte da normatividade que assegure, legitime, os espaços distribuídos para as línguas na Suíça.

Há sempre uma tensão entre falar uma língua ou outra. Para além de somente uma questão de pronúncia, sotaque ou acento, falar português identifica. Coloca falantes, figuras da enunciação (na e pela língua: portuguesa ou francesa) em relação. Ora se fala do lugar de uma normatividade, ora se extrapola, ora se negligencia. No acontecimento dos nomes de lojas colocados na sua fachada e de suas predicações e especificações, em que se redividem língua e falante de português e de francês, tal como o Outro e o eu (comum, do local, dali). É desse modo que o português vai funcionando na relação com o francês, num embate e numa redivisão das línguas no espaço de enunciação.

5. Algumas considerações

Falar português na Suíça é a afirmação, é desestabilizar, tensionar o espaço regulado por suas línguas oficiais e nacionais. É abrir um espaço de locuções para essa outra língua. Daí outros processos aparecem: a divisão social e a hierarquização. Falar português não significa do mesmo modo que falar japonês ou inglês, pois as duas línguas (se) inscrevem (em) identidades e processos históricos diferentes. Há, então, uma questão de identidade da língua que se põe nesse espaço de enunciação e que não se torna visível na normatividade, no modo de repartir e distribuir as línguas na Suíça. Falar português é então, falar uma língua de imigrante.

Pelas paráfrases das enunciações no espaço enunciativo, temos funcionamentos que o particularizam, mostram diferentes falantes e locutores, especificam seus hábitos: os tipos de alimentos que consomem, seus produtos e suas divisões sociais: o churrasqueiro, o açougueiro, a dona de estabelecimento comercial, o vendedor do supermercado. Estabelecem, assim, seus modos de serem identificados. Nesse sentido, estamos mostrando como se constitui o falante português nesse espaço. As reescriturações nas especificações por tradução são construídas a partir dessas Locuções nessas duas línguas, determinadas por esse espaço de enunciação.

A discussão acerca da diferença na distribuição do espaço de enunciação mostra a disparidade nas relações entre línguas, que se dão nos seus acontecimentos e reorganizam o real: o oficial agencia o modo como se fala sobre as línguas determinado pelas diferentes temporalidades que significam os enunciados sobre o português e o francês. Temos então que o oficial significa diferentemente nesses dois espaços/tempos diferentes, que configuram textualidades diferentes, pelo modo como os memoráveis recortam os acontecimentos, nos modos de enunciar dos locutores e enunciadores. Mobilizam-se aí Estado, nas locuções em língua francesa, o estrangeiro-imigrante/locutor, falante de português e francês, nas cenas que colocam as duas línguas em relação. Nota-se, então, que o oficial e o nacional agenciam os falantes nos modos de enunciar, pois as línguas significam em textos diferentes: o francês como língua de especificação e o português como língua de nomeação. Nesse sentido, a produção dos sentidos em língua portuguesa, em um espaço da língua francesa, em que a língua oficial e nacional se põe como uma normatividade.

Portanto, pode-se notar, por meio dos recortes, que também se fala português na Suíça, embora esta não seja uma língua oficial ou nacional ali. Para deixar a problemática em aberto, ainda outra questão pode ser levantada dessas análises relativamente ao espaço de enunciação e da relação entre línguas na Suíça, sobre o que significa predicar o português por sua "discrição" à medida que ali eles estão a falar em espaços públicos, especificamente no comércio. Vemos que o funcionamento do português na Suíça se dá nas mais variadas localidades[9], como pudemos mostrar no espaço público, e que seu funcionamento não se concentra em um lugar específico, ou seja, em um bairro de imigrantes, por exemplo, mas distribuído em diferentes lugares da cidade.

Referências

CONFEDERATION SUISSE. *Langues.* Disponível em: https://www.eda.admin.ch/aboutswitzerland/fr/home.html. Acesso em 29/09/2015.

FIBBI et al. (2010). *Les Portugais en Suisse.* Office fédéral des migrations (ODM). Quellenweg 6, CH-3003 Bern-Wabern.

GRIN, François (1999). Gestion « à la Suisse » de la diversité linguistique : un succès menacé par l'économie. In : H. Guillorel et G. Koubi. *Langues et Droits*. Bruxelles: Bruylant.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes.

_____. (2003). A marca do nome. *RUA* (online), n. 9.

_____. (2011). *Análise de texto:* procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG.

ORLANDI, E. (2009). *Língua Brasileira e Outras Histórias***.** Campinas: RG.

_____. et alii (org) (1998). L´hiperlangue brésilienne. *Langages*, nº130, Larousse, Paris.

_____. (2002). *Língua e Conhecimento Linguístico*, São Paulo, Cortez.

_____. (2012). Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. In**:** *RUA* (online), n. 18, vol.2.

SÉRIOT, P. : "La linguistique spontanée des traceurs de fronteires". In : P. Sériot (éd.): *Langue et nation en Europe centrale et orientale, du 18ème siècle à nos jours*, Cahiers de l'ILSL (Univ. de Lausanne), n° 8, 1996, p. 277-304.

_____. "Faut-il que les langues aient un nom? Le cas du macédonien". In : Andrée Tabouret-Keller (éd.). *Le nom des langues. L'enjeu de la nomination des langues*, vol. 1, Louvain: Peeters, 1997, p. 167-190.

STAHLHAUER, André Stefferson M. (2014). *A Representação de línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

THOELE, A. (2012). O vilarejo suíço em que se fala português**.** *Swissinfo.ch.* Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/o-vilarejo-su%C3%AD%C3%A7o-em-que-sefalaportugu%C3%AAs/31991198. Acesso em 01/10/2015.

Palavras-chave: português, francês, espaço de enunciação, imigrantes.

Keywords: portuguese, french, space of enunciation, imigrants.

Notas

[1] A reflexão sobre a imigração (da língua) portuguesa na Suíça teve início em 2013, durante o desenvolvimento da pesquisa as Línguas na Suíça: o lugar do português, realizada na *Université de Lausanne*, *Vaud* - Suíça, e faz parte de um projeto maior denominado *Representations des Langues dans sitewebs officiels: un discours sur la langue* **,** com direção do prof. Patrick Sériot, e com financiamento da FAPESP (2012/03603-5 e 2010/15546-0). As duas pesquisas compõem a tese de doutoramento *A representação de línguas no ciberespaço: um funcionamento enunciativo na contemporaneidade*, defendida na UFSCar, em 2014, orientada pela Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva.
[2] O nome oficial da Suíça.
[3] Tradução nossa, vira-se e inverte-se.
[4] Fibbi et al (2010: p. 76, 90, 95).
[5] Segundo a reportagem de Alexandre Thoele, O vilarejo Suíço em que se fala português, as crianças aprender a cantar *Noite feliz* antes de saber cantar a música em alemão.
[6] Fonte de todas as imagens: arquivo nosso.
[7] Que significam no modo como são alocutados nos textos, nos tipos de produtos, em seus nomes, etc.
[8] Segundo Fibbi et al (2010), os portugueses não se integram, pois vão para a Suíça para trabalhar, juntar dinheiro e voltar para Portugal.
[9] Vale dizer que há programas oficiais de ensino de português, língua de herança, promovido pelo Instituto Camões e mantidos pelas embaixadas portuguesas, cujo o foco é o ensino de conteúdos (em português), para filhos de imigrantes em idade escolar.

SOBRE EL FUNCIONAMIENTO DE CIERTOS PRECONSTRUIDOS EN LOS TÍTULOS DE DICCIONARIOS DE LENGUA ESPAÑOLA. LAS MARCAS DE UNA HISTORIA

María Teresa Celada
USP
Michele Costa
IFSP
Daniela Brianezi*

Resumo: *Neste artigo se trabalha o funcionamento de alguns termos que, no âmbito hispânico, aparecem como designações de tipos de obras lexicográficas e, em certos casos, podem chegar a fazer parte de seus títulos. Trata-se de adjetivos ou sintagmas que qualificam ou especificam o substantivo "dicionário". Primeiramente, se aborda a série "geral / integral / parcial, contrastivo, diferencial" para, posteriormente, passar a trabalhar o sintagma "de dúvidas". A análise, por um lado, permitirá mostrar que tais especificações se significam em uma relação de complementariedade constituída pela contradição histórica instaurada por um processo de (des)colonização linguística. Por outro lado, também possibilitará tratar aspectos relacionados ao modo como o sujeito falante é interpelado na formação discursiva na qual o discurso abordado se inscreve.*

Abstract: *This paper deals with how some terms, in the Hispanic scope, perform as designations for some kinds of lexicographic works and, in some cases, can even be part of their titles. We refer to adjectives or syntagmas that qualify or specify the noun "dictionary". Firstly, the series general/ integral/ partial, contrastive, differential is dealt with to, after that, handle the syntagma "of doubts". The analysis, on the one hand, will allow us to show that such specifications get their meaning in a complementary relation, which is constituted by the historic contradiction established by a process of linguistic (de)colonization. On the other hand, it will also allow us to approach*

aspects related to the way by which the speaker subject is summoned in the discursive formation in which the analyzed discourse belong.

La reflexión realizada en este artículo se inscribe en la línea de trabajo producida por la alianza que entre la Historia de las Ideas Lingüísticas y el Análisis de Discurso en su vertiente materialista se viene realizando de modo singular en Brasil. En este caso, se trata de ampliar el espectro de los objetos estudiados en esa línea, pues se abordan cuestiones referidas al proceso de gramatización de la lengua española (LE), lengua esta que en ese espacio, generalmente, se significa como segunda o extranjera, pero que también, cuando se la proyecta en un ámbito más amplio marcado por movimientos de integración regional, puede ser anticipada como lengua de conocimiento del otro. Parte de tal reflexión fue propiciada a partir de una comparación implícita con el proceso de gramatización (AUROUX, 1992) del portugués brasileño (PB), sobre el cual mucho se ha producido en las universidades del país, y se nutre de la productividad que la misma supone, incluso para pensar los procesos de (des)colonización lingüística en América Latina[1].

Así, abordaremos el funcionamiento de series de sentidos de alta regularidad en la memoria discursiva sobre el español (cf. ACHARD, 2007 y PÊCHEUX, 2007) que operan con un fuerte grado de naturalización en el propio campo de la lexicografía hispánica y en el de la producción de instrumentos lingüísticos (AUROUX, 1992). Se trata de saberes que funcionan como preconstruidos (PÊCHEUX, 1988) y que, sin ser sometidos al debido cuestionamiento, por filosofía espontánea, operan como nociones integradas al dispositivo conceptual en los referidos campos. En ese sentido, el presente análisis permite avanzar en la reflexión sobre la producción de diccionarios (y, consecuentemente, de otros instrumentos lingüísticos) en LE y ofrecerle una cierta resistencia al funcionamiento de las referidas series de sentidos, altamente cristalizadas, que decantan de un proceso histórico que, como señalaremos, ideológicamente implica un modo específico de interpelación de los hablantes de esa lengua y los afecta en tanto sujetos del lenguaje.

Nos concentraremos, entonces, en el análisis de términos que refieren a una especie de “tipología de diccionarios” y que, en algunos

casos, llegan a formar parte de los títulos de los mismos. Nos referimos a los adjetivos o sintagmas que califican o especifican el sustantivo "diccionario", y que distribuimos en dos series – como mostraremos – íntimamente relacionadas:

i) por un lado, *general* que entra en relación con la oposición *integral / parcial, contrastivo o diferencial*. La primera designación (general), de modo regular, no forma parte de los títulos de diccionarios, a no ser, en algunos casos[2]; tampoco lo hace el término "integral", inclusive por la escasa tradición en la producción de este tipo de obra, como veremos oportunamente. Finalmente, en el caso de los diccionarios concebidos como parciales, contrastivos, diferenciales, es frecuente que en sus títulos aparezcan especificaciones marcadas con el sufijo *–ismos*: por ejemplo, de *uruguayismos*, de *mexicanismos*, e incluso de *americanismos* o, simplemente, [diccionarios] *regionales* o *de regionalismos*;

ii) por el otro, *de dudas*, especificación más frecuente en el título de diccionarios y que designa una determinada categoría aunque, para ello, parezca apostar en el efecto de evidencia capaz de surtir por la mera movilización de ese significante, que aparece despojado de definición teórica-conceptual[3].

Antes de comenzar a abordar esas series, es conveniente realizar una observación: las designaciones *integral* y *de dudas*, incorporadas en el campo de la lexicografía en LE, según parece, no son tan frecuentes (o, inclusive, posibles) en el área de los estudios lexicográficos en otras lenguas, por ejemplo, en el caso del portugués, en la cual incluso pueden llegar a causar extrañamiento[4]. Tal consideración ya nos permite señalar que esos términos parecen guardar una fuerte relación con el funcionamiento específico del área de la lexicografía en LE y de la producción de instrumentos lingüísticos ahí implícita.

Podríamos, también, observar que las dos series de especificaciones y/o designaciones delimitadas anteriormente – en tanto materialización de saberes lingüísticos – dan cuerpo a una anticipación imaginaria de la lengua que, en cada uno de los casos, está siendo proyectada: a) o bien, como pasible de ser aprehendida en su totalidad; tal es el caso, de las designaciones *general* e *integral*, aunque cada una apunte a referentes diversos (vinculados a espacios diferentes), como veremos; b) o bien, como pasible de ser "administrada" en esa totalidad, con la finalidad de

dar cuenta de una parte de la misma, que se representa como vocabulario o léxico regional y que se relaciona con un país – pensemos en un caso como *Diccionario de uso del español de Chile* (2010) – o con otros tipos de divisiones espaciales más o menos amplios: desde el *Diccionario de Americanismos* (2010)[5] hasta el *Diccionario del lenguaje campesino rioplatense* (1968), por ejemplo; c) o bien, concentrándonos en el único término de la segunda serie *de dudas*, como una lengua pasible de ser, también proyectada en su totalidad y, sobre todo "explicada" para funcionar libre de lo incierto, de lo ambiguo – como diría Milner[6] – pudiendo ser reducida a un horizonte puro, manso, libre de duda, de fallas y, como veremos, limpio de incorrecciones; es decir, una lengua fuera de su posibilidad de deslizamiento o de equívoco.

A seguir, empezaremos por abordar la primera serie, en la que privilegiaremos el análisis de la relación *general – integral* y los demás elementos de esta serie entrarán para contribuir a su comprensión. Luego, nos concentremos en la designación *de dudas* y, en el cierre, elaboremos algunas consideraciones finales.

1. La primera serie

Comenzamos por el caso de la designación *general*, pues pensamos que es posible levantar la hipótesis de que *integral* funciona y se significa en el juego de las oposiciones que se dan entre *diccionario general* / *diccionarios de –ismos* (estos últimos, especificados también – acabamos de verlo – como *parciales*, *diferenciales* o *contrastivos*). Sostenemos, por tanto, que esta serie de determinaciones significa en la relación que se traba entre ellas y que el hilo conductor de esa trama sigue la tensión instaurada, como se verá, por la contradicción histórica (PÊCHEUX, 1990c) que atraviesa el espacio de enunciación (GUIMARÃES, 2002) que aquí se irá configurando.

Por eso, por ejemplo, para comprender el sentido de *integral* podríamos primero abordar el de *general*.

Considerando las especificidades de la lexicografía hispánica y el lugar que han tenido las producciones de la *Real Academia Española* (RAE), pasamos a ver cómo funciona este término en el paratexto del *Diccionario de la Lengua Española* (DRAE)[7], del cual esa academia es autora con la colaboración de la Asociación de Academias de la Lengua

Española (ASALE)[8], observando que este no lleva esa especificación en su título, tal como vimos que sí ocurre en otros casos. Citamos, entonces, un fragmento de la Introducción de su 22ª edición,

> SD1
> El *Diccionario de la lengua española* es una obra corporativa de la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas, **que pretende recoger el léxico general de la lengua hablada en España y en los países hispánicos** (RAE, 2001, p.XXXIII) (redondas nuestras)[9].

En la relativa que señalamos, se materializa una anticipación del propio diccionario en su relación con la lengua, siendo que esta aparece vinculada a un espacio al cual se hace referencia mediante el sintagma que contiene una coordinación marcada equívocamente: el primer miembro es España y el segundo, "los países hispánicos", lo que produce un efecto de extrañamiento según el cual España no formaría parte del conjunto referido por este segundo sintagma. De forma regular, esa coordinación, que mantiene siempre un determinado orden y que es altamente frecuente en esta formación discursiva (PÊCHEUX, 1988), podría tener como segundo miembro: "América", "los países hispanoamericanos", cuyos referentes recuperamos cuando volvemos sobre la estructura "una obra corporativa de la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas"[10], o sea con la ya referida ASALE.

Además, cabe señalar que en SD1 el adjetivo "general" es atribuido al sustantivo "léxico" e, inmediatamente, como veremos, referirá a "diccionario":

> SD2
> Al tratarse de un **diccionario general de lengua**, no puede registrar *todo* el léxico d**el español**, sino que, por fuerza, debe contentarse con acoger una selección de **nuestro código verbal** (ibídem, ídem) (cursivas del original, redondas nuestras).

Una ilusión constitutiva del sujeto de ese discurso parece dar sustento a la estructura de ese fragmento: se abandona un ideal de

lengua proyectado como un todo abarcable, dominable o dominado. Y nótese que ese ideal se plantea como pasible de ser compartido por el hablante que consulta ese diccionario en la recuperación que se hace de "lengua" (en "diccionario general de lengua") mediante "el español" (en "el léxico d*el español*") e, inmediatamente después, por medio de "*nuestro* código verbal". El posesivo alcanza su referencia en el cotexto y, más específicamente, en determinados fragmentos de la SD1:

- "es una obra corporativa de la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas", en el que "nuestro" podría relacionar el "código verbal" a tales Academias,
- "la lengua hablada en España y en los países hispánicos", en el que "nuestro" referiría a los hablantes del espacio que se configura por esa designación, en sí misma, como vimos equívoca[11].

Así la referencia del posesivo "nuestro" gana sentidos que se reconfiguran en la productividad de la falta de estabilidad y del equívoco, pues de ese modo, en la "indeterminación", el efecto de sentido es que, mediante esa "forma de decir", se engloba "a todos". Nuestro gesto analítico da voz a la pregunta que insiste: ¿de quién es ese código verbal del que se dice "nuestro"?[12] De hecho, podemos decir que anticipa la referencia de un fragmento que aparecerá en la SD3: "la lengua culta y común de nuestros días", caro al *panhispanismo* que supone, en las palabras de Arnoux (2014, p.247), "una política de área idiomática cuya importancia se ha acentuado con el avance del proceso de globalización y que se sostiene en la declarada gestión democrática de la *lengua compartida*" (destacados nuestros). Como tal, agrega la autora (ibídem, ídem), se caracteriza por el desplazamiento de lo cultural y lingüístico a lo político y lo económico.

Vemos también en SD2 que, en la formulación que se despliega para definir el diccionario como "general de lengua"[13], se realiza una oposición (coordinada por "sino que") en la cual se niega el primer miembro ("registrar *todo* el léxico del español") y se reemplaza por el segundo: "debe contentarse con acoger una selección de nuestro código verbal", por la inflexión que produce el reconocimiento que es fruto de la confrontación con lo real. En el siguiente fragmento, retirado del proprio apartado "Características del diccionario", que estamos analizando, pasa a explicarse en qué consiste tal selección:

> SD3
> Esta selección, en algunos casos, será lo más completa que los medios a nuestro alcance permitan –especialmente en lo que se refiere al léxico de la lengua culta y común de nuestros días–, **mientras que** en otros aspectos –dialectalismos españoles, americanos y filipinos, tecnicismos, vulgarismos y coloquialismos, arcaísmos, etc.– se limitará a incorporar una representación de los usos más extendidos o característicos (ibídem, ídem) (redondas nuestras).

En esa sintaxis ya se proyecta la serie de procedimientos, de orden político (cf. GUIMARAES, 2002)[14], que operarán la inclusión y la exclusión de formas. Así, mediante el "mientras que" se conjuga una oposición entre dos niveles, una verdadera *décalage*[15]: en el primero, (in)determinado por el indefinido que señalamos en el sintagma "en *algunos* casos", la *selección* será "lo más completa que los medios a nuestro alcance permitan", lo que ya implica (teniendo en cuenta esa voluntad o vocación de completud) un primer movimiento de exclusión que parece referirse a un núcleo estable o duro (GADET, 1981); en el segundo, delimitado por medio del sintagma "en otros aspectos", que se especifica en el paréntesis como "dialectalismos españoles, americanos y filipinos, tecnicismos, vulgarismos y coloquialismos, arcaísmos, etc."[16], el trabajo se limitará a "incorporar una representación de los usos más extendidos o característicos".

El efecto de tales gestos es la división de la lengua en dos partes jerarquizadas: en primer lugar, la proyectada como léxico general ("de la lengua culta y común de nuestros días) que será "acogida" mediante una selección "lo más completa posible"; en segundo lugar, la anticipada como "otros aspectos", que entran en oposición con el núcleo estable o duro (designado mediante varios sintagmas: *léxico general*, *el español*, *nuestro código verbal*, *lengua culta y común*) y de los cuales, con modalidad asertiva, se predica que la selección "se limitará a incorporar una representación de los usos más extendidos o característicos". El significante que encabeza, en la SD3, la especificación de "otros aspectos" (sintagma marcado por una indeterminación lingüística)[17] es "dialectalismos", término que revela una filiación con ciertas teorías del campo de los estudios lingüísticos

y con las visiones de lengua que estas implican, y sobre todo señala, en un gesto regular en ese discurso, el silenciamiento de otras formas como "variedades" o, inclusive, "heterogeneidad lingüística". Pensamos, por eso, que vale la pena colocarlo en relación de sentidos con el enunciado que en el DRAE aparece para definir "dialecto": "Variedad de un idioma que no alcanza la categoría social de lengua"[18]. El término, entonces, parece operar productivamente pues es capaz de propiciar la partición de la lengua tal como la que hemos visto que se practica en SD3.

Retomando la sintaxis que produce el desnivel (*décalage*) observado en esa secuencia, pensamos que la partición de la lengua entra en relación con una división del trabajo entre RAE y ASALE: las academias colaboradoras, "hermanas". En este punto, podríamos interpretar, tomando como base las reflexiones que Gadet y Pêcheux (2010) formulan para pensar la formación de las lenguas nacionales, que, frente al ideal de igualdad proclamado por la reunión y autoría de "todas las Academias", se organiza una desigualdad real, trazada sobre el cuerpo de la lengua. En nuestro caso, el espacio de enunciación supera el ámbito de lo nacional, pues aparece delimitado mediante las coordinaciones que ya abordamos ("España y los países hispánicos", y "la Real Academia Española, con la colaboración de las Academias hermanas") y que remiten a un espacio que se configura claramente al vincularlo a la *estructura del imperio* que, como dice Ludmer (2010, p.190), permanece "en el territorio de la lengua: uno arriba, la autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región)"[19]. Son los sentidos de imperio y de colonización lingüística los que constituyen la contradicción histórica de la que hablamos, dando impulso a un proceso de (des)colonización lingüística que se materializa en la red de especificaciones que sirven para designar los diccionarios llamados hispánicos.

Para proseguir con la reflexión acerca de la relación entre *general* e *integral / parcial, contrastivo o diferencial*, y de los sentidos que en esta tensión se producen, conviene citar a Lara, el lexicógrafo mexicano, que logra definir muy bien el lugar tanto del DRAE como de su principal autor, la RAE. De hecho, tras afirmar que "La tradición lexicográfica hispánica ha estado dominada por la Academia Española." (LARA, 2010, p.18), realiza una observación que nos

permite avanzar en la comprensión de la serie de designaciones que abordamos:

> A la vez, los diccionarios de regionalismos, diferenciales, determinan su vocabulario y sus significados comparándolos con el de la Academia, bajo la suposición, completamente falsa, de que el diccionario académico refleja mejor la realidad del español "general".

No vamos a entrar aquí en la crítica que realiza el lexicógrafo, negando el carácter general de ese instrumento; lo que nos interesa es la observación que le da visibilidad al modo de producción de los diccionarios *diferenciales*, que justamente permite comprender por qué también reciben el nombre de *contrastivos*: su lemario se conforma en la comparación, sobre todo, con el del DRAE, el *general* por excelencia. En verdad, todo esto se relaciona con lo que hemos designado como el segundo nivel en la explicación que se realizaba, en SD3, para caracterizar ese diccionario como *general*. De ahí que, como anticipamos en la introducción de este artículo, se materialicen en títulos en los que aparecen especificaciones marcadas con el sufijo –*ismos*.

En este punto, ya hemos movilizado una serie de saberes que nos permiten acercarnos al sentido que tiene "integral", designación que, al entrar en relación con "general", produce un efecto de extrañamiento; de hecho, como veremos, parece no responder a una definición estabilizada. Tal vez sea la que más depende de las otras de la serie para definirse y la que más esté marcada por negaciones (delimitándose por lo que *no es*), como podremos ver en dos formulaciones que traemos aquí del campo de la lexicografía hispánica.

El investigador Günther Haensch[20] (1986, p.284) afirma que el método integral "consiste en recoger, en la medida en que esto sea posible, todo el léxico de un país o área hispanoamericana" y, a partir de ahí, se reúnen "todas las unidades léxicas" usuales en ese área "sin tener en cuenta si éstas se usan en España o en otras áreas hispanoamericanas" (los destacados son nuestros). Por su parte, Porto Dapena (2002, p.62) afirma que el diccionario "integral" es un tipo de obra lexicográfica dialectal *no contrastiva*.

Es muy probable que las definiciones citadas resulten muy poco esclarecedoras fuera del campo de la lexicografía hispánica y, de hecho, podremos ver que ese carácter sinuoso de la definición se vuelve a hacer presente en el prólogo, que aquí abordaremos, de un diccionario que lleva en su título el término *integral*.

Algo que se hace necesario señalar es que la producción de diccionarios de este tipo es incipiente en la América de habla española, puesto que la lexicografía hispanoamericana estuvo hasta fines del siglo XX limitada a la elaboración de diccionarios de carácter diferencial, tipo de producción que, inclusive, se sigue fomentando desde instituciones como las academias de la lengua, tal como lo hace la Academia Argentina de Letras, con el *Diccionario del habla de los argentinos*, cuya segunda edición es del año de 2008, o la Academia Mexicana de la Lengua, con el *Diccionario de Mexicanismos*, cuya segunda edición es de 2010.

Hasta el momento, se reconocen dos publicaciones que interrumpen esta serie históricamente estabilizada. La primera, es el proyecto lexicográfico que Luis Fernando Lara – estudioso al que ya hemos hecho referencia– inicia en la década de 70, trabajo que tiene como resultado, entre otras producciones, el *Diccionario del Español de México* (DEM), publicado en 2010. La segunda, es el *Diccionario Integral del español de la Argentina* (DIEA), repertorio lexicográfico publicado en la Argentina en el año de 2008 y considerado el primer diccionario de ese tipo producido en el país[21].

Abordaremos, a partir del estudio realizado por Costa (2014), el funcionamiento del término "integral" en parte del prólogo firmado por José Luis Moure como profesor e investigador de la Universidad de Buenos Aires, miembro del CONICET y de la Academia Argentina de Letras:

SD4

Diccionario Integral del español de la Argentina, que estas páginas quieren prologar, abre en nuestro país un camino novedoso. **No se trata de un repertorio de argentinismos** (nuestra tradición lexicográfica cuenta con varios y la Academia Argentina de Letras continúa ampliando uno que ya ha alcanzado

> dos ediciones), aunque incluya los más difundidos (2008, p. 7) (redondas nuestras).

Destacamos una negación significativa: "No se trata de un repertorio de argentinismos". El fragmento aparece seguido de un paréntesis que introduce una explicativa en la que la designación *de argentinismos* se enlaza a una tradición en la producción lexicográfica de ese país y, sobre todo, seguido de una concesiva que establece una oposición con respecto a los efectos de sentido que puede despertar esa negación: a pesar de ello, el diccionario (el propio DIEA) "incluye los más difundidos".

Mediante ese fragmento, entonces, se niega un preconstruido, regular en la memoria discursiva, que podría materializar la proyección que el hablante que consulta posiblemente realizaría sobre esa obra. El peso de esa evidencia se hace sentir en la cadena significante pues, al mismo tiempo que se marca un lugar "nuevo" para esa obra (se la vincula a un desplazamiento en la memoria) también se la coloca en relación con esa tradición aludiendo a "varios" diccionarios de argentinismos, tal como aparece en la parentética.

Ese movimiento se refuerza inmediatamente, en el fragmento siguiente de ese mismo prólogo, en el que hay una secuencia descriptivo-explicativa que define el objetivo de ese diccionario en tanto *integral*:

> SD5
> Fue concebido con la pretensión de **dar cuenta del vocabulario de la lengua común, la que compartimos con el resto de la América hispana y con España (por eso "integral"), la misma de que se ocupa el DRAE, pero tal como lo ha conformado la variedad argentina culta o estándar,** seleccionando los elementos que son funcionales a ella y refiriéndolos con las formas propias de esa variedad (ibídem, p.7) (redondas nuestras).

Veamos que lo primero que se afirma tiene que ver con colocar el diccionario en relación con la "lengua común", lo que parece querer marcar que no es *parcial* o *contrastivo* o *diferencial* (como, una vez más, podría esperarse). Se trata así, de dar cuenta del vocabulario de la

lengua común (de definir las "palabras" que forman parte de lo que en el diccionario general también se proyectaba como "común"), gesto que implica reivindicar un lugar de identidad a partir del cual practicar la definición.

Detengámonos, ahora, en ver cómo, por medio de la serie de estructuras que aparecen inmediatamente, se define esa lengua. En el fragmento: "la que compartimos con el resto de la América hispana y con España (por eso integral), la misma de la que se ocupa el DRAE", notamos la inversión de los términos en la coordinación copulativa, en contraste con la que destacamos en el prólogo del DRAE, en la SD1. Pero, hasta aquí, no aparece claramente lo que distinguiría esa obra de un diccionario general, inclusive, porque la afirmación anterior se coordina mediante una coma con la siguiente: "la misma de que se ocupa el DRAE". Sin embargo, inmediatamente, llega una oposición encabezada por "pero", que cambia la dirección del decir, y se pasa a especificar aquello que la caracteriza como "integral": es esa lengua "pero tal como lo[22] ha conformado la variedad argentina culta o estándar, seleccionando los elementos que son funcionales a ella y refiriéndolos con las formas propias de esa variedad".

Véase que, en la relación con la heterogeneidad lingüística, opera un juego entre alteridad e identidad mediante el cual se señalan zonas de intersección y de diferencia (con lo del otro/lo de los otros), un rodeo sinuoso que, tratando de despegarse de los *diccionarios de –ismos*, persigue delimitar, fundamentalmente, la frontera entre *general* e *integral*.

La definición de "integral" recorre su referente en la contradicción histórica que funciona en la base de la serie de especificaciones que abordamos. Y el funcionamiento de tal contradicción se materializa aún de forma más expresiva en la reformulación que sigue al fragmento citado en SD5 y que se hace necesaria porque, recordémoslo, el prólogo se dirige a quien consultará el diccionario. Por ello se afirma: "Para decirlo de una manera más sencilla" y, tras la marca ortográfica de los "dos puntos", se aclara:

SD6
[…] el equipo de lexicografía de Tinta Fresca **no revisó, recortó y adaptó el DRAE** ni otro diccionario previo de acuerdo con

> nuestras necesidades (lo que habría sido una determinación frecuente y legítima), **sino que optó por hacer un diccionario ab initio, enteramente nuevo en todos sus componentes** (ibídem, p.7) (redondas nuestras).

Veamos, de nuevo, la presencia de una negación, que traza –como podríamos observar a partir de conceptos elaborados por Culioli (1990)– una frontera con respecto a la alteridad en la memoria discursiva.[23] Vuelven a negarse las anticipaciones imaginarias que, por el hecho de vincularse a sentidos fuertemente cristalizados en el funcionamiento de la memoria discursiva, un lector o hablante que consulte el diccionario podría proyectar,

En ese mismo sentido, el título del DIEA –al registrar el término *integral*– también da visibilidad a un gesto de ruptura con el funcionamiento de una práctica regular: la de producir instrumentos lingüísticos en los cuales lo "propio" se registra exclusivamente en la línea de los –*ismos*. De hecho, la aparición del adjetivo "integral" en ese título recae sobre la toma de posición ahí implícita para interrumpir la rutina del funcionamiento de la memoria discursiva.

Así, un diccionario *integral* se define en el juego de fuerzas entre diccionario *general* y diccionario de –*ismos*, y se opone a ambos polos de esa relación pero sin romper con la trama de sentidos contundentemente instalada. Al contrario, como ya dijimos, de ella depende para poder definirse. Y, por eso, es alrededor de la hegemonía de la RAE y del DRAE que se produce en el siglo XX el diccionario integral del Español de la Argentina, de 2008.

Las designaciones de la serie abordada en este apartado son enunciadas a partir de determinadas posiciones, dentro del espacio de una formación discursiva (PÊCHEUX, 1988). Las definiciones de la tipología indicada por cada una de ellas solo pueden formularse en una relación de clara complementariedad, porque en la base de tal relación opera –ya lo hemos anticipado– una contradicción histórica vinculada a posiciones simbólicas e a gestos que vinculamos a um proceso de (des)colonización lingüística.

Vemos que la relación alteridad/identidad –siempre presente en el campo de la lexicografía y, de forma general, en el del lenguaje– entra aquí en clara filiación con una memoria de (des)colonización lingüística

y, también, como podríamos afirmar a partir de reflexiones de Mignolo (2013, p.293) a una *colonialidad del saber*: de los saberes lingüístico-discursivos, como podríamos especificar en nuestro caso. De hecho, se hace necesario trabajar a favor de descolonizar el mundo académico, ofreciéndole resistencia a los saberes que el propio estudioso (ibídem) designa como subalternos.

La red de sentidos abordada entra en relación con otra designación, tal como lo anticipamos en nuestra introducción: [diccionarios] *de dudas*. Pasamos, entonces, a interpretar el funcionamiento de este sintagma.

2. La segunda serie

Mientras que la concepción o la realización de diccionarios *de dudas* no parece ser regular en otras lenguas, tal como ocurre en el portugués y el inglés, por ejemplo (cf. BRIANEZI, 2014, p.19-20), en el campo de la producción lexicográfica en lengua española hay –ya lo anticipamos en nota– una cierta tradición.

Nos parece relevante aquí hacer mención a algunas obras que registran esa especificación en el título: *Diccionario Gramatical y de Dudas del idioma*, de Emilio M. Martinez Amador, de 1953; *Diccionario Sopena de Dudas y Dificultades del Idioma*, de 1981; *Diccionario de Usos y Dudas del Español Actual*, de José Martínez de Sousa, de 1996; y, especialmente, el *Diccionario de Dudas y Dificultades del Español*, de Manuel Seco, académico de la RAE desde 1980. Como otro indicio a favor de esa tradición de la que hablamos, cabe señalar que esta última obra, en 2011, salió publicada en su 11ª edición, siendo la primera de 1961.

Esa línea de producción alcanza alta expresión, en 2005, con el *Diccionario panhispánico de dudas* (DPD), primera obra en la que la ASALE participa como coautora de la RAE y que ambas reconocen como uno de los pilares del panhispanismo; de hecho, como podríamos decir con base en el fino análisis desarrollado por Brianezi (2014), pasaría a funcionar como el *riñón purificador* de esa política.

Por la falta de conceptualización del término *duda* en el campo de los estudios lexicográficos, algo que ya observamos en la introducción de este artículo, vamos a tratar de acercarnos a los sentidos del mismo mediante la movilización de ciertas afirmaciones que aparecen,

fundamentalmente, en el paratexto del DPD. Antes, de modo breve, ubicaremos este instrumento lingüístico dentro de una serie de otros elementos que forman parte de un dispositivo (AGAMBEM, 2010) de interpelación y que se encuentran en el mismo sitio de la RAE.

El DPD, como observa Brianezi (2014, p.53-54), nace de una situación muy específica: de la formación de un equipo de filólogos del Departamento de la RAE denominado "Español al día", creado en 1998, cuando, justamente, también fue creada la primera página de la RAE en Internet. El objetivo de ese equipo fue

> SD7
> [...] ampliar y modernizar, aprovechando las posibilidades que ofrecen los medios electrónicos, **el servicio de atención de consultas lingüísticas que la RAE ha venido recibiendo desde siempre** por cauces más tradicionales, como el correo ordinario y el fax (redondas nuestras)[24].

Lo que nos interesa destacar es el hecho de que la RAE "ha venido recibiendo consultas lingüísticas", que se presenta como una constatación y que se refuerza por el marcador temporal "desde siempre". Y, también, la anticipación que se hace de los medios electrónicos, como una posibilidad no solo de modernizar sino también de ampliar ese tipo de práctica. De hecho, hoy en día existe en el sitio de la RAE un campo en el cual los hablantes pueden inscribir sus dudas y hacerlas llegar al referido departamento, un canal dentro de un dispositivo que, como veremos, parece funcionar como un circuito que alimenta una rutina, según la cual la duda funciona como algo natural e inherente al hablante, propio del mismo.

A partir del análisis desarrollado por Brianezi (2014), podemos observar que lo que tenemos ahí es el esquema informacional de los años 60, presente en la tan conocida formulación de Jakobson, en que la relación "emisor-mensaje-receptor" tiene lugar en el *contacto* establecido mediante el *código lingüístico en común* (PÊCHEUX, 1990a, p. 81-82).[25] Se materializa en el sitio una modalidad "interactiva", muy accesible, "a mano de todo aquel individuo que necesite resolver sus dudas"; de hecho, la tecnología pasaría a servir de

soporte en este caso a un proceso de interpelación altamente productivo para esa institución (e instituciones), dentro de la política panhispánica.

En la misma presentación del "Departamento de Español al día" destacamos un fragmento en que el objeto de tantas consultas, la duda, aparece ya especificado y en el cual queda claro también el punto de vista asumido para producir tal resolución:

> SD8
> Su cometido básico es resolver dudas de carácter lingüístico (ortográficas, léxicas y gramaticales) **desde la perspectiva de la norma que regula hoy el uso culto del español**[26] (redondas nuestras).

La duda continúa operando como un preconstruido, se especifica con adjetivos que remiten a una visión de lengua estructuralista y, además, su resolución se vincula a un gesto: el de mantener un ideal de lengua que equivalga a lo que se proyecta como norma culta[27].

Yendo ahora al paratexto del DPD, recurrimos al análisis realizado por Brianezi (ibídem, p.79-95), quien detecta algo que nos ayudará a comprender cómo funciona la proyección de la duda en ese discurso. En tal paratexto aparece una especificación de ese sustantivo, siempre registrado en el plural ("dudas"), al que se le atribuye el adjetivo "concretas". Según las instituciones autoras, estas se refieren a todas aquellas que habrían sido enviadas al referido departamento "Español al día" de la RAE, como vimos en la SD7, y que provocaron y justificaron la propia producción del DPD, puesto que su proyección supuso, justamente, la compilación de las ya recibidas. Veamos la afirmación que se introduce en ese sentido y que también, como veremos, desliza hacia otros:

> SD9
> **Se echaba de menos una obra que permitiera resolver, con comodidad y prontitud, los miles de dudas concretas que asaltan a los hablantes en su manejo cotidiano del idioma** y donde las Academias pudiesen, **al mismo tiempo**, adelantarse a ofrecer recomendaciones sobre los procesos que está experimentando el español en este mismo momento, en especial

> en lo que atañe a la adopción de neologismos y extranjerismos, **para que** todo ello ocurra dentro de los moldes propios de nuestra lengua y, sobre todo, de forma unitaria en todo el ámbito hispano (DPD, 2005, p.XI) (redondas nuestras).

Con la estructura "se echaba de menos"[28] que introduce el fragmento que destacamos se abre un lugar para esa obra, que ya se significa como "deseada" y "necesaria". Véase que esta habría llegado para resolver "los miles de dudas que asaltan a los hablantes", estructura en la cual la duda es movilizada como preconstruido, como una evidencia: así, se naturaliza su existencia, magnificada incluso mediante el cuantificador "los miles de", retomando el historial hecho en el fragmento que citamos en la SD7.

En este punto, cabe observar los sentidos que despierta la estructura "asaltan a los hablantes", que remite a la idea de que estos son "acometidos" de manera "sorpresiva" o "repentina"[29], lo que les anticipa una posición "de pasividad": por eso, podemos decir que no son *sujetos de la duda*, sino que están *sujetos a la duda*. Esta formulación nos lleva a realizar un planteo que consideramos pertinente y productivo para la reflexión: ¿la duda sería, entonces, intrínseca a la lengua? En esto nos concentraremos inmediatamente.

Antes, debemos detenernos sobre algo que aparece en esa SD9: el DPD es significado como un lugar en el que las Academias podrían, además de resolver las dudas que se proyectan como concretas y asaltan al sujeto, "adelantarse" en relación a otras que no parecen acometerlo (cf. BRIANEZI, 2014). Sobre estas últimas recae la preocupación de las instituciones, que pasarán a "ofrecer recomendaciones", especialmente, sobre "la adopción de *neologismos* y *extranjerismos*": los dos significantes destacados remiten a la amenazadora entrada de formas nuevas y/o de otras lenguas, probabilidad más alta en el actual proceso de globalización, al que ahí se hace referencia mediante el sintagma: "los procesos que está experimentando el español en este mismo momento". En este sentido, la estructura final, introducida por el "para que" que destacamos, materializa formas de decir caras al proceso de regulación e interpelación instaurado por la máquina panhispánica, que se encarga de preservar la lengua común como una

lengua *una*, borrando las marcas de la historia y de las relaciones con otros simbólicos, con la alteridad.

Y, como observa Brianezi (2014, p.94-95), la habilidad por parte de las Academias de anticipar las dudas y de hacer recomendaciones sobre las mismas es decisiva para potencializar, dinamizar y perpetuar el proceso de interpelación del sujeto con relación a los sentidos del ideal de lengua unitaria. Tomando como base la serie de relaciones establecidas, podríamos retomar algo que acabamos de introducir, confirmando que opera ahí una interpelación del hablante en tanto *sujeto a la duda* (pues es asaltado por *dudas concretas* y puede llegar a serlo por otras, que las academias son capaces de *anticipar*). Y, por ello, tendría una voluntad (sin límites) de preguntar y una sumisión sin falla: así, duda, consulta y se somete para, de modo determinado por la RAE, no *errar*.

Pensamos productivo recurrir a la lúcida reflexión realizada por Haroche (1992) en su libro *Faire dire, vouloir dire* sobre la pedagogía medieval, porque nos permitirá dar respuesta a la pregunta que nos hicimos: ¿la duda sería intrínseca a la lengua?

Dice la autora (ibídem, p.72) que, hasta el siglo XII, la pedagogía medieval consistía en leer textos y el ejercicio esencial era la *lectio*, que implicaba no comentar, no interpretar ni cuestionar el texto. Ese ejercicio necesitaba textos transparentes, unívocos, perfectamente inteligibles, tanto en el plano formal como en el doctrinal (ibídem, ídem) pero, según la pregunta que se hace la propia Haroche, ¿cómo explicar el hecho de que el ejercicio de la *lectio* exige textos sagrados transparentes, si el pensamiento divino es (debe ser) hermético? Para encontrar la respuesta –afirma (ibídem, ídem)– debemos entender que la *lectio* es un método nemónico (por recitación y repetición), que no se plantea el problema de conocimiento y de la interpretación, y por ello, tiene un efecto enclaustrante.

En el siglo XII, gracias a Abelardo, surge la *quaestio*: Haroche (ibídem, p.73) señala que el sujeto se hace lector y, para pagar el precio de ese privilegio –el de la lectura–, investido de su necesaria ignorancia, es el lugar de resolución de las contradicciones encontradas en el texto ya que, siendo este expresión de la verdad unívoca y sagrada, no puede comportar contradicciones, marcas de inferioridad y de incoherencia. Ya a mediados del siglo XIII, puntúa Haroche (ibídem, p.74), surge la

disputatio: se desliza lentamente de la lectura entendida como paráfrasis en dirección a la pregunta o preguntas, en dirección a la interpretación del texto. En suma, hacia su posible "(re)cuestionamiento". Pero la pregunta, según advierte la autora (ibídem, ídem), se limita solo al reconocimiento de una falla del sujeto lector o del sujeto autor; la pregunta adviene de esa falla, de una real incompetencia del sujeto, ya que no expresa su independencia o su desacuerdo o su sentido crítico. No hace otra cosa sino revelar sus límites, su debilidad o su dependencia con relación a la Letra, la Santa Escritura preservada en su infalibilidad.

La serie de observaciones formuladas por Haroche nos permite hacer una transposición y colocar en un paralelismo la relación texto/sujeto, especialmente en el caso de la *quaestio*, con la relación lengua/sujeto que se proyecta en el discurso que abordamos. De este modo, es posible recuperar la idea de que se trata de un individuo pasivo proyectado como *sujeto a la lengua como norma*, al que lo asaltan o lo podrán asaltar dudas –concretas o anticipadas– y preguntas (*quaestio*) frente a una lengua construida o forjada por la RAE (y por la ASALE), que estas regulan practicando la partición entre lo correcto y lo incorrecto, entre lo propio e impropio (o ajeno). Por ello, los gestos que hemos identificado, tanto en el DRAE como en el DPD, alimentan la duda y, aprovechando el título del libro de Haroche, *hacen dudar* al sujeto que *quiere decir* en esa lengua o, dicho de otro modo: *hacen dudar*, para *hacer decir* de una manera y no de otra.

Retomando la pregunta que nos hemos planteado (¿la duda sería intrínseca a la lengua?), diríamos que la "duda" no podría estar en la lengua. Al tener que ver directamente con el equívoco, que es constitutivo de su funcionamiento y que en esta formación discusiva se niega –pues se niega la relación de la lengua con su exterioridad, con la historia– las Academias, que proyectan un ideal de lengua libre de *poesía* (PÊCHEUX, 1990b), libre de desliz, de doble sentido, de marcas de enunciación, atribuyen la duda al hablante. De cierto modo, explotando el paralelismo que estamos haciendo con la relación texto/sujeto en el ejercicio de la *quaestio* abordado por Haroche (ibídem), la duda se relaciona con la falla de los hablantes, con su incompetencia o sus límites, como efecto de la relación de dependencia y de falta de sentido crítico que las academias alimentan con respecto a

la norma culta: un objeto idealizado, infalible, a partir del cual, *desde siempre*, el sujeto ha sido interpelado.

3. Algunas consideraciones

Lo que vimos en este trabajo nos permitió comprender, en parte, cómo se significa la lengua y los diccionarios que la instrumentan (AUROUX, 1992) en el campo de la lexicografía conocida como "hispánica". Y también contribuyó a dar visibilidad a los modos de interpelación de los hablantes de un espacio atravesado por un proceso de (des)colonización lingüística y por la contradicción histórica ahí implícita; interpelación que los afecta en tanto sujetos de la lengua – con sus derechos a decir y a los modos de decir (GUIMARAES, 2002, p.18) – y, consecuentemente, en tanto sujetos del lenguaje.

Además, las designaciones de diccionarios que hemos trabajado resquebrajan, políticamente, el cuerpo de la lengua, alimentando, en la memoria discursiva, el proceso de regularización de ciertos sentidos, haciéndolos prevalecer en el juego de las relaciones de fuerza, en detrimento de otros. Esta observación nos hace evaluar como positivo el gesto de haberlas sometido, en este artículo, al equívoco, y de haber podido dar visibilidad a la trama de relaciones y de significaciones que vienen perpetuando y que se potencializan con el funcionamiento de la política lingüística panhispánica.

De hecho, en varios momentos, ha quedado claro lo productivo que resulta políticamente mantener, en la inercia, esa trama de designaciones que sirve de base a la (re)producción de conocimiento u de instrumentos lingüísticos; inclusive, vinculada a conceptos, nociones o términos ("código verbal", "dialectalismos", "lengua culta y común", entre otros) que, como ya anticipamos, no se someten a revisión o que no son desplazados, a la luz del desarrollo de las teorías de la pragmática, de la enunciación, de la glotopolítica y del discurso en el campo de los Estudios del Lenguaje.

Referencias

AGAMBEN, G. (2010) "O que é o dispositivo". In: ____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios.* Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos.

ACHARD, P. (2007) "Memória e produção discursiva do sentido". In: _____ et al. *Papel da Memória.* (Trad. José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999. p.11-21.

ARNOUX, E. (2014) "En torno de la *Nueva Gramática de la lengua española* (Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española)". In: ____ y NOTHSTEIN, S. *Temas de glotopolítica. Integración regional sudamericana y pan-hispanismo.* Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 245-270.

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.

BRIANEZI, D. I. (2014). *O Diccionario panhispánico de dudas em questão: dúvida, regulação e memória*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo Dissertação de mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana. Disponible en: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-26052014-103401/>. Consultado el 05/12/2015.

COSTA, M. (2014). *Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do Diccionario integral del español de la Argentina*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo Dissertação de mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana. Disponible en: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-19032014-125445/>. Consultado el 05/12/2015.

CULIOLI, A. (1990). "La négation: marqueurs et operations". In: *Pour une linguistique de l´énonciation. Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, v.1, p.91-113.

GADET, F. (1981). "Trincher la langue". In: Conein B. et al. *Matérialités discursives.* Presses Universitaires de Lille.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. (2010). *A Língua inatingível*. Trad.: Bethania Mariani y Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Editora RG, 2ª ed., [París, 1981].

GUIMARÃES, E. (2005). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª ed.

HAENSCH, G. (1986). "La situación actual de la lexicografía del español de América". In: Revista de Filología Románica, IV. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, p.281-293.

HAROCHE, C. (1992). *Fazer dizer. Querer dizer.* Trad.: Orlandi, E., Indursky, F. y Manoel, M. *Faire dire, vouloir dire.* (1984). São Paulo: Hucitec.

LARA, L.F. (2010). "Introdución". In.: *Diccionario del español de México.* México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Linguísticos e Literarios.

LUDMER, J. (2010). *Aquí América Latina. Una especulación*. Buenos Aires: Eterna Cadencia.

MIGNOLO, W.D. (2013 [2000]). *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Trad.: Juanmarí Mardariaga; Cristina Vega Solís. Madrid: Akal, 2ª reimp.

PÊCHEUX, M. (2007). "Papel da memória". In: ACHARD...[et al.]. _____Tradução e introdução de José Horta Nunes – 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, p. 49-57.

_____. (1990a [1969]). "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____. (1990b [1984]). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores.

_____. (1990c). "Remontémonos de Foucault a Spinoza". Trad.: Miguel Rodríguez. In.: MONTEFORTE TOLEDO, M. *El discurso político*. México: UNAM/Nueva Imagem, p.181-199.

_____. (1988 [1975]). *Semântica e discurso.* Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Trad.: Eni. P. Orlandi, L. C. Jurado Filho, M. L. G. Corrêa e S. Serrani. Campinas: Editora da Unicamp.

PORTO DAPENA, J.Á. (2002). *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco Libros.

SOUTO, M. C. y PASCUAL, J. I. P. (2003). "El diccionario y otros productos lexicográficos". In: GUERRA, A. M. M. (coord.) *Lexicografía española*. Barcelona: Ariel, p. 54-78.

Diccionarios

Diccionario de la lengua española. (2003). Edición electrónica. Real Academia Española. Madrid: Espasa Calpe, S.A. 22ª ed. Disponible en: www.rae.es y www.asale.org.

Diccionario panhispánico de dudas. (2005) Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua. Madrid: Santillana. Disponible en: www.rae.es y www.asale.org.
Diccionario integral del español de la Argentina. (2008). Coordinado por Federico Plager. 1a ed. Buenos Aires: Voz Activa.

Palavras-chave: lexicografia hispânica, tipos de dicionários, dúvida.
Keywords: Hispanic lexicography, types of dictionaries, doubt.

Notas

[*] Maestría en Letras por el Programa de Posgrado de "Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana" de la FFLCH/USP.

[1] El trabajo que aquí desarrollamos es fruto de la serie de investigaciones realizadas dentro del proyecto "Língua(s), discurso, espaço(s) - Ênfase nos processos de identificação e nos discursos sobre a língua", bajo la responsabilidad de María T. Celada, docente del Programa de Posgrado de "Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana" (FFLCH/USP); y entra en relación específica con las tesis de maestría de Costa (2014) y Brianezi (2014). Nos gustaría dejar un especial registro de agradecimiento a los profesores José Horta Nunes (UNICAMP) y Maria Onice Payer (UNIVAS) por las ricas interlocuciones que promovieron en las diversas instancias vinculadas al desarrollo y evaluación de tales tesis.

[2] Dejamos registro de algunas obras que llevan en su título la designación *general* y que son, como puede verse, de reciente data: *Diccionario general de la lengua española* (2006), de N.L. Cayuela (Barcelona: Vox/Larousse Editorial, S.L.); y *Diccionario general de la lengua española*. (2005), de R.N. DURÁN, su organizador (España: Edebe).

[3] La definición de *diccionario de dudas* no aparece regularmente formulada de modo teórico-conceptual en los estudios de lexicografía hispánica, aunque esa especificación esté presente en el título de diversos diccionarios de LE. De acuerdo con Brianezi (2014), se podría hablar de una tradición en la realización de este tipo de obra; en el apartado 2. volveremos sobre esto.

[4] Según Costa (2014, p. 96), que se apoya en varias lecturas del campo de la lexicografía –entre otras, en la de Souto y Pascual (2003)– hasta el momento de la publicación de su trabajo, la clasificación *integral* solo aparece relacionada a diccionarios hispánicos.

[5] En este sentido, vale la pena recordar que la tradición de *diccionarios de –ismos* es, como tendremos ocasión de ver, muy sólida, tanto que aún en 2010 apare el *Diccionario de Americanismos*, publicado en el sitio de la ASALE <www.asale.org> y que refiere a un espacio subcontinental.

[6] Cf. el texto que figura como presentación de la obra de Haroche (1992).

[7] Recordamos que, a pesar de su título, *Diccionario de la lengua española*, la abreviatura regular de esa obra fue – durante mucho tiempo, y hasta que la ASALE fuera colaboradora de esa publicación – DRAE, que remite a *Diccionario de la Real*

Academia da Lengua Española, marcando su relación con la institución autora. Con la 23ª edición, parece haber un movimiento en el sentido de que la sigla vaya cambiando, ya que en su tapa aparece DLE. En el presente artículo movilizaremos la forma tradicional.

[8] La ASALE fue fundada en 1951, en el *I Congreso de Academias de la Lengua Española* que tuvo lugar en México (Disponible en: <www.asale.org/la-asociacion/politica-panhispanica/congresos-de-la-asale>. Consultado el 20/10/ 2015). Está compuesta por las academias de lengua española de: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Filipinas, Guatemala, Honduras, España, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay, Venezuela.

[9] Apartado 1, "Características del diccionario". También disponible en: <www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/que-contiene/item-numero-2#_Toc85519265>. Consultado el 22/11/2015.

[10] No tenemos espacio aquí para abordar los sentidos de esa designación: "academias hermanas", y tampoco constituye nuestro objeto. Solo señalamos la relación que es posible realizar entre ese significante – que entra en metonimia con "familia", "parentesco" – y asociarlo al vínculo trabado históricamente entre la realeza española y la RAE, que aún tiene al rey como su patrono. Según el artículo 62 de la Constitución española, "Corresponde al Rey" "el Alto Patronazgo de las Reales Academias" (cf. Brianezi, 2014, p.109). Dejamos registro de estos datos porque, oportunamente, serán productivos para repensar los sentidos que produce ese modo de decir: "academias hermanas".

[11] O sea, el espacio que se delimitaba equívocamente en la SD1 (mediante el sintagma "España y países hispánicos") se configura o recorta, de otro modo (en el movimiento de paráfrasis y desplazamiento) cuando lo ponemos en relación con "RAE y "Academias hermanas". No obstante, el equívoco introducido por la primera determinación continúa produciendo sentidos, aunque se lo cruce, como diría Pêcheux (1990b, p.28), con proposiciones de apariencia lógicamente estable.

[12] Desde nuestro lugar de analistas, debemos señalar que el fragmento "código verbal" entra en filiación con una noción regular en el cuadro epistemológico de los años 60, marcado por la teoría de la información (cf. PÊCHEUX, 1969), algo que nos permite observar algo que será regular en la formación discursiva en la que se inscribe el discurso que abordamos: no se integran – recordemos que las secuencias que abordamos están registradas actualmente en el sitio de la RAE – las nociones producidas en el campo de la enunciación, del discurso o de las varias áreas de los estudios del lenguaje, a lo largo de los últimos 50 años.

[13] Observemos que en el significante "general" resuena un haz de sentidos que irán cobrando visibilidad y fuerza a lo largo del texto.

[14] El autor toma como base las reflexiones de Rancière, J., (1995). *La mésentente*. Paris: Galilée (traducción al portugués de 1996: *O desentendimento*, São Paulo: Editora 34).

[15] Aprovechando los sentidos del significante en francés: un espacio, un intervalo y una diferencia de valor.

[16] Nótese la regularidad en el orden de la coordinación (españoles, americanos, etc.) y, también, que la enumeración no cierra. Véase, además, que el adjetivo "americanos",

altamente regular en la formación discursiva en la que se inscribe el discurso que analizamos, produce una generalización en la designación del espacio, inclusive para para vincularlo a la lengua mediante el sufijo *–ismos*.

[17] Véase que la indeterminación lingüística está al servicio de una alta determinación discursiva.

[18] Cf. www.rae.es.

[19] A la luz de la formulación de Ludmer, el sintagma "academias hermanas" resuena aquí, en la metonimia del parentesco, en una relación de filiación y no de paridad o de igualdad. El equívoco se instala afectando lo real de la historia (cf. GADET y PÊCHEUX, 2010): ¿hermanas entre sí?, ¿hermanas entre sí e incluyendo a la RAE?, ¿en una relación de hermandad con respecto a la *Real* Academia de la lengua española? y los interrogantes podrían continuar.

[20] Creemos relevante registrar que Haensch fue fundador de la Asociación Alemana de Hispanistas, un aspecto que contribuye a configurar mejor el lugar a partir del cual enuncia.

[21] Es importante observar que las obras lexicográficas "integrales" a las que se acaba de hacer referencia, el DEM y el DIEA, constituyen proyectos diferentes: el segundo forma parte de un proyecto pensado y desarrollado por Voz activa, marca de la editorial Tinta fresca que pertenece al conglomerado mediático argentino Grupo Clarín; por su parte, el primero se desarrolla a partir de una planta concebida en el ámbito académico, específicamente, en el Colegio de México.

[22] Nótese que ese "lo" retoma la lengua, por lo tanto, implica un desliz.

[23] En esta negación resuenan los sentidos de la que aparecía en el fragmento de la SD4: "No se trata de un repertorio de argentinismos".

[24] Disponible en: http://www.rae.es/consultas-linguisticas/departamento-de-espanol-al-dia, consultado el 02/12/2015.

[25] Vuelve aquí el sintagma que aparecía como "nuestro código verbal" en SD2 y sobre el cual ya realizamos observaciones en nota.

[26] Disponible en: http://www.rae.es/consultas-linguisticas/departamento-de-espanol-al-dia, consultado el 02/12/2015.

[27] Obsérvese que los saberes que se movilizan no son del plano enunciativo o discursivo, son saberes, fundamentalmente, relacionados con una gramática normativa, que se desarrollan en una sintaxis marcada por aseveraciones o por estructuras de modalidad deóntica ("debe escribirse", "el uso correcto es", etc.) como puede verse al consultar las "Preguntas frecuentes" en el propio sitio. Disponible en: http://www.rae.es/consultas-linguisticas/preguntas-frecuentes, consultado el 10/12/2015.

[28] "Sentia-se falta de", como podríamos decir en portugués.

[29] Retomamos aquí los sentidos que en el DRAE se atribuyen al lema "asaltar". Disponible en: www.rae.es. Consultado el 10/12/2015.

DICCIONARIOS *ON LINE*: HACIA UNA NUEVA FASE DEL PROCESO DE GRAMATIZACIÓN DE LA LENGUA ESPAÑOLA

Juan Eduardo Bonnin
CITRA / CONICET
Daniela Lauria
Instituto de Lingüística, FFyL, UBA / CONICET

Resumen: *Las condiciones contemporáneas de producción traen aparejadas intervenciones novedosas en el campo público del lenguaje. Esta revolución tecno-lingüística, atravesada por procesos de globalización, transnacionalización e integración regional, que afectan el concepto mismo de Estado nación, así como por la preeminencia de las nuevas tecnologías de la palabra, inaugura inevitablemente una instancia de gramatización de la lengua. En el marco de un proyecto de investigación más amplio que procura comprender y explicar las relaciones que guardan los instrumentos lingüísticos y las transformaciones socio-históricas de mayor envergadura, este trabajo tiene como objetivo observar, desde el enfoque glotopolítico, el impacto de las nuevas tecnologías y lenguajes en los procesos de diccionarización contemporáneos. Con ese fin, se analizará el diseño de la interfaz como un componente ideológico más del discurso lexicográfico en una serie representativa de diccionarios monolingües del español publicados on line.*

Resumo: *As condições de produção contemporâneas trazem consigo novas intervenções no espaço público da linguagem. Esta revolução tecno-linguística, atravessada pelos processos de globalização, transnacionalização e integração regional, afetando o próprio conceito de Estado-nação, bem como pela importância das novas tecnologias da palavra, abre, inevitavelmente, uma nova instância de gramatização da língua. Como parte de um projeto de pesquisa maior que procura compreender e explicar as relações que mantêm os instrumentos linguísticos e as transformações sócio-históricas maiores, este trabalho tem o objetivo de observar, a partir da abordagem glotopolítica, o*

impacto das novas tecnologias e linguagens nos processos de dicionarização contemporâneos. Para o efeito, será analisado o design da interface como mais um componente ideológico do discurso lexicográfico em um número representativo de dicionários monolíngües do espanhol publicados online.

Abstract: *Contemporary conditions of production have brought new interventions in the public space of language. This techno-linguistic revolution, shaped by processes of globalization, transnationalization and regional integration, impacts on the very idea of Nation-State. As a consequence of these new technologies of language, a new instance of grammatization is created. As a part of a larger research project that aims to understand and explain the relationships between linguistic instruments and sociohistorical transformations, this article observes, from a glottopolitical approach, the impact of new technologies and languages in contemporary processes of dictionarization. In order to this, we will analize interface design of on line monolingual Spanish dictionaries as a key ideological component of the lexicographic discourse.*

1. Introducción

Los lenguajes de la teoría, como cualquier otro lenguaje, también tienen una dimensión ideológica que depende de sus propias condiciones de producción (ALTHUSSER, 1967). Se trata de modos históricos de pensar los conceptos que se distribuyen en los esquemas mentales disponibles para un sujeto en un momento determinado. La modernidad capitalista, que organizó el sistema-mundo occidental en torno a la ecuación entre Estado, Nación, Lengua y Territorio, proveyó asimismo modelos para la organización de los sistemas conceptuales. Wimmer & Glick Schiller (2002) denominan "nacionalismo metodológico" al proceso por el cual la teoría naturaliza, inadvertidamente, discursos nacionales, agendas, lealtades y relatos históricos. En vez de convertir en objeto de estudio los contornos más difusos y menos evidentes del Estado nación, el nacionalismo metodológico da por supuesta y necesaria la existencia de sociedades nacionalmente limitadas como objetos "naturales" de estudio (WIMMER & GLICK SCHILLER, 2002, p. 304).

Aunque esta potente percepción crítica queda, en el trabajo mencionado, limitada al campo de la historiografía, también desde la sociolingüística contemporánea se ha advertido sobre los riesgos de proyectar una mirada moderna sobre realidades posmodernas (BLOMMAERT, 2009), proyección en la que los marcos conceptuales del Estado nación son efectivamente utilizados como instrumentos de poder y control sobre sujetos que cada vez corresponden menos a esos encuadres. La metáfora del "espacio", tan productiva a la hora de pensar la dinámica del interdiscurso y de las lenguas, aparece a menudo caracterizada como un "territorio", comprendido como esa configuración moderna del espacio semiotizado políticamente, identificado con una nación que lo delimita y unos ciudadanos que lo habitan, cohesionados en torno a una misma cultura, una misma lengua y, a menudo, una misma religión (BONNIN, 2010).

Es por ello que formas típicamente políticas de organización del territorio se traslucen en metáforas de la teoría que describen centros y márgenes, provincias y regiones de significado; sobre todo, *fronteras* que separan con nitidez áreas dotadas de cierta autonomía interna que se definen por oposición a un exterior. Las primeras teorizaciones que Michel Pêcheux y su equipo realizaran en torno a las formaciones discursivas parecen evocar este imaginario geopolítico de la Guerra Fría, en el que la ideología "s'organis[e] en formations entretenant entre elles des rapports d'antagonisme, d'alliance ou de domination" (HAROCHE, HENRY y PÊCHEUX, 1971, p. 102). De una formación a otra, las palabras "changent de sens" (HAROCHE, HENRY y PÊCHEUX, 1971, p. 102), operándose una suerte de traducción que completa la analogía: el pasaje de un territorio a otro –antagonista, aliado o dominado– exige el pasaje de una lengua a otra. Del otro lado de la Cortina de Hierro, el lingüista y semiólogo ruso Iuri Lotman (1992) caracterizaba a la *semiósfera* como "el espacio semiótico fuera del cual es imposible la existencia misma de la semiosis" (LOTMAN, 1992, p. 12), uno de cuyos rasgos centrales es su "carácter delimitado" con respecto a un afuera extrasemiótico. Este límite es denominado, precisamente, "frontera", la cual funciona como un conjunto de "filtros bilingües pasando a través de los cuales un texto se traduce a otro lenguaje (o lenguajes) que se halla fuera de la semiósfera dada" (LOTMAN, 1992, p. 12).

En el marco de la Historia de las ideas lingüísticas, el investigador francés Sylvain Auroux (1992) analiza dos revoluciones tecnológico-

lingüísticas que cambian radicalmente la relación del hombre con sus condiciones materiales de existencia. La primera corresponde al surgimiento de la escritura que, según el autor, es uno de los factores necesarios para la aparición de la reflexión sobre el lenguaje –el saber metalingüístico en oposición a un conocimiento *epilingüístico*, intuitivo, espontáneo– y no a la inversa. La segunda revolución, acompañada por, entre otros varios factores, la invención de la imprenta, es el proceso de gramatización que implicó una transformación profunda de la ecología de la comunicación y que brindó a la cultura occidental un medio de conocimiento y de dominación sobre las otras culturas del planeta. Por gramatización, se entiende "el proceso que conduce a describir y a instrumentar una lengua sobre la base de dos instrumentos lingüísticos, que son todavía hoy los pilares de nuestro saber metalingüístico: la gramática y el diccionario" (AUROUX, 1992, p. 65)[1]. Dichos instrumentos son considerados menos como objetos naturales (que representan una lengua preexistente) que como artefactos tecnológicos (que fijan la lengua a partir de la formulación de una serie de reglas).

En particular, el instrumento lingüístico diccionario monolingüe, destinado a hablantes nativos que necesitan hallar en él normas, es relativamente tardío en relación con otras manifestaciones metalingüísticas (glosarios, listas temáticas de voces acompañadas de definiciones y explicaciones, diccionarios bilingües o plurilingües). Su surgimiento tuvo lugar a partir del Renacimiento (especialmente entre los siglos XVI a XVIII), siguiendo la tradición lingüística greco-latina que sirvió de pauta de referencia a la hora de representar el saber lingüístico sobre las lenguas vernáculas europeas. Auroux (1992) sugiere varios motivos para explicar dicho proceso: los principales son justamente la centralización administrativa del aparato estatal en varios de los países europeos y la emergencia de una conciencia nacional. Los otros son la expansión de una religión, la dispersión de un pueblo, la incipiente creación de un sistema educativo, el desarrollo de la cultura escrita (literaria y científico-técnica), la implementación de un mercado económico interno común como efecto del capitalismo[2]. En suma, también aquí parece emerger la imaginación moderna del Estado nación convertida en principio teórico-metodológico.

Las preguntas de Wimmer & Glick Schiller (2002) sobre la investigación histórica son igualmente pertinentes y válidas para la investigación glotopolítica: ¿cómo han moldeado nuestra percepción de

los fenómenos glotopolíticos los procesos de construcción, desarrollo y consolidación de los Estados nacionales? ¿Qué nuevas (y viejas) prácticas sobre el lenguaje y las lenguas se presentan a la mirada moderna? ¿Qué otros enfoques se pueden proponer?

Explorando estos interrogantes, es inevitable considerar en el mundo de hoy la presencia de Internet, ya no como una concepción territorial del espacio (homogéneo y delimitado), un "lugar" al cual los usuarios "vamos", sino como una dimensión de las prácticas sociales que tiene en el lenguaje una parte central de su materialidad. Se trata de una extensión heterogénea, en la que se suceden y coocurren múltiples procesos. El pasaje de los espacios nacionales de las lenguas al espacio de la globalización ya no pueda pensarse, entonces, como una mera "ampliación", como un mero cambio de escala, sino que debe entenderse como una alteración en las prácticas de funcionamiento de las lenguas. Concebir el espacio *on line* como diferente de la lógica territorial heredada del Estado nación moderno permite comprender lugares (*sites*) de superposición, (hiper)vínculo y juego de memorias discursivas de las lenguas.

2. El diccionario *on line* como problema

El estudio de la diccionarización, proceso histórico-discursivo de constitución de los diccionarios, conforme Nunes (2006), implica explicitar los desarrollos históricos que llevan a la aparición y los cambios de las prácticas que permiten su construcción. Las diversas modalidades diccionarísticas, es decir, las diferentes y específicas formas históricas de manifestación sobre el saber léxico y lexicográfico están inevitablemente ligadas a transformaciones que ocurren en determinadas condiciones.

En el caso del español, coexisten en la actualidad distintas modalidades según el tipo, extensión y especificidad de la información que brindan; la finalidad que persiguen; el perfil de los usuarios a los que van dirigidos y especialmente según los requerimientos socio-históricos más amplios que se imponen. Todos, claro está, instauran regímenes de normatividad a partir de ciertas tramas de argumentación, alcances, limitaciones, inclusiones y exclusiones. Las principales modalidades responden a una o más (combinación de varias) de las siguientes variables: generales / dialectales o regionales; integrales / complementarios, contrastivos y/o diferenciales; descriptivos / prescriptivos; usuales, actuales o sincrónicos / históricos, etimológicos;

de lengua / enciclopédicos, terminológicos; semasiológicos / onomasiológicos; de autor / académicos / comerciales / producto de investigaciones.

Las condiciones contemporáneas de producción traen aparejadas intervenciones novedosas en el campo público del lenguaje. Esta revolución tecno-lingüística, atravesada por procesos de globalización, transnacionalización e integración regional, que afectan el concepto mismo de Estado nación, así como por la preeminencia de las nuevas tecnologías de la palabra, inaugura inevitablemente una flamante instancia de instrumentalización de la lengua[3]. En tal sentido surge un nuevo criterio de clasificación: diccionario impreso / diccionario *on line*. En algunos casos, los diccionarios son simplemente trasvasados de un medio a otro (del papel a la web) permaneciendo estáticos, sin opción de ser intervenidos por los usuarios. No obstante, también los hay elaborados exclusivamente para y por la web 2.0 que contienen un extenso abanico de recursos interactivos.

En el marco de un proyecto de investigación más amplio que procura comprender y explicar las relaciones que guardan los instrumentos lingüísticos y las transformaciones socio-históricas de mayor envergadura, este trabajo tiene como objetivo observar el impacto de las nuevas tecnologías y lenguajes en los procesos de diccionarización contemporáneos. El punto de partida es que se asiste a una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española no solo como resultado de los adelantos tecnológicos que habilitan una relación –basada en la interacción– con el saber lingüístico, sino principalmente de la etapa actual del capitalismo y de las discursividades hegemónicas que la atraviesan. Con ese fin, se analizará el diseño de la interfaz como un componente ideológico más del discurso lexicográfico en una serie representativa de diccionarios monolingües del español publicados *on line*. Esto permitirá examinar los tipos de usuarios que estas interfaces configuran.

3. Glotopolítica 2.0

La Glotopolítica (ARNOUX, 2008a; DEL VALLE, 2007 y 2013; ARNOUX y DEL VALLE, 2010 y ARNOUX y NOTHSTEIN, 2014) aborda, desde una concepción integracionista y latinoamericanista y mediante el análisis discursivo de materiales diversos del archivo histórico (próximo o distante), las intervenciones en el espacio público del lenguaje, provengan tanto de espacios institucionales oficiales

cuanto no oficiales, atendiendo a la relación que estas entablan con transformaciones y demandas socio-históricas más generales. De entre ellas se ha detenido tradicionalmente en la construcción de imaginarios colectivos y sus efectos ideológicos.

Adoptar este enfoque para abordar fenómenos del mundo de hoy supone tener en cuenta las intrincadas relaciones entre el lenguaje, la política, el Estado, la sociedad civil, las integraciones regionales, las áreas idiomáticas y el capital trasnacional. Es decir, se piensan necesariamente estas problemáticas desde afuera de los límites metodológicos del Estado nación.

De cuño discursivo e histórico, este enfoque está atento a la diversidad y a la manifestación del conflicto. Los discursos metalingüísticos, que intentan estabilizar la lengua aunque esta siempre encuentre la forma de resbalarse, se examinan como acontecimientos intrínsecamente históricos, que exceden los límites del campo meramente lingüístico, insertándose en un entramado de vínculos vasto con exigencias que se producen en (o desde) los ámbitos político, social, económico, cultural, educativo, tecnológico y demográfico y en los que intervienen determinados agentes (personas e instituciones que representan y/o responden a ciertos intereses). Dicho de otro modo, en los discursos que versan sobre el lenguaje y las lenguas se cristaliza el resultado de múltiples factores de compleja articulación que entran, muchas veces, en tensión: mutaciones en la composición de la población; cambios en la distribución de las fuerzas políticas; exigencias sociales y económicas; necesidades del mercado laboral; consideraciones pedagógicas vigentes y demandas educativas; avances en las Ciencias del Lenguaje; apariciones, desarrollos y cambios en los medios masivos de comunicación o en las tecnologías de la palabra; entre otros.

La presente investigación se nutre, además, del concepto de "espacio de enunciación" proveniente de otra línea teórico-metodológica, aunque sumamente complementaria al enfoque glotopolítico. Guimarães (2002, 2003 y 2005) propone dicha noción en el marco de la Semántica del acontecimiento, en la cual:

> Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus

> direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (…) (GUIMARÃES, 2002, pp. 18-19).

El concepto da cuenta, así, del espacio de relación entre lenguas diversas (o variedades de la misma lengua) y sus hablantes. Cada espacio de enunciación tiene una regulación histórica específica. Esto significa que la distribución de las lenguas (y de las variedades) que están en relación en condiciones históricas específicas se realiza, cada vez, de un modo particular. En este sentido, la ilusión de homogeneidad de un territorio nacional es justamente uno de los aspectos más fuertemente discutidos por esta noción. De hecho, la categoría es funcional a la indagación de relaciones de lenguas en espacios que van más allá, exceden, sobrepasan las fronteras nacionales (SANTOS, 2012; DINIZ, 2012; CASTELO BRANCO, 2013).

En el presente análisis, la productividad de la categoría radica entonces en el hecho de que no la define la noción de frontera o territorio. No se limita ni se circunscribe, pues, al espacio físico empírico. Contrariamente, se caracteriza, de acuerdo con Santos (2012), por ser un espacio histórico, un espacio de relación en varios planos (entre lenguas, entre variedades, entre sujetos, entre lenguas, variedades y sujetos, entre sentidos). Es, en definitiva, un espacio político, de disputa, de conflicto, en el que lo político se comprende como la contradicción de una normatividad que divide en términos desiguales lo real y convoca modos de resistencia de los excluidos frente a esa división normativa y desigual.

Desde la perspectiva glotopolítica y teniendo en cuenta la fuerza analítica que proporciona el concepto de espacio de enunciación nos interrogamos acerca del impacto de Internet en el proceso de gramatización. Su primera versión, la web 1.0, significó fundamentalmente un cambio de soporte, que reproducía en la pantalla lo que antes estaba en el papel. Los primeros diccionarios *on line* no fueron sino la versión binaria de los instrumentos lingüísticos analógicos. El gran cambio que estas obras lexicográficas sufrieron, en relación con sus antecesoras, fue el de la *disponibilidad*: un día se pudo acceder a las versiones digitalizadas (primero facsimilares, luego

reeditadas) de vocabularios que, por su precio o por su ubicación geográfica, resultaban de alcance difícil o incluso imposible. Algunos optimistas consideraban que este proceso era de democratización en la medida en que las condiciones de acceso eran universales. Otros, más críticos, señalaban, en cambio, el carácter aparente de esta democracia: por una parte, las condiciones económicas de acceso a la tecnología, desde los dispositivos hasta el tendido de la red, que sostenía esta supuesta democracia eran privativas para la mayoría de la población; por otra parte, el modelo comunicativo subyacente era idéntico al de los instrumento lingüísticos tradicionales ya que seguía habiendo un único locutor institucional que emitía unidireccionalmente el discurso normativo sobre la lengua para un auditorio amplio y homogéneo. En tal sentido, Internet no hacía más que agrandar el espacio de enunciación teorizado, y lo que allí sucedía era "lo mismo pero más grande". En términos de diseño web, se trata de un modelo conocido como "one to many", calcado del programa de comunicación masiva cuya denuncia formara parte de la agenda de la teoría crítica moderna de Adorno y Horkheimer y cuyo agotamiento celebrara (precozmente) Marshall McLuhan.

Con el surgimiento de la web 2.0, el modelo de interacción pasa a ser "many to many", provocando la aparición de nuevos actores y condiciones para la producción, circulación y reconocimiento de discursos normativos sobre las lenguas. Por un lado, el acceso a los dispositivos técnicos se extendió, cubriendo la "primera brecha digital" con aparatos de bajo costo y una red extensa y barata. Iniciativas como *one laptop per child* llevaron, en algunos casos, a programas de distribución gratuita de *netbooks* en el sistema escolar, entre los que se destacan los casos argentinos "Conectar igualdad" y "Plan Sarmiento"[4]. Por otro, dicha ampliación fue acompañada por nuevos modos de uso, que genéricamente se denominan web 2.0, en los que se otorga un papel central al contenido generado por el usuario, la interoperabilidad y la usabilidad.

En este marco, se postula aquí una nueva fase del proceso de gramatización, con tres características que le son específicas. En primer lugar, la *independencia relativa de los límites territoriales del Estado nación* en algunos rubros de consumo de bienes y servicios, sobre todo culturales: aunque las aduanas sigan filtrando qué objetos entran o no a un país; aunque las autoridades controlen cada vez más y mejor quiénes pasan o no por sus fronteras, es posible consumir productos intangibles

(música, video, literatura) de diversas partes del globo, pagándolos de forma anónima (mediante criptomonedas, por ejemplo, o a través de formas de pago *on line*). Incluso las formas de control territorial sobre el acceso a Internet (por la identificación de direcciones de IP) son constantemente vulneradas mediante recursos diversos, desde sencillas Virtual Private Networks hasta nuevas y más recientes y complejas tecnologías de encriptación de datos[5].

En segundo lugar, el *trabajo colaborativo* se presenta cada vez más como la regla y no como la excepción en las tareas que involucran el lenguaje. Uno de los fenómenos en los que mejor se observa este hecho es, por caso, en la elaboración colectiva y gratuita de subtítulos y traducciones que no solamente no son una "alternativa" a las formas tradicionales de la modernidad (donde empresas especializadas contratan expertos que llevan a cabo la tarea y la administran según convenios de venta de derechos y distribución de productos por "mercados nacionales" determinados) sino que además y principalmente crean su propio mercado de consumo alternativo.

Finalmente, el rol novedosamente activo de los usuarios, que generan contenidos originales y disponen de elementos que favorecen el abandono del papel tradicionalmente pasivo asignado por los medios impresos, en los que la lectura era de tipo unidireccional. Los nuevos medios digitales favorecen y propician una lectura activa en la que el lector debe tomar permanentemente decisiones y llevar a cabo acciones con el texto que está leyendo: desde seguir la trama de hipervínculos que relaciona un texto con otro en una red, hasta escribir comentarios, compartirlo en una red social, etc. El concepto de "contenido generado por los usuarios" es, en este sentido, central para comprender los nuevos actores y espacios no territoriales (o desterritorializados) que tienen lugar en la definición de las lenguas y sus efectos de normatividad[6].

4. Materiales de análisis y posiciones normativas

Analizaremos una serie de cuatro diccionarios monolingües del español publicados en los últimos años: las dos últimas ediciones del *Diccionario de la Real Academia Española* (*DRAE*), *el Diccionario integral del español de la Argentina* (*DIEA*), el *Diccionario del español de México* (*DEM*) y el *Diccionario español* ofrecido por WordReference.com (*WR*). Se trata de dos diccionarios "generales" y dos diccionarios "nacionales". Los cuatro ofrecen acceso gratuito y universal a través de sus propios sitios web.

La última edición del diccionario académico, la número 23 "Edición del Tricentenario" (2014), está solamente disponible en formato papel. En la versión *on line* (www.rae.es) se encuentra subida la edición anterior (la del año 2001) más un conjunto de artículos con avances y enmiendas (agregados, actualizaciones, modificaciones, supresiones, etc.) que corresponden a la publicación del año pasado[7].

El repertorio argentino tiene tres versiones: dos en papel y una *on line*. Las de formato impreso son el *DIEA* publicado en Buenos Aires por la marca Voz Activa de la editorial Tinta Fresca del Grupo Clarín en el año 2008 y la otra, con algunas pocas variantes sustanciales, es *El gran diccionario de los argentinos. El uso del español actual de la Argentina* publicada en dieciocho tomos coleccionables junto con el diario *Clarín* al año siguiente. La versión *on line*, llamada *Diccionario Clarín.com*, que contiene diferencias respecto de las impresas (LAURIA, 2012), está disponible en http://www.clarin.com/diccionario.

Por su parte, el *DEM*, que vio la luz en el año 2010 a través de la editorial del Colegio de México y bajo la dirección del prestigioso lingüista y lexicógrafo Luis Fernando Lara, presenta la misma disposición del contenido tanto en papel cuanto en su modalidad digital: http://dem.colmex.mx/. Este proyecto, sumamente innovador y bisagra en la historia de la lexicografía del español, auspiciado y financiado por el Estado nacional, nació en los años setenta del siglo pasado y se basa en el *Corpus del español mexicano contemporáneo*, elaborado a partir de una selección de textos de parte del pasado siglo (1921-1974) y compuesto por mil textos de dos mil palabras gráficas cada uno, representantes de todas las zonas, hablantes y géneros de México. Los primeros productos fueron: el *Diccionario fundamental del español de México* (1982) (*DFEMex*), el *Diccionario básico del español de México* (1986) (*DBEMex*) y el *Diccionario del español usual en México* (1996) (*DEUMex*).

Por último, el *WR*, accesible en http://www.wordreference.com/definicion/, es el diccionario más consultado en la web de acuerdo con los datos proporcionados por Bonnin (2014). El dispositivo incluye además de la información lexicográfica esperable, secciones novedosas como foros de discusión y otros segmentos interactivos que permiten el trabajo colaborativo y las contribuciones por parte de los usuarios. Constituye un modelo de obra de lexicografía participativa bastante común en la actualidad.

Otros proyectos que siguen esta idea, pese a que quedaron fuera del corpus de análisis son: el *Diccionario latinoamericano de la lengua española* iniciativa llevada adelante por la Universidad Nacional de Tres de Febrero de Argentina (UNTREF) (http://untref.edu.ar/diccionario/uso.php) y *Asíhablamos.com. El diccionario latioamericano, para poder entendernos* (http://www.asihablamos.com/), entre otros.

La posición normativa que asumen las obras varía significativamente. El *DRAE* es considerado en gran parte del ámbito hispanohablante y desde hace siglos como el diccionario canónico, la obra indiscutida de referencia de la lengua española denominada *general*, *común* o, en términos actuales, *panhispánica*. Esto obedece a que el proceso de estandarización ha sido históricamente ejercido por la RAE, institución revestida, a partir de una serie de operaciones de autolegitimación, en la autoridad prescriptiva y el agente garante de la regulación de la lengua desde su fundación por un grupo de nobles en la ciudad de Madrid en el año 1713. Es, por consiguiente, una pieza clave sobre la cual gravitan, ya sea para ponderarlo y acatar sus decisiones, ya sea para complementarlo o utilizarlo como material contrastivo y diferencial, ya sea para despegarse y criticarlo, las restantes obras diccionarísticas. En el marco de los últimos instrumentos normativos académicos editados, y el diccionario ocupa un lugar central en ese programa de acción lingüística, se declara la renovada misión de las academias y la puesta en marcha de una política de corte panhispánico tanto hacia la lengua (aceptación, inclusión y regulación de las variedades geográficas, sociales y de registro inherentes a la lengua) cuanto hacia su gestión (participación en igualdad de condiciones de todas las academias que forman la red institucional). Esto conlleva a que se manifieste una gestión pretendidamente "colectiva y democrática" de la norma y el pasaje de un régimen de normatividad monocéntrico y unitario a uno panhispánico, que no es, en absoluto, igual que pluricéntrico[8].

La orientación pluricéntrica está representada, por su parte, por la confección y publicación las obras lexicográficas integrales de la Argentina y de México que, gracias a algunos desplazamientos metodológicos en la tarea lexicográfica (como, por ejemplo, el diseño de una nueva planta y la elaboración de un corpus de datos sistemático con el fin de seguir un criterio de frecuencia de uso) quiebran la tradición lexicográfica hegemónica en América de habla española, que

solo daba cuenta de la especificidad lingüística mediante la elaboración de diccionarios parciales: complementarios, diferenciales y, en algunos casos, contrastivos, esto es, diccionario de mexicanismos, de argentinismos, etc. Si bien los repertorios integrales operan en tanto gestos glotopolíticos de soberanía lingüística en lo que atañe a la regulación de la lengua, no se debe soslayar, sin embargo, el hecho de que las dos obras mencionadas se cierran sobre el respectivo territorio nacional y determinan un exterior. No se abren, por cierto, al espacio regional ni atienden a la porosidad e hibridez lingüísticas de las zonas de contacto y de frontera (lenguas próximas, lenguas vecinas, lenguas amerindias). Claramente, en estos proyectos subyacen intereses y persisten ideologías lingüísticas características de los Estados nacionales.

Por último, el diccionario de *WR* es un micro-emprendimiento comercial surgido por iniciativa de Michael Kellogg en 1999. Originalmente orientado a proveer extensiones de traducción automática (FRANCO, 2009), al año comenzó a desarrollar diccionarios bilingües. Este proceso tuvo dos etapas. La primera consistió en digitalizar y dinamizar el uso de diccionarios ya existentes, tanto bilingües como monolingües. En los últimos años ha comenzado a producir sus propios diccionarios y otros instrumentos lingüísticos, fundamentalmente para el inglés. En el caso del español, al momento de escribir este artículo, se encuentran los siguientes recursos: Español-Francés (*Diccionario Espasa Grand*, Espasa Calpe, 2000), Español-Portugués (*Gran diccionario español-portugués / português-espanhol*, Espasa Calpe 2001). Para el Español-Inglés encontramos dos diccionarios, uno prestado (*Collins Spanish Dictionary-Complete and Unabridged*, 8º edición, Harper-Collins, 2005) y otro provisto por la misma empresa (*WordReference English-Spanish Dictionary*, 2014). La opción de definiciones del y en español, es decir lo que se llama "diccionario monolingüe", toma los textos de dos repertorios: el *Diccionario de la Legua Española* (Espasa-Calpe, 2005) y el *DRAE*, el cual es enmarcado directamente del sitio de la propia Real Academia Española (RAE). Además de los diccionarios, desde el año 2004, la página abrió uno de sus espacios más característicos: los foros. Estos espacios discursivos, en los que los usuarios registrados pueden hacer y responder consultas vinculadas a diversas lenguas, son uno de los principales atractivos del sitio, especialmente para aquellos lectores que, sin participar activamente en ellos, los consultan habitualmente.

En una entrevista realizada en 2009, Kellogg declaraba que los foros contaban con 390000 usuarios registrados, pero más de un millón de visitantes diarios (FRANCO, 2009). Los foros, aunque aparecieron tardíamente, forman parte del corazón de la innovación glotopolítica que *WR* supone. Esto se puede observar en el texto de presentación del diccionario monolingüe en español:

> El *Diccionario de la lengua española* cuenta con más de 50.000 entradas, y más de 150.000 definiciones y ejemplos de uso, incluyendo más de 5.000 voces y acepciones del español de distintas regiones del mundo. Y quizás lo más importante, miles de términos y dudas que no aparecen en el diccionario principal se pueden encontrar en las preguntas y respuestas del Sub-Foro Sólo Español en WordReference. Si tampoco encuentras un término ahí, puedes preguntar. Hay muchos hablantes nativos de español de todas partes del mundo que con gusto ayudan a otros a resolver sus dudas sobre la lengua (Disponible en: http://www.wordreference.com/definicion/ Fecha de consulta: 6 de octubre de 2015).

El lugar concedido a los "hablantes nativos de español de todas partes del mundo" es inédito en un diccionario monolingüe, que ya no puede analizarse exclusivamente a partir de su propia discursividad lexicográfica (la cual, como se indicó más arriba, incluye las definiciones del Espasa Calpe o del *DRAE)*, sino que la introduce en un espacio multiparamétrico en el que la(s) definición(es) no es más que una alternativa posible entre varias.

En síntesis, los diccionarios seleccionados forman parte de cuatro proyectos divergentes de política lingüística que condensan tradiciones distintas con dinámicas normativas diferentes debido a las posiciones que asumen dentro del campo lexicográfico por las instituciones (academia, instituto de investigación estatal, editorial privada, empresa comercial con foco en la virtualidad) de las cuales proceden.

5. Nuevas dimensiones de la lexicografía *on line*: las ideologías técnicas

Los diccionarios *on line* no tienen una interfaz de usuario única y estandarizada. Esto se debe, en parte, a que se trata de una tecnología reciente que aún no se ha estabilizado. El *DRAE*, sin ir más lejos, ha

modificado numerosos aspectos de su interfaz en el último año, desde el diseño estético hasta los recursos de búsqueda. Por otra parte, el valor diferencial de diseño y usabilidad de las páginas web es lo que les permite competir por la atención del usuario, de manera que las propiedades y funciones de su interfaz son, en sí mismas, productoras de sentido: constituyen un discurso y son pasibles, entonces, de un análisis ideológico. De este modo, al análisis de las ideologías lingüísticas de los instrumentos lexicográficos (LAURIA, 2012, 2013 y 2014) se suma el análisis de las ideologías técnicas que lo materializan, las cuales no son, en absoluta, externas, sino que, por el contrario, lo constituyen.

5.1. Análisis de la interfaz

Para el examen de la interfaz de los diccionarios se seleccionaron tres dimensiones que, sin agotarla, describen buena parte de la novedad que estos representan respecto de sus antecesores (o, incluso, de sus versiones) en papel: las opciones de autocompletado, la flexibilidad ortográfica y la flexibilidad lemática.

a) Opciones de autocompletado

La primera dimensión que se analiza consiste en la existencia de opciones de autocompletado que asisten la tarea de búsqueda y consulta del usuario: a medida que se escribe el término buscado, el diccionario presenta automáticamente los lemas disponibles. Esta tecnología no la ofrece el *DEM* y tampoco la proporciona el *DRAE*, los cuales responden solo a la acción de búsqueda del usuario (a través de *click* o *enter*) una vez completada la palabra solicitada[9]. En el caso del *Clarín.com*, las opciones suministradas agotan la búsqueda posible del usuario: si al completar la palabra no hay ninguna recomendación, su averiguación no obtendrá resultados. Esto se debe a la falta de flexibilidad ortográfica y lemática (ver *infra*). *WR*, en cambio, da recomendaciones que no son obligatorias, de manera que se realizará una búsqueda y habrá una respuesta, aun si no se selecciona ninguna de las opciones brindadas durante el proceso de escritura.

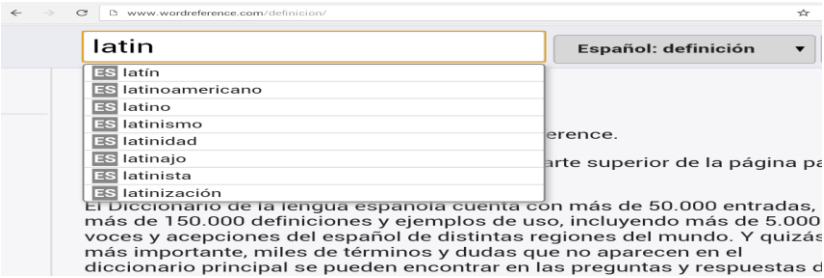


Figura 1: opciones de autocompletado en *WR*, secuencia "latin-".

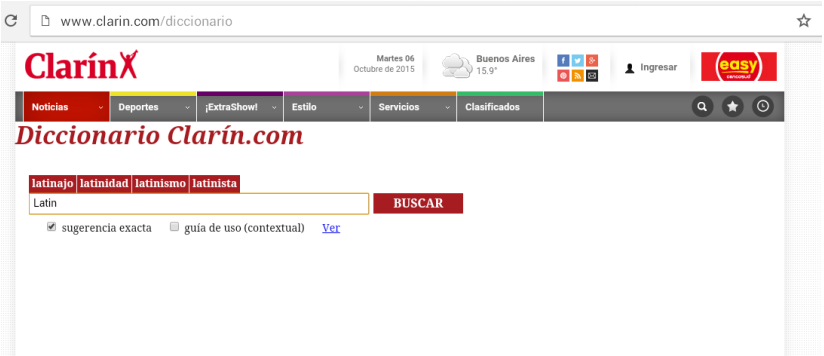


Figura 2: opciones de autocompletado en *Clarín.com*, secuencia "latin-".

El interés de esta característica reside en, por una parte, el tipo de interacción que propone con el usuario: mientras que el *DEM* y el *DRAE* dejan todo el trabajo en sus manos, los otros dos interactúan con él en tiempo real, realizando sugerencias. Por otra parte, también permite observar el grado de agencia que se le otorga: en el caso de *Clarín.com*, el usuario es simplemente un selector, no puede avanzar más allá de las opciones sugeridas. En el *WR*, en cambio, las opciones son facilitadoras que no reemplazan ni limitan las opciones que el usuario puede desplegar en su búsqueda, como se verá al comentar los dos modos de flexibilidad: ortográfica y lemática.

b) Flexibilidad ortográfica

La organización alfabética del diccionario en papel demanda un saber ortográfico por parte del usuario: si este no sabe que la palabra "huevo" comienza con "hache", la buscará inútilmente en la letra "u". Los diccionarios *on line*, al presentar una caja de búsqueda (y no un listado ortográfico de lemas), pueden ser todavía más taxativos en la sanción del error ortográfico puesto que un simple equívoco al tipear puede ser una barrera insuperable para alcanzar el lema buscado. La flexibilidad ortográfica, entonces, consiste en interpretar y admitir variantes ortográficamente incorrectas de un término, ofreciendo un resultado adecuado.

Se observa que hay dos maneras de flexibilidad: una lineal, que privilegia los caracteres iniciales de la palabra buscada (heredera del diccionario de papel, que ordena ortográficamente los lemas) y otra que privilegia la secuencia de caracteres, aun cuando se encuentre en medio de otra palabra. Para el análisis de la flexibilidad ortográfica en sus dos variantes, se buscó "uevo" y "huebo" (por "huevo") en los diccionarios objeto de análisis.

El *DEM* arrojó los siguientes resultados:

> uevo
> Las siguientes entradas guardan cierta similitud:
> huevo
> hueva
> oído
> huave
> hielo
> hueso
> auto
> guapo
> vivo
> cueva
> *uevo*
> Demasiados resultados. Se muestran los primeros 10.
> aire
> I
> 10 Tomar (nuevos) aires Coger nuevas fuerzas o más bríos
> berenjena

4 Berenjena de huevo Variedad que, por su forma y color, es semejante a un huevo de gallina

El diccionario mexicano muestra en primer lugar los resultados aproximados, incluyendo la forma considerada estándar "huevo". Además, incluye aquellas entradas en las cuales aparece la secuencia de caracteres buscada, que incluye "huevo" (en "berenjena de huevo"), pero también "nuevo" (en "nuevos aires").

La búsqueda de "huebo", en la que la secuencia inicial de caracteres es reconocible pero que no forma parte de ninguna otra palabra del español, nos da resultados solo del primer tipo:

huebo
Las siguientes entradas guardan cierta similitud:
huevo
hueva
huave
huida
hiato
hierro
hielo
hueso
auto
hiena

Aquí se ofrece un listado de lemas ortográficamente próximo a la secuencia "hueb-". Al igual que con la secuencia anterior, la primera sugerencia es la versión normalizada de "huevo"; de allí que podamos concluir que hay, efectivamente, flexibilidad ortográfica en esta obra lexicográfica.

Al tomar el *DRAE*, la primera búsqueda no arroja ningún resultado:

Aviso
La palabra uevo no está en el Diccionario.

Esto significa que el diccionario académico no reconoce la secuencia de caracteres que forma parte de la palabra, pero sí reconoce la raíz:

La palabra huebo no está registrada en el Diccionario. Las que se muestran a continuación tienen formas con una escritura cercana.

haber1.
hueco, ca.
huego.
-huelo, la.
huero1, ra., huero2, ra.
hueso.
huevar.
huevo.
oler

Los dos ejemplos muestran que, en el caso del *DRAE*, la flexibilidad ortográfica es menor que en el *DEM* porque se privilegia la lectura lineal de la palabra a partir de la secuencia inicial de caracteres. Se puede leer aquí un rastro del orden alfabético del diccionario en papel y la memoria de la norma ortográfica, que deja el resultado más cercano ("huevo") en la anteúltima posición.

El *Clarín.com* no permite llegar a "huevo" a partir de ninguna de las variantes buscadas. A diferencia de los demás, el lector actúa en este repertorio puramente como un selector. La obra no brinda una lista de resultados, sino que estos se presentan directamente como sugerencias de autocompletado. Para el caso de "uevo", los lemas seleccionables son "u", "usb", "ubicable" y "ubicación". Para "huebo", en cambio, tenemos "hueco", "huecu", "huelga" y "huelguista". Al igual que en el *DRAE*, el criterio de aproximación es lineal, de manera que las sugerencias dependen de la "u" o la "hu" iniciales.

WR, por último, frente a la búsqueda de "uevo" ofrece diferentes tipos de resultados. En una columna central, leemos lo que sigue:

uevo
sinónimos | definición RAE | en inglés | en francés | conjugar verbos | en contexto | imágenes
No se ha encontrado una definición para 'uevo'.
Quizás quiso decir
huevo
nuevo

suevo
Preguntas en los foros con la(s) palabra(s) 'uevo' en el título:
Ningún título tiene la(s) palabra(s) 'uevo'.
Pregunta tú mismo.
Visita el foro.
"uevo" en inglés
"uevo" en francés
"uevo" en portugués

En la columna izquierda, se ofrece el listado de lemas que, alfabéticamente, rodea al ítem "uevo" en la lectura lineal del diccionario:

Ver También:
txistulari
u
ubérrimo
ubicación
ubicar
ubicuidad
ubicuo
ubre
uci
ucraniano
ufanarse
ufanía
ufano
ufo
ufología
ufólogo
ugandés
ugrofinés
ujier
ukelele
úlcera

La búsqueda de "huebo" produce el mismo tipo de resultados; se recomiendan "huevo", "hueco", "huero", "hueso" en la columna central, etc. Este diccionario presenta los dos tipos de flexibilidad

ortográfica: en la columna central realiza sugerencias que explícitamente interpretan las intenciones del usuario ("quizás quiso decir") y privilegian la secuencia de caracteres independientemente de su posición. En la columna de la izquierda, en cambio, propone el orden alfabético que se organiza a partir de la secuencia inicial de caracteres. En este caso, el usuario es lector de la columna del medio, selector de la columna de la izquierda y productor de contenido en los foros ("pregunta tú mismo").

Si se tienen en cuenta a aquellos diccionarios que sí tienen flexibilidad ortográfica, se entrevé que el *DRAE* es el único que no presenta "huevo" como primera opción de resultados frente a la búsqueda de "huebo". Evidentemente, aunque la nueva tecnología de diccionario *on line* tenga cierta flexibilidad, la memoria de la norma ortográfica sigue teniendo mucho peso. Se puede suponer que por ese mismo motivo no brinda ninguna alternativa a la búsqueda de "uevo" puesto que no hay ningún lema que comience con esa secuencia de caracteres[10].

c) Flexibilidad lemática

Dentro de las convenciones habituales del diccionario se encuentra la presentación de los lemas en su forma canónica: en singular para los sustantivos, en masculino y singular para los adjetivos, en infinitivo para los verbos, etc. La forma canónica de los lemas, en el caso de los diccionarios en papel, responde en buena medida a motivos de índole estrictamente económica: al incluir solo la forma en infinitivo de un verbo se ahorra tantas entradas como formas conjugadas ese verbo pudiera tener.

¿Qué sucede, por el contrario, con este aspecto en los diccionarios *on line*? ¿Admiten la búsqueda de palabras que no respondan al modo canónico? Para evaluar esta dimensión, se tomó un adjetivo en su forma femenina ("latinoamericana") y un verbo conjugado en una variante latinoamericana ("morite"). A diferencia de la flexibilidad ortográfica, en la que el diccionario ofrece sugerencias porque no hay una palabra de la llamada norma estándar que se corresponda con la secuencia de caracteres buscada, la flexibilidad lemática se observa cuando el diccionario puede identificar el término buscado, independientemente de su flexión o conjugación, y conduce de modo directo a la entrada. Cuando, en cambio, no la hay, el diccionario suministra el mismo tipo de sugerencias que al enfrentar un error de tipo ortográfico.

En el *DEM* se encontraron los siguientes resultados:

latinoamericana
Las siguientes entradas guardan cierta similitud:
Latinoamericano
latinoamericana
La cadena de caracteres "latinoamericana" no está en nuestros registros. Sin embargo, "latinoamericana" ocurre al interior de los siguientes artículos.
abjurar
v intr (Se conjuga como amar) Renunciar, públicamente o no, a una creencia o a una posición frente a algo: “Prefiere sacrificar su vida antes que abjurar de sus convicciones”, abjurar de la fe católica, “La verdad es que todas las naciones latinoamericanas abjuran del Tratado de Río”

En este caso, el diccionario no reconoce que “latinoamericana” es la forma flexionada del adjetivo “latinoamericano”, sino que la interpreta como un error ortográfico, proponiendo “latinoamericano” como sugerencia.

La búsqueda de “morite”, por su parte, ofrece el mismo tipo de resultado:

morite
Las siguientes entradas guardan cierta similitud:
morita
mérito
marido
morado
morada
torito
borato
perito
barita
birote

Por tratarse de un diccionario del llamado "español de México", se puede buscar la variante regional "muérete". El resultado, sin embargo, es el mismo:

> muérete
> Las siguientes entradas guardan cierta similitud:
> florete
> retrete
> sureste
> muerte
> muerto
> fuerte
> suerte
> mugre
> fuete
> mollete

Tanto en el *DRAE* como en el *WR*, las búsquedas de "morite" y la de "muérete" reenvían a la entrada de "morir", lo cual muestra flexibilidad lemática. De igual modo, la búsqueda de "latinoamericana" da como resultado "latinoamericano, na.".

En el *Clarín.com*, las opciones sugeridas en la escritura para "morite" siguen la linealidad alfabética: "moribundo", "morigeración", "morigerar", "morir". La búsqueda no reconoce el verbo, sino solo los primeros caracteres. Al escribir "muérete", en cambio, llega a la opción "muérdago". Con respecto a "latinoamericana", facilita las opciones "latinoamericanismo", "latinoamericanista", "latinoamericanización" y, siguiendo el orden alfabético, "latinoamericano", entrada que, al seleccionarla, dice "latinoamericano, na". Puesto que trata las formas no canónicas como errores ortográficos, se puede concluir que no cuenta con la dimensión de flexibilidad lemática.

6. Conclusiones

La síntesis del análisis de la interfaz puede expresarse en la siguiente tabla:

	DEM	***Clarín.com***	***DRAE***	***WR***
Autocompletado	-	+	-	+
Flexibilidad ortográfica	+	-	+/-	+
Flexibilidad lemática	-	-	+	+

Gráfico 1: síntesis análisis de la interfaz.

El *DEM* y el *Clarín.com* en sus versiones *on line* son los que más se asemejan a un diccionario en papel en cuanto a la interfaz propuesta para la consulta por parte del usuario. En el caso del primero, que es un diccionario elaborado por una institución universitaria centrada en la investigación, se espera que el usuario sepa lo que está buscando (y por eso no brinda opciones de autocompletado) y sepa también cómo buscarlo. Transige, en cambio, con el error de escritura; quizás porque lo interpreta más como un error involuntario de tipeo que como un error ortográfico sistemático. En el caso del segundo repertorio, en cambio, la capacidad de agencia del usuario es reducida al mínimo: es un selector de las opciones ofrecidas, aunque estas formen parte de un paradigma construido de modo conservador en torno a las formas canónicas y a la ortografía de la considerada norma estándar. El *DRAE*, por su parte, ha realizado un notable cambio (en términos de actualización técnica) con respecto a su versión anterior, la cual carecía de estas tres dimensiones hace un año atrás (BONNIN, 2014). En tal sentido, se acerca cada vez más al funcionamiento propuesto por *WR*, pese al hecho, no menor, de que limita la interacción al no ofrecer una asistencia en tiempo real al usuario. Por otra parte, se vislumbra la persistencia de la memoria ortográfica del diccionario en papel, lo cual restringe la flexibilidad ortográfica del instrumento sin, vale aclarar,

anularla. *WR*, por último, ostenta la mayor innovación con respecto a los diccionarios de la etapa anterior puesto que se sirve de los recursos disponibles: el autocompletado permite asistir al usuario que no necesariamente sabe lo que busca; la flexibilidad ortográfica cubre tanto los errores de tipeo como las ortografías consideradas no estándares, sin, por ello, impedir la selección tradicional de entre los lemas ordenados ortográficamente; la flexibilidad lemática, finalmente, contempla a un lector que no sabe manejar el diccionario tradicional. Se trata, por consiguiente, de un instrumento que prevé distintos perfiles de usuario: desde el acostumbrado lector competente del diccionario moderno, hasta el sujeto plurilingüe desterritorializado que ha construido un repertorio heterogéneo de formas lingüísticas y recursos, pasando por diferentes tipos y grados no solo de competencia lingüística (observable en la flexibilidad ortográfica) sino también metalingüística (presente en la flexibilidad lemática).

Al pensar los fenómenos del lenguaje en la actualidad desde el enfoque glotopolítico no debemos quedar encerrados en la dinámica, asentada sobre el principio de soberanía, del Estado nacional y el consecuente nacionalismo metodológico. Las dimensiones de las nuevas tecnologías y sus efectos de reconfiguración de las relaciones entre lenguas, variedades, hablantes, territorios y políticas afectan irremediablemente el funcionamiento de los espacios de enunciación. Consideramos necesario apostar y plantear, por el contrario, como horizonte de acción las políticas de áreas idiomáticas, sobre todo en lenguas como la española hablada por más de 400 millones de personas en todo el mundo. Es necesaria, por lo tanto, una renovación de los instrumentos lingüísticos que pueda dar cuenta de la diversidad inherente a la lengua tanto en términos de las variedades geográficas, sociales y de registro como en cuanto a su gestión. Este proceso requiere poder dar respuestas y delegar capacidad de agencia en distintos tipos de destinatarios: hablantes de español como lengua materna, segunda y extranjera, estudiantes, traductores y otros profesionales del lenguaje. La propuesta del diccionario monolingüe *WR* es un primer paso y, por cierto, bastante contundente hacia una nueva fase del proceso de gramatización de la lengua española. El diseño de la interfaz que presenta forja, para los usuarios, una forma novedosa de relacionarse con el saber lingüístico a la vez que descentra la dinámica tradicional de funcionamiento de las instituciones glotopolíticas.

En tal sentido, será interesante observar de qué modo los viejos actores de la norma (las academias, las editoriales, los medios y los gobiernos) y los nuevos actores de la web (WordReference, Google, Babylon) despliegan sus estrategias en el espacio no territorial del nuevo proceso de gramatización.

Referências

ALTHUSSER, L. (1967). *Curso de filosofía para científicos*. Madrid: Planeta Agostini, 1985.

ARNOUX, E. N. de (2008a). *Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico*. Buenos Aires: Santiago Arcos.

____. (2008b). "'La lengua es la patria', 'nuestra lengua es mestiza' y 'el español es americano': desplazamientos significativos en el III Congreso de la Lengua Española". In: HOFMANN, S. (Ed.). *Más allá de la nación*. Berlín: Edition Tranvía, pp. 17-39.

____. (2014). "En torno a la *Nueva gramática de la lengua española* (Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española)". In: ARNOUX, E. N. de y NOTHSTEIN, S. (Eds.). *Temas de glotopolítica*. Buenos Aires: Biblos, pp. 245-270.

____. y DEL VALLE, J. (2010). "Las representaciones ideológicas del lenguaje. Discurso glotopolítico y panhispanismo". In: *Spanish in Context*, 7, 1, pp. 1-24.

____. y NOTHSTEIN, S. (Eds.). (2014). *Temas de glotopolítica.* Buenos Aires: Biblos.

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.

BLOMMAERT, J. (2009). "Language, Asylum and the National Order". In: *Current Anthropology*, 50, 4, pp. 415-441.

BONNIN, J. E. (2010). "Lengua, cultura y nación. El catolicismo en el II° Congreso Pedagógico Nacional". In: ARNOUX, E. N. de y BEIN, R. (Comps.). *La regulación política de las prácticas lingüísticas*. Buenos Aires: Eudeba, pp. 267-288.

____. (2014). "Pensar el castellano en Internet: discursos sobre la norma en los foros de WordReference.com". In: ARNOUX, E. N. de y NOTHSTEIN, S. (Eds.). *Temas de glotopolítica.* Buenos Aires: Biblos, pp. 351-372.

CASTELO BRANCO, L. (2013). *A língua em além-mar: sentidos à deriva - o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
DEL VALLE, J. (Ed.). (2007). *La lengua, ¿patria común?* Frankfurt / Madrid: Vervuert / Iberoamericana.
____. (Ed.). (2013). *A Political History of Spanish*. Cambridge: Cambridge University Press.
____. y GABRIEL-STHEEMAN, L. (Eds.). (2004). *La batalla del idioma*: *la intelectualidad hispánica ante la lengua*. Frankfurt / Madrid: Vervuert / Iberoamericana.
____. y VILLA, L. (2012). "La disputada autoridad de las academias: debate lingüístico-ideológico en torno a la *Ortografía* de 2010". In: *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericanak*, X, 19, pp. 29-53.
DINIZ, L. (2012). *Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
FANJUL, A. (2011). "Policêntrico e pan-hispânico. Deslocamentos na vida política da língua española". In: LAGARES, X. C. e BAGNO, M. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos lingüísticos*. San Pablo: Parábola, pp. 299-331.
FRANCO, D. (2009). "WordReference, where words live". Disponible en: http://levedesliz.blogspot.com.ar/2009/12/wordreference-where-words-live.html [Fecha de consulta: 5 de octubre de 2015].
GREUßLICH, S. (2015). "El pluricentrismo de la cultura lingüística hispánica: política lingüística, los estándares regionales y la cuestión de su codificación". In: *Lexis*, XXXIX, 1, pp. 57-99.
GUILHAUMOU, J. (1997). "Vers une histoire des évenements lingüistiques. Um nouveau protocole d`accord entre l`historien et le lingüiste". In: *Histoire, Espistemologie, Langage*¸ 18, II, pp. 103-126.
____. (2009). *Lingüística e História*. *Percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. San Carlos: Pedro & João Editores.
GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
____. (2003). "Enunciação e política de línguas no Brasil". In: *Letras*, 27, pp. 47-53.

____. (2005). *Multilingüismo, divisões da língua e ensino no Brasil. Linguagem e letramento em foco. Língua portuguesa*. Campinas: Cefiel/IEL/UNICAMP.

HAROCHE, C., HENRY, P. y PECHEUX, M. (1971). "La sémantique et la coupure saussurienne: Langue, langage, discours". In: *Langages*, 6, 24, pp. 93-106.

LARA, L. F. (2015). Temas del español contemporáneo. México: El Colegio de México.

LAURIA, D. (2012). "El primer diccionario integral del español de la Argentina: reflexiones acerca del alcance de «integral»". In: *Línguas e Instrumentos*, 29, pp. 53-92.

____. (2013). "Consideraciones glotopolíticas en torno a los diccionarios escolares del español". In: *Revista Digital de Políticas Lingüísticas*, 5, pp. 7-47.

____. (2014). "La producción lexicográfica de la Academia Argentina de Letras: un análisis glotopolítico del *Diccionario del habla de los argentinos* (*DiHA*, 2003 y 2008)". In: ARNOUX, E. N. de y NOTHSTEIN, S. (Eds.). *Temas de glotopolítica*. Buenos Aires: Biblos, pp. 271-322.

____. y LÓPEZ GARCÍA, M. (2009). "Instrumentos lingüísticos académicos y norma estándar del español: la nueva política lingüística panhispánica". In: *Lexis*, XXXIII, 1, pp. 49-89.

LOTMAN, I. M. (1992). "Acerca de la semiósfera". In: *La Semiósfera I. Semiótica de la cultura y del texto*. Madrid: Frónesis – Cátedra – Universitat de València, pp. 21-42.

NUNES, J. H. (2006). *Dicionários no Brasil*: *análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes.

PAFFEY, D. & MAR-MOLINERO, C. (2009). "Globalisation, linguistic norms and language authorities: Spain and the Panhispanic Language Policy". In: *Español en Estados Unidos y otros contextos de contacto*. LACORTE, M. y LEEMAN, J. (Eds.). Frankfurt / Madrid: Vervuert / Iberoamericana, pp. 159-173.

SANTOS, G. (2012). *O tratamento enunciativo da metáfora no estudo da designação do nome "português" na América Latina: um trabalho com política de línguas*. Tese. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

SENZ, S. y ALBERTE, M. (Eds.). (2011). *El dardo en la palabra*. Esencia y vigencia de las academias de la lengua española. Barcelona: Melusina.
WIMMER, A. & GLICK SCHILLER, N. (2002). "Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences". In: *Global Networks*, 2, 4, pp. 301-334.

Palabras clave: glotopolítica, gramatización del español, diccionarios *on line*
Palavras-chave: glotopolítica, gramatização do espanhol, dicionários online
Keywords: glottopolitics, spanish grammatization, on line dictionaries

Notas

[1] En adelante, las traducciones nos pertenecen.
[2] Los Estados modernos europeos fueron capaces de unificar la enorme multiplicidad de hablas bajo un modelo de lengua que pudiese ser impuesto a todos los habitantes de un mismo país. De ahí que Auroux se refiera a las lenguas como "francés", "español", "alemán", "italiano", "portugués", "holandés", "polaco", etc. Asimismo, las prácticas que los Estados desenvolvieron dentro de sus fronteras fueron también aplicadas a las situaciones coloniales, de manera que la ampliación de los mercados que acarreó la expansión imperial de los Estados europeos se vio acompañada de políticas de difusión de sus lenguas.
[3] Guilhaumou (1997 y 2009) propone el concepto de *acontecimiento lingüístico* para subrayar la importancia de considerar en la descripción de los modos de gramatización los espacios propicios para la innovación lingüística. Es imprescindible, de acuerdo con su planteo, valorizar el aspecto renovador de la conciencia lingüística de los sujetos hablantes en relación con la propia lengua, tanto como el funcionamiento de los instrumentos en la producción de reconfiguraciones creativas, especialmente en momentos de cambio histórico. Ciertos hechos son concebidos como acontecimientos lingüísticos porque desarticulan los límites, *las fronteras*, en el interior de las prácticas lingüísticas vigentes: provocan movimientos en relación con la producción y difusión del saber sobre la lengua.
[4] La actual "segunda brecha digital" consiste en la desigual distribución de competencias para la apropiación y el uso de estas tecnologías.
[5] Aunque esto no signifique, en modo alguno, la abolición de las fronteras ni una disminución del poder de los Estados, especialmente en el campo de la defensa (interior y exterior) y del espionaje, sí representa efectivamente un cambio de paradigma para los consumos culturales no considerados como estratégicos en esos términos. La lengua, claro está, se encuentra entre ellos.

[6] Los autores están preparando un artículo en el que exponen cómo el trabajo colaborativo y el contenido generado por los usuarios ponen en jaque los dispositivos normativos tradicionales de la modernidad, que se cimentan sobre una visión (ficticia) de homogeneidad y transparencia de la lengua, así como con un cuerpo ordenado, sistemático y con afán de completud.

[7] Es importante señalar que el día 14 de octubre de 2015, ya entregado nuestro artículo para su evaluación, la RAE subió a su página web oficial la 23ª edición del diccionario rebautizado como *Diccionario de la lengua española* (*DLE*). Este cambio de título atiende, a nuestro entender, al aporte de las restantes academias en su confección. De ahí el abandono del famoso *DRAE*, que reconocía a la RAE la autoría. Asimismo, la actualización conllevó ciertas modificaciones en las funciones de búsqueda.

[8] El desenmascaramiento de la dimensión ideológica de la *Nueva política lingüística panhispánica* (*NPLP*) ha sido un tema muy estudiado por la crítica especializada en los últimos años (Del Valle y Gabriel-Stheeman, 2004; Del Valle, 2007; Arnoux, 2008b y 2014; Lauria y López García, 2009; Paffey & Mar-Molinero, 2009; Senz y Alberte, 2011; Fanjul, 2011; Del Valle y Villa, 2012; Lara, 2015 y Greußlich, 2015). Los resultados de dichos estudios críticos demuestran que la *NPLP* expresa cabalmente una política de área idiomática, que algunos autores llaman "hispanofonía". Para todos, es una construcción discursiva basada en la presunción de una comunidad de países que comparten la lengua para lograr la proyección internacional del español con una finalidad económica. En efecto, no pasó de la mera manifestación de gestión democrática de la lengua compartida. Lejos de fomentar una distribución equitativa y multilateral de las funciones en la estructura organizativa y autoral en los nuevos instrumentos lingüísticos, como así también en la descripción de los rasgos lingüísticos de las distintas variedades, continúan reproduciéndose las antiguas jerarquías en la toma de decisiones, sosteniendo España una clara centralización gracias a la colaboración económica de una red de instituciones españolas y al apoyo de sectores latinoamericanos.

[9] Como se indicó en la nota vii, hubo cambios importantes en la interfaz del diccionario académico. Uno de ellos es, justamente, la posibilidad de opciones de autocompletado. Esto da cuenta de la constante renovación de los recursos ofrecidos.

[10] Se están produciendo actualizaciones respecto de la flexibilidad ortográfica. La RAE está trabajando activamente en la interfaz de su diccionario.

RESENHA

DA MORAL NA LINGUAGEM: PELA CONSTRUÇÃO DE UMA LINGUÍSTICA SIMÉTRICA OU UMA FILOSOFIA DO DISCURSO

PAVEAU, Marie-Anne. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad.: Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 392p.

O livro "Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas", de autoria de Marie-Anne Paveau, traz uma ampla reflexão sobre a questão moral e a linguagem. Qual a natureza da relação entre moral e linguagem? Durante toda a obra, a autora mostra que as questões de ética, que ela toma como sinônimo de moral, não dizem respeito às ciências da linguagem, seja no âmbito do estudo da língua ou de análises textuais e discursivas. "A questão da moralidade das palavras ou do discurso não pertence ao programa da linguística", afirma Marie-Anne Paveau ainda na introdução do livro, ancorando-se em C. Kerbrat-Orecchioni, mais especificamente referindo-se ao seu trabalho sobre a mentira e a má-fé, para reforçar o fato de que "a questão ética causa *embaraço* à linguística". Referindo-se às críticas feitas por linguistas "defensores da 'neutralidade estruturalista'" à dimensão axiológica da linguagem, que Marie-Anne Paveau desenvolve mais detidamente no capítulo três, entende serem elas apenas de cunho metodológico e político, porém, sem nenhuma contra-análise como é o caso da crítica de J.-P. Kaminker ao trabalho sobre a má-fé de C. Kerbrat-Orecchioni. Para Marie-Anne Paveau, a má-fé é um ponto de ligação entre ética e linguística, entre virtude e linguagem. E C. Kerbrat-Orecchioni é a única linguista que fala dessa questão de maneira explícita.

Para a autora de "Linguagem e Moral", apesar de a linguística, hoje, levar em conta em suas análises científicas setores como as emoções, as (inter)subjetividades e o extralinguístico, o que se deve aos avanços na pesquisa linguística, e, mais especificamente aos avanços das ciências cognitivas e neurociências, "as normas de cientificidade da linguística não parecem ter mudado muito": "parece

que o 'retorno do axiológico' indicado como ameaça à neutralidade linguística é um tanto quanto ilusório, pois os trabalhos que integram as questões do valor, da moral ou mesmo da valoração dos discursos não são numerosos e pouco abalaram desde os anos 1970 o predomínio institucional dos setores da linguística que falam em nome da objetividade atribuída à abordagem saussuriana" (p.20).

Ao mesmo tempo em que essa constituição disciplinar da linguística parece ser um impedimento para que a questão ética seja formulada, o que já a coloca de início como uma questão impertinente, é justamente ela que leva Marie-Anne Paveau a empreender todo um trabalho epistemológico e interdisciplinar para forçar esses limites da própria constituição disciplinar da linguística, que a encerram em si mesma.

Em um trabalho desenvolvido anteriormente (2007, 2009), Marie-Anne Paveau já trazia em sua reflexão a questão ética em linguística ao se interrogar "até que ponto a ética do discurso científico era uma preocupação ausente na maioria dos linguistas" (p.21). Para a autora, uma questão como a "deformação das teorias" justificaria uma interrogação ética. A noção de verdade científica, menos frequente como questão nas disciplinas das ciências humanas, também seria uma justificativa.

Nesse sentido, a autora traz "os ambientes atuais de pesquisa", como a Internet, que, segundo ela, colocam fortemente a discussão sobre a validade científica.

Marie-Anne Paveau afirma que foi a questão da memória e da *desmemória* discursiva, noção que ela formula já no livro *Os Pré-discursos* (2006), traduzido no Brasil em 2013, que a levou para o campo da moral da fala. Para a autora, os pré-discursos são "valores e conhecimentos compartilhados". É daí que ela faz sua indagação ética à linguística: "Haverá bons enunciados no sentido moral do termo? Se sim, o que é então um enunciado passível de receber um juízo de valor moral? E como o valor moral se manifesta linguisticamente falando?" (p.24)

A obra "Linguagem e Moral" vai propor, justamente, responder a essas questões a partir da noção de *virtude discursiva*. Essa noção "funciona no âmago de uma ética dos valores e supõe uma negociação intersubjetiva no interior de dado grupo ou dada sociedade" (p.26).

A partir dessa introdução, a obra resenhada se apresenta trazendo em seu primeiro capítulo, intitulado "Fazer a indagação moral à linguagem", uma descrição do contexto teórico e epistemológico da reflexão, que se dá no encontro da teoria do discurso, da cognição social e da filosofia moral e do conhecimento.

A primeira entrada nesse percurso teórico-epistemológico que é minuciosamente produzido nesse capítulo, consiste no exame dos empregos das palavras *moral* e *ética*. Há estudos que apontam para diferentes significados dessas palavras, sendo que moral seria normativa e prática e a ética descritiva e analítica (p.30), outros que, ao contrário, apontam para uma relação sinonímica entre elas, embora com uma diferença em seu emprego, como mostra o texto da introdução do *Dictionnaire d'éthique et de philosphie moral*, de M. Canto-Sperber, citado por Marie-Anne Paveau. No mesmo dicionário, a autora também examina o verbete Ética, formulado por P. Ricoeur, no qual o autor considera que as normas se constituiriam no campo da moral. A ética, por sua vez, seria anterior às normas. "A ética anterior, é a ética fundamental; a ética posterior consiste em éticas aplicadas", recapitula Paveau (p.31).

Também em filosofia moral e analítica, segundo a autora, moral e ética tendem a serem usados como sinônimos, já em linguística, essa alternância dos termos não é comum, predominando o uso da palavra *ética*.

Mas é na explicação de R. Ogien, na obra *L'éthique aujourd'hui: Maximalistes et minimalistes*, que Marie-Anne Paveau sustenta sua escolha pelo uso indiferenciado de ética e moral, optando, porém, por usar principalmente *moral*, já que ética é usado predominantemente em linguística, mas é sobre "os dados axiológicos considerados subjetivos e não mensuráveis" que incide seu trabalho para mostrar que, contrariamente a essa posição esses dados podem ser integrados na análise linguística.

Para definir moral, é a noção de virtude que ela vai levar às últimas consequências. Das três grandes correntes em filosofia moral apontadas por Marie-Anne Paveau como aquelas que dão respostas à questão moral – o deontologismo, o consequencialismo e a ética das virtudes (à qual ela acrescenta a ética do cuidado), é a noção de virtude que a autora escolhe para definir moral. Em suas palavras "é

moral aquilo que diga respeito à virtude dos agentes" (p.34). A partir daí Paveau vai propor sua teoria da virtude discursiva.

Para começar a propor um programa disciplinar em linguística que contemple a moral, Marie-Anne Paveau propõe observar aquilo que chama de indicadores éticos, forma na qual a moral está presente nas práticas linguísticas, esses indicadores constituem a dimensão ética dos discursos, como parte integrante de sua produção e recepção. A autora considera indicadores para que se leve em conta a dimensão ética na linguística: as avaliações morais metadiscursivas, a existência de categorias linguísticas "éticas", a instabilidade semântica das palavras da língua e a parcela axiológica das ciências humanas (p.45).

Não é sem a exigência de uma revisão do regime epistemológico em linguística que esses parâmetros éticos podem ser levados em conta. É a essa revisão epistemológica que a obra "Linguagem e Moral" se dedica, propondo uma filosofia do discurso, que Marie-Anne Paveau define ao longo do livro, mas que encontra já uma primeira formulação no primeiro capítulo, como sendo "uma abordagem das produções linguageiras, baseada em hipóteses de ordem filosófica: o falante é considerado também um agente moral, psíquico e acional, e os dados linguageiros em contexto são examinados a partir de uma concepção filosófica da relação entre linguagem, mundo e espírito" (p.49).

A partir dessa abordagem, a autora se dedica à três postulados do pragmatismo que são alvo de sua atenção e que ela vai buscar integrar na análise cognitiva do discurso que propõe: a recusa ao dualismo, o realismo e a primazia da prática, para propor o que chama de uma linguística simétrica, "na esteira de B. Latour e de sua 'antropologia simétrica', compartilhando seu desejo de modificar sua disciplina (p.52). Essa modificação da disciplina, no caso, a linguística, corresponderia a uma renovação de seu corpo teórico e de sua dimensão discursiva, da qual o conceito de virtude discursiva faria parte.

Para tanto, Marie-Anne Paveau parte das propostas da cognição social para repensar contexto como ambiente cognitivo; descrever o âmbito da linguagem como um compósito heterogêneo, em que fazem parte da linguagem o social, cultural, histórico, ético, mas também técnico, objetal e até animal etc. (p.52).

A linguística simétrica, nesse sentido, "não é uma linguística das marcas, mas uma reflexão sobre a maneira como a língua e o discurso são integrados num processo global de produção de sentido" (p.53). Não é uma linguística das marcas uma vez que não são as marcas puramente linguageiras que permitirão "levantar a hipótese de uma relação entre ética e linguística", mas "elementos externos à materialidade linguageira", o que a autora considera como "ambiente cognitivo". A noção de virtude discursiva seria um conceito mediador da elaboração do elo entre linguagem e virtude.

As noções de confiança e deferência, que a autora aborda e explora amplamente no capítulo dois vão mobilizar, para ela, o elo entre linguagem e ética. Ela afirma que embora não se situem no campo da filosofia moral, se prestam a esse tipo de investigação. Eles darão, portanto, contribuições para elaboração de uma filosofia moral do discurso, proposta pela autora (p.73). A elaboração dessa filosofia moral do discurso consideraria a linguagem em sua materialidade e a moral como parte de sua reflexão, uma vez que a filosofia moral quando aborda a linguagem "fica no nível das proposições, do raciocínio e da descrição exterior dos comportamentos linguageiros", e a linguística quando aborda a moral "se detém [apenas] em considerações enunciativas".

Isso se deve à constituição histórica e institucional da linguística como disciplina, que no modo de constituição de seu campo estabeleceu uma fronteira estanque entre o linguístico e o extralinguístico. Integrar a questão ética na análise linguística, demandaria, portanto, uma abordagem que tome os usos sociais da língua, a saber, nas palavras da autora: "o discurso, integrando os contextos de produção e as subjetividades de diferentes ordens que regem sua elaboração" (p. 83). Abalar a fé na exatidão e na justeza da relação entre signo e referente, diz Marie-Anne Paveau, partindo do relato de um exemplo de um caso pessoal, ocorrido na ocasião de sua participação em uma mesa-redonda na Radio France Internationale, sobre o uso das palavras no conflito israelo-palestino. Nessa intervenção, Marie-Anne Paveau mostrava que palavras como *colono, colônia, ocupação, territórios ocupados* etc. significam diferentemente de acordo com a posição e as condições sócio-

históricas daqueles que as escolhem e também daqueles que as recebem.

O que Marie-Anne Paveau concebe em seu livro como uma concepção simétrica da linguística não diz respeito a uma concepção binária da *língua* versus *discurso*, o que, para ela restringiria as possibilidades da análise linguística e tornaria de fato difícil conceber a presença de marcadores éticos na língua. Uma concepção simétrica, ao contrário, permitiria articular linguagem e moral, uma vez que implica um *continuum* entre a língua e o mundo.

A autora mostra que em sociolinguística a questão ética está presente, de modo embrionário, no estudo da variação e das normas. No entanto, em suas pesquisas, a dimensão moral como verdadeira dimensão da língua ou do discurso mostrou-se quase inexistente, mesmo nas referências nas quais as palavras *ética* ou *moral* estiveram presentes. Segundo Paveau, as propostas de B. Gardin foram as que mais se dirigiram à articulação entre linguagem e moral. É, para ela, o único linguista que empregou o termo *moral*. Ainda assim, os estudos do autor ficam circunscritos, na análise de Paveau, a uma problemática "puramente" (sócio)linguística, na qual a dimensão moral não é explorada como tal. Para Marie-Anne Paveau, falta aí uma concepção da moral articulada à linguagem, bem como falta uma epistemologia e uma psicologia.

A questão da ética está presente em linguística no campo da psicolinguística, sociolinguística, dialetologia e antropologia linguística, referindo-se principalmente à coleta de dados em trabalhos de campo, mas, ao menos na França, essa questão não é tratada de maneira direta e sistemática.

No campo da pragmática, para a autora, há algumas abordagens nas quais a dimensão ética aparece. Nessa perspectiva, a autora traz a crítica de E. Danblom, que diz respeito à dimensão ética, a respeito do modelo universal de P. Grice, em "Lógica e conversação, artigo no qual propõe as "leis do discurso" refinadas a partir das quatro máximas conversacionais. Para E. Danblom, justamente, o estatuto ambíguo dessas máximas, entre o que ela chama de "imperativos" e "normas reguladoras", cria um problema de interpretação no nível cognitivo. Marie-Anne Paveau também traz a crítica de S. Auroux ao sistema de P. Grice, que traz em seu bojo a questão cultural.

Para Paveau, o modelo de P. Grice das leis do discurso é "prescritivo demais, insuficientemente cognitivo e não cultural, ele se baseia na imagem de uma comunicação ideal amplamente desconectada da práxis situada" (p.113). A dimensão ética, por sua vez, residiria na "articulação entre os enunciados e os comportamentos do mundo real".

Sobre a retórica, Paveau afirma que esta contém "naturalmente" uma interrogação ética, porém, segundo ela, esta teoria não deu ensejo a um programa teórico verdadeiro centrado nessa questão. Desse modo, a ética é uma questão diluída e sem consistência teórica no âmbito da retórica. A noção de *ethos* articula linguagem e virtude, mas não poderia ser considerada fundadora de uma ética discursiva, por ser uma noção restritiva, no sentido de que visa a eficácia da produção verbal, oratória, e está centrada na figura do falante e numa linearidade da comunicação, não considerando o destinatário e a circulação social dos enunciados, o que, na perspectiva da linguística simétrica, proposta por Marie-Anne Paveau é fundamental.

Marie-Anne Paveau segue sua empreitada examinando os trabalhos de R. Koren, que adota a expressão *ética do discurso* a partir da Nova Retórica, porém, não considera sua elaboração uma verdadeira articulação entre ética e linguística, por entender que essa articulação demandaria, no mínimo, a proposição de uma concepção de ética, a partir de uma teoria da ética.

Ainda nessa construção de uma teoria ética para a linguística, Marie-Anne Paveau, desenvolve, no capítulo quarto, um trabalho sobre as diferentes éticas espontâneas referentes às produções linguageiras, ou o que ela chamaria de *folk discourse ethics*, na esteira de *folk linguistics* ou *folk psychology*. Para tanto, desenvolve análises em torno da questão da blasfêmia e da mentira. No que se refere à blasfêmia e afirmações antirreligiosas, a autora afirma que uma ética da linguagem só poderá basear-se na análise dos ambientes, nos contextos de produção dos enunciados, dos pré-discursos e dos panos de fundos culturais. Ou seja, "nos metadiscursos produzidos por ocasião de debates éticos" (p.137).

Marie-Anne Paveau vai adensando suas análises trazendo a questão das normas jurídicas que "regulamentam a fala", as quais ela classifica em três categorias: 1) textos relativos aos direitos humanos; 2) lei da

imprensa de 1881 e seus numerosos acréscimos até a atualidade; 3) textos relativos aos atentados à nação e à paz pública que figuram no Código Penal francês (p.143).

A autora vai desenvolver também a análise do que ela chama de normas sociais (de polidez e de linguagem), e as sociopolíticas (politicamente correto, tabus, censura), que, segundo ela, são menos explícitas que as normas religiosas e jurídicas.

Todas essas análises vão dirigindo o leitor para uma teoria das virtudes discursivas, que ela desenvolve no capítulo cinco.

O conceito de *virtude discursiva* que Paveau elabora a partir da noção de *virtude intelectual* ou *epistêmica* ou mesmo *cognitiva*, proposta pela corrente da epistemologia das virtudes, da qual ela aponta como melhor representante J. Greco (p.203), é uma maneira de integrar o ético no linguístico. Essa noção começa a ser formulada a partir de cinco enunciados (p.186) que implicam uma questão moral, em diferentes graus e segundo os ambientes de cada um: 1) o caso Bill Clinton e Monica Lewinsky, em 1998, quando o presidente dos Estados Unidos declara não ter tido relação sexuais com a jovem. 2) A menção BBR, "*bleu, blanc, rouge*", considerada discriminatória pela Corte de Apelação de Paris, nas instruções de recrutamento de moças para demonstrações dos laboratórios Garnier, em grandes lojas, feita pela empresa francesa Districom, em 2000, na formulação: "jovem(ns) de 18 a 22 anos, manequim máximo 40, BBR". 3) A declaração de Didier Lombard, presidente da France Telecom, no programa *Arrêt sur image*, em 2009, que utilizou a expressão *moda do suicídio*, para se referir aos numerosos suicídios em sua empresa. 4) O texto do estudante de 13 anos, do colégio Pont-à-Mousson, que escreveu em sua lição "O suicídio armênio foi *merecido*". 5) E os enunciados de uma reação indignada de um professor encarregado de avaliar propostas para um congresso.

Ao introduzir a análise dos enunciados em questão, a autora destaca que é preciso refletir sobre as implicações quanto à validade dessa avaliação. Sua questão a partir desses enunciados é questionar o motivo pelo qual eles parecem inaceitáveis. Para Marie-Anne Paveau não é suficiente recorrer à tradicional distinção entre o linguístico e extralinguístico, solução comumente dada pelo grupo de linguistas que a autora chama linguistas sociais (análise do discurso, pragmática,

sociolinguística), uma vez que, segundo a abordagem feita por essas teorias, a integração do contexto no material de linguagem raramente é pensada.

Faço aqui uma observação para mostrar que a análise de discurso brasileira há muito tem insistido sobre o fato de que o contexto não é um mero apêndice no processo de significação. Os trabalhos de Eni Orlandi (1996, 2001) mostram isso com clareza ao falar da exterioridade constitutiva, mas penso que é, sobretudo a noção de "forma material", (ORLANDI, 1995, 1996, 2001, 2004), segundo a qual "o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si" (1996, p.49), que o deslocamento da noção de contexto tal como é pensado na linguística textual, sociolinguística, pragmática etc., para as quais, de fato, o contexto é exterior ao enunciado, é tomado no campo epistemológico da análise de discurso a partir da relação de entremeio que essa disciplina estabelece com outros campos do saber. A noção de entremeio propõe, justamente, uma relação não binária entre esses diferentes campos, tal como propõe Marie-Anne Paveau ao falar de um "tratamento integrador da produção dos enunciados", ou de um *continuum*, seguindo os caminhos do que ela chama de uma abordagem "simétrica" das produções linguageiras. Segundo Paveau, a noção de contexto, tal como se apresenta em linguística texto-discurso, não estaria apta a receber uma dimensão externalista. "O externalismo é a posição, defendida em filosofia e em ciências cognitivas, que concebe a mente como exterior aos indivíduos". A autora adota um externalismo moderado para o qual a mente está ao mesmo tempo em nossa cabeça e fora dela.

Marie-Anne Paveau toma como procedimento em sua pesquisa, para chegar a uma filosofia discursiva, a proposição de uma "organização epistemológica das propostas da linguística, que consiste em incorporar uma reflexão filosófica que trata dos ambientes da produção verbal" (p.187).

A filosofia do discurso se constitui com base em filosofia da linguagem, porém, não se confunde com ela, uma vez que "a primeira trata das produções discursivas, portanto dos dados empíricos em contexto". A filosofia do discurso privilegia a abordagem filosófica do realismo, numa versão pragmatista. "A filosofia do discurso, portanto,

reflete especialmente sobre os seguintes problemas: o "lugar", em sentido próprio, da linguagem entre mente e mundo, os modos de produção dos enunciados situados no ambiente dos agentes, o lugar dos agentes-falantes em seu ambiente cognitivo e a natureza das produções de linguagem implicada pelas escolhas anteriores" (p.188).

Nessa perspectiva, pensando o contínuo entre linguagem e seus exteriores, a noção de ambiente cognitivo, seria bastante enriquecedora à noção de contexto, permitindo (re)pensá-lo como interno à consciência. O ambiente cognitivo considera como construção conjunta dos enunciados: os agentes humanos, mas também os não humanos de linguagem, que podem ser as tecnologias linguísticas e discursivas, os pré-discursos e o conjunto dos dados culturais, sociais, históricos, institucionais e morais.

Para Paveau, pensar esse contínuo mente-mundo e linguagem-mundo, implica pensar "que o sentido não é referencial, e que a materialidade linguageira e discursiva não é puramente intelectual, mas constituída por realidades de nosso ambiente" (p.194). Nesse sentido a autora afirma que, para ela "a ética se co-constrói no ambiente, e não é imposta de fora" (p.196).

Daí a noção de virtude discursiva permitir integrar o ético no linguístico. Todos esses deslocamentos vão permitindo à autora formular a questão ética para a linguística, em especial, a do discurso.

Nessa direção, define ainda, o que ela chama de discurso *virtuoso*, que seria um "discurso *ajustado* aos valores vigentes na realidade complexa e instável dos agentes e de seus ambientes" (p.214). Três elementos são levados em conta na concepção desse ajuste, são eles: os agentes e suas relações, o mundo e o conjunto das produções verbais que constituem a memória discursiva das sociedades. Como exemplo do que seria um discurso não virtuoso ou não ajustado, retoma os exemplos anteriores: o do jovem estudante ao afirmar que "O suicídio armênio foi *merecido*" seria uma frase *desajustada* em relação a dois elementos que dizem respeito ao ajuste: o das relações entre os agentes e o da memória discursiva sobre genocídio. Já a afirmação de Clinton estaria desajustada na realidade do mundo e na sua trama discursiva.

Nesse ínterim, a virtude discursiva, é definida por Marie-Anne Paveau "como uma disposição do agente-falante para produzir

enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, a maneira de dizer o estado das coisas e o modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade, em dado estado de sua história" (p.216).

Para aprofundar ainda a noção de virtude discursiva, Marie-Anne Paveau descreve três propriedades: 1) sua *existência*, para dizer que a virtude discursiva existe nos âmbitos cognitivos, apoiada nos valores que têm existência objetiva, manifestando-se naquilo que a autora chama de "acontecimentos discursivos morais"; 2) sua *disposição reflexiva*, que consistiria no exercício da reflexividade dos agentes-falantes, que avaliam suas falas e os efeitos que elas podem produzir; 3) sua *plasticidade axiológica*, que se refere à plasticidade dos valores, que são modificáveis e adaptáveis. Um enunciado não virtuoso, por exemplo, pode se transformar num enunciado virtuoso.

Segundo Paveau, as maiores críticas ao conceito de virtude discursiva e à integração entre moral e linguísticas podem ser motivadas pelas seguintes questões: como integrar a virtude discursiva à metodologia da linguística do discurso? Como torná-lo um conceito que possibilitará elaborar um *corpus* e construir observáveis? Que tipos de enunciados destacar? Como se manifesta a virtude discursiva em discursos, ou mesmo em língua? Haverá marcadores linguageiros de eticidade? (p.222)

No decorrer dos capítulos que compõem a obra "Moral e Linguagem", a autora vai ressaltando as marcas possíveis para tratar dessa dimensão moral no discurso, entre elas, elenca e explicita a *arbitrariedade do signo*, o *evidencial*, a *deformação morfológica* das blasfêmias, a *redenominação* no âmbito do politicamente correto, por exemplo, o *discurso epidíctico (elogio e reprovação).*

A autora ressalta que essas não são marcas estáveis, mas, sim, marcas que "mostram seu potencial ético nos ambientes nos quais aparecem. Se existem marcadores de eticidade, estes estão distribuídos entre os agentes do ambiente e não se fixam obrigatoriamente nas materialidades linguageiras. Manifestam-se no essencial como *efeitos* dos discursos, detectáveis nos metadiscursos proferidos sobre os enunciados" (p.223-224).

Tomando por base as noções de *memória discursiva*, *ajuste* do discurso ao estado do mundo e *decência discursiva*, Marie-Anne

Paveau descreve como a virtude discursiva se manifesta nas *disposições* dos agentes em relação ao discurso co-construído no ambiente.

A autora vai reivindicar, no âmbito dessas noções, a dimensão moral e as propriedades éticas do *sentido*, das palavras em discurso, questão que, para ela, não foi incorporada por nenhuma das diversas tradições da análise do discurso.

Baseada na reflexão de R. Robin (2001) sobre a Berlim, pós queda do muro, no qual a autora propõe o conceito de "desmemória", Paveau, já em seu livro "Os Pré-discursos" propõe a noção de "desmemória discursiva", que ela retoma em "Linguagem e Moral". Por "desmemória discursiva" chama um "conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a *revisão* das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos de tecnologia discursiva" (p. 237). A autora explica que *revisão*, aí, distingue desmemória de uma outra relação com a memória que ela chama de *amemória*, que designa um *apagamento*, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo. A autora elenca duas razões que a levam a apresentar a categoria de amemória: a primeira delas, seria o desejo de fazer, em linguística, um deslocamento do fenômeno da denegação (psicanálise), não no sentido de transportá-lo, já que isso não seria possível em razão das duas disciplinas terem bases teóricas distintas, mas no sentido de fazer da denegação um conceito em funcionamento com os aparatos próprios à linguística. A segunda razão, são os "numerosos fenômenos de apagamento da memória discursiva, que se baseiam em algo de particular que não é do âmbito do esquecimento, no sentido corrente do termo" (p.238).

Para Paveau, as noções de memória discursiva, desmemória discursiva e amemória, contemplam a dimensão ética e podem ser mobilizadas nas análises de discurso que desejem incorporar essa dimensão. A autora explica que "se o discurso virtuoso se define, entre outras coisas, por um ajuste às memórias discursivas em ação no tecido das sociedades, é preciso definir as formas de desajuste avaliando precisamente a relação entre os discursos e a memória: um fenômeno de amemória ou de desmemória não é obrigatoriamente uma ruptura no ajuste, mas, ao contrário, pode ser um fator dele"

(p.241). A autora vai desenvolver essa questão a partir da análise de alguns fenômenos léxico-semânticos sobre o ajuste à memória, que fazem parte do tema do "abuso das palavras", tratando suas heranças contemporâneas da filosofia antiga.

Paveau finaliza esse capítulo sexto trazendo uma importante reflexão sobre as formas de esquecimento ou erros pertinentes à desmemória científica. A autora questiona, como interpretar fenômenos como extração ou reinvenção de conceitos? Seriam eles fenômenos epistêmicos normais ou teria aí implicada uma questão ética?

A autora traz o exemplo do interdiscurso, noção elaborada por M. Pêcheux no âmbito da análise de discurso, nos anos 70, tal como mostra a breve história epistêmica do conceito, que Marie-Anne Paveau formula de maneira muito clara, mostrando o ponto em que, nessa história, a própria noção fica "sem paternidade", ponto exato que produz os fenômenos de desmemória. Num ir-e-vir entre "França-Canadá-França, acompanhado por um deslocamento cronológico de M. Pêcheux a M. Bakhtin e pela substituição de M. Pêcheux por M. Foucault. Nesse triplo deslocamento, o autor da noção [M. Pêcheux] desapareceu e, com ele, o sistema nocional no qual funciona o interdiscurso, constituído pela tríade interdiscurso-intradiscurso-pré-construído, da formação discursiva e do discurso transversal" (p.269-270).

Segundo Paveau, atualmente, apenas P. Macherey, que é filósofo, conserva a proposta de M. Pêcheux ancorada no marxismo e na psicanálise.

Acrescento que, no Brasil, a análise de discurso ligada aos trabalhos do grupo que se formou em todo país a partir de Eni Orlandi e outros pesquisadores, mantém a perspectiva materialista dessa disciplina, portanto, trabalham o interdiscurso de acordo com a proposta de M. Pêcheux, tendo o marxismo e a psicanálise como disciplinas de entremeio, conforme explicitei anteriormente.

Creio que seja pertinente aqui fazer referência ao trabalho recentemente desenvolvido por Eni Orlandi (2012), no qual a autora trata justamente do apagamento do político na ciência, trabalhando noções como a da fragmentação, diluição, indistinção e revisionismo, de modo muito próximo ao que Marie-Anne Paveau trata, em seu livro

como desmemória-epistêmico-éticas, fenômenos, para ela, construídos discursivamente, possibilitando, assim, falar em desmemória discursiva.

Para Paveau, existem várias configurações possíveis de desmemória científica, das quais ela menciona três, descrevendo-as a partir da análise da noção de interdiscurso. A primeira dessas configurações é a *projeção retrospectiva*, segundo a qual ocorre uma extração epistêmica e uma projeção retrospectiva da noção de interdiscurso, por exemplo, sobre o dialogismo que "nos volta portanto 'bakhtinizado'", formulado em termos de intertexto. Atribuir a noção de interdiscurso a Bakhtin seria da ordem de uma extração epistêmica. Nas palavras da própria autora: "a memória é reconstruída, e o sentido da história é invertido pela retrospecção, procedimento este frequente da memória em geral: o interdiscurso é visto como derivado do dialogismo, filiação contradita pela realidade cronológica, que data bem o interdiscurso de Pêcheux, Culioli e Fuchs, 1969-1970, numa tradição althussero-lacaniana" (p.272).

A segunda configuração da desmemória científica citada por Paveau é a *reatribuição*. Um exemplo de reatribuição, ainda seguindo com o exemplo da noção de interdiscurso, é a reatribuição da parternidade (adotiva) de M. Foucault ao interdiscurso, e também da noção de formação discursiva, presente tanto em Foucault quanto em Pêcheux. "Associada à formação discursiva, a noção de interdiscurso é muitas vezes "foucaultizada".

A terceira configuração da desmemória científica é a *assimilação analógica.* Paveau traz como exemplo a frequente assimilação da noção de "intertexto" à de interdiscurso, citando os trabalhos canadenses de sociocrítica, que, segundo a autora são elaborados a partir do conteúdo nocional de intertextualidade literária (Kristeva). Como exemplo dessa assimilação, Paveau cita duas afirmações de Amossy (2000).

No capítulo sétimo do livro "Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas", Marie-Anne Paveau vai trabalhar sobre como os enunciados podem ser considerados virtuosos ou não, segundo seu grau de ajuste à realidade. Para tanto, vai trabalhar conceitos que giram em torno da noção de verdade, como exatidão, sinceridade, aceitabilidade, credibilidade, objetividade.

Por fim, no último capítulo, a autora dá continuidade à sua exploração da noção de *virtude discursiva* analisando o princípio de "decência discursiva", partindo do trabalho de A. Margalit em *La société décente.* Neste capítulo também, a autora vai tratar dos "dispositivos tecnodiscursivos" que ela considera estarem longe de ser apenas suportes técnicos dos discursos, mas constitutivos mesmo desses discursos. A noção de autor *on-line*, por exemplo, é trazida pela autora do livro, mostrando que há modificações importantes nessa noção se pensarmos propriedade e autor individual de outra maneira, por exemplo, em termos de compartilhamento, o que, segundo a autora, é um dos fatores do que ela chama "escrituralidade na Internet".

O livro "Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas" traz uma reflexão ampla e um panorama científico contemporâneo que aponta para uma diferença do panorama vigente nos primórdios das disciplinas do discurso, do texto e da interação na França nos anos 70, o que leva a autora a propor importantes ressalvas sobre esses campos teóricos, tanto no que diz respeito aos seus pressupostos epistemológicos quanto aos seus aparatos teóricos. É isso de fato que Marie-Anne Paveau faz no livro, apontando caminhos e formulando a partir de uma linguística simétrica, uma filosofia do discurso.

Cristiane Dias
Labeurb/Nudecri-Unicamp

Referências bibliográficas:

ORLANDI, E. (2012). "Apagamento do político na ciência: notas à história da análise de discurso - fragmentação, diluição, indistinção de sentidos e revisionismo". In: _____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes. p.13-35.

_____. (2004). *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes.

_____. (2001). *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.

_____. (1999). "No limiar da cidade". In. *Rua.* Número Especial. Julho.

_____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Cortez, 2ª ed

PAVEAU, M-A. (2015). *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad.: Ivone Benedetti. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____. (2013). *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Trad.: Greciely da Costa e Débora Massmann. Campinas: Pontes.